UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Dannylo de Azevedo

O FAZENDEIRO DO BRASIL

Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

O FAZENDEIRO DO BRASIL

Manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII

Dannylo de Azevedo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Dante Luiz Martins
Teixeira

De acordo:

Assinatura do orientador.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2018.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

AA
994f   Azevedo, Dannylo de
            O Fazendeiro do Brasil: Manuais agrícolas no
            Brasil colonial em finais do século XVIII / Dannylo
            de Azevedo; orientador Dante Luiz Martins   Teixeira
            . - São Paulo, 2018.
            317 f.

            Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
            Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
            Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
            História Econômica.

            1. O Fazendeiro do Brasil. 2. Frei Mariano Veloso
            (1742-1811). 3. Manuais agrícolas. 4. Casa Literária
            do Arco do Cego. 5. Ilustração no Brasil colonial.

            I. Teixeira, Dante Luiz Martins, orient. II. Título.

À minha família, amigos e especialmente:
Aos meus avós Maria, Manoel, Janete e José.
Aos meus pais Joana e Osmar.
À minha irmã Daniela.
À minha companheira Érika.

AGRADECIMENTOS

Um mestrado consiste num caminho intelectual percorrido por seu autor para a compreensão de determinado tema ou objeto em específico. A maior parte do trabalho de pesquisa é construído no silêncio de leituras intermináveis em arquivos, bibliotecas, na escrivaninha de casa. Em reflexões embaladas pelo sabor e aroma estimulantes de uma xícara de café. Na compulsão frenética de livros, documentos, anotações, rascunhos e fichamentos.

Ainda que tais atividades exijam a solidão, evitem o burburinho da multidão, um pesquisador nunca está só todo tempo. O mestrado não é um retiro. É um percurso de vida. E que, portanto, exige discussões, conversas, confidências, orientações, companhia, um ombro amigo. De fato, o conhecimento é uma obra essencialmente coletiva. Essa é a primeira lição que o estudo sério, humilde, ensina. Por isso, alguns agradecimentos são necessários.

Começo por minha família. Em especial por meus pais, Osmar e Joana, e minha irmã Daniela. Pessoas mais do que amadas. O esforço familiar para os meus estudos foi imprescindível. Meus pais trabalharam muito para ver seus filhos em universidades públicas. Um esforço que teve a participação gerações. Assim, agradeço também aos meus avós maternos, Maria Genilda e Manoel, e aos meus avós paternos, Janete e José, que saíram do sertão de Pernambuco e enfrentaram grandes dificuldades para se estabelecer em São Paulo.

Agradeço a todos os amigos que fiz ao longo da minha carreira universitária. Em especial a duas figuras. Mário, meu grande amigo, companheiro de Brasil colonial e de avião. Com quem tive o prazer de viajar para Portugal por duas vezes. E, claro, à minha amiga, confidente e companheira Érika, a egiptóloga que tanto admiro e que tanto me inspira.

Também agradeço aos amigos dos grupos de estudo e pesquisa dos quais tenho o prazer de participar. Começo pelo grupo *Antigo Sistema Colonial: Estrutura e Dinâmica*: Valter, Thiago, Beatriz, Rafael, Leandro, Oziane, Idelma, Flávia, Gilberto, Ronaldo e Leandro. Igualmente lembro do grupo *Economia e Política dos Impérios Ibéricos*: Pablo, Eduardo, Pedro, Felipe, André, Iara, Marco, Diego e Natália. A todos devo discussões estimulantes e uma leitura rigorosa do meu trabalho.

Deixo aqui um agradecimento aos professores das disciplinas que cursei ao longo do mestrado, e que certamente contribuíram para o amadurecimento das minhas

ideias: Prof^o Pablo Oller Mont Serrath, Prof^a Vera Lucia Amaral Ferlini, Prof^a Maria Amélia M. Dantes, Prof^a Maria Arminda do Nascimento Arruda e Prof^o José Jobson de Andrade Arruda. Da mesma forma, não posso deixar de lembrar os nomes dos professores que gentilmente participaram da minha banca de qualificação e que tantas sugestões deixaram para o prosseguimento do trabalho: Prof^a Iris Kantor e Prof^o Rodrigo Ricupero.

Faço um agradecimento especial a dois professores que acompanharam de muito perto meu trabalho de pesquisa. Ao Prof^o Rodrigo Ricupero que me introduziu na pesquisa acadêmica e que desde a graduação tem me acompanhado. E ao Prof^o Diogo Ramada Curto, que recentemente orientou o meu estágio de pesquisa em Portugal, além de ter me recebido na Universidade Nova de Lisboa quando eu ainda era graduando.

Ao Prof^o José Luís Cardoso deixo meu agradecimento pela carta de recomendações que me guiou pela Academia das Ciências de Lisboa (ACL).

Sou muito grato pela atenção e cuidado com que fui tratado pela banca de mestrado. Agradeço imenso o Prof^o Marcio Ferreira Rangel, a Prof^a Ermelinda Moutinho Pataca e a Prof^a Iris Kantor pela leitura atenta da minha dissertação e por todas as observações, elogios, críticas e sugestões.

Finalmente, agradeço ao Prof^o Dante Luiz Martins Teixeira pela orientação de todo o meu mestrado. Por toda a atenção, prontidão e respeito com que tratou o meu trabalho do início ao fim.

Para finalizar, gostaria de lembrar as instituições que contribuíram para a conclusão do trabalho. Começo pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), minha morada, onde tudo começou; o Programa de Pós-Graduação em História Econômica; a Cátedra Jaime Cortesão; a Biblioteca Nacional do Brasil (BNB); a Brasileira Guita e José Mindlin; o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), minha morada em Portugal, e que por duas vezes me recebeu tão gentilmente; a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); Academia das Ciências de Lisboa (ACL); o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); o Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT); o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portugal; e, finalmente a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo indispensável financiamento da pesquisa.

Meu muito obrigado a todos!

“Os azares de leituras tinham-no levado a estudar as ciências naturais e o furor autodidata dera a Quaresma sólidas noções de Botânica, Zoologia, Mineralogia e Geologia.

[...] Passou duas semanas a organizar a sua biblioteca agrícola e uma relação de instrumentos meteorológicos para auxiliar os trabalhos da lavoura.

Encomendou livros nacionais, franceses, portugueses; comprou termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros, anemômetros. Vieram estes e foram colocados convenientemente.

[...] Estando certa vez Quaresma a ler o pluviômetro, Anastácio, ao lado, olhava-o espantado, como quem assiste a um passo de feitiçaria. O patrão notou o espanto do criado e disse:

– Sabes o que estou fazendo, Anastácio?

– Não ‘sinhô’.

– Estou vendo se choveu muito.

– Para que isso, patrão? A gente sabe logo ‘de olho’ quando chove muito ou pouco... Isso de plantar é capinar, pôr a semente na terra, deixar crescer e apanhar...”

Lima Barreto (1881-1922). *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Editora MEDIAfashion, Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros, 2008 (1ª Edição 1915), pp. 94-95.

RESUMO

Em finais do século XVIII, o Estado português patrocinou a publicação de manuais agrícolas que atravessaram o Atlântico rumo ao Brasil. Com uma linguagem didática, esses livros deveriam promover a instrução dos agricultores da colônia a fim de que estes melhorassem seus métodos de produção com os aportes de uma agricultura concebida como mais científica, baseada em princípios da filosofia natural das Luzes. Publicados entre 1798 e 1806 sob a responsabilidade do frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), os onze volumes que integram a coleção intitulada *O Fazendeiro do Brasil* resultam, precisamente, de uma política colonial ilustrada que concebia a agricultura como um dos pilares de sustentação do império ultramarino português. Esperava-se que esses livros contribuíssem para dinamizar a economia colonial através da promoção do seu aperfeiçoamento técnico, bem como de sua diversificação. Neste sentido, para além da expressão de uma esfera cultural e científica agitada pela Ilustração, esses manuais consistiam em instrumentos de interferência do Estado na realidade econômica do Brasil. O presente trabalho debruça-se sobre a obra *O Fazendeiro do Brasil* com o objetivo de contextualizar e evidenciar em alguma medida o sentido que a mesma possuía para a sua época.

Palavras-chave: *O Fazendeiro do Brasil*; frei Mariano Veloso (1742-1811); manuais agrícolas.

ABSTRACT

At the end of the XVIII century, the Portuguese state sponsored the publication of manuals of agriculture that crossed the Atlantic Ocean towards Brazil. With a didactic language, the books were aimed to promote the colony farmer's instruction in order to improve their methods of production with the contributions of a more scientific agriculture, based on the natural philosophy of the Enlightenment. Published between 1798 and 1806 under the responsibility of Friar José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), the eleven volumes form the collection entitled *O Fazendeiro do Brasil* (*The Farmer of Brazil*). The books are precisely the result of an illustrated colonial policy, which conceived agriculture as one of the pillars of the Portuguese overseas empire. It was hoped that such books would contribute to boosting the colonial economy by promoting its technical improvement, as well as diversification. In this sense, beyond of being the expression of a cultural and scientific sphere agitated by the Enlightenment, these manuals consisted of State's instruments for interference in the economic reality of Brazil. The present work treats of the collection *O Fazendeiro do Brasil* in order to contextualize and to evidence in some extent the sense that it possessed for its epoch.

Keywords: *O Fazendeiro do Brasil* (*The Farmer of Brazil*); Friar Mariano Veloso (1742-1811); agricultural manual.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL..... Academia das Ciências de Lisboa

INCM..... Arquivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda

AHU..... Arquivo Histórico Ultramarino

BNB..... Biblioteca Nacional do Brasil

BNP..... Biblioteca Nacional de Portugal

IANTT..... Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Detalhe da demonstração sobre o modo de fabricar o anil. Fonte: Jerônimo Vieira de Abreu. *Brevíssima Instrução para uso dos Fabricantes de Anil nas Colônias de Sua Majestade Fidelíssima*; Por Jerônimo Vieira de Abreu, Inspetor das fábricas do mesmo Anil e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, 1785. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms., 05, 01, 05..... p. 175.

Figura 2: Detalhe do Plano da reforma das moendas e picadeiros dos engenhos de açúcar de Jerônimo Vieira de Abreu. Fonte: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798, pp. 188-190..... p. 178.

Figura 3: Detalhe do plano da reforma das fornalhas dos engenhos de açúcar, em que só se gasta a terça parte, ou quarta da lenha, que antes se gastava, e para as quais só se precisa da lenha miúda, e não grossa, de Jerônimo Vieira de Abreu. Fonte: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798, pp. 190-192..... p. 181.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO 1: “DOS IMPÉRIOS A SORTE ESTÁ NO ARADO”: ILUSTRAÇÃO, NATURALISMO ECONÔMICO E AGRICULTURA	 18
1.1 A Ilustração e suas repercussões em Portugal e Brasil	18
1.2 Pragmatismo, naturalismo econômico e agricultura: O Estado português como patrono da Ilustração	39
 CAPÍTULO 2: O FAZENDEIRO DO BRASIL: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO	 58
2.1 Frei Mariano Veloso e o estudo da flora fluminense	58
2.2 O centro gráfico e editorial da Casa Literária do Arco do Cego	76
2.3 Ecos da economia política nos prefácios do <i>Fazendeiro do Brasil</i>	97
 CAPÍTULO 3: APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA COLONIAL: OS EXEMPLOS DO AÇÚCAR, DO ANIL E DA COCHONILHA	 115
3.1 O aperfeiçoamento da agricultura colonial: o exemplo do açúcar	115
3.2 A diversificação da agricultura colonial: o cultivo do anil	134
3.3 Uma nova tentativa de diversificação: a cochonilha	145
 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CONTEXTO ADVERSO PARA A AÇÃO DOS IMPRESSOS	 158
 APÊNDICE DOCUMENTAL	 184
 FONTES E BIBLIOGRAFIA	 266
I. Fontes.....	266
A. Fontes manuscritas	266

B. Fontes Imprensas	287
II. Bibliografia	299

INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, intelectuais e estadistas de Portugal e Brasil acreditavam que a agricultura seria uma base estável para a constituição de um império luso-brasileiro próspero e unificado. Esse otimismo não deixava de ter fundamento na realidade. De um lado, os produtos coloniais passavam por um período de grande valorização, fenômeno resultante da ampliação do mercado internacional induzida pelo crescimento da população europeia e pelo avanço da Revolução Industrial. Por outro, Portugal mantinha-se neutro nos principais conflitos que então acirravam a dinâmica política das potências europeias – especialmente Inglaterra, França e Espanha –, o que lhe facultava o estímulo econômico adicional de abastecer mercados inacessíveis a seus concorrentes tradicionais.

Para além dos incentivos comerciais, o advento do racionalismo da Ilustração também contribuiria para consolidar uma visão ao extremo generosa da agricultura, que surgia como uma das mais importantes ferramentas para a realização da felicidade pública, pois com ela o homem obteria sua subsistência e incrementaria suas atividades econômicas. Em última instância, a agricultura passaria a ser considerada como um dos sustentáculos da civilização e dos impérios.

Estes elementos concorreriam para formar uma opinião favorável a iniciativas que propiciassem o desenvolvimento técnico da agricultura tanto em Portugal quanto no Brasil. Na passagem do século XVIII para o XIX, os agricultores da América portuguesa ainda empregavam basicamente os mesmos métodos adotados desde o início da colonização e havia a crescente sensação, em determinados círculos intelectuais e dirigentes, que os recursos naturais começavam a declinar frente a uma lógica de exploração que passava a ser encarada cada vez mais como imediatista e irrefletida. Para promover a modernização da produção agrícola colonial, o Estado português lançaria mão de uma ferramenta de intervenção na realidade típica do universo ilustrado: a palavra impressa. Este seria exatamente o caso do *Fazendeiro do Brasil*.

Publicado entre 1798 e 1806 em Lisboa, *O Fazendeiro do Brasil [...] melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto* é uma coleção de livros dividida em onze volumes e organizados em cinco tomos. Para cada um dos livros seriam compilados e traduzidos um grande número de ensaios sobre a agricultura praticada nas Antilhas inglesas e francesas – vistas como frequentes

contrapontos à realidade da parte portuguesa da América –, além de trabalhos de autores dos Estados Unidos, Europa e mesmo de correspondentes instalados no próprio Brasil. Essas contribuições pretendiam apresentar aos leitores conhecimentos úteis, práticos, que favorecessem o desenvolvimento técnico da agricultura colonial, bem como a sua diversificação, tendo como pano de fundo a ideia básica de promover a instrução dos agricultores. Para tanto, empregava-se uma linguagem considerada acessível e que contava com o auxílio de imagens para ilustrar os conteúdos apresentados. Dos temas abordados, destacam-se: cana-de-açúcar, derivados do leite, índigo, urucum, urumbeba, cochonilha, café, cacau, cravo-da-índia, noz-moscada e algodão.

O responsável pela edição dessa coleção foi José Veloso Xavier (1742-1811), mais conhecido pela posteridade como frei José Mariano da Conceição Veloso. Natural da capitania de Minas Gerais, desembarcaria em Portugal no ano de 1790 graças ao convite do vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809), que então encerrava o seu governo. Era interesse de ambos promover a publicação do livro *Flora Fluminensis*, obra que descreveria as espécies botânicas encontradas pelo religioso franciscano ao longo de quase uma década de viagens realizadas pelas capitanias do Rio de Janeiro e parte de São Paulo. Apesar desse objetivo inicial não ter sido concretizado, os conhecimentos de frei Veloso sobre a história natural e a realidade brasileira lhe garantiriam uma destacada participação na estratégia de divulgar as técnicas de uma agricultura renovada, tida como mais científica por sua íntima relação com os princípios da filosofia natural das Luzes.

Entre 1796 e 1798, frei Veloso passou a se dedicar à publicação de livros técnico-científicos, trabalhando como compilador, tradutor e editor. As obras foram impressas inicialmente de maneira fragmentada e simultânea em várias tipografias particulares de Lisboa, dentre elas a de Antônio Rodrigues Galhardo, João Procópio Correia da Silva e Simão Tadeu Ferreira. Graças ao esforço conjugado dessas tipografias e às orientações do religioso franciscano, os primeiros volumes do *Fazendeiro do Brasil* puderam enfim deixar os prelos no ano de 1798.

Os interesses que cercavam a defesa de uma agricultura renovada não se limitavam ao ajuste da produção agrícola colonial aos parâmetros técnicos e científicos socialmente valorizados pela Ilustração. Efetivamente, a publicação dos manuais agrícolas consistia também numa das facetas de um amplo movimento político de reformas encabeçadas pelo Estado. O aprimoramento da agricultura era visto como um ganho para o sistema de exploração colonial, pois promoveria a dinamização da

economia do império. Apostava-se quase que sem reservas na complementaridade entre metrópole e colônia – aquela como entreposto comercial e esta como fornecedora de gêneros tropicais e de matérias-primas. Em última instância, o que estava em jogo era a manutenção do império ultramarino português e a necessidade de conjugar os interesses de suas duas margens do Atlântico.

Não deve causar surpresa, portanto, que o *Fazendeiro do Brasil* e outros manuais agrícolas publicados por frei Veloso tenham sido patrocinados pelo Estado português, iniciativa que contaria com a destacada atuação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1796 e 1801. Graças à influência política deste ministro, a publicação desses livros práticos terminaria por alcançar uma dimensão apreciável, situação que atingiria seu auge com a fundação da Casa Literária do Arco do Cego, centro gráfico e editorial que funcionou entre 1799 e 1801 e que foi presidido pelo frei Veloso.

Com efeito, em finais do século XVIII, era crescente a interação das autoridades estatais com a *intelligentsia* luso-brasileira, aspecto que marcaria parte considerável da produção intelectual dada a lume no interior do império português naquele momento. Neste contexto, a visão particular encerrada nos livros do *Fazendeiro do Brasil*, verificada em seu conteúdo técnico-científico, isto é, essencialmente prático, consiste numa das expressões mais características do amplo projeto político-econômico do Estado português voltado para o desenvolvimento da agricultura do Brasil.

No presente trabalho, os livros do *Fazendeiro do Brasil* serão abordados de um ponto de vista que privilegie a reconstrução do conjunto de relações e acontecimentos que concorreram para a sua publicação. Busca-se com isto construir uma narrativa capaz de estabelecer uma aproximação histórica que evidencie, ao menos em alguma medida, o sentido dessa obra no contexto de sua época.

***

No primeiro capítulo, intitulado “*Dos impérios a sorte está no arado*”: *Ilustração, naturalismo econômico e agricultura*, evidencia-se como a Ilustração contribuiu para conformar no império ultramarino português uma visão renovada acerca da agricultura. A parte 1.1 *A Ilustração e suas repercussões em Portugal e Brasil* oferece uma breve exposição acerca das transformações ocorridas com o advento da racionalidade das Luzes, sobretudo no nível das ideias. Destacando-se também como

em Portugal o potencial revolucionário deste movimento foi em alguma medida atenuado ou diluído, na esperança de que esta nova forma de pensar servisse à Razão de Estado. A parte seguinte, *1.2 Pragmatismo, naturalismo econômico e agricultura*, apresenta o viés pragmático assumido pelo pensamento ilustrado em Portugal, e como o mesmo foi utilizado no sentido de se fazer um amplo levantamento das riquezas naturais do Brasil, bem como para incentivar o seu desenvolvimento agrícola, destacando-se a relação entre história natural e agricultura.

Já no segundo capítulo, *O Fazendeiro do Brasil: a modernização agrícola e a construção de um império luso-brasileiro*, explicita-se o quanto a publicação de livros técnico-científicos, sobretudo daqueles impressos no centro gráfico e editorial do Arco do Cego, esteve intimamente relacionada ao projeto mais amplo de conformação de um império luso-brasileiro, destacando-se o papel do frei José Mariano Veloso neste mesmo processo. Primeiramente, a parte *2.1 Um inventário da natureza: Frei Mariano Veloso e o estudo da flora fluminense* apresenta os primeiros trabalhos do frei Veloso prestados ao Estado português, que consistiram num amplo levantamento da natureza colonial. Depois, a parte *2.2 O centro gráfico e editorial da Casa Literária do Arco do Cego* oferece um breve panorama tanto da prática de impressão de livros quanto das intenções políticas que nela se materializaram, destacando-se o papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A parte *2.3 Ecos da economia política nos prefácios do Fazendeiro do Brasil* contribui para evidenciar o peso ou a influência de preocupações da esfera econômica para a conformação do projeto político que ensejou a publicação de manuais agrícolas, sendo o *Fazendeiro do Brasil* um dos exemplos mais acabados deste movimento.

O terceiro capítulo, *Aperfeiçoamento e diversificação da agricultura colonial: os exemplos do açúcar, do anil e da cochonilha*, apresenta parte do repertório do discurso agrícola do *Fazendeiro do Brasil*. A primeira parte, *3.1 O aperfeiçoamento da agricultura colonial: o exemplo do açúcar*, evidencia toda a inclinação dos livros em intervir no cotidiano agrícola do Brasil, tendo em vista aprimoramentos técnicos que tornassem a exploração dos recursos naturais da colônia menos agressiva à natureza e mais vantajosa aos produtores. As partes *3.2 A diversificação da agricultura colonial: o cultivo do anil* e *3.3 Uma nova tentativa de diversificação: a cochonilha* apresentam uma das frentes da diversificação da agricultura colonial, a de produção de corantes, concentrando-se, sobretudo, nas expectativas que intelectuais e estadistas estabeleceram para estes ramos.

Para encerrar, as *Considerações Finais: Um contexto adverso para a ação dos impressos* privilegiam a interação das ideias com a realidade, sintetizando os fatores que, ao fim e ao cabo, obstaram a introdução do discurso agrícola do *Fazendeiro do Brasil*, bem como de seus congêneres, na sociedade colonial.

Em suma, esta é a narrativa que se seguirá de forma mais pormenorizada daqui em diante.

CAPÍTULO 1

“DOS IMPÉRIOS A SORTE ESTÁ NO ARADO”: ILUSTRAÇÃO, NATURALISMO ECONÔMICO E AGRICULTURA

1.1 A Ilustração e suas repercussões em Portugal e Brasil

A partir de maio de 1813, as pessoas que eventualmente se dirigissem à loja de Paulo Martin, localizada no número 34 da rua da Quitanda, Rio de Janeiro, poderiam adquirir, pelo valor de 800 réis, um exemplar da quinta edição do periódico *O Patriota: Jornal Literário, Político, Mercantil, &c.* A publicação, que acabava de sair dos prelos da Impressão Régia, apresentava um leque variado de assuntos: agricultura, literatura, gramática filosófica, história e política eram os temas que dividiam suas páginas, bem como a atenção do público. Caso o leitor desejasse o prazer suave da leitura de uma poesia, seu olhar possivelmente recairia sobre os versos do baiano Domingos Borges de Barros (1779-1855) reunidos no poema intitulado *Vantagens da Vida Campestre*. Trazido à luz nessa oportunidade, tal poema fora concluído em data anterior, mais precisamente em 21 de maio de 1806, quando da partida de Paulo José de Melo para a capitania da Bahia. Naquele ano, Borges de Barros – o futuro visconde da Pedra Branca, que então residia em Paris – desejava despedir-se, através de uma carta, do amigo que deixava Lisboa.

Apesar de terem sido compostos por esse motivo, os versos de Borges de Barros não suscitavam sentimentos de pesar – afinal, nem todo adeus deve necessariamente ser triste ou definitivo. Expressavam antes a satisfação do autor em saber que o amigo retornava para casa, pois a América (o Novo Mundo) encerrava em si qualidades que a Europa (o Velho Mundo) já não possuía mais. Aos vícios da corte, ao caos da vida urbana, os versos contrapõem as virtudes da natureza, a bondade e a beleza da vida campestre. Se outrora o deus Apolo encontrava-se com Camões nos campos do Mondego, o que não esperar dos deleites da América, onde “viçosa a Natureza nos circunda”¹. Acaso “velhos hemos de ser, onde ela é nova?”². Enfim, “corramos a abraçar a mestra ilustre [a natureza], que morada firmou nas plagas nossas”³. As

---

¹ Domingos Borges de Barros. “Vantagens da vida campestre; em resposta à carta, em que de Lisboa se despedia, devendo partir para Bahia, Paulo José de Mello, escritas de Paris aos 21 de Maio de 1806”. In: *O Patriota*, n. 5, p. 40, maio de 1813; disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/patriota_1813_1_n5.pdf. Última consulta: 19 de fevereiro de 2017.

² Ibidem, p. 40.

³ Ibidem, p. 40.

palavras de Borges de Barros edificam um cenário neoclássico no qual homens e deuses respiram os mesmos ares. Flora, Ceres, Pomona e Vertuno parecem zelar pela sorte de todo aquele que envereda pelos caminhos da simplicidade que dão acesso à vida do campo. Nem toda prodigalidade da natureza americana, porém, bastaria para conservar em bom estado a existência dos indivíduos que em seu regaço não obrassem. Assim, Paulo José de Melo foi aconselhado pelo amigo a adotar uma postura ativa diante do cenário que o esperava. Ali – com humildade, mas não sem iniciativa – “lê, consulta, medita, atende, estuda o livro, que a teus olhos [a natureza] patenteia; cumpre para atende-lo sério estudo”⁴. Eis que do idílio surge então a curiosa figura de um pastor ativo, sempre atento e observador, que “dos novilhos escolhe o mais formoso, o cordeiro mais forte”, para “da progênie o número aumentar pertença a estes”, não devendo ignorar que “melhora-se a grei, cruzando as raças”⁵. Já na lida da plantação, o bom cultivador “arando as terras, examina os sulcos, semeia, e da semente o curso espreita, como o gérmen rebenta, como cresce, que tempo, que terreno mais lhe quadra, se o fundo, ou flor da terra mais deseja, se o norte lhe convém, se o sul, se o este”, pois “na prática vereis, mais que nos livros, as normas principais da agricultura”⁶.

O poema *Vantagens da Vida Campestre* concilia a visão idealizada do campo com a defesa mundana de uma disposição absolutamente propositiva, curiosa e pragmática em relação à realidade. Na visão de Borges de Barros, a virtude da vida rústica, para além da generosidade da natureza, dependia também do trabalho. Misto da ocupação manual e intelectual na medida em que exigia reflexões quanto aos métodos mais apropriados a serem postos em prática, o trabalho no campo promoveria o aperfeiçoamento moral dos indivíduos. Danoso seria ocupar-se com as intrigas cortesãs, pois “como pode feliz passar os dias, quem de cuidados tais a mente ocupa!”⁷. Melhor seria, uma vez instalado no campo, dedicar-se aos cuidados da família, zelar pelo crescimento das novas gerações. Eis o maior legado que alguém poderia deixar para a sua “Pátria”⁸. Certamente, os bons frutos destes esforços individuais, uma vez conjugados, extrapolariam a esfera do particular, promovendo benefícios para o conjunto da sociedade. Para Borges de Barros, pois, figurava claro que ao longo deste processo

---

⁴ Ibidem, p. 40.

⁵ Ibidem, pp. 40-41.

⁶ Ibidem, p. 41.

⁷ Ibidem, p. 41.

⁸ Ibidem, p. 41.

População, Comércio, Artes, Ciências
Mudam, mudando de cultura as terras
Dos Impérios a sorte está no arado,
Não consiste na lança a força deles⁹.

Da terra, cuidadosa e sistematicamente trabalhada pelo arado do agricultor, germinaria a semente do futuro dos impérios. A visão pragmática – e um tanto quanto poética – de Borges de Barros, longe de representar uma opinião isolada, em última instância refletia o estado de espírito de seu tempo, que depositava no esforço de desenvolvimento da agricultura a esperança de dias melhores.

Em finais do século XVIII e início do XIX, a defesa do préstimo da agricultura para a sociedade, bem como o enlace das atividades agrícolas à “sorte dos Impérios”, deitava suas raízes nas repercussões da Ilustração em Portugal e Brasil, ou seja, na crescente influência do pensamento ilustrado sobre a *intelligentsia* luso-brasileira. Tortuosos, porém, são os caminhos abertos pelo processo de assimilação de ideias e a agricultura nem de longe conseguiu monopolizar para si todas as atenções. Enquanto movimento intelectual, a Ilustração foi absolutamente heterogênea, promovendo disposições que poderiam orientar tanto a conservação quanto a dissolução dos laços coloniais dos quais dependiam a preservação dos impérios. Em meio à efervescência de ideias, era preciso selecionar, separar o útil do perigoso – quando possível, é claro. Engajados nesta tarefa e até certo momento crentes nos benefícios de um futuro comum para as duas margens do Atlântico, intelectuais e estadistas luso-brasileiros navegavam, não raro, por mares deveras agitados.

Em grande medida herdeira das proposições apresentadas pelo Renascimento, a mentalidade das Luzes aprofundou o processo de conversão dos indivíduos na medida de todas as coisas. No século XVIII, a confiança na inteligência do homem – isto é, na sua capacidade de discernir o certo e o errado, o verdadeiro e o falso – foi intensificada, tensionada até ao que se acreditava ser o seu limite. Vivia-se, como bem resumiu Fernando A. Novais, o “Primado da Razão”¹⁰.

De fato, conforme defendeu Ernst Cassirer, os ilustrados teriam encontrado na razão a força motriz de sua filosofia, atribuindo-lhe, em consequência, um significado

---

⁹ Ibidem, pp. 41-42.

¹⁰ Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 8ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1995, p. 214.

inteiramente renovado. A especificidade de seu pensamento se inscreveria na apropriação crítica da herança intelectual de pensadores do século XVII, que, no geral, concebiam a razão como a região das verdades eternas, comuns ao espírito humano e divino. Os sistemas metafísicos do seiscentos, ao confundirem a razão com o domínio do inteligível, tendiam a submeter a compreensão do real a esquemas essencialmente abstratos. Por conseguinte, a construção do conhecimento sobre algo partiria das ideias, de certezas fundamentais, que poderiam ser tanto a existência de Deus quanto um princípio estabelecido *a priori*, como um axioma – por exemplo, o “penso logo existo” (“*cogito ergo sum*”) de René Descartes (1596-1650). Donde o amplo empenho de pensadores seiscentistas na construção de sistemas filosóficos que localizassem o objeto a partir de princípios preestabelecidos – espécie de dedução sistemática que se convencionou chamar “espírito de sistema” (“*esprit de système*”)¹¹.

No século XVIII, os ilustrados retiraram da razão o seu peso de dogma. Deixaram de concebê-la como “um conteúdo determinado de conhecimentos, de princípios, de verdades, preferindo considerá-la uma energia, uma força que só pode ser plenamente percebida em sua ação e em seus efeitos”. Neste movimento, ela foi convertida em método, numa “forma de aquisição” de conhecimentos, cabendo-lhe, sobretudo, orientar os indivíduos na busca do saber e na demonstração da verdade¹². Por trás da multiplicidade de ideias que se desenvolviam, lá estava ela, a Razão, como uma espécie de núcleo que articulava os diferentes componentes intelectuais que conformavam a mentalidade das Luzes. Em última análise, ela era “o ponto de encontro e o centro de expansão do século [XVIII], a expressão de todos os seus desejos, de todos os seus esforços, de seu querer e de suas realizações”¹³.

O racionalismo da Ilustração consistia numa nova forma de filosofar, cujo método inspirava-se principalmente nos modelos de análise desenvolvidos pelas ciências naturais de seu tempo, sobretudo pela física newtoniana. Nos três volumes dos *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica* (*Princípios Matemáticos da Filosofia Natural*), publicados em 1687, Isaac Newton (1643-1727) apresentou as leis universais de atração dos corpos. Como destacou Carl L. Becker, “parecia que a natureza finalmente havia se aproximado dos homens, próximo o bastante para se tornar tangível

---

¹¹ Ernst Cassirer. *A filosofia do Iluminismo*. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, pp. 19-65.

¹² Ibidem, p. 32.

¹³ Ibidem, p. 22.

e claramente visível em todos os seus detalhes portentosos”¹⁴. Para parte significativa dos leitores, contudo, “não lhes valia grande coisa o dito de que ‘a reação é sempre igual e contrária à ação’”¹⁵, parecendo mais interessante retirar da linguagem hermética dos livros os meios pelos quais o autor dava a conhecer fatos tão notáveis, que ofereciam à natureza perfeição e precisão jamais vistas até então. Ou seja, ao público interessava também perscrutar a “filosofia newtoniana”. Este foi justamente o caminho percorrido pelos ilustrados que encontraram nas “*Regulae philosophandi* de Newton” o apoio necessário para “resolver o problema central do método da filosofia”¹⁶.

De acordo com Cassirer, “a via newtoniana não é a da dedução pura mas a da análise”. Toda investigação deveria começar pelo exame minucioso do fato em si mesmo, para, posteriormente, definir-se os princípios – abstratos – de sua legalidade. Deste modo, a observação e a experiência foram convertidas em poderosos instrumentos cognitivos. Com elas, poder-se-ia finalmente penetrar a ordem, a natureza de todas as coisas. Como resumiu Cassirer, “o encaminhamento do pensamento não vai [...] dos conceitos e dos axiomas para os fenômenos, mas o inverso. A observação é o *datum* [o concedido]; o princípio, a lei, o *quaesitum* [a questão]”. Em outras palavras, “os fenômenos são o dado; os princípios, o que é preciso descobrir”¹⁷. Ao método analítico se conciliaria ainda o pensamento matemático, único capaz de articular e representar com exatidão a estrutura de elementos que compõe a forma imanente do fato. Aliás, era precisamente esta estrutura que noções abstratas prévia e arbitrariamente estabelecidas não poderiam reconstruir. Enfim, à lógica da dedução, Newton contrapôs a lógica dos fatos¹⁸.

Ao buscar nos paradigmas metodológicos das ciências físico-naturais o modelo para a sua filosofia, a Ilustração apresentou uma solução teórico-metodológica que conciliou filosofia e ciência. Estavam dadas as condições para o triunfo da “perspectiva empiricista, cientificista, que informa todo o andamento do pensar ilustrado no século XVIII”¹⁹, como bem lembrou Novais. De fato, as novidades que então se vislumbravam não eram de menor importância, pois seus impactos podiam ser sentidos nas mais diversas esferas da existência. A via empírica e cientificista tomada pelo pensamento ilustrado resultou numa filosofia pouco afeita a uma conformação meramente abstrata.

¹⁴ Carl L. Becker. *La ciudad de Dios del siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943, p. 68.

¹⁵ Ibidem, p. 70.

¹⁶ Ernst Cassirer, *op. cit.*, 1992, pp. 24-26.

¹⁷ Ibidem, pp. 24-26.

¹⁸ Ibidem, pp. 25-26.

¹⁹ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 1995, p. 216.

Assim, o esforço especulativo deveria ensinar a construção de conhecimentos suscetíveis de aplicações práticas.

Aos ilustrados, portanto, interessava desenvolver reflexões cujos impactos fossem sentidos na realidade, natural ou social. Por isso assumiam, com satisfação, a prerrogativa de se debruçar sobre o real, esboçar seus contornos, evidenciar a sua natureza. Nestes termos, a filosofia da Ilustração não se comportava como um conhecimento que pairava sobre outros, mas sim como um campo que incluía tudo e no qual os fundamentos do direito, da história, da política, da economia, das ciências naturais e da teologia, entre tantos outros, eram estabelecidos, todos sob orientação direta e irrestrita da Razão.

De acordo com Cassirer, a época das Luzes “foi a primeira a descobrir e a afirmar apaixonadamente a autonomia da Razão, e a impô-la em todos os domínios da vida”²⁰, incluindo aí “aquela ordem de coisas que se nos manifesta pela existência do Estado e da sociedade”²¹. O social, assim como o mundo físico-natural, foi submetido à lógica analítica do racionalismo da Ilustração; dividido em partes e cuidadosamente examinado. Neste exercício, os homens, finalmente, teriam se deparado com a estrutura de instituições que determinavam o seu destino, que preestabeleciam o seu lugar no mundo. Mas, ao que parece, haviam abandonado “a anuência e a obediência passiva” de outrora. Sem demora, “a faculdade do pensar, assim que é despertada no homem, fã-lo erguer-se incansavelmente contra essa espécie de realidade. A sociedade é intimada a comparecer perante o tribunal da Razão”²².

Ao mesmo tempo que desvelavam as estruturas do social, os indivíduos, servindo-se do racionalismo da Ilustração, sentiam-se aptos ou mesmo obrigados a corrigir tudo aquilo que fosse de encontro ao desenvolvimento natural de sua realização individual. Cada vez mais sentiam a necessidade de amenizar o peso da opressão secular que instituições como a Igreja e o Estado depositavam sobre suas costas. Convencidos da universalidade do direito à felicidade, os homens já não se contentavam com a espera cristã de um paraíso celeste. Para eles, o acúmulo do conhecimento da ordem das coisas franqueava a arquitetura do social. Por conseguinte, a “Cidade de Deus”, a pouco e pouco, assumia uma natureza terrena, isto é, poderia ser alcançada ainda em vida através do amplo esforço de aperfeiçoamento do mundo.

---

²⁰ Ernst Cassirer. “Prefácio”. In: *op. cit.*, 1992, p. s/n.

²¹ *Ibidem*, pp. 38-39.

²² *Ibidem*, p. 39.

Não por acaso, crescia o interesse por questões mais práticas ou concretas relacionadas à reforma da sociedade. Política, economia, história, direito, química, física, medicina, artes (especialmente em sua acepção de técnica) e agricultura despertavam cada vez mais atenção justamente por sua utilidade e aplicabilidade na solução de problemas que há tempos assolavam a vida das pessoas em geral. Os indivíduos, contudo, depararam-se com estruturas sociais consolidadas e que na maior parte das vezes ofereceram ferrenha resistência, pois nem todos estavam dispostos a abrir mão do estado vigente das coisas, ciosos que eram da segurança e vantagens proporcionadas pela estabilidade. No geral, a perspectiva de mudança causava incômodo e o estatuto social dos privilegiados dependia diretamente da manutenção das instituições tais como sempre foram. Da análise exaustiva da sociedade logo viria a crítica e dela a crise.

A crise teria se manifestado inicialmente no nível da consciência. Para Paul Hazard, seus primeiros passos teriam se dado entre 1680 e 1715, período em que boa parte das disposições mentais de meados e finais do século XVIII começavam a esboçar contornos mais nítidos. Contrapondo-se à estabilidade, “a Razão deixara de ser uma sabedoria equilibrada e se tornara uma audácia crítica”, que impunha o movimento²³. Os primeiros atritos ocorreram entre a filosofia e a teologia. Os ilustrados, investindo contra o clima de opinião geral, começaram por questionar a verdade revelada nas Sagradas Escrituras, tendo como alvo o domínio da tradição eclesiástica. Nestes termos, “as noções mais comumente aceitas – a do consenso universal, que provava a existência de Deus, e a dos milagres – foram postas em dúvida”²⁴. Se, por um lado, “relegava-se o divino a céus desconhecidos e impenetráveis”, por outro, “o homem, e somente o homem, passava a ser a medida de todas as coisas; ele próprio era a razão de sua existência e de seu fim”²⁵. A crescente confiança na capacidade humana contribuiria para o desenvolvimento do individualismo, que, num primeiro momento, visava, sobretudo, a defesa da autonomia ou liberdade do indivíduo em relação à tutela moral e religiosa da Igreja. Concomitantemente, algo parecido se passava em relação à tutela política do Estado. Como bem observou Hazard, “os novos filósofos tentaram substituir uma civilização fundada sobre a ideia do dever – os deveres perante Deus, deveres

---

²³ Paul Hazard. *A crise da consciência europeia: 1680-1715*. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. Revisão da tradução Carlos Deane. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p. 14.

²⁴ Ibidem, p. 14.

²⁵ Ibidem, p. 14.

perante o príncipe – por uma civilização fundada na ideia de direito”²⁶. Então, aspirava-se pelos “direitos da consciência individual, os direitos da crítica, os direitos da razão, os direitos do homem e do cidadão”²⁷.

Efetivamente, ao longo do século XVIII, a crítica – intimamente ligada à moral particular do indivíduo, que paulatinamente se destacava da religiosa – passou a atacar as bases do absolutismo, colocando em crise as estruturas política e social do que se convencionou chamar de Antigo Regime. Na visão de Reinhart Koselleck, a ascensão social da burguesia teria contribuído para este processo, pois a ela estavam associados novos conceitos e valores, em suma, uma nova visão de mundo que trazia consigo um enorme potencial revolucionário. Num crescente, os fundamentos morais burgueses excitavam o espírito dos indivíduos, orientando seu juízo sobre a ordem que organizava a sociedade. O rigor da crítica ao poder absoluto dos reis, portanto, estava em grande medida vinculado ao processo de efervescência social. Para Koselleck, precisamente no interior deste processo, e com a intenção de legitimá-lo, teria surgido a “filosofia burguesa da história”²⁸. Nela foram encontrados “os conceitos que justificaram a ascensão e o papel da burguesia”²⁹. Mais do que uma noção cronológica do tempo, buscava-se antes atribuir à história um sentido. A crítica encontrou na história precioso auxílio para deflagrar a crise e, ao mesmo tempo, antecipar sua solução, convertendo o devir histórico numa ordem planificável. Apontava-se em algum momento do passado o triunfo dos vícios que assolavam o presente a fim de se alicerçar a edificação de um futuro virtuoso. A burguesia, portanto, fundava uma visão progressista e utópica do futuro. Muito graças à sua autoconsciência histórico-filosófica, ela acreditava ser o principal agente das mudanças que então se esboçavam, papel este que a própria marcha do progresso da humanidade, irreversível que era, havia lhe concedido de algum modo. Consequentemente, seus projetos geralmente assumiam pretensões de caráter universal. Como salientou Koselleck, “em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, minava internamente a ordem do sistema absolutista”³⁰.

No tocante à problemática da organização política da sociedade, os ilustrados propuseram reformas, bem como rupturas. Voltaire, François Marie Arouet (1694-

---

²⁶ Ibidem, p. 15.

²⁷ Ibidem, p. 15.

²⁸ Reinhart Koselleck. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castello Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 14.

²⁹ Ibidem, p. 10.

³⁰ Ibidem, p. 10.

1778), por exemplo, defendeu as qualidades de uma organização política baseada nas decisões de um monarca entrosado com as orientações da Razão; o despotismo ilustrado, aliás, também tivera como um de seus defensores Denis Diderot (1713-1784). Por sua vez, Charles-Louis de Secondat (1689-1755), barão de Montesquieu, propôs em seus escritos a construção de uma república inspirada no modelo romano, baseada na divisão dos poderes e na virtude de seus governantes. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), por seu lado, defendeu a pertinência de um governo republicano cuja soberania coubesse aos cidadãos, que a exerceriam através da manifestação de sua vontade geral. Por fim, Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat (1743-1794), marquês de Condorcet, propôs o voto universal. Ideias como estas, se não causaram diretamente o debacle do Estado absolutista, ao menos contribuíram para desnaturalizar sua ordem política diante da opinião pública que celeremente se formava e adquiria mais e mais força. De qualquer forma, na França, onde a efervescência de ideias da Ilustração atingiu a sua face mais radical, os eventos políticos se encaminharam para a Revolução de 1789, na qual o rei Luís XVI foi condenado à morte na guilhotina pelos revolucionários. Em suma, ao longo do século XVIII, a crítica contribuiu sobremaneira para escancarar as portas da crise do Antigo Regime.

Pelo menos nos idos de 1806, as intenções de Borges de Barros eram mais conciliadoras, visto que o seu ideal pacífico de vida campestre aparentemente não sugeria conteúdo contestatório. Assim como em outros lugares da Europa, na Península Ibérica também manifestar-se-ia a crença ilustrada de que tanto a natureza como a sociedade poderiam ser moldadas, ou melhor, aperfeiçoadas pela Razão. No conjunto e no essencial, porém, a repercussão da Ilustração em Portugal – quando comparada a outras regiões, sobretudo a França – apresentou uma disposição bem mais moderada, com o ímpeto revolucionário da crítica consideravelmente atenuado. No geral, embora tenha ocorrido alguns sobressaltos ou tensões, observou-se o meio-termo. Além do mais, nenhuma revolução ou movimento radicalizou-se ao ponto de conduzir o rei à guilhotina.

Para tal resultado, contribuiu a estreita relação do Estado aos influxos do racionalismo ilustrado em Portugal, ligação que desde muito cedo esboçou seus primeiros contornos e foi se consolidando pouco a pouco. Como bem sintetizou Lília Moritz Schwarcz, Portugal “oferece um caso interessante para pensar numa versão estatizante dessa filosofia e para que se questionem vínculos por demais imediatos entre essa teoria e visões de liberdade” pois, ao fim e ao cabo, “a entrada de novas ideias não

levou ao final da censura e do cerceamento das práticas individuais”³¹. Na concepção de Fernando A. Novais, a situação de atraso econômico e de relativo isolamento cultural foi decisiva para orientar os possíveis rumos do pensamento crítico ilustrado em Portugal, bem como para fixar os limites das reformas que então ocorreram³².

Graças à Restauração de 1640, D. João IV (1604-1656) tornou-se rei de Portugal, dando fim ao período de união dinástica das coroas ibéricas (1580-1640). O fim do domínio espanhol, contudo, trouxe consigo a preocupante constatação da situação de ruína do Estado da Índia. Com efeito, ao longo de décadas, os enclaves comerciais portugueses no Oriente, pouco guarnecidos, foram os alvos prediletos das rebeldes Províncias Unidas em sua guerra contra a Espanha. As consequências negativas desta situação para as finanças do Estado português perdurariam ao longo da segunda metade do setecentos. Tais dificuldades – ao lado das influências de uma mentalidade barroca – concorreram em alguma medida para suscitar no espírito dos indivíduos mais atinados a incômoda sensação de testemunharem o que acreditavam ser o estado de decadência de Portugal. Em princípios do século XVIII, tornava-se cada vez mais generalizada a percepção de que os portugueses há muito haviam abandonado os tempos gloriosos de outrora, donde a crescente urgência de reformas capazes de restaurar a grandeza que então parecia perdida – entendimento que talvez tenha contribuído para tornar intelectuais e estadistas portugueses mais receptivos às novidades da Ilustração.

Como bem destacou Novais, a mobilização da mentalidade ilustrada também assumia o caráter de atualização de Portugal em relação aos países modernos da Europa, sobretudo aqueles situados além dos Pirineus. De fora, principalmente da França e da Inglaterra, vinha a filosofia que poderia explicar – ou mesmo solucionar – o problema do atraso português. Por consequência, as reformas não eram vistas tão somente como uma “promoção das Luzes”, mas também “como uma maneira de superar o atraso, tirar a diferença, e portanto mais urgentes, donde a precocidade com que são atacadas”³³. Advém daí, o nítido “descompasso entre a ‘teoria’ e a ‘prática’, isto é, entre a elaboração do pensamento e a sua aplicação”³⁴. Se, por um lado, a Ilustração portuguesa

---

³¹ Lília Moritz Schwarcz; Paulo Cesar de Azevedo; Angela Marques da Costa. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 83.

³² Fernando A. Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 167.

³³ *Ibidem*, p. 168.

³⁴ *Ibidem*, p. 167.

precocemente enveredou pelos caminhos do reformismo, por outro, caracterizar-se-ia mais pela importação de ideias do que pela sua geração propriamente dita.

Ao que tudo indica, as primeiras manifestações da Ilustração em Portugal remontariam o final do século XVII, mais precisamente ao ano de 1696, quando foram realizadas as primeiras “Conferências Discretas e Eruditas” que reuniram patricios e estrangeiros em torno de discussões sobre filosofia e literatura. Patrocinadas pelo 4º conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), essas reuniões pareciam espelhar a influência de uma orientação cartesiana. Seria, porém, no reinado de D. João V (1689-1750), que as tendências se efetivariam. Foi precisamente o que se passou na Congregação do Oratório de São Filipe de Nery, ordem religiosa criada em Roma em 1550 e residente em Portugal desde 1668. Apoiados pelo próprio rei, “empenhavam-se os nérís por difundir o racionalismo moderno, por aclimar as Luzes”³⁵ à realidade portuguesa, oferecendo cursos públicos de moral, teologia, filosofia, retórica e gramática. Com o patrocínio de D. João V, a Academia Real de História – fundada em 1720 – financiou bolsistas, contratou mestres estrangeiros e promoveu a engenharia química, a balística e a cartografia, atendendo a necessidades políticas e militares.

Nem sempre a nova filosofia encontrou guarida nos quadros eclesiásticos, pois determinados setores da Igreja, e sobretudo no início, promoveriam dura oposição à Ilustração. Nos países ibéricos, de uma forma geral, a defesa da rigorosa observância da ortodoxia católica funcionou por algum tempo como uma espécie de barreira contra a renovação das formas de se pensar ou agir. Para aqueles que insistissem em romper a inércia que embalava o espírito dos indivíduos, lá estava o influente Tribunal da Inquisição com seus poderes de polícia, sempre atento e disposto a controlar eventuais distúrbios à ordem instaurada. Mesmo D. João V não queria – ou não podia – se indispor com o poder temporal eclesiástico, pois além da política com a Santa Sé, pesava sua própria consciência cristã. Se as novidades filosóficas, por um lado, pareciam interessantes e merecedoras ao menos de algum espaço em Portugal, por outro o monarca não deixou de destinar vultosas contribuições para Roma, recebendo do Papa o bem-aventurado título de “Fidelíssimo”, além de conquistar para Lisboa a honrosa posição de Sé patriarcal.

Não obstante, o isolamento intelectual de Portugal foi algo relativo. O próprio desenvolvimento corriqueiro de atividades vitais para o reino, como o comércio ou a

---

³⁵ Idem, *op. cit.*, 1995, p. 222.

diplomacia, funcionava como um poderoso meio de informação, visto que junto com as pessoas circulavam as ideias e precisamente neste cenário surgiu a figura do “estrangeirado”. No século XVIII, segundo consta, esta era a designação conferida aos indivíduos detentores de ampla vivência internacional e familiarizados com ideias e costumes que a princípio correspondiam mais aos de outros pontos da Europa que aos de Portugal. Para Antônio Sérgio, o “estrangeirado” seria uma figura quase que redentora; o principal responsável pela chegada das Luzes em terras luzas, a “bela falange [que] como um plenilúnio, iluminou esperançosamente, na segunda metade do século XVIII, a nossa noite intelectual”³⁶, rompendo assim as barreiras impostas pela censura inquisitorial ao pensamento ilustrado. Há algum tempo, porém, o termo “estrangeirado” tem sido alvo de reavaliações críticas que destacam a natureza pouco precisa desse conceito, bem como a inexistência de um grupo homogêneo de personagens única e exclusivamente imbuídos da missão de retirar Portugal de seu absoluto isolamento cultural³⁷.

De qualquer modo, a posição e a influência política de alguns desses estrangeirados não se mostrou de somenos importância. Assim teria sido, por exemplo, com D. Luís da Cunha (1662-1749), que serviu D. João V como diplomata em Londres, Madri e Paris. Seus alvitre e suas críticas – com destaque para o seu *Testamento Político* (1748) – decerto possuíam algum peso. O rei, aliás, reconhecendo a utilidade destes elementos, não raro lançou mão de tal expediente, encaminhando para a diplomacia do reino “espíritos inquietos”, pois, como destacou Novais, “não foi D. João V apenas beato e freirático, mas também estadista, que as duas coisas necessariamente não se excluem”³⁸.

Para Kenneth Maxwell, apesar das “agitações intelectuais” que tiveram lugar no Portugal da primeira metade do setecentos, o reino não possuía uma boa imagem no restante da Europa, sendo constantemente concebido como casa do fanatismo e da superstição. Certa vez, ao se referir a D. João V, Voltaire lamentava, de forma um tanto quanto chistosa, o fato de que o rei “quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma

³⁶ Antônio Sérgio. “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. In: *Ensaio*. Lisboa: Sá da Costa, 1971-1975. Tomo 2, p. 44.

³⁷ Tiago C. P. dos Reis Miranda. “‘Estrangeirados’: a questão do isolamento português nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, 123/124: pp. 35-70, 1990/1991.

³⁸ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 1995, p. 221.

amante, arrumava uma freira”³⁹. Por outro lado, a riqueza que, desde a última década do século XVII, era retirada dos aluviões do Brasil tampouco foi suficiente para conferir aos portugueses um conceito mais positivo no cenário internacional. De forma desmedida, o ouro era destinado para funções que pouco ou quase nada impactavam de fato no desenvolvimento dos setores produtivos da metrópole, sendo em grande parte empenhado na compra de manufaturas e artigos de luxo estrangeiros, sobretudo ingleses. A longo e médio prazo, o consequente desajuste da balança comercial, ao diminuir consideravelmente as vantagens ou estímulos da exploração colonial, concorreu para debilitar a economia portuguesa, tornando-a cada vez mais dependente da Inglaterra.

Em meados do século XVIII, Portugal ainda carecia de reformas concretas que pudessem definitivamente arejar sua atmosfera mental, fortalecer sua economia e lhe proporcionar maior protagonismo na política internacional. O que ninguém poderia imaginar, porém, era que desafios ainda maiores se aproximavam e tampouco que eles irromperiam de súbito e com força desmedida.

O dia 1º de novembro de 1755, data na qual se celebrava o dia de Todos os Santos, foi abalado por sucessivos tremores de terra. Um poderoso terremoto sacudiu Lisboa, lançando suas pesadas estruturas ao chão e condenando à morte centenas de pessoas. As tristes desventuras que tomaram lugar em um sábado dedicado aos santos mártires gravaram com violência um trauma profundo no espírito coletivo. Vistos como um fenômeno natural por alguns, esses terríveis acontecimentos seriam considerados pelos mais crentes como um castigo divino, uma clara demonstração da fúria de Deus diante dos pecados do homem.

Em meio a essa crescente crise de consciência, D. José I (1714-1777), que havia iniciado seu reinado alguns anos antes (1750-1777), tinha em mãos uma verdadeira hecatombe a enfrentar. Tarefa hercúlea para a qual pôde contar com a decisiva atuação de seu secretário Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) – conde de Oeiras e marquês de Pombal, título pelo qual passou a ser mais conhecido pela posteridade. Originário de uma família de pequenos fidalgos, esse homem de estirpe modesta havia passado discretamente pela Real Academia de História e adquirido experiência diplomática na Inglaterra e Áustria. Suas qualidades seriam lembradas por D. Luís da Cunha em seu *Testamento Político*, dedicado ao príncipe D. José, então futuro rei.

---

³⁹ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 17.

Nomeado primeiro secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756) e depois secretário de Estado e Negócios do Reino (1756-1777), Pombal enxergou no infeliz desastre que devastou Lisboa a tão esperada oportunidade para se implementar uma ampla política de reformas, de planificar e construir no presente o que acreditava ser um futuro grandioso para Portugal.

Ao que tudo indica, ele reuniu a frieza ou o distanciamento necessária para debelar o cenário de destruição e insegurança instaurado pelo terremoto. Entre novembro e dezembro de 1755, pôs em prática medidas para atender os feridos, enterrar os mortos, garantir a entrada de mantimentos, controlar a crescente criminalidade, desentulhar as ruas, drenar a água acumulada pelo avanço do mar sobre a cidade, nivelar os terrenos e avaliar o estado das construções remanescentes. Passado o período das ações emergenciais, inaugurou-se o tempo do planejamento e da reconstrução. Em seu *Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião do memorável Terramoto do 1º de novembro de 1755*, Pombal deixou claro que aquele era o momento de providenciar não só a reconstrução de Lisboa, mas a construção de um novo Portugal. Para ele, “a política não é sempre a causa das revoluções de Estado”, uma vez que “fenômenos [naturais] espantosos mudam frequentemente a face dos Impérios”. Assim, “dirão é necessário que sobre a terra se transportem províncias, que se subvertam cidades para dissipar as cegueiras de certas nações, ilustrá-las no conhecimento dos seus verdadeiros interesses”, ao que conclui que “sim, atrevidamente o digo, em um certo sentido é necessário”⁴⁰.

De forma conjunta, engenheiros militares, topógrafos e arquitetos observaram, mediram, calcularam e dividiram o sítio de Lisboa a fim de reergue-la. A nova cidade seria marcada pela regularidade, expressa na retidão de suas ruas, na angulação de suas esquinas e na relativa padronização da altura e do estilo de seus edifícios. Tudo para criar um ambiente harmonioso, mais seguro e salubre. O ponto que mais suscitou a atenção quiçá tenha sido o destino do Terreiro do Paço, lugar onde ficava o palácio real, destruído pelo terremoto. Para esta última questão, Pombal também possuía seus planos.

Depois de algum debate e anos de construção, a nova, ampla e retilínea Praça do Comércio foi inaugurada em 6 de julho de 1775, substituindo o antigo Paço real. Nesta data marcada por festividades, o secretário também desvelaria uma enorme estátua

---

⁴⁰ O documento foi citado por: Lilia Moritz Schwarcz, *op. cit.*, 2008, p. 96. Segundo a autora, existe uma cópia do documento original na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil – FBN/ms. I, 12, 1, nº 14. No documento consta a seguinte inscrição: “Por uma cópia fiel do seu original autógrafo que existia no cartório do preclaríssimo desembargador G no ano de 1783”.

equestre do rei D. José I, localizada precisamente no centro do novo espaço, na qual o monarca era retratado de forma imponente, vestindo armadura e montando um cavalo em elegante trote sobre um leito de serpentes. No pedestal da gloriosa estátua estava esculpido o busto do mais poderoso secretário do rei – o próprio Pombal. Nada ali era gratuito e tudo fora pensado para causar um efeito claro: promover o prestígio social do rei e de seu secretário, valor e influência imprescindíveis em uma sociedade do Antigo Regime. Não por acaso, Pombal havia supervisionado de perto a construção de cada detalhe.

Tampouco a disposição geral da nova praça foi obra do acaso, a começar pelo nome escolhido, adiantado pelo próprio secretário num aviso de 19 de junho 1759. Identificada com a designação da atividade e do grupo social que então o Estado pretendia favorecer, isto é, os comerciantes, a Praça do Comércio foi cercada por edifícios que sediariam os serviços públicos, tribunais, a alfândega e a Bolsa dos Comerciantes, privilegiando assim atividades tidas como úteis, signos da modernidade. Já a vida cortesã de outrora seria transferida para sítios mais afastados do centro urbano, para a Ajuda e para Queluz, locais onde estavam localizados os palácios da família real.

A arquitetura da Praça do Comércio, na realidade, materializava a essência de um projeto político mais amplo. Conforme destacado por Maxwell, enquanto filósofos do restante da Europa, entre eles Voltaire e Rousseau, debatiam acerca do significado filosófico do desastre, “a reação em Portugal era mais prosaica” e Lisboa seria transformada num centro comercial e administrativo. Por trás de tudo isso, “o planejamento urbano e arquitetônico de Pombal tinha como objetivo celebrar a independência econômica nacional e um Estado moderno, bem-regulado e utilitário. Destarte esse planejamento sintetizasse o que Pombal esperava alcançar para Portugal como um todo”⁴¹.

Ao longo de seu exercício, o secretário de D. José I empenhou-se numa ação política de claro fortalecimento do poder real frente aos estratos mais elevados da nobreza e do clero que, não raro, apresentavam óbices ao pleno arbítrio do rei. No plano econômico, este projeto de monarquia absoluta estava atrelado à fomentação de políticas de orientação preponderantemente mercantilista. Neste sentido, pareceu-lhe imperioso favorecer o desenvolvimento de determinados setores da burguesia mercantil portuguesa através da concessão de privilégios no comércio com o Brasil, sobretudo

---

⁴¹ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, 1996, p. 27.

monopólios, derivando em uma política de companhias comerciais amplamente utilizada. Além disso, o fortalecimento da economia de Portugal também dependia do incentivo ao ramo manufatureiro, bem como do incremento da produção agrícola tanto da metrópole quanto da colônia. Em última instância, o grande objetivo de Pombal nesta área era o de combater a influência inglesa na economia local.

Tais projetos não saíam do papel sem enfrentar a oposição dos setores mais conservadores da sociedade. Ao longo dos séculos, a Igreja Católica havia alcançado grande poder e influência nos países ibéricos, adquirindo avultado patrimônio, a posse de grandes extensões de terra e o gozo de diversos privilégios. O processo de centralização do poder nas mãos dos reis – Carlos III na Espanha e D. José I em Portugal – quase que inevitavelmente acabou por suscitar um choque de interesses, oposição manifesta, entre outras esferas, nos conflitos verificados entre o Estado e a Companhia de Jesus.

E aqui, mais uma vez, Portugal tomaria a dianteira dos eventos. Em termos formais, o estopim – ou melhor, o pretexto – que inaugurou o embate aberto teria sido o suposto envolvimento de membros da ordem no frustrado atentado contra a vida D. José I levado a cabo na fatídica noite de 3 de setembro de 1758. Sob tortura, os envolvidos – e aqui se destacava a família Távora, nobres da mais alta estirpe – teriam confessado a cumplicidade de alguns padres no infeliz evento. Outros acontecimentos, porém, teriam contribuído para a formação do péssimo conceito dos jesuítas frente ao Estado, com destaque para a disputa da tutela dos povos indígenas no Brasil – especialmente no Estado do Grão-Pará e Maranhão, bem como no território dos Sete Povos das Missões.

Fato é que se o atentado contra o rei foi suficiente para condenar os Távora ao suplício judiciário, para os jesuítas custou o confisco de seus bens, assim como a expulsão da ordem religiosa do império português no ano de 1759. Vale mencionar que ambas condenações foram veementemente defendidas por Pombal, figura política que adquiria mais e mais poder. Com tal desfecho, Portugal abria um precedente de significativa importância, pois já em 1764 a França seguiria seu exemplo, e logo depois viria a Espanha em 1767. Como destacou Gonzalo Alvarez Anes para o caso espanhol, em última instância também estava em jogo a defesa dos “direitos ou proeminências ou prerrogativas que exercia o soberano em virtude de sua suprema autoridade e potestade em todo o temporal”⁴².

---

⁴² Gonzalo Alvarez Anes. *El siglo de las Luces*. Madrid: Alianza Editorial, 2007, p. 245.

Contudo, a primeira oposição à atuação da Igreja ocorreria no plano das ideias. A ortodoxia católica em Portugal oferecia dura resistência às novidades filosóficas que se disseminavam pela Europa setecentista, com a censura da Inquisição somando-se ao controle exercido pelos jesuítas sobre as instituições de ensino. Em termos práticos, os inicianos promoviam a educação dos mais jovens na atmosfera intelectual da escolástica, enquanto o controle inquisitorial, concomitantemente e de forma complementar, contribuía para manter o clima geral de opinião sob o estrito controle da moral cristã. Não por acaso, os intelectuais que se opunham a tal situação descobriram muito cedo que o esforço de atualização mental de Portugal deveria necessariamente apoiar-se numa ampla reforma pedagógica. Ao menos, esta parece ser a preocupação de fundo que perpassam as reflexões de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743) nos *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734) e de Luís António Verney (1713-1792) no *Verdadeiro método de estudar* (1746), bem como aquelas de António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) e no *Método para Aprender a Estudar Medicina* (1763)⁴³.

Em grande medida, podemos observar no reinado de D. José I os desdobramentos práticos destas tensões. O marquês de Pombal, que certamente não passou ao largo do debate, assumiria um papel ímpar neste processo. De fato, sob as orientações do secretário deu-se início a um amplo movimento de reforma do ensino em Portugal. Um dos primeiros marcos desse movimento reformista foi a fundação, em 1761, do Real Colégio dos Nobres. Voltado para os filhos da nobreza portuguesa, o objetivo básico desta instituição era o de promover a formação de uma elite intelectual capaz de ocupar cargos da administração pública e posições relevantes nas forças armadas. Tendo aberto suas portas em 1766, o Colégio dos Nobres empregava professores estrangeiros e ministrava, conforme arrolou Alex Gonçalves Varela, classes de línguas (latim, grego, francês, inglês e italiano), de ciências matemáticas (com destaque para geometria, trigonometria, álgebra e cálculo integral) de ciências físicas (ótica, dióptrica, catóptrica e astronomia), geografia, náutica, arquitetura militar e civil, desenho e física, sendo que o ensino da física experimental seria introduzido sob a responsabilidade do professor italiano Giovanni Antonio dalla Bella (1730-1818)⁴⁴.

⁴³ António Braz Teixeira. “A filosofia jurídica”. In: Pedro Calafate (dir.). *História do pensamento filosófico português*. Volume 3, As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 64.

⁴⁴ Alex Gonçalves Varela. “*Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português*”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrade e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006, p. 61.

Dois anos mais tarde, em 1768, seria criada a Real Mesa Censória, instituição que, entre outras funções, assumiria a responsabilidade de dirigir e fiscalizar matérias relativas ao ensino.

Um dos mais importantes episódios do reformismo ilustrado em Portugal foi a reforma da Universidade de Coimbra. Em 1770, o rei D. José I criou a Junta de Providência Literária, cujo objetivo primordial era o de apontar as causas do estado de decadência dessa secular instituição de ensino, sem deixar de apontar os meios para remediá-la. Em consequência, o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que regiam, pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados* viria à luz, em 1771, tendo como autores os integrantes da referida Junta, entre os quais o reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos (1735-1822), o cardeal da Cunha (1715-1783), o bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), José Ricalde Pereira de Castro (1715-....) e o próprio marquês de Pombal.

O *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra [...]* foi o documento base da reforma da instituição – iniciada de fato em 1772 – e da formulação de seus novos estatutos. Determinou-se então o abandono do ensino da escolástica e procedeu-se a renovação do corpo docente da instituição. As maiores novidades ficaram por conta da criação das Faculdades de Matemática e Filosofia, bem como da criação das cadeiras de Filosofia Natural (que abrangia áreas como história natural, física experimental e química), Lógica e Moral. Além disso, o modelo histórico conquistava maior espaço no curso de Direito, enquanto que no de Medicina o método experimental passava a se destacar.

Em última instância, o sentido deste amplo esforço de reforma pedagógica foi o de estruturar um sistema educacional que promovesse o entrosamento das elites sociais aos desígnios da monarquia absolutista, bem como sua incorporação útil ao corpo administrativo do Estado. Para tanto, as instituições de ensino deveriam oferecer uma formação que capacitasse os indivíduos e lhes permitisse trabalhar em prol do bem público, sempre respeitando e legitimando os interesses do monarca. Retirar o ensino da órbita de influência da Igreja era fundamental, pois tal alteração permitia superar uma postura tipicamente escolástica que mostrava a tendência de submeter demasiadamente a autoridade secular do soberano aos desígnios divinos – por conseguinte aos interesses terrenos do clero.

Apesar da clara abertura oferecida ao racionalismo da Ilustração, tal concessão era estratégica e possuía seus limites, inscrevendo-se no movimento geral que tentava submeter a Igreja ao poder político do rei. Malgrado a abertura inicial concedida a diversos livros e demais publicações, vale lembrar que a transferência da prerrogativa de censura da Inquisição para a Real Mesa Censória não foi acompanhada do fim do controle sobre a dinâmica da vida intelectual portuguesa. Em outras palavras, o Estado não estava disposto a aceitar tudo, tanto mais que não abriu mão de impor limites ao processo de assimilação da mentalidade ilustrada em terras lusas. Na realidade, interessava-lhe, antes de tudo, incentivar a disseminação de conhecimentos práticos, úteis ao desenvolvimento da ciência, do comércio, da agricultura e da administração pública. Não desejava de forma alguma suscitar especulações desinteressadas e muito menos debates políticos que, eventualmente, pudessem questionar o poder absoluto do monarca. Advém daí a tendência generalizada ao mais profundo pragmatismo, aspecto que caracterizou a ilustração portuguesa como um todo, tornando-se uma das pedras angulares do despotismo esclarecido em Portugal.

No que diz respeito ao Brasil, parece desnecessário dizer que – a exemplo de tantos outros momentos da história universal – se a censura não foi infalível na metrópole, tampouco o foi na colônia. A pouco e pouco, a dinâmica da circulação de pessoas e ideias acabou prevalecendo sobre o controle, rompendo barreiras que, na verdade, foram sempre muito tênues. Não obstante, em terras brasílicas concorriam fatores diversos que aqueles observados na Europa, os quais acabariam por complicar ou mesmo facilitar – dependendo do ponto de vista – as decisões das elites locais quanto aos rumos que prudentemente deveriam ser tomados.

Ao longo do século XVIII, o Brasil despontava como a parte mais rica do império ultramarino português, situação que inspirava o cuidado e a atenção das autoridades públicas. O receio da instabilidade social colaborou de forma decisiva, pelo menos por algum tempo, para que os aportes da Ilustração assumissem feições ainda mais moderadas. Isso não quer dizer, porém, que o ímpeto revolucionário não tenha alcançado a América. Com efeito, boa parte da oposição ao radicalismo das ideias veio justamente de experiências concretas, assim como de exemplos muito próximos que, de alguma forma, anunciavam aos membros das elites coloniais suas prováveis, indesejáveis e temíveis consequências para a manutenção da ordem social na América portuguesa. Grosso modo, a derrota do republicanismo da Inconfidência Mineira (1789), somado às questões sociais e raciais levantadas tanto pela conjuração dos

artesãos da Bahia (1798) quanto pela impactante revolução de escravos ocorrida nos domínios franceses da ilha açucareira de São Domingos (1792), colaboraram para gerar no espírito dos indivíduos – particularmente entre os senhores de escravos – profunda desconfiança sobre alguns dos preceitos da “seita dos novos filósofos”⁴⁵. Como bem destacou Kenneth Maxwell, na sociedade colonial, onde os escravos africanos – no mínimo – eram tão numerosos quanto a população branca e livre, qualquer tumulto social facilmente poderia adquirir contornos de um embate inter-racial. O medo, portanto, acabou falando mais alto, contribuindo em grande medida para o estabelecimento de um compromisso das elites coloniais com a monarquia portuguesa, abrindo certo “espaço para as iniciativas da metrópole”⁴⁶.

Parte do entrosamento necessário para a perpetuação de toda uma ordem social e política baseada na mão-de-obra escrava foi alcançado graças à educação oferecida aos filhos das elites sociais do Brasil em Portugal, bem como em outros lugares da Europa. De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias – a quem devemos “a mais segura visão de conjunto do movimento ilustrado no Brasil”⁴⁷ – o pragmatismo e o cientificismo teriam sido dois dos aspectos que mais marcaram a ilustração luso-brasileira.

No final do século XVIII, o número de estudantes que deixavam a colônia rumo à metrópole a fim de completar sua formação intelectual era crescente e muitos tinham como destino a Universidade de Coimbra. Dos alunos brasileiros que ingressaram na instituição entre 1777 e 1822, boa parte formou-se em algum ramo das ciências, com destaque para os cursos de Matemática, Filosofia Natural e Medicina⁴⁸. Não raro, o Estado português patrocinou a ida de alguns destes estudantes, especialmente aqueles que demonstrassem maiores aptidões intelectuais, para outras instituições de ensino europeias como as de Montpellier, Paris, Edimburgo e Estrasburgo. Havia, portanto, um claro e generalizado incentivo aos estudos científicos e práticos.

---

⁴⁵ Vide Azeredo Coutinho, “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África. 1798”. In: *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 300.

⁴⁶ Vide Kenneth Maxwell, “A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro”. In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 178-179.

⁴⁷ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 1995, p. 228.

⁴⁸ Vide Maria Odila Leite da Silva Dias, “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: *A Interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 42. Segundo a autora, dos brasileiros ingressos em Coimbra entre 1777 e 1822, “em dados globais referentes às matrículas e aos cursos seguidos e não individualmente aos estudantes, desdobrando, portanto, o número dos que acumularam vários diplomas, temos que, dos 866 estudantes, oitocentos formaram-se em pelo menos um ramo das ciências; dentre os quais 450 em Matemática, 285 em Filosofia Natural e 65 em Medicina”.

Não por acaso, entre todas as possibilidades intelectuais facultadas pelo pensamento ilustrado, os luso-brasileiros se mostrariam particularmente atraídos pela vertente de ideias filiadas às figuras de Voltaire e dos enciclopedistas franceses, a qual mostrava-se profundamente esperançosa quanto ao valor do conhecimento científico no que tangia à busca por uma sociedade melhor. Ao voltar seu olhar para os problemas de sua terra natal, estudantes e intelectuais luso-brasileiros entenderiam a ciência como um dos principais meios para viabilizar o aperfeiçoamento da realidade colonial, geralmente concebida com naturalidade e satisfação como uma extensão do império ultramarino português. Neste complexo movimento, interesses metropolitanos e coloniais tendiam a se equilibrar, e assim o foi durante algum tempo.

Transcendendo o nível das inspirações intelectuais para se efetivar no plano econômico – “por onde os problemas colônias se apresentavam”⁴⁹ – a desconfiança de boa parte da elite rural brasileira na vertente revolucionária da ilustração mostrar-se-ia intimamente ligada ao esforço de preservação de seus interesses materiais. Com efeito, se o governo metropolitano buscava evitar assuntos espinhosos capazes de fragilizar suas relações com os domínios portugueses da América, também à elite colonial interessava a manutenção de seu patrimônio, base de sua posição social privilegiada – uma demanda que influenciaria a formação intelectual de seus filhos ingressos em Coimbra. Se tais motivações não foram suficientes para uniformizar plenamente ideias e ações, ao menos concorreram para acalmar os ânimos, refutar posições mais radicais e sedimentar um estado de espírito marcado pelo pragmatismo.

Paulatinamente, começaria a se desenvolver de ambos os lados do Atlântico uma política voltada para o fortalecimento dos laços entre Portugal e Brasil. Nestes termos, o incentivo ao desenvolvimento da agricultura da colônia refletiria tanto o entusiasmo científico quanto o engajamento político e prático de seus idealizadores nessa iniciativa. Para Leopoldo Jobim, o governo metropolitano, “perfeitamente consciente de sua dependência em relação ao Brasil” e da necessidade de se aperfeiçoar os métodos produtivos empregados da colônia, não se aventurou, por exemplo, em reformas que afetassem de alguma maneira “o sistema latifundiário escravocrata”. Tal escolha baseava-se no receio de que qualquer alteração no sistema de posse da terra – fundamentado na doação de sesmarias – terminasse por afetar os vínculos do “sistema colonial”, quando, ao contrário, o objetivo era justamente fortalecê-los, o que exigia o

---

⁴⁹ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 2005, pp. 170-171.

apoio das elites rurais. Assim, afastando qualquer perspectiva de reforma agrária, a política metropolitana se encaminhou para o incentivo de uma reforma agrícola – ou seja, o incentivo do aprimoramento das técnicas e práticas relacionadas à agricultura. Em última instância, a coroa buscava “redinamizar a economia colonial” para tornar o “comércio entre Portugal e Brasil mais dinâmico” e – consequentemente – “o Império Português mais próspero”⁵⁰.

Semelhante proposta, contudo, não teria uma vida longa. Como bem apontou Novais, quanto mais o século XVIII caminhava para o seu fim, mais difícil se tornava a “manutenção do ponto de equilíbrio entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes, e a contenção de seus efeitos contestatórios do absolutismo e do sistema colonial”⁵¹. Desde de muito cedo, o Estado português tentou orientar as reformas que buscavam modernizar o país, tarefa que alcançou relativo êxito com o despotismo esclarecido do governo pombalino e ganhou continuidade no reinado de D. Maria I (1734-1816) e na regência de seu filho D. João (1767-1826) – futuro D. João VI. Ao longo de todo este período, a dependência econômica da metrópole em relação ao Brasil exigia um desenvolvimento conjunto. A continuidade da assimilação dos estímulos da exploração colonial dependia tanto da modernização manufatureira de Portugal quanto do aprimoramento técnico da agricultura do Brasil, pois “não era possível explorar a colônia sem, de certo modo, desenvolvê-la”⁵². Não obstante, por mais necessário que fosse, tal movimento não deixava de criar, a médio e longo prazo, as condições para a manifestação da “oposição de interesses entre colonos e a metrópole. Neste sentido, o perigo secessionista é inerente ao processo de colonização e com ele se defrontaram todas as metrópoles”⁵³. Pouco a pouco, o racionalismo ilustrado acabou por acirrar as contradições inerentes às relações coloniais, contribuindo para a instauração da crise do Antigo Sistema Colonial, um dos principais mecanismos da política econômica mercantilista do absolutismo europeu.

1.2 Pragmatismo, naturalismo econômico e agricultura: O Estado português como patrono da Ilustração

---

⁵⁰ Leopoldo Jobim. *Reforma Agrária no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 28-29.

⁵¹ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 1995, p. 224.

⁵² *Ibidem*, pp. 223-224.

⁵³ *Ibidem*, p. 142.

Em que pese o cerceamento de ideias provocado pela censura, empenhada em sua incansável perseguição a tudo aquilo que julgasse contestatório ou revolucionário, as novidades filosóficas acabariam por despertar não só o interesse de intelectuais ou acadêmicos, mas também de autoridades públicas e mesmo eclesiásticas. As reformas pombalinas contribuíram de forma decisiva para reafirmar a responsabilidade do Estado sobre a formação ou orientação intelectual dos vassalos da coroa portuguesa, oferecendo ao aparato estatal a oportunidade estratégica de adequar – seja pela reorganização da censura ou pelo controle direto das instituições de ensino – esta formação a seus interesses mais prementes, entre os quais destacava-se a promoção das reformas tidas como necessárias para a modernização do império, sobretudo do ponto de vista econômico. Com efeito, o Estado foi o grande patrono da Ilustração no império português.

Partindo do princípio de que nem tudo era sedição nas novas formas de pensar, a Razão dos filósofos poderia atender – ao menos em alguma medida – aos desígnios da Razão de Estado. Nestes termos, é possível verificar em Portugal um largo incentivo à assimilação de preceitos cujas raízes fixavam-se de forma inequívoca no pensamento ilustrado, caso bem exemplificado pela valorização do saber científico e de suas práticas. Assim ocorreria com as ciências da natureza, uma área do conhecimento profundamente renovada pelos estudos filosófico-naturais das Luzes. Em 1772, a reforma da Universidade de Coimbra apresentou como uma de suas principais novidades o curso de Filosofia Natural, ministrado pela Faculdade de Filosofia fundada nessa mesma ocasião. Ao longo de quatro anos, os alunos teriam a oportunidade de acompanhar disciplinas tais como “Filosofia Racional e Moral” e “História Natural”, cujos estudos dividiam-se entre os domínios da zoologia, botânica, mineralogia, geometria – matéria oferecida pela Faculdade de Matemática – física experimental e química. Ademais, estudava-se a obra *História Natural* de Plínio “o Velho” (23 d.C.-79 d.C.), uma referência clássica em termos do estudo da natureza.

Na concepção de Rómulo de Carvalho, o interesse pela história natural teria surgido de forma discreta entre os portugueses do século XVIII, sobretudo quando comparado ao fascínio exercido desde muito cedo por outras áreas, em particular pela física e astronomia. Segundo ele, semelhante tendência pode ser observada, por exemplo, no *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís Antônio Verney, que não só restringe a história natural aos domínios da botânica como também confere a essa disciplina um papel secundário, reduzindo-a a uma mera auxiliar da física (que poderia

oferecer vasto conhecimento dos corpos orgânicos e inorgânicos da natureza) e da medicina (plantas úteis sob o ponto de vista terapêutico)⁵⁴.

De qualquer modo, a história natural conquistaria um importante espaço de divulgação graças às reformas pombalinas. Conforme destaca Ermelinda Moutinho Pataca, o novo estatuto que passou a regular o currículo oferecido em Coimbra não deixou de ressaltar o papel imprescindível dessa disciplina para os estudos da natureza, bem como o valor e a precisão de seus métodos⁵⁵. Não por acaso, recomendava-se que estudantes de outras áreas aperfeiçoassem sua formação científica matriculando-se no curso de Filosofia Natural. De fato, como bem lembrou Ronald Raminelli, alunos de outras faculdades conimbricenses, notadamente as de Lei, Matemática e Medicina, deveriam obrigatoriamente acompanhar algumas disciplinas da Faculdade de Filosofia para se habilitarem também nos estudos da natureza. O apelido de “naturalista” seria atribuído tanto a esses indivíduos quanto aos bacharéis filósofos ou filósofos naturais, ou seja, os egressos do curso da Faculdade de Filosofia que se dedicavam exclusivamente a essas temática⁵⁶.

Para atuar como professor da nova faculdade que então se estruturava foi convidado o italiano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), destacado naturalista formado em Medicina e Filosofia Natural pela Universidade de Pádua, sua cidade natal. Ao longo de sua carreira acadêmica, Vandelli acabaria aprimorando seus conhecimentos sobre os domínios da natureza graças inclusive ao precioso auxílio de Carlos Lineu (1707-1778), célebre naturalista sueco com o qual se correspondia com certa frequência, contato que lhe traria considerável reconhecimento. Logo chegariam convites para trabalhos em cortes estrangeiras, o primeiro vindo da Rússia. Não obstante, por algum motivo pareceu-lhe mais conveniente estabelecer-se em Portugal, onde chegou em 1764, graças ao convite do marquês de Pombal, pois era interesse do poderoso ministro de D. José I contratar professores estrangeiros para empregá-los no então recém-fundado Colégio dos Nobres. Alguns anos depois, precisamente em 1772, Vandelli transferiu-se para Coimbra, onde ocupou os postos de lente de química experimental e história natural.

---

⁵⁴ Rómulo de Carvalho. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, pp. 27-29.

⁵⁵ Ermelinda Moutinho Pataca. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de Doutorado. – Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas – SP, 2006, p. 62.

⁵⁶ Ronald Raminelli. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 70.

Um dos objetivos mais urgentes da reforma da Universidade de Coimbra era justamente o de promover a atualização da atmosfera mental de Portugal, donde o convite feito a professores estrangeiros, com destaque para Vandelli. Segundo Ermelinda Pataca, o naturalista paduano teria dado início ao curso em 14 de maio de 1773. Os trabalhos de Lineu – nomeadamente *Sytema Naturae* (1735), *Philosophia Botanica* (1736), *Genera Plantarum* (1737) e *Classes Plantarum* (1738) – fizeram parte da bibliografia do curso, oferecendo boa parte do suporte teórico e prático que Vandelli julgava necessário para a formação dos alunos⁵⁷. Vale lembrar que a obra de Lineu marcaria os estudos da natureza no século XVIII, dando margem a diversas discussões e novas investigações sobre o mundo natural. A utilização dessa bibliografia, portanto, pode ser entendida como uma tentativa de se colocar a Universidade de Coimbra a par do que estava sendo feito nos principais centros intelectuais da Europa moderna.

Fruto do acúmulo de incontáveis experiências e de conhecimentos que remontam a tempos imemoriais, a consciência sobre a importância da natureza para a subsistência do homem não era – em absoluto – uma novidade apresentada pela Ilustração. Vale lembrar, porém, que os progressos verificados nas disciplinas físico-naturais fariam com que as Luzes assumissem com muita vitalidade e entusiasmo o papel de interprete da natureza perante a sociedade setecentista.

Grosso modo, ao criar a Faculdade de Filosofia e estruturar seus cursos, o Estado português buscava introduzir no reino todo esse cabedal científico, mas também esperava repercussões que transcendessem o nível das ideias. A exemplo de outras potências europeias como Inglaterra e França, o incentivo dedicado à ciência em Portugal não representava um fim em si mesmo. Ao contrário, a ciência deveria produzir efeitos práticos que possibilitassem o fortalecimento do Estado e a promoção do bem-estar social, expectativas em parte ligadas à própria mentalidade da Ilustração.

Para os ilustrados, o valor do conhecimento adquirido era geralmente medido por seus préstimos, sendo quase que intolerável uma descontinuidade entre teoria e prática, entre o conhecimento e sua aplicação. As contribuições do médico e naturalista Louis Jean-Marie Daubenton (1706-1799) para o verbete “História Natural” da *Enciclopédia* de D’Alembert e Diderot sintetiza de forma cristalina este estado de espírito. Em sua concepção, a história natural era uma área do saber que abrangia “todos os seres que vivem em terra firme, que se projetam nos ares ou que habitam as

---

⁵⁷ Ermelinda Moutinho Pataca, *op. cit.*, 2006, p. 64.

profundezas das águas, todos os que recobrem a superfície da terra ou se escondem em suas entranhas”, além de abarcar “o Universo inteiro [...] em sua extensão completa, pois os astros, a atmosfera e os meteoros são parte tão integrante da natureza quanto o globo terrestre”⁵⁸. Eram tamanhas suas possibilidades que determinar as prioridades da disciplina tornava-se uma tarefa de fato complexa. Nesse sentido, Daubenton estipularia que a história natural – dada a abrangência de seu objeto – deveria estabelecer vínculos com outras disciplinas capazes de auxiliar a construção de seus saberes, caso da medicina, anatomia e botânica, entre outras. O naturalista, por seu turno, deveria dialogar com estas áreas no que elas pudessem oferecer de “resultados e fatos gerais”, pois estaria interessado sobretudo em contemplar a “marcha da natureza” como um todo⁵⁹.

No que concernia especificamente aos estudos das plantas, considerava que,

A botânica é um dos principais e mais extensos ramos da história natural. Mas, ao percorrermos as obras dos botânicos, vemos esse ramo secar, por causa de um galho excessivamente grande, que absorve quase toda a sua subsistência. A nomenclatura das plantas, que é uma parte bem pequena da história natural, tornou-se o principal objeto dos botânicos que em sua maioria se aplicam quase que exclusivamente a denominações. [...] Reduzindo a nomenclatura das plantas a seus justos limites, ver-se-ia que o mais difícil e o mais importante para essa ciência não é nomear as plantas, mas conhecer as suas propriedades, saber como cultivar as plantas úteis e extirpar as nocivas, observar a sua conformação e determinar as partes que concorrem para a economia vegetal. [...] Quantas novas propriedades não haveria a descobrir nas plantas, relativamente às artes, se os botânicos tivessem empregado com testes o tempo que perderam com a sua denominação⁶⁰!

Como é possível perceber, Daubenton acreditava que a atenção dada aos sistemas classificatórios – mais especificamente à nomenclatura – era excessiva, prejudicando assim o desenvolvimento de outras áreas, notadamente aquelas dedicadas ao cultivo e à descoberta das propriedades das plantas. Embora não fosse de todo ilegítimo, o esforço de dar nomes aos vegetais na verdade encarnava uma suposta – e criticável – preferência dos botânicos por estudos teóricos que prejudicava a busca de

---

⁵⁸ Louis Jean-Marie Daubenton. “História Natural”. In: Jean le Rond D’Alembert (1717-1783); Denis Diderot (1713-1784). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Volume 3 Ciências da Natureza. Organização e tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza. – 1 Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 218.

⁵⁹ Ibidem, p. 220.

⁶⁰ Ibidem, pp. 220-222.

conhecimentos com implicações práticas mais proveitosas – ou seja, mais úteis. Parecia-lhe menos urgente, portanto, nomear do que conhecer a fundo a propriedade ou utilidade particular de cada planta, bem como as formas mais apropriadas para o seu cultivo.

Neste sentido, Daubenton ponderava que,

As primeiras noções de história natural foram sem dúvida noções de agricultura e de domesticação de animais. [...] É surpreendente que, em meio a tantas descobertas surpreendentes em todos os gêneros, a agricultura tenha avançado tão pouco. [...] Haveria pesquisas mais importantes do que as que contribuíssem para tornar a terra fecunda e multiplicassem o que é mais necessário ao homem? Esses objetos são os mais dignos dos naturalistas, dos sábios de todo gênero e dos bons cidadãos. Nunca é demais aplaudir os trabalhos dos que se dedicam a pesquisar a natureza dos terrenos, a aperfeiçoar a carroça, a conservar os grãos, a purificar ou preservar as sementes do contágio de pragas, a plantar florestas, a adaptar árvores estrangeiras etc. [...] Há na agricultura circunstâncias que merecem toda a atenção dos botânicos, e que eles, com seus conhecimentos a respeito de plantas em geral, estão mais preparados para aperfeiçoar do que as pessoas com conhecimentos limitados a uma arte em particular⁶¹.

O verbete, portanto, mostra uma clara abordagem programática, não se limitando em apresentar a botânica como ela é ou foi, mas também como ela deveria ser, algo que levaria Daubenton a defender uma interação entre a botânica e a agricultura. Na verdade, o botânico deveria ser mais sensível aos problemas cotidianos enfrentados pelos agricultores e contribuir para o avanço das atividades agrícolas, concorrendo para o aprimoramento tanto de seus instrumentos quanto do conhecimento preciso dos solos, das plantas e das técnicas de plantio. A agricultura, portanto, constituiria uma espécie de botânica aplicada.

Como ressaltou Franklin de Mattos, os enciclopedistas efetivamente militavam pela valorização das artes – em sua acepção grega de técnica (tékhne) – concedendo-lhe o mesmo grau de importância que a ciência ou a especulação filosófica. Combatiam a hierarquia entre teoria e prática – considerada falsa e prejudicial para o verdadeiro conhecimento – privilegiando a interação entre ciência e técnica⁶², as quais diferiam apenas pelo fato de a última encerrar o duplo exercício da especulação e da prática⁶³. No

---

⁶¹ Ibidem, p. 222.

⁶² Franklin de Mattos. “Árvore do Saber”. In: Jean le Rond D’Alembert (1717-1783); Denis Diderot (1713-1784), *op. cit.*, volume 1, 2015, p. 29.

⁶³ Ibidem, p. 46.

verbete *Artes*, de autoria de Denis Diderot, foi defendido “que toda arte tem sua especulação e prática”, sendo a primeira “o conhecimento inoperante das regras da arte” e a segunda “o uso habitual e irrefletido dessas mesmas regras”. Logo em seguida, o verbete sentença ser “difícil, para não dizer impossível, avançar na prática sem a especulação e, inversamente, apoderar-se da especulação sem a prática”⁶⁴. Semelhante entendimento, que ressaltava a interdependência entre teoria e prática, foi utilizado inclusive para reduzir a distância entre as denominadas artes liberais (belas letras e belas artes) e as artes mecânicas. Com discussões desse tipo, a *Encyclopédie* evidencia, em última instância, o anseio dos ilustrados pelo conhecimento útil através do qual a sociedade seria progressivamente aperfeiçoada.

Com efeito, em paralelo a todo o esforço de conhecer a natureza através da ciência desenvolvia-se o interesse ou mesmo a necessidade de proceder a aplicação utilitária de todo o conhecimento acumulado. Mesmo Lineu – que dedicou boa parte de suas pesquisas à classificação das plantas – não ignorava esse viés mais pragmático, pois, de acordo com Ronald Raminelli, mostrou interesse em descobrir os meios mais apropriados para a aclimação de plantas tropicais ao clima frio da Suécia. Sua intenção básica era a de promover a “adaptação da natureza às necessidade mercantis”, pois “os problemas [econômicos] advindos das balanças comerciais deficitárias seriam contornados com o domínio sobre a natureza”⁶⁵. Embora Lineu não tenha obtido sucesso neste intento em particular – pois a severidade do clima sueco mostrou-se de fato inflexível –, tais ideias provavelmente influenciaram outros naturalistas como Domingos Vandelli.

A urgência de todo este pragmatismo – que em grande medida se ajustava à maneira como os ilustrados concebiam a função do conhecimento perante a sociedade – crescia na medida em que o aparato estatal assumia o papel de salvaguardar a prática científica. Por toda a Europa crescia o apoio político e financeiro oferecido às atividades de instituições como universidades, museus, bibliotecas, academias, jardins botânicos ou mesmo de sociedades agrícolas. Este espírito pragmático que tentava conciliar a ciência às demandas da política manifestaria inúmeras vezes clara propensão de privilegiar questões relacionadas à esfera econômica da sociedade.

---

⁶⁴ Denis Diderot. “Artes”. In: Jean le Rond D’Alembert (1717-1783); Denis Diderot (1713-1784), *op. cit.*, volume 2, 2015, p. 47.

⁶⁵ Ronald Raminelli, *op. cit.*, 2008, p. 98.

Para Lorelai Kury, na França de finais do século XVIII – então um dos principais centros intelectuais da Ilustração no Velho Mundo – “o domínio da natureza pela ciência se tornava uma atividade fundamental para o exercício do poder”⁶⁶, pois era esperado que uso do mundo natural trouxesse soluções para guerras, crises de subsistências e problemas sociais ou econômicos, perspectiva capaz de conferir à história natural um profundo sentido prático. Neste contexto, a natureza tanto era considerada como a primeira fonte da felicidade pública quanto passava a ser encarada como espaço para a realização potencial do homem civilizado. Advém daí o papel estratégico da agricultura enquanto elemento promotor da complementaridade entre natureza e civilização.

Em Portugal, o estímulo direcionado aos estudos da natureza foi pautado desde um ponto de vista pragmático, talvez de forma mais acentuada do que em outros lugares. Durante séculos, a natureza prodigiosa compreendida pelo império português – que se estendia da Europa pela África, América e Ásia – inspirou nos indivíduos a promessa de riquezas inesgotáveis, esperança que se renovava a cada passo mesmo para os observadores de olhar mais descompromissado, tamanha a variedade dos recursos naturais existentes. O século XVIII, porém, foi o momento de examinar esses cenários portentosos com maior precisão no intuito de transformar em realidade concreta todo o potencial que eventualmente permanecesse pouco explorado ou intocado. Como o próprio Lineu alertou em uma carta enviada para Vandelli: “Bom Deus! Se espanhóis, e lusitanos desconhecem os bens da sua natureza, como serão infelizes todos os outros que não possuem terras exóticas”⁶⁷.

Efetivamente, crescia em meio aos circuitos da administração estatal a consciência da urgência de se proceder um amplo e sistematizado levantamento de informações sobre todas as riquezas naturais do império, tanto as conhecidas quanto aquelas que ainda estavam por se descobrir. Só assim o Estado poderia desenvolver políticas e estipular estratégias que resultassem no domínio efetivo destes recursos, bem como em sua plena exploração econômica. Para tanto, contava-se ansiosamente com os préstimos da história natural em suas mais diversas frentes de conhecimento e trabalho.

⁶⁶ Lorelai Kury. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L’Harmattan, 2001, p. 5.

⁶⁷ Carta de Carlos Lineu a Domingos Vandelli. 12 de fevereiro de 1765. Publicada em: *Dominicum Vandelli. Florae lusitanicae et brasiliensis specimen et Epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli Scriptae*. Conimbricæ: Ex Typographia Academico-Regia, M.DCCLXXXVIII, pp. 80-82.

Desde muito cedo, Vandelli esteve dedicado a tais desígnios. Antes de assumir seu posto de professor universitário, o naturalista foi convidado para coordenar os trabalhos de construção e estruturação do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, tendo atuado como seu principal projetista. Embora os trabalhos desenvolvidos na instituição não estivessem totalmente submetidos a um pragmatismo de ordem econômica, tal demanda acabaria por assumir considerável protagonismo com o passar do tempo.

Fundado em 1768, ainda no reinado de D. José I, o Museu de História Natural teria sido inspirado na voga aristocrática europeia, servindo inicialmente para o recreio da família real portuguesa, bem como para o aperfeiçoamento da educação dos príncipes, oferecendo-lhes os meios que se julgavam necessários para a sua formação filosófica. A estas funções se somaria a necessidade de reafirmar a magnificência do império português, o que era feito através da coleção de espécimes animais, vegetais e minerais vindos, em sua maioria, tanto do reino quanto das colônias. Desta forma, a instituição materializava diante dos olhos da corte de Lisboa e do restante da Europa parte de toda a riqueza espalhada pelos domínios ultramarinos.

Para João Carlos Brigola, a partir do reinado de D. Maria I, as funções públicas da instituição se alargariam consideravelmente⁶⁸. Não obstante, mesmo antes deste período é possível verificar ao menos o delineamento de questões que extrapolavam o círculo privado da família real e que lançavam um olhar sobre a esfera pública do Estado. Data de 1770 a *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura, e principalmente da cultura das charnecas*, de autoria de Vandelli. Nela, foram apontadas as principais vantagens que se deveria esperar de um jardim botânico.

Antes de tudo, o autor fazia notar que,

A Ciência da Agricultura consiste principalmente no conhecimento dos vegetais, da sua natureza, e do clima, e terreno em que nascem; na causa da fertilidade da terra, na influência do ar sobre os vegetais, e nas regras práticas necessárias para a boa cultura.

---

⁶⁸ João Carlos Brigola. *Coleção, gabinetes e museus no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, pp. 101-108.

O primeiro conhecimento adquire-se com o estudo da Botânica, o segundo com experiências, e reflexões físicas, o terceiro e quarto com um Jardim Botânico, no qual é necessário cultivar os vegetais de todos os climas e terrenos⁶⁹.

Nessa *Memória*, a botânica é abordada sobretudo a partir de sua relação com a agricultura. Na concepção de Vandelli, um jardim botânico deveria promover o adiantamento das atividades agrícolas, cumprindo o papel estratégico de transplantar vegetais exóticos para determinado clima, no caso o de Portugal, pondo espécies vegetais à disposição dos agricultores que se propusessem a cultivá-las. Na concepção do naturalista paduano, na medida em que se baseasse na observação e na experiência – isto é, no conhecimento científico da botânica –, a agricultura adquiriria métodos mais precisos e ascenderia ao patamar de ciência.

Ainda segundo Vandelli,

A outra suma utilidade, que se tira da botânica, e dos jardins é saber quais plantas úteis na economia etc. se podem cultivar nos diversos climas, e terrenos, de modo que dos terrenos incultos, e comumente tido por estéreis se possa tirar grande proveito. Os terrenos incultos, que vulgarmente se chamam charnecas não são estéreis, e se podem fazer úteis⁷⁰;

Mais uma vez o préstimo do jardim botânico reside no auxílio passível de ser prestado à agricultura. Desta vez, Vandelli toca num dos principais problemas do campo português, o elevado número de terrenos incultos, as denominadas charnecas. Para ele, tal situação se devia menos à esterilidade da terra do que à falta de precisão dos métodos de cultivo, pois para cada espécie de planta em específico haveria um tipo de solo mais apropriado que outros. Era justamente no cruzamento de tais informações, das quais os agricultores eram geralmente desprovidos, que os conhecimentos produzidos nos jardins botânicos seriam mais valiosos.

Outra utilidade lembrada por Vandelli é a de fazer conhecer as riquezas naturais das coloniais. Segundo ele, “com o conhecimento botânico adquirido nos mais célebres jardins, têm os ingleses, e franceses examinado, e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e têm tirado imensa utilidade, e cada vez

⁶⁹ Domingos Vandelli (editor). *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu, com a sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a inteligência dos mesmos e Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos que se oferece à rainha D. Maria I Nossa Senhora*. Coimbra: Na Real Oficina da Universidade de Coimbra, 1788, pp. 293-294.

⁷⁰ Ibidem, p. 298.

poderão tirar mais lucro”⁷¹. Neste sentido, no que se referia especificamente às plantas que ele havia introduzido no Real Jardim Botânico da Ajuda, não deixou de lembrar com grande satisfação que “basta que se saiba, que muitas delas [eram] úteis à economia, às artes e ao comércio”⁷².

Para José Vicente Serrão, em Portugal, o impulso dado ao estudo da natureza colonial assumiria desde muito cedo um caráter pragmático, no qual demandas da esfera econômica assumiriam um papel de destaque. Em virtude desta disposição geral, Serrão conceituou o que chamaria de “naturalismo econômico”. Segundo as palavras do próprio historiador, realizava-se a “observação, descrição, e eventualmente experimentação, dos recursos naturais do país (e das colônias), conquanto não como um fim em si mesmo, mas sim com o objetivo de proporcionar os meios necessários para o desenvolvimento econômico”⁷³.

Esta ordem de preocupações deve ter concorrido para a formação acadêmica dos naturalistas egressos da Faculdade de Filosofia. Não por acaso, a *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos [...]* foi acrescentada ao *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu, com a sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a inteligência dos mesmos. [...] que se oferece à rainha D. Maria I*, obra compilada por Vandelli e impressa na Real Oficina da Universidade de Coimbra, em 1788.

Não tardou, e do curso de Coimbra saíram as primeiras leva de bacharéis filósofos de Portugal. Esperava-se que todos tivessem um olhar apurado sobre a natureza para dela aproveitar todos os aspectos úteis que fossem necessários para a sociedade, contribuindo assim para o avanço do comércio, da medicina e das técnicas, entre outras coisas. Aliás, foi exatamente para suscitar este tipo de capacitação, essencialmente pragmática, que o Estado investiu na educação destes indivíduos. A formação de profissionais especializados nas ciências da natureza coadunava com o interesse dos estadistas portugueses de fomentar um grande inventário dos recursos naturais dispersos pelo império ultramarino português, tendo em vista o seu aproveitamento preferencialmente econômico. Já nas primeiras leva de egressos do curso de Coimbra, formados entre 1776 e 1778, é possível verificar a figura de

---

⁷¹ Ibidem, p. 296.

⁷² Ibidem, p. 297.

⁷³ José Vicente Serrão. “Introdução”. In: Domingos Vandelli. *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças. 1770-1804*. Direção de edição: José Vicente Serrão. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, p. 21.

naturalistas que seriam enviados para as zonas mais afastadas do império a fim de realizar o seu minucioso inventário.

Na segunda metade do século XVIII, portanto, estavam dadas as condições básicas para o início das ditas *Viagens Filosóficas*. A princípio, Domingos Vandelli, ao lado de seus discípulos formados em Coimbra, pretendia organizar uma grande expedição destinada ao Brasil, notadamente a Estado do Grão-Pará e Maranhão. O plano, porém, sofreu mudanças substanciais com o passar do tempo, acarretadas tanto pela redução do número de naturalistas engajados na tarefa, quanto pelo aumento do número de lugares a serem visitados. No fim, ainda que reduzida de pessoal, foi mantida a viagem para o Grão-Pará, cujos trabalhos seriam presididos pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), o qual viajaria para Belém em 1783. Ainda no mesmo ano, outros naturalistas luso-brasileiros também deixariam a metrópole rumo ao ultramar. Para as ilhas do Cabo Verde partiu João da Silva Feijó (1760-1824), Joaquim José da Silva (c. 1755-1813) seguiu para o Reino de Angola e, finalmente, foi enviado para Goa Manuel Galvão da Silva (1720-....), que posteriormente trabalharia em Moçambique. Como ponderou Raminelli, “as viagens filosóficas marcaram uma nova etapa na produção de conhecimento” acerca das colônias, destacando-se o seu crescente interesse pela história natural e pela etnografia⁷⁴. Em última instância – segundo a mentalidade das Luzes – essas viagens precisavam contribuir em alguma medida para o avanço do conhecimento científico, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, para serem “filosóficas”, além de seguirem necessariamente uma estrita disciplina de observação, registro e experimentação, quando necessário⁷⁵.

A dependência do aparato estatal verificada entre as instituições científicas portuguesas parece ter sido decisiva para o arranjo entre a ciência e a Razão de Estado. Neste contexto, o discurso pragmático ganharia cada vez mais espaço, inclusive interferindo no próprio método considerado como ideal para a construção do conhecimento científico. No esforço geral de afirmação desta disposição, a Universidade de Coimbra e o Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda contariam, não muito mais tarde, com o precioso reforço da Academia das Ciências de Lisboa.

---

⁷⁴ Ronald Raminelli, *op. cit.*, 2008, pp. 79-80.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 80.

Pensada inicialmente em termos de uma Sociedade Econômica ao estilo do que ocorria na França e Espanha, a instituição acabaria por ser fundada como uma Academia de Ciências em 24 de dezembro de 1779. Seus principais idealizadores foram Domingos Vandelli, Luiz António Furtado de Castro (1754-1830), sexto visconde de Barbacena, D. João Carlos de Bragança (1719-1806), duque de Lafões, e o abade Correia da Serra (1750-1823). Sem demora, a Academia conquistaria para si o favor régio, manifesto no seu título de Academia Real. Para tanto, teria colaborado de forma decisiva a posição social do duque de Lafões que – além de reconhecido intelectual – era tio da rainha D. Maria I, predados que lhe garantiam excelentes contatos e a força política necessária para o intento. Por isso mesmo, ao duque caberia o posto de primeiro presidente da instituição. Na verdade, como alertou Raminelli, é preciso ter em conta que a então denominada Academia Real das Ciências de Lisboa “não era apenas um estabelecimento científico, era espaço frequentado pela nobreza fidalga”⁷⁶. Nestes termos, ser sócio da Academia configurava-se numa verdadeira honraria, o que serve para evidenciar o estatuto social privilegiado alcançado em Portugal por temas relacionados à literatura, às ciências naturais e exatas, à agricultura e à questões ligadas à economia política.

Os principais interesses da instituição seriam ordenados em classes: a primeira compreendia a História Natural sob o comando de Domingos Vandelli e a segunda abarcava as Ciências Exatas, sob responsabilidade de D. João de Almeida Portugal, o marquês de Alorna, enquanto a terceira – que tratava da Literatura, Ciências Morais e Belas Artes – foi deixada sob os cuidados de D. Miguel de Portugal e Castro. A divisa latina escolhida para identificar a Academia e resumir sua missão mostra-se bastante sugestiva: “*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*” (“Se não for útil o que fizermos, a glória será vã”). Nas palavras de Mariana Lambert Passo Rocha, entre os princípios defendidos pela instituição estava “o primado pela experiência, a defesa de um saber utilitário” e “a aplicação do conhecimento na solução de problemas práticos relacionado à economia, à cultura e à sociedade portuguesas”⁷⁷.

A materialização desta orientação utilitarista da instituição pode ser verificada em algumas de suas publicações, sobretudo nas *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da*

---

⁷⁶ *Ibidem*, p. .

⁷⁷ Mariana Lambert Passos Rocha. “Academia das Ciências de Lisboa”. In: Cláudia Beatriz Heynemann; Renata Willian Santos do Vale. *Temas Luso-Brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010, pp. 19-20.

indústria em Portugal e suas conquistas, dividida em cinco tomos publicados entre 1789 e 1815. Tal foi o estado de espírito que animou as palavras do abade José Correia da Serra, apresentadas em seu *Discurso Preliminar* que introduzia as reflexões contidas no tomo inaugural da coleção.

Segundo ele,

As artes todas não são mais do que uma aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões, e utilidades; o seu adiantamento depende de todo das ciências naturais, e das exatas, e quanto mais estas têm sido cultivadas em cada povo, tanto mais as artes tem neles chegado ao seu auge. O exame do estado atual das artes entre nós, o melhoramento dos métodos, e máquinas que nelas se usam, a diminuição dos gastos, e a dos preços que daí resulta, os planos sólidos, e calculados de canais da navegação, e rega, de enxugar paus, melhorar portos, os métodos de aperfeiçoar a nossa navegação, são outros bens que a Academia pode fazer a Portugal, bem análogos à natureza de seu instituto⁷⁸.

O incentivo direcionado às ciências naturais e exatas seria útil na exata medida em que promovesse o adiantamento técnico de Portugal, tendo sido concebido precisamente neste sentido. As palavras do abade Correia da Serra evidenciam de forma cristalina as expectativas de um espírito absolutamente pragmático, portanto avesso à especulações desinteressadas. Assim, a técnica (as “artes”) seria compreendida a partir de um ponto de vista profundamente prático, sendo nada mais que o emprego do conhecimento sobre a natureza a fim de suprir às necessidades da sociedade. Donde a precisão de se aprimorar máquinas, gastos, cálculos, rega e navegação, entre outras coisas. A Academia colaboraria precisamente no que concernia ao exame e ao aprimoramento destas práticas, apresentando, através de um conhecimento científico, métodos e soluções para cada caso em específico.

Ainda sobre o papel estratégico da história natural, bem como da Academia no seu estímulo, o abade acrescentava que,

O primeiro passo de uma Nação, para aproveitar suas vantagens, é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si encerram, o que de si produzem, ou do que são capazes. A história natural é a única ciência que tais luzes pode dar; e sem um

---

⁷⁸ Abade Correia da Serra. “Discurso Preliminar”. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo 1. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. IX.

conhecimento sólido nesta parte, tudo se ficará devendo aos acasos, que raras vezes bastão para fazer a fortuna, e riqueza de um povo. [...]. Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitá-lo; escolher na imensa variedade das produções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animais, e culturas análogas aos climas, e terrenos que os Portugueses habitam; dá-las a conhecer; e facilitar a sua introdução, são bens que devem resultar dos trabalhos patrióticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade, que muito propriamente lhe competem⁷⁹.

A Academia deveria, antes de tudo, promover a prosperidade pública. Para tanto, contava com os recursos da história da natural, ciência que possibilitaria o exato conhecimento das riquezas naturais do império português. Para o abade, era preciso sistematizar tais informações, a partir do que seriam estabelecidos planos fundamentados em dados confiáveis capazes de promover, de forma segura e efetiva, o desenvolvimento econômico de Portugal, superando assim as incertezas do acaso que tantos prejuízos poderiam causar. A descoberta de novas plantas, bem como o domínio de seu cultivo para o seu posterior aproveitamento na agricultura, também faziam parte da missão patriótica da Academia.

Vandelli caminhava neste mesmo sentido. Assim como em Coimbra ou na Ajuda, seus trabalhos na Academia evidenciam uma preocupação quanto aos efeitos práticos do conhecimento da história natural de Portugal e suas colônias, especialmente no que concernia às suas implicações econômicas. No primeiro tomo das *Memórias Econômicas*, por exemplo, são de sua autoria, entre outras, a *Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade*, a *Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam* e a *Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas*. Em todas elas Vandelli apresentou uma lista de possíveis recursos naturais – dos reinos animal, vegetal e mineral – cuja utilização poderia redundar em grandes vantagens para a economia do império. Entre outras, destacavam-se em Portugal o mármore (especialmente o branco), feldspato, argilas para a manufatura de porcelanas, ferro, cobre, peixes para a produção de azeite, moluscos para a obtenção da púrpura, algas marinhas para a produção de sabão, diferentes variedades de linho para a manufatura de tecidos, cânhamo para cordoaria e a criação do bicho-da-seda. Nas colônias haveria o abate de pacas e onças para o aproveitamento das peles, a domesticação de zebras em Angola como animais de

---

⁷⁹ Ibidem, p. VIII.

tiro, a ampliação da pesca das baleias (sobretudo dos cachalotes) em toda a costa do Brasil e no Cabo Verde, ampliação da pesca nos Açores e Madeira para o comércio de peixe seco e desenvolvimento da marinha. Para a produção de tintas seria criada a cochonilha e cultivadas espécies como o anil e o urucum, bem como especiarias como a cúrcuma e o gengibre. A Bahia forneceria dezenas de árvores próprias para a construção civil e naval, seriam explorados os diamantes, a pedra-ume, o enxofre, e a lista continua.

Na visão de Vandelli, a história natural devia cumprir um papel estratégico imprescindível para o desenvolvimento das atividades econômicas de Portugal, pois, “não sendo outra coisa as manufaturas, ou fábricas, que um preparo, purificação, ou modificação das produções naturais para algum uso”, necessariamente “os primeiros conhecimentos, que devemos ter são das mesmas produções da natureza, como base, ou primeiras matérias, e depois o preparo, ou manufaturas delas, e as diferentes máquinas que foram inventadas para facilitar o trabalho das sobreditas”⁸⁰. De acordo com esta concepção, a história natural e a economia se integravam quase perfeitamente e o aprofundamento desta relação, em grande medida, se daria no seio da agricultura, a qual cumpria o papel ímpar de promover o domínio útil do homem sobre a natureza através de suas atividades as mais cotidianas ou ordinárias. Além de providenciar a subsistência dos povos, o cultivo também constituía, em inúmeros casos, a primeira etapa de beneficiamento de matérias-primas, motivo pelo qual, segundo Vandelli, “sem agricultura, que é a primeira base da sociedade, de pouco servem as manufaturas, e as naturais produções”⁸¹.

Muitos foram os intelectuais que engrossaram o coro da Academia, o qual tinha Domingos Vandelli e o abade Correia da Serra entre suas vozes mais representativas. Ainda no primeiro tomo das *Memórias Econômicas*, por exemplo, foi publicada a *Memória sobre a transplantação das árvores úteis de países remotos* de João de Loureiro (1710 ou 1717-1791), o qual resume – logo de saída – a ideia norteadora de sua reflexão: “a agricultura, e o comércio são o manancial mais perene da abundância: e juntamente das riquezas, e do poder da Nações”, assim “ambos podem subir a grande

---

⁸⁰ Domingos Vandelli. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas”. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, volume 1, 1789, p. 223.

⁸¹ *Ibidem*, 177.

aumento apropriando ao terreno pátrio algumas plantas de grande, e conhecida utilidade”⁸².

É possível vislumbrar a defesa, por parte de Vandelli, dessa relação entre a história natural e a economia na *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios*, escrita para a Academia em 1796, mas desta vez não publicada. Nesse ensaio, Vandelli considera que a Academia “se tem proposto fomentar a indústria dos nossos povos, e contribuir, quando está da sua parte, para o aumento da agricultura, e perfeição das artes”, tentando demonstrar o “quanto interessa ao mesmo progresso da agricultura, e artes o conhecimento de substâncias, de que abunda o nosso reino”, explicitando assim o “quanto se faz digno da sua providentíssima atenção o mandar fazer para o mesmo fim uma viagem filosófica, primeiramente nele, e depois nos seus domínios”⁸³.

Em suma, o caráter utilitarista da Academia Real das Ciências de Lisboa acabou criando uma atmosfera intelectual propícia para a afirmação desse “naturalismo econômico”, no qual os desígnios da economia concorreriam decisivamente para gravar na mente dos naturalistas dispersos pelo império português a obsessão de extrair de seu trabalho resultados que fossem úteis à sociedade e ao Estado. Do ponto de vista político e ideológico, semelhante visão obtinha o forte apoio de um discurso econômico baseado na defesa da agricultura como principal atividade econômica a ser privilegiada pelas políticas do Estado português, posto que na terra encontrava-se aquela que seria a mais segura fonte de riquezas da sociedade. Como a Academia foi uma das principais instituições – ou a principal – a mobilizar os esforços de formulação e divulgação desta noção, não é de estranhar que o préstimo da história natural enquanto disciplina tenha sido insistentemente considerado a partir das possíveis contribuições que o estudo da natureza poderia oferecer ao desenvolvimento da agricultura praticada em Portugal e em suas colônias. Domingos Vandelli foi, certamente, um dos grandes arautos destas ideias.

Como bem salientou Ronald Raminelli, a ciência em Portugal não teve um desenvolvimento autônomo durante o século XVIII. Pelo menos desde o período pombalino, a crescente interferência do Estado nas instituições dedicadas ao ensino e à ciência acabou por tornar a prática científica mais vulnerável às demandas da administração pública, inclusive no que dizia respeito às ditas viagens filosóficas.

---

⁸² João de Loureiro. “Memória sobre a transplantação das árvores úteis de países remotos”. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, volume 1, 1789, p. 152.

⁸³ Domingos Vandelli. *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios*, 1796. Publicado em: Domingos Vanderlei, *op. cit.*, 1994, pp. 21-24.

Nestes termos, a ciência “não estava atrelada a interesses estranhos aos estatais e pátrios”, visto que “atuava no aprimoramento da agricultura e do comércio e ampliava as suas fontes de renda”⁸⁴. Eis o arranjo básico no qual pôde ocorrer a aproximação dos interesses das esferas científica e econômica, graças, sobretudo, à intermediação do Estado.

Do circuito intelectual compreendido pela Universidade de Coimbra, pelo Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda e pela Academia Real das Ciências de Lisboa saíam as instruções que deveriam orientar os naturalistas em suas expedições. Ao contrário dos guias de viagens que circulavam pela Europa desde o século XVI, as instruções possuíam um público mais restrito – os naturalistas – e buscavam reger suas atividades cotidianas, alertando para a necessidade de observar o método científico e estipulando metas que deveriam ser cumpridas ao longo da viagem⁸⁵. Entre outros aspectos tidos como imprescindíveis para um encaminhamento satisfatório das atividades, aconselhava-se a produção de diários minuciosos para a contextualização dos achados, apresentavam-se as formas mais apropriadas de coleta, classificação e envio de materiais para as instituições científicas da metrópole. Para além destas preocupações de cunho filosófico, as instruções também deveriam – não raro – lembrar os naturalistas da utilidade de seus trabalhos para o bem público. Entre estas instruções, vale destacar: as *Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar*, de Vandelli (1779); as *Breves instruções aos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa sobre as remessas dos produtos e notícias pertencentes à história da natureza para formar um Museu Nacional* (1781); o *Método de recolher, preparar, remeter, e conservar os produtos naturais seguindo do plano, que têm concebido, e publicado alguns naturalistas, para o uso dos curiosos que visitam os sertões, e costas do mar*, de provável autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira (1781) e com ilustrações de Joaquim José Codina (....-1790) e Ângelo Donati (....-1783); o *Compêndio de observações que formam o plano da viagem política, e filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria*, de José Antônio de Sá (1783); e as *Instruções relativas à Viagem Filosófica efetuada pelo naturalista Dr. Alexandre*

⁸⁴ Ronald Raminelli, *op. cit.*, 2008, p. 83.

⁸⁵ Ermelinda Moutinho Pataca, *op. cit.*, 2006, p. 86. Ainda sobre este assunto, conferir: Lorelai Kury. “Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)”. *Revue d’histoire des sciences*, 51 (1): 65-91, 1998.

Rodrigues Ferreira, nos anos de 1783-1792, cuja autoria caberia a Domingos Vandelli ou então ao próprio Alexandre Rodrigues Ferreira.

Na prática, contudo, as instruções não foram infalíveis, principalmente do ponto de vista filosófico, isto é, científico. Como uma espécie de carta de intenções, elas tentavam antecipar o que deveria ser feito, um ideal que muitas vezes teve de se curvar diante do contexto de dificuldades e desventuras enfrentadas pelos naturalistas. Embora a natureza tenha oferecido muitos obstáculos para a concretização das metas preestabelecidas, vale lembrar que a mesma não foi o único elemento a dificultar a vida destes viajantes. Com efeito, óbices de ordem variada mostraram-se constantes e, não raro, irredutíveis. Digno de menção é, sem dúvida, o considerável desequilíbrio verificado na interação da ciência com a Razão de Estado. Isso porque a prática científica teve – em diversos momentos – de submeter em demasia sua lógica de produção do conhecimento às demandas das esferas administrativa, política, econômica e mesmo a militar. Subordinação esta, que talvez explique os discretos resultados obtidos pela pesquisa científica no império português – especialmente se considerado os alcançados por outras potências europeias, como França e Inglaterra –, apesar de todo o potencial do material recolhido.

Ao se colocar como patrono da Ilustração, o Estado português impôs alguns direcionamentos à prática científica, que deveria preferencialmente coadunar com os seus interesses. Neste sentido, como destacou Raminelli, “a debilidade da produção do conhecimento nas viagens filosóficas” deveu-se em parte porque “não era prioridade do Estado português imiscuir-se em temas distantes dos interesse coloniais em um momento de reforma na economia”⁸⁶. Além disso, é de se notar que mesmo “no reino, local de armazenamento das remessas e sistematização do conhecimento, as instituições não funcionaram para servir de apoio aos naturalistas”, os quais viam-se cada vez mais imersos em questões da administração estatal e no cumprimento de cerimoniais da nobreza, acumulando, ao fim e ao cabo, funções que os desviavam de uma dedicação exclusiva à ciência⁸⁷.

---

⁸⁶ Ronald Raminelli, *op. cit.*, 2008, p. 124.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 124.

CAPÍTULO 2

O FAZENDEIRO DO BRASIL: A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

2.1 Frei Mariano Veloso e o estudo da flora fluminense

O processo de renovação da atmosfera intelectual portuguesa contribuiu para ressaltar a necessidade urgente de articular um saber especializado sobre as possessões ultramarinas que estivesse em consonância com os avanços alcançados pela ciência moderna. Neste contexto, a reforma da Universidade de Coimbra e a estruturação na metrópole de instituições tais como o Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda e a Academia Real das Ciências de Lisboa dariam substância à formação de uma elite intelectual capaz de promover o amplo inventário dos recursos existentes nas colônias e a consequente formulação das estratégias políticas mais apropriadas para o seu aproveitamento econômico. Para tanto, estes homens de ciência contariam com o suporte do Estado e amiúde integrariam seus quadros burocráticos.

Efetivamente, não foi apenas por meio do patrocínio das atividades de instituições científicas que o Estado tentou utilizar os aportes da história natural a seu favor. O mesmo contaria igualmente com setores estratégicos da própria administração pública, destacando-se a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, bem como os governadores instalados nas colônias portuguesas. Criou-se, assim, uma rede de informações cujo centro de coesão encontrava-se na metrópole.

No Brasil, as novas diretrizes frequentemente trariam alterações em termos do cotidiano da administração pública, reflexo da crescente influência de preceitos do pensamento ilustrado nas atividades de governo. Nesse sentido, um dos momentos mais emblemáticos da interação entre as atividades científicas e o interesse do Estado no âmbito da colônia seria observado no governo de D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1742-1809), vice-rei do Brasil entre 1779 e 1790⁸⁸. Filho dos primeiros marqueses de Castelo Melhor, Vasconcelos e Sousa alimentava um profundo interesse pela ciência, sobretudo no que tange à história natural, tendo estabelecido no Rio de Janeiro um

---

⁸⁸ Para uma sucinta biografia de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, veja-se Maria de Fátima Gouvêa. “Luís de Vasconcelos e Sousa”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, pp. 352-353. Sobre seu governo ilustrado veja-se Maria Margaret Lopes. “Os Antecedentes, a constituição e os primeiros anos do Museu Nacional do Rio de Janeiro”. In: *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC e Editora Universidade de Brasília, 2009, pp. 25-84.

gabinete de curiosidades privado para acomodar as coleções formadas tanto pelos *naturalia* quanto pelos *artificialia* reunidos no Brasil. Movido pela preocupação com a higiene da cidade, o vice-rei mandaria aterrar uma lagoa que lhe parecia ao extremo insalubre e construiu no local um Passeio Público. Graças às ordens de Vasconcelos e Sousa foi erigida também a Casa de História Natural, em 1784. Conhecida como Casa dos Pássaros, esta instituição foi comandada por Francisco Xavier Cardoso Caldeira (....-....), o Xavier dos Pássaros.

Embora pudessem facilitar os trâmites, nem tudo se devia às aptidões e interesses pessoais, pois da metrópole emanavam ordens expressas para reunir espécimes e objetos curiosos capazes de integrar as coleções portuguesas, sobretudo a do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda. Na qualidade de vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa não eludiria tais determinações, chegando mesmo a oferecer auxílio e orientação a governadores e capitães-generais de outras capitanias no cumprimento das determinações da coroa.

Esta seria precisamente a situação evidenciada pela correspondência estabelecida entre o vice-rei e Martim Lopes Lobo de Saldanha (....-....), capitão-general de São Paulo entre 1775 e 1782⁸⁹. Nessa documentação, fica evidente o cuidado dispensado pelas autoridades coloniais à coleta, identificação e acondicionamento de amostras da fauna e flora do Brasil para o seu posterior envio a Lisboa. Em um ofício de 23 de abril de 1781, por exemplo, o vice-rei Vasconcelos e Sousa deixaria claro a Martim Lopes Lobo de Saldanha que:

Tendo-me Sua Majestade encarregado de fazer remeter para a corte toda a qualidade de plantas raras e todas as mais curiosidade pertencentes à história natural, assim o participo a Vossa Excelência para que haja de cumprir o gosto à mesma Senhora [D. Maria I] na remessa das ditas plantas e curiosidades, acompanhadas de uma relação com a declaração dos seus préstimos ou virtudes, assim como das partes donde foram extraídas para eu as pôr na Real presença da dita Senhora. Deus guarde a Vossa Excelência [...]⁹⁰.

---

⁸⁹ Sobre Martim Lopes Lobo de Saldanha, as diretrizes geopolíticas de seu governo e seu envolvimento em conflitos com as elites locais, veja-se Lorena Leite. *Déspota, tirano e arbitrário: o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775-1782)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2013.

⁹⁰ D. Luís de Vasconcelos e Sousa. *Ofício de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, para Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre objetos de interesse para a história natural*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*.

Como resposta, o capitão-general de São Paulo informava, através de um ofício datado de 7 de maio de 1781, que também havia recebido as mesmas orientações através da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, devendo proceder o pronto envio de “toda a qualidade de pássaros, grandes e pequenos, que houver nesta Capitania, e que repita estas remessas por todos os navios que se oferecerem enquanto se me não mandar o contrário”⁹¹.

Martim Lopes Lobo de Saldanha, contudo, necessitava do auxílio do vice-rei para cumprir tais ordens, pois o porto Santos – o mais movimentado da capitania de São Paulo – não possuía um fluxo constante de embarcações que seguissem viagem diretamente para Lisboa, situação diametralmente oposta à do Rio de Janeiro, sede do vice-reinado. A solução encontrada para tentar garantir a preservação e a qualidade do material coligido foi enviar os exemplares primeiro para o Rio de Janeiro, com a esperança de que ali o vice-rei, “por serviço da mesma Augusta Soberana, faça remeter à corte os viveiros em que vão [pássaros e animais quadrúpedes], nas primeiras embarcações que desse porto [do Rio de Janeiro] saírem”⁹².

Buscando ser o mais prestativo possível, o capitão-general Lobo Saldanha também informava Vasconcelos e Sousa, através de um ofício datado de 4 de julho de 1781, que:

Em observância do que Vossa Excelência me participa no seu ofício de 23 de Abril, de se achar encarregado por Sua Majestade para fazer remeter para a corte toda a qualidade de plantas raras e todas as mais curiosidades pertencentes à história natural, entrei na averiguação de quem, nesta Capitania, pudesse concorrer para o desempenho de Vossa Excelência e mostrar a minha cega obediência, e unicamente achei um Religioso Franciscano, que está com o maior cuidado trabalhando a este respeito, de que a tempo oportuno pretende mostrar o seu zelo, nascido da sua curiosidade. Deus guarde a Vossa Excelência [...] ⁹³.

---

volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, p. 371.

⁹¹ Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de animais e pássaros para a corte de Lisboa*. São Paulo, 7 de maio de 1781. Publicado por: Ibidem, volume 43, 1903, pp. 379-380.

⁹² Ibidem, volume 43, 1903, pp. 379-380.

⁹³ Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de plantas para Lisboa*. São Paulo, 4 de julho de 1781. Publicado por: Ibidem, volume 43, 1903, p. 385.

A insistência dos pedidos por exemplares curiosos de certo alertou o capitão-general sobre a importância do tema e não por acaso levou-o em busca de alguém que pudesse preparar as remessas com o cuidado exigido. Ao que parece não havia, pelo menos em São Paulo, muitos indivíduos capacitados para semelhante tarefa. De fato, os efeitos da institucionalização da história natural em Portugal ainda eram recentes e apenas esboçavam seus primeiros passos no Brasil. Dessa forma, os crescentes pedidos de exemplares para as coleções do Real Museu de História Natural da Ajuda esbarravam com a oferta limitada de filósofos naturais formados pela Universidade de Coimbra, os quais não eram capazes de atender uma demanda cada vez maior. Processando-se sob as ordens expressas da coroa, o grande esforço de inventariar a natureza das possessões portuguesas na mais meridional das Américas iria extrapolar o limitado círculo de egressos do curso de Coimbra e – como bem demonstrou Martim Lopes Lobo de Saldanha – recrutar todos aqueles que mostrassem afinidade com o estudo da natureza.

Como informou o capitão-general, a coleta realizada em São Paulo estava a cargo de um “religioso franciscano”, mais especificamente do frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811). Natural da freguesia de Santo Antônio, vila de São José, localizada na comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais, ele era filho de José Veloso do Carmo e Rita de Jesus Xavier, sendo primo do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792). Aos 19 anos de idade, portanto em 1761, José Veloso Xavier – seu nome de batismo – ingressou no convento franciscano de São Boaventura de Macucu (ou Macacu). Algum tempo depois iria para o convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro, onde estudou filosofia e teologia. Em 1771, já como frei Mariano Veloso, mudou-se para São Paulo, atuando no convento de São Francisco como passante de geometria e – a partir de 1779 – como lente de retórica. Além disso, ocuparia o posto de superior na aldeia indígena de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica da Serra durante alguns meses de 1773.

Embora faltem detalhes, é certo que frei Veloso mostraria um interesse cada vez maior pelos estudos da natureza ao longo de sua trajetória. Tal inclinação teria surgido ainda muito cedo e não escaparia aos olhos de seus biógrafos mais apaixonados. Com efeito, segundo Manoel Ferreira Lagos, “foram sempre os livros e a contemplação dos produtos naturais o único passatempo de sua mocidade”, pois “desde a sua infância se manifestou nele um desejo ardente de penetrar os arcanos das ciências naturais”, visto que estas “encerravam miríades de segredos de cujo descobrimento e contemplação do

universo deixava a sua alma cobiçosa”⁹⁴. Tais palavras – proferidas em um elogio histórico datado de 1840 – enquadram a vida de frei Mariano Veloso em uma opulenta moldura, conferindo um tom de louvor a cada passo do protagonista. Ao longo do século XIX, narrativas como esta acabariam por se vulgarizar no Brasil pós-independência, uma tentativa de construir figuras heroicas plenas de virtudes que sustentassem a construção da identidade nacional, discurso em grande parte moldado no seio do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Como o próprio José de Saldanha da Gama assumiu em sua apreciação sobre os trabalhos do frei Veloso – escrita em 1868 e apresentada ao IHGB – “venera-se a memória de um grande vulto, propagando-se as suas virtudes à luz do mundo, ou rendendo culto aos raios luminosos de sua inteligência”, pois “a glória de uma nação alteia-se resplandecente sobre o túmulo de seus filhos”⁹⁵, palavras laudatórias finalizadas com o desejo de “séculos de glória a José Mariano da Conceição Veloso!”⁹⁶.

Sem poder – evidentemente – antecipar as circunstâncias que glorificariam a figura de frei Veloso no século seguinte, Martim Lopes Lobo de Saldanha apenas reconheceu certo potencial nos trabalhos desse religioso franciscano que há algum tempo se instalara na capitania de São Paulo. De fato, a confiança que o capitão-general então depositou no frei talvez seja uma das evidências mais antigas e concretas disponíveis acerca da propalada vocação desse religioso para os estudos da natureza. De qualquer forma, parece incontestável que o capitão-general acreditava nas habilidades de frei Veloso o suficiente para torná-lo responsável pelas remessas dos exemplares de história natural coligidos na capitania.

Em ofício de 12 de novembro de 1781, Lobo de Saldanha demonstrava sua satisfação com o trabalho desenvolvido pelo frei Veloso e apresentava ao vice-rei sua preocupação com a possibilidade de que o religioso fosse afastado de suas funções:

Tendo [eu] encarregado ao Reverendo Padre Frei José Mariano da Conceição Veloso, que se acha há tempos servindo de Superior da aldeia de São Miguel, o descobrimento das variedades e plantas virtuosas para a história natural que Vossa Excelência foi servido incumbir-me, e achando-se já prontos doze caixões das ditas ervas, que na primeira embarcação terei a fortuna de remeter a Vossa Excelência vem o dito

⁹⁴ Manoel Ferreira Lagos. “Elogio histórico de Frei José Mariano da Conceição Veloso”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Tomo 2º, pp. 611-612, 1840.

⁹⁵ José de Saldanha da Gama. “Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Veloso”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Tomo 21, parte 2ª, p. 138, 1868.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 140.

Religioso, que na verdade o é como conheço poucos, nomeado em Comissário dos Terceiros da Vila de Itu, onde certamente não poderá continuar o referido trabalho, pelo que lhe ordenei me dissesse o modo porque poderia ficar naquela ocupação e na de completar o grande serviço que tem feito na referida aldeia, reedificando-a, arruando-a, e findar a obra da Igreja, ao que me respondeu o que [...] só Vossa Excelência pode dar remédio, fazendo intimar ao Vigário de São Francisco a sua vontade para que o dito Prelado absolva o dito Religioso da ocupação de Comissário dos Terceiros e o dilate na sobredita aldeia [de São Miguel] os seis meses que refere na sua carta, e o nomeie Passante [...] ⁹⁷.

Assim como Nossa Senhora dos Prazeres de Itapecerica da Serra, São Miguel era um aldeamento indígena criado no final do século XVI nas cercanias da cidade de São Paulo. Uma vez instalado, frei Veloso cumpria suas tarefas de religioso, tratando da conversão do gentio, além de cuidar da reedificação da aldeia, de seu arruamento e de concluir a construção da igreja local. Apesar de tudo, ainda prosseguia com seus trabalhos voltados para a história natural, recolhendo plantas que pudessem despertar o interesse da corte de Lisboa. Conciliar todas estas atividades não deve ter sido tarefa fácil, mas os habitantes locais provavelmente prestaram um apoio significativo às investigações e à própria coleta, sobretudo no que diz respeito à descoberta de plantas úteis e – por esse motivo – merecedoras de toda a atenção. Seja como for, doze caixões contendo as plantas descobertas estavam prontos para serem enviados ao Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 1781 ⁹⁸.

Apesar de sua crescente importância, a história natural não deveria ser a prioridade entre as tarefas a serem desenvolvidas por frei Veloso. Independentemente de suas inclinações pessoais, ele estaria obrigado a seguir os preceitos e disposições estabelecidos por sua ordem, seja em São Miguel, seja na vila de Itu. Ao capitão-general de São Paulo parecia mais interessante a permanência do religioso no aldeamento, tendo em vista todas as atividades que vinham sendo desenvolvidas em benefício da localidade. A perspectiva de frei Veloso ter de interromper seus trabalhos como naturalista, entretanto, pode ter afastado todas as outras considerações e levado D. Luís

---

⁹⁷ Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a coleção de plantas interessantes para a história natural de frei Conceição Veloso*. São Paulo, 12 de novembro de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, *op. cit.*, volume 43, 1903, pp. 390-391.

⁹⁸ Martim Lopes Lobo de Saldanha. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de caixas de vegetais*. São Paulo, 1º de dezembro de 1781. Publicado por: Ibidem, p. 399.

de Vasconcelos e Sousa e o próprio Lobo de Saldanha a respaldar uma aparente preferência do religioso em prosseguir com suas investigações.

A questão não se arrastaria por muito tempo. De acordo com Darcy Damasceno, ao receber os doze caixões de plantas coletadas por frei Veloso, o vice-rei logo comprovou a qualidade do trabalho desenvolvido e a riqueza das informações adicionadas aos exemplares⁹⁹, credenciais que muito contribuíram para que o vice-rei formasse um conceito favorável do religioso. Tendo em vista os pedidos que se avolumavam e desejando contribuir o máximo possível para a estruturação do Real Museu de História Natural da Ajuda, D. Luís de Vasconcelos e Sousa decidiu, afinal, transferir frei Veloso para o Rio de Janeiro com a finalidade de reforçar a investigação da natureza fluminense. Para tanto, conforme destacou José de Saldanha da Gama, pediu ao frei José dos Anjos Passos, provincial dos franciscanos entre 1781 e 1784, a liberação do frei Veloso das regras conventuais para sua máxima dedicação às funções de naturalista¹⁰⁰. Percebe-se, portanto, a visão estratégica do Estado em fazer convergir, na medida da conveniência e necessidade, suas demandas com eventuais aptidões pessoais. Em 1782, após dez anos de permanência em São Paulo, frei Veloso retornava ao Rio de Janeiro e instalava-se novamente no mesmo convento de Santo Antônio onde se ordenara sacerdote.

Apesar de não haver frequentado o curso de Filosofia Natural da Universidade de Coimbra, é possível relacionar a inclinação de frei Veloso ao processo de reforma do ensino em Portugal, um esforço de contextualização que talvez retire parte da excessiva importância tantas vezes atribuída – sobretudo pelos biógrafos oitocentistas – à sua vocação para a história natural, elemento central na construção de um personagem destinado a ocupar o panteão dos heróis da pátria. Nesse sentido, conforme destacaram Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola¹⁰¹, um dos primeiros pontos a ser considerado deve ser a formação franciscana de frei Mariano Veloso, na época profundamente influenciada pelo *Plano dos estudos para a congregação dos religiosos da ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*. De autoria do frei Manuel

---

⁹⁹ Darcy Damasceno. “Frei José Mariano da Conceição Veloso: Naturalista e Editor”. In: Frei José Mariano da Conceição Veloso: *Flora Fluminense: Estudos Preliminares*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/ Centro de Memória e Documentação, 1999, p. 23.

¹⁰⁰ José de Saldanha da Gama, *op. cit.*, 1868, p. 143.

¹⁰¹ Cf. João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes. “José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) - um frade no Universo da Natureza”. In: Fernanda Maria Guedes de Campos (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) - bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 51-75.

do Cenáluco Vilas-Boas (1724-1814) e publicado pela Régia Oficina Tipográfica em 1769, o plano em questão tinha por finalidade promover a reforma do ensino conventual da Terceira Ordem da Penitência de São Francisco.

Em breves palavras, o *Plano dos estudos* estabelecia certa abertura para disciplinas físico-naturais. No segundo ano dos estudos filosóficos, o professor deveria, segundo o autor, introduzir a física, dispensando particular atenção aos “primeiros princípios, e as noções indispensáveis das questões principais: porque o capital das nossas aplicações será de assuntos eclesiásticos”¹⁰². Caso parecesse adequado que algum aluno se aperfeiçoasse em tais ensinamentos, frei Manuel do Cenáculo observava que “o professor há de mostrar aos discípulos nos dias de sueto, como lhe é encarregado, passará a indicar-lhes os diversos monumentos do mundo físico, que houver no museu do convento”¹⁰³, além de incluir “algumas coisas da *História Natural* de Plínio”, O Velho, na lista de leituras¹⁰⁴. No exercício de suas prerrogativas sobre as ordens religiosas instaladas em Portugal, o rei D. José I decidiu aprovar o *Plano dos estudos* por meio do alvará de 3 de junho de 1769¹⁰⁵. Tendo em vista “os estragos, que padeceu a literatura deste reino depois do método irregular, que nele introduziram os jesuítas”, o rei considerava que o dito plano “não contém coisa alguma, que seja oposta ao serviço de Deus, e Meu, mas pelo contrário será muito útil à Igreja, e ao Bem comum da Monarquia”¹⁰⁶.

Ainda sobre a inclinação de frei Veloso aos estudos da natureza, Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola destacam o ambiente ilustrado verificado no Rio de Janeiro a partir de meados do século XVIII¹⁰⁷. De fato, esboçava-se nas principais cidades da América portuguesa um momento cultural que animava os interesses intelectuais das elites da colônia, contexto que despertaria a atenção para a história natural. No caso do Rio de Janeiro, os ares da renovação cultural já podem ser observados entre 1769 e 1778, portanto durante o governo do vice-rei anterior D. Luís

¹⁰² Frei Manuel do Cenáluco Vilas-Boas. *Plano dos estudos para a congregação dos religiosos da ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1769, p. 6. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, cota: ENC 58.

¹⁰³ Ibidem, pp. 6-7.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 57.

¹⁰⁵ João Pedro Ribeiro. *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do código filipino com um apêndice desde o reinado do Senhor D. José I até o ano de 1805*. Parte 2. Lisboa: Oficina Tipográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1806, p. 83. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/index.php?menu=consulta&id_partes=47&acao=ver&pagina=87. Última consulta: 1º de agosto de 2017.

¹⁰⁶ Frei Manuel do Cenáluco Vilas-Boas, *op. cit.*, 1769, p. s/n.

¹⁰⁷ Cf. João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes, *op. cit.*, 1999, pp. 54-56.

de Almeida Portugal Mascarenhas, 2º marquês do Lavradio (1729-1790), o qual patrocinaria a fundação, em 18 de fevereiro de 1772, da Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica, também conhecida como Sociedade de História Natural. Como o próprio nome da sociedade sugere, a maioria dos membros era formada por profissionais ligados à medicina e farmácia mais preocupados com as interações da medicina e botânica, algo bastante apropriado para uma época em que o conhecimento sobre as propriedades terapêuticas das plantas era profundamente valorizado. Em geral, as atividades dessa Academia – mantidas até o ano de 1779 – resumiam-se em encontros semanais para a leitura de dissertações eruditas, bem como em visitas ao horto botânico do Colégio dos Jesuítas.

Conforme alertam Nunes e Brigola, não é possível afirmar que frei Veloso tenha participado das atividades da Sociedade de História Natural, pois o seu nome sequer consta da *Relação dos Acadêmicos de que é composta a Academia*¹⁰⁸. Ainda assim, parece razoável especular que a referida sociedade possa ter contribuído indiretamente para as atividades de frei Veloso ao estimular a criação de uma atmosfera intelectual – e mesmo política – mais favorável ao desenvolvimento da história natural na colônia.

De qualquer modo, seria difícil pensar que as inclinações do religioso franciscano teriam qualquer resultado mais efetivo sem a vontade política do Estado em mobilizar esforços que promovessem a investigação da natureza colonial. Os primeiros registros oficiais sobre suas atividades como naturalista no Rio de Janeiro datam de 1783. Em ofício de 17 de junho daquele ano, dirigido a Martinho de Melo e Castro (1716-1795), secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1770 e 1795, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa dava conta das circunstâncias nas quais era feita a coleta dos espécimes de história natural, bem como de sua posterior remessa para Portugal:

Quanto à remessa das plantas, até agora me tinha servido de diversas pessoas, como João Hopman, Jerônimo Vieira de Abreu, o cirurgião mor Ildefonso José da Costa; porém tendo chegado de São Paulo a esta cidade um religioso franciscano desta província, chamado frei José Mariano da Conceição Veloso, e achando nele conhecimentos, boa vontade, e talento para humilhante trabalho, e aplicação, me tenho aproveitado do seu préstimo, que na realidade me promete grandes progressos, porque já me tem apresentado algumas descrições principiadas, e figuras das plantas, que tem notado, cuja coleção espero que possa ser muitíssimo agradável a Vossa Majestade,

---

¹⁰⁸ Ibidem, p. 56.

quando estiver completa; e com as últimas plantas, que tenho remetido, já anunciei a Vossa Excelência presentemente ele se acha girando na dita diligência em maior distância desta capital; por isso poderá haver algum intervalo nas remessas. Este religioso é bem conceituado na sua província, na que tem 22 anos de hábito, e 15 de pregador. Já foi professor de retórica em São Paulo com bom crédito, e lembrava para cronista da mesma província; o que não consenti, porque humilhante ocupação era incompatível com a diligência, de que o tenho encarregado. Lugar aquele de grande consideração entre os frades, e que tem anexos seus privilégios, que eles muito estimam. Por isso me lembra que seria próprio para mais excitar o zelo, e empenho, que tem mostrado até agora, honrá-lo Sua Majestade, sendo Servida de lhe obter um breve de padre desta sua província, e além disso mandar-lhe dar pela Fazenda Real alguma pequena ajuda de custo por ano para as suas necessidades religiosas¹⁰⁹.

Esse eloquente testemunho da confiança depositada no trabalho desenvolvido pelo frei Veloso alinha-se com a importância conferida pelo próprio franciscano ao seu novo protetor, conforme evidencia o *Mapa Botânico para uso do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís de Vasconcelos e Sousa vice-rei do Estado do Brasil*¹¹⁰. De qualquer forma, o vice-rei concentraria nas mãos do religioso tarefas que antes eram desempenhadas por outros indivíduos como João Hopman, Jerônimo Vieira de Abreu e o cirurgião mor Ildefonso José da Costa. Mais uma vez haveria certa preocupação quanto a eventuais desvios acarretados pelas obrigações de frei Veloso como membro da Igreja. Buscando evitar tais problemas, o vice-rei pedia que fosse concedido ao seu protegido um breve de padre e uma ajuda de custo capaz de sustentar uma dedicação de fato exclusiva à coleta e preparo de amostras da natureza brasileira.

¹⁰⁹ D. Luís de Vasconcelos e Sousa. *Ofício de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, mostrando a sua grande satisfação por ver terem merecido a Real Aprovação de Sua Majestade as remessas, que tem feito das coisas pertencentes à história natural: avisando ter participado a todas as pessoas, que trabalham neste objeto a proteção, que a mesma Senhora lhes promete, fazendo especial menção de cada uma delas para serem atendidas, e avisa também de que remete nesta mesma ocasião uma caixa de borboletas, e outros insetos escolhidos*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04, 04, 005, n° 24.

¹¹⁰ Na verdade, como bem observou Darcy Damasceno, o *Mapa Botânico* possui um autor, o ajudante de engenharia José Correia Rangel de Bulhões, precisamente a pessoa que o assinou. Trata-se de uma alegoria: dos cabelos de um índio que está sentado no chão saem dois troncos de uma árvore que se dividem em ramos, entre eles surgem faixas com os nomes de classes botânicas, tudo de acordo com a taxonomia de Lineu. Apesar da assinatura, Damasceno reconhece, não sem muita cautela, a possibilidade de que José Correia Rangel de Bulhões “estivesse concretizando uma ideia de Veloso”. Este Mapa Botânico em questão integra uma coleção de documentos resultantes de estudos botânicos, incluindo textos, desenhos e descrições esquemáticas. Originalmente, todos pertenciam à biblioteca dos Marqueses de Castelo Melhor, Portugal, mas foram arrematados em leilão pela Biblioteca Nacional do Brasil, em 1879. Atribui-se a autoria intelectual de tais documentos à inteligência do frei Mariano Veloso, muito embora não haja evidência mais contundente que comprove de fato essa hipótese. Cf. Darcy Damasceno, *op. cit.*, 1999, pp. 19-33.

Os trabalhos, contudo, prosseguiram sem maiores obstáculos, pois o vice-rei comunicaria a Martinho de Melo e Sousa, alguns dias depois – mais precisamente em 1º de julho de 1783 –, o conteúdo de uma nova remessa:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor: Remeto a Vossa Excelência nesta Galera – Nossa Senhora da Conceição, e Santa Rita – de que é Mestre José Alves Neves, um caixote, em que vão várias sementes, que constam dos seus letreiros, as quais, para melhor se conservarem, estão encapadas em papel encerado com óleo de terebintina; e no caso de chegarem perfeitas, Vossa Excelência me participará, para continuar semelhantes remessas feitas, e preparadas com aquele benefício. No mesmo Caixote remeto também alguns cocos da Árvore chamada: Andá-asû [*sic*] –, que tem dentro uma espécie de amêndoas ou castanhas, que são purgativas e eméticas: delas também se extrai um óleo, que serve para pinturas, e faz o mesmo efeito do azeite para alumiar.

Todas estas remessas me tem feito o Religioso Franciscano desta Província Frei José Mariano da Conceição Veloso, de quem falo a Vossa Excelência na minha Carta de 17 de Junho deste ano, o qual, sendo encarregado da Historia Natural, anda girando em maior distância desta Capital na diligência de adquirir tudo, quanto encontrar a este respeito, para ir continuando a fazer semelhantes remessas¹¹¹.

O ofício lança luz sobre uma questão crucial para o conhecimento do mundo natural, qual seja, evitar a deterioração do material coletado. A grande distância que separava a metrópole de sua colônia, vencida graças a uma navegação capaz de alongar-se por meses, impunha grandes dificuldades para a conservação das amostras, situação muitas vezes agravada pelas precárias condições encontradas a bordo. Como as palavras de D. Luís de Vasconcelos e Sousa deixam perceber, o preparo das remessas ainda revestia-se de um certo caráter experimental, algo que faria com que as sementes destinadas a Portugal fossem embaladas em capas de papel enceradas com óleo de terebintina. Ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos caberia informar o vice-rei dos resultados alcançados nessa tentativa, pois seria possível estabelecer uma rotina caso as sementes chegassem ao seu destino final em bom estado de conservação.

---

¹¹¹ D. Luís de Vasconcelos e Sousa. *Ofício de D. Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, avisando que na galera Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita remetia preparadas com óleo de terebintina várias sementes com seus letreiros, e alguns cocos de uma árvore chamada “Andá-asû” a virtude do qual se declara distintamente*. Rio de Janeiro, 1 de julho de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04, 04, 005, n° 29.

Tanto o pedido quanto os testes seriam renovados em outra ocasião. Não muito depois, em 1º de agosto de 1783, Martinho de Melo e Castro era avisado de que, na galera

[...] Nossa Senhora da Boa Nova e Santa Quitéria, de que é mestre Antônio Ferreira Torres, remeto outro caixote, dentro do qual vão cinco caixas, quatro delas, são de sementes maiores, que vão sem outro benefício mais, do que irem metidas em areia, e em três, além da areia, irem as sementes metidas nos seus próprios casulos, a quinta é de várias sementes, que além de irem em papéis encerados com óleo de terebintina, como foram as do primeiro caixote [apresentado no ofício de 1º de julho de 1783], vão também areadas. O que tudo me remeteu o mesmo religioso [frei Mariano Veloso], dizendo juntamente que as preparava por estes diversos modos, para se experimentar por qual deles chegavam mais bem conservadas as mesmas sementes, o que ele desejava saber, para poder se regular o modo, porque deveria preparar semelhantes remessas, para chegarem bem acondicionadas, espero por este motivo, que mandando Vossa Excelência observar, por qual dos modos chegam mais bem conservadas me avise, para assim o participar ao sobredito religioso¹¹².

O conjunto desses ofícios revelam aspectos curiosos da comunicação estabelecida entre as autoridades coloniais. Cabe ressaltar os vários detalhes mencionados pelo vice-rei ao seu interlocutor metropolitano, uma narrativa minuciosa necessária para o estabelecimento de métodos capazes de garantir o fluxo de exemplares entre a colônia e a metrópole, etapa fundamental para a construção do conhecimento da natureza brasileira e de outras possessões ultramarinas. Na verdade, para os estudos e avaliações de interesse do Estado chegarem a um bom termo, era absolutamente imperioso que as amostras chegassem em bom estado ao Real Museu de História Natural da Ajuda.

Frei Veloso não ficaria sem as informações referentes ao êxito dos métodos desenvolvidos para a preservação das sementes, notícia que viria acompanhada de uma definição sobre seu papel enquanto naturalista a serviço do Estado português. Cerca de um ano depois, em ofício de 30 de julho de 1784, Martinho de Melo e Castro comunicava ao vice-rei, entre outras questões, que:

---

¹¹² D. Luís de Vasconcelos e Sousa. *Ofício de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, avisando que na galera Nossa Senhora da Boa Nova, e Santa Quitéria vai um caixote, que leva quatro caixas de sementes maiores e outras de diversas qualidades, preparadas por modos diferentes, para se conhecer que deles é o mais próprio*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04 04 005. n.º 32.

Levei a Real Presença da Rainha Nossa Senhora [D. Maria I] as duas cartas de Vossa Excelência de 17 de Junho e 1º de Julho do ano próximo passado, que tratam das remessas, que Vossa Excelência tem feito para o Real Museu, e Jardim botânico de várias produções pertencentes à história natural, desejando Vossa Excelência saber se as sementes, que vieram pela Galera Nossa Senhora da Conceição chegaram bem acondicionadas, para se observar com as mais, que se remeterem, a mesma cautela, praticada com estas. Da informação junta, que mandei tirar ao Jardim Botânico, verá Vossa Excelência que as ditas sementes vieram perfeitamente bem acondicionadas, e além delas, tudo o mais, que Vossa Excelência vem remetendo, chegou na maior perfeição, o que dá bem a conhecer a boa escolha, que Vossa Excelência fez dos sujeitos empregados nesta diligencia, e a justeza, com que Vossa Excelência os encomenda pela sua rara habilidade. E para falar de cada um deles em particular, vou dizer a Vossa Excelência, o que Sua Majestade resolveu a este respeito¹¹³.

Em primeiro lugar, as autoridades metropolitanas manifestavam claramente a aprovação do trabalho desenvolvido no Rio de Janeiro sob as ordens expressas de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, algo evidente pela qualidade dos exemplares enviados. Baseando-se nos bons resultados apresentados diante de seus olhos, D. Maria I decidira favorecer de algum modo os responsáveis.

Assim, o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, informava que:

Quanto ao religioso franciscano chamado frei José Mariano da Conceição Veloso, ordena Sua Majestade que Vossa Excelência lhe mande dar anualmente a ajuda de custo, que lhe parecer conveniente, avisando da quantia, que lhe arbitra, para Sua Majestade a confirmar, ou alterar, como for servida, mandando porém Vossa Excelência que ele principie logo a cobrar a dita pensão, enquanto não chega a resolução de Sua Majestade. Pelo que pertence ao breve de padre da província a favor do mesmo religioso, devo dizer a Vossa Excelência, que aqui estão em ódio todos estes privilégios, e se tem conhecido que eles são uma das origens da relaxação da vida monástica. Se a Vossa Excelência lembrar outro meio de condecorar este religioso, viste Ter ficado privado por causa do Real Serviço do lugar, que lhe queriam dar de cronista da sua

---

¹¹³ Martinho de Melo e Castro. *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário do ultramar, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil*. Palácio de Queluz, 30 de julho de 1784. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04 04 006, nº 9. Publicado por: Ermelinda Moutinho Patata, *op. cit.*, 2006, pp. 216-217.

província, e dos privilégios, que lhe são anexos, Vossa Excelência o proporá para Sua Majestade resolver o que for servida¹¹⁴.

A resposta em questão de certo modo evidencia as engrenagens políticas que moviam o absolutismo português, fato bem marcado pelo suporte financeiro conferido aos homens de ciência empregados em suas demandas. Desde que contasse com a aquiescência da monarca, frei Veloso passaria a receber uma pensão, ou ajuda de custo, a ser estipulada conforme o arbítrio do vice-rei – seu maior protetor – e de vigência imediata. Quanto ao pedido de breve de padre da província, a rainha D. Maria I teria optado por esperar a apresentação de outra solução, mantendo assim a questão em aberto. A coroa, portanto, atendia em parte o que havia sido requerido, sendo que o pronto atendimento do primeiro pedido e a relativa abertura em relação ao segundo – expressa no cuidado de solicitar uma alternativa ao invés de indeferi-lo sumaria e definitivamente – servem para explicitar o conceito positivo que se formava em Portugal sobre o trabalho do frei e a consequente vontade política de mantê-lo como naturalista a serviço do Estado.

Anexo ao ofício de Martinho de Melo e Castro seguia uma carta com detalhes reunidos por sua ordem no Real Museu de História Natural da Ajuda. Grosso modo, esse texto apócrifo dava conta em qual estado haviam chegado na instituição as remessas de frei Veloso:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vossa Excelência me ordenou que o informa-se se as sementes que vieram do Rio de Janeiro se tinham vindo bem acondicionadas: eu creio que melhor não podiam vir, porque tanto as que vieram nos papéis envernizados com água Ras [*sic*], como as que vieram nas caixinhas com areia, e sem ela, vinham com tal cautela, e distribuição, que nasceram a maior parte delas, com igual prevenção vieram os pássaros, insetos, peixes e animais de forma que de nenhuma outra parte tem vindo tão perfeitos, bem mostra a diligência, e cuidado de quem recolhe, e prepara os ditos produtos. O que se precisa é que o diligente professor [frei Veloso], que remeteu tão belas, e bonitas produções, se lembre que para um Gabinete tudo é estimável, ainda os mesmos produtos ordinários do país, de que menos caso se faz, como são cebolas, sementes, e plantas, ainda que sejam ordinárias, também se desejam as plantas raras, mas estimando sempre as ordinárias, porque Estas para a Europa vem a ser as particulares: desejam se para este gabinete minerais, cristais, terras, areias, e pedras de todas as qualidades com os nomes dos sítios, donde são [...] desejam-se cobras de todas

---

¹¹⁴ Ibidem, manuscrito 04 04 006, n° 9.

as qualidades [...] como também lagartos, peixes grandes, e pequenos, caranguejos, estrelas, ouriços do mar, e outros quaisquer produtos [...] Vejo, Excelentíssimo Senhor, que todas estas explicações a respeito dos produtos mencionados são supérfluas, e desnecessárias, pois conheço que o professor [frei Veloso], que os recolhe, não precisa de tal instrução, pois é o mais exato, ou para melhor dizer o único, que remeteu para este Real Gabinete produtos tão bem acondicionados¹¹⁵.

Dava-se notícia – e com grande satisfação – da qualidade ímpar do material recebido, destacando-se o acerto com que frei Veloso procedera as preparações, o que explicava o excelente estado de conservação das sementes e outros espécimes. Por isso mesmo, o desconhecido autor dessas observações não buscou oferecer instruções mais detalhadas sobre esse tema, embora aconselhasse toda atenção e cuidado na escolha dos exemplares a serem enviados para a metrópole. De fato, era preciso que frei Veloso não se deixasse levar pela indiferença que o contato rotineiro com a natureza do Brasil pudesse eventualmente acarretar, pois a mais trivial das espécies poderia ser de um valor inestimável para as coleções do Real Museu de História Natural da Ajuda. Além das plantas, solicitava-se também o envio de material dos reinos mineral e animal.

A correspondência oficial que ligou por algum tempo um franciscano naturalista, um capitão-general, um vice-rei, um secretário do ultramar e um museu de história natural evidencia o esforço destinado a possibilitar o melhor conhecimento da natureza das colônias ultramarinas e a própria estruturação do Real Museu de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, algo que se materializava no crescente fluxo de amostras enviadas para Portugal. Nesse sentido, é digna de destaque a articulação promovida pelo vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, o qual buscava coordenar a atuação das várias partes envolvidas e garantir que os interesses da coroa portuguesa prevalecessem acima de tudo. Daí seu empenho em conseguir da rainha D. Maria I o apoio político e financeiro necessário para a continuidade das remessas, uma vez que pouco ou nada poderia ter sido feito sem o suporte do Estado. Assim como outros naturalistas que investigavam a natureza brasileira, frei Veloso dependeria totalmente da proteção estatal, tanto na colônia quanto na metrópole.

Como bem notou Ângela Domingues, “cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África

---

¹¹⁵ Ibidem, manuscrito 04 04 006, n° 9.

e, sobretudo, na América”, tendo em vista “reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado”¹¹⁶. Havia, portanto, um projeto de grande envergadura que buscava produzir um amplo inventário dos produtos naturais das colônias através da mobilização de indivíduos espalhados por várias partes do império ultramarino, movimento que se intensificaria a partir de meados do século XVIII e extrapolava o esforço de estruturação do Real Museu de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda. De um ponto de vista mais amplo, essa investigação mobilizaria desde autoridades até militares, funcionários da administração pública, eclesiásticos, índios e até mesmo escravos¹¹⁷. Ainda que os objetivos econômicos propriamente ditos de sua atuação não estivessem completamente estabelecidos, o papel de frei Veloso como naturalista inseria-se neste contexto mais amplo.

Ainda na visão de Ângela Domingues, as instituições científicas metropolitanas não chegaram a concentrar todas as iniciativas de pesquisa voltadas para a natureza do Brasil, sendo imprescindível considerar igualmente a atuação das autoridades coloniais como os vice-reis, governadores e capitães-generais. Na qualidade de “representantes da autoridade soberana do rei” ou “loco-tenentes do monarca”¹¹⁸, esses personagens algumas vezes contribuíram para a organização de expedições no interior da colônia, respaldaram a estruturação de jardins botânicos e se interessaram na experimentação de novos cultivos ou de novas técnicas agrícolas. Embasaria tal postura o próprio conhecimento que esses administradores possuíam dos territórios sob sua jurisdição, pois mesmo que esse não fosse exato ou completo, certamente era mais preciso e fundamentado do que aquele de muitas das autoridades da metrópole distante. Por esse motivo, entre outros, coube aos governantes das capitanias a tarefa de fazer valer a vontade do trono português e auxiliar os naturalistas que se embrenhavam pelos sertões no que fosse preciso, apesar de nem sempre se mostrarem zelosos ou eficientes. Embora o bom atendimento aos ditames da coroa fosse regra geral, todo o sucesso efetivo dependia de fatores outros, inclusive as condições locais para sustentar uma expedição e até mesmo a sensibilidade de cada governante para o tema.

---

¹¹⁶ Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, volume 8 (suplemento), p. 824, 2001.

¹¹⁷ Ibidem, p. 826.

¹¹⁸ Ibidem, p. 826.

As ordens da coroa, a promessa de benesses a serem eventualmente obtidas e os interesses do próprio D. Luís de Vasconcelos e Sousa no campo da história natural fariam com que o mesmo assumisse o papel de grande incentivador das investigações sobre a natureza brasileira. Com efeito, frei Veloso encontrou na figura desse governante um zeloso patrono que não hesitou em aproveitar seus talentos. Tanto mais que sob a proteção do vice-rei o religioso franciscano realizou uma série de viagens a diversas localidades das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, entre os anos de 1782 e 1790. Tal iniciativa seria, nas palavras de Darcy Damasceno, a primeira expedição botânica levada a cabo no sul do país¹¹⁹, conforme anuncia o título do *Mapa da Expedição Botânica, que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice-Rei, se acham empregados em Serviço de Sua Majestade, das praças que existem, trabalho que fez, e o mais respectivo em benefício da mesma expedição: desde 6 de setembro de 1788, até o último [dia] do dito mês e ano*¹²⁰.

Em certa altura da Expedição, por volta de 1788, frei Veloso chegou a coordenar o trabalho conjunto de cerca de quarenta pessoas, sendo a metade composta por escravos encarregados dos trabalhos mais penosos ou depreciados. Entre os homens livres, frei Francisco Solano ilustrava o material coletado e frei Anastácio de Santa Inês cuidava dos registros científicos, enquanto nada menos de treze militares contribuíam de diversas maneiras, pois havia entre eles quatro desenhistas. Conforme os trabalhos avançavam, as plantas já identificadas e preparadas eram enviadas para o Rio de Janeiro e depois para Lisboa, graças às providências tomadas por D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Embora também peixes, borboletas e outros animais, a expedição coletaria sobretudo material botânico – exsicatas, sementes e frutos – tendo produzido uma extensa documentação ao longo de oito anos de atividades, elenco composto por inúmeros desenhos e textos. Sob a orientação de frei Veloso, o sistema lineano seria empregado na classificação dos espécimes, escolha que acarretaria algumas imprecisões e equívocos¹²¹.

O número de participantes, a divisão das tarefas e as várias etapas a serem observadas explicitam a articulação e o gigantismo da Expedição Botânica – pois seus trabalhos tinham início nos sertões brasileiros e terminavam nas instituições científicas de Lisboa. Como observa Lorelai Kury, mesmo que a coordenação exercida por frei

¹¹⁹ Darcy Damasceno, *op. cit.*, 1999, p. 23.

¹²⁰ Ibidem, p. 23. Segundo o informado pelo autor a localização do referido documento é: Biblioteca Nacional do Brasil, S. Mss., I-32,12,13.

¹²¹ Ibidem, pp. 27-28.

Veloso não possa ser negada e tampouco desmerecida, cumpre reconhecer que os resultados obtidos refletem sobretudo um esforço coletivo¹²².

Torna-se necessário acentuar, mais uma vez, o caráter nitidamente pragmático que marcaria de forma decisiva iniciativas desse tipo. Neste sentido, Ângela Domingues é categórica ao afirmar que os espécimes coletados – boa parte a pedido da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos – “não se destinavam a fins meramente administrativos, nem alimentariam uma ciência especulativa ou teórica”. Com efeito, uma fração considerável deste material seria “canalizado para gabinetes de história natural, jardins botânicos ou laboratórios científicos”, serviria para o “embelezamento dos jardins reais e de particulares” e seria utilizada em “aulas práticas das academias e universidades, tal como os minerais dariam origem a coleções preciosas nos gabinetes geológicos”. Não obstante, as amostras e suas descrições também deveriam “contribuir para o desenvolvimento econômico do reino, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio ou contribuir para a cura de doenças”¹²³.

Apesar de participar desse movimento, o pragmatismo assumido por frei Veloso em suas investigações sobre a flora fluminense limitar-se-ia especialmente ao registro das plantas com alguma utilidade. Um exemplo nesse sentido seria o chamado andá-asû – descrito posteriormente pelo franciscano como *Joannesia princeps*, em homenagem a D. João, futuro D. João VI – cujos frutos apresentavam propriedades “purgativas e eméticas”, conforme destacaria D. Luís de Vasconcelos e Sousa em ofício dirigido ao secretário Martinho de Melo e Castro no dia 1º de julho de 1783.

Os oito anos gastos em trabalhos de campo nas capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo correspondem ao período mais atuante de frei Veloso como naturalista e professor, tendo sido eleito lente de geometria, retórica e história natural do convento de Santo Antônio. Atento à qualidade e quantidade do material obtido pela Expedição Botânica, D. Luís de Vasconcelos e Sousa convidaria o frei para acompanhá-lo rumo a Lisboa ao fim de seu vice-reinado. Entre outros aspectos, ambos nutriam a esperança de publicar as informações botânicas reunidas, as quais incluíam numerosas descrições e desenhos de plantas. Assim, em 29 de julho de 1790, frei Veloso recebeu de frei José do Desterro as licenças religiosas necessárias para aperfeiçoar seus conhecimentos na corte lisboeta, partindo para a metrópole nesse mesmo ano ao lado de seu protetor. Entre

¹²² Lorelai Kury. “O naturalista Veloso”. In: *Revista de História da USP*, São Paulo, 172 (jan-jun): pp. 256-257, 2015.

¹²³ Ângela Domingues, *op. cit.*, 2001, p. 827.

outros itens relativos à história natural, levou consigo a descrição de mil seiscentas e quarenta plantas e cerca de mil e setecentas gravuras.

2.2 O centro gráfico e editorial da Casa Literária do Arco do Cego

Frei Mariano Veloso chegou a Lisboa em 20 de novembro de 1790, instalando-se na residência de seu protetor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa. Sem demora, entregou os originais dos textos e gravuras, bem como um herbário e vários caixotes de espécimes, ao Museu Real de História Natural da Ajuda, onde passaria a trabalhar. Entre 1797 e 1798, desenvolveria atividades relacionadas à prática museológica, como a classificação de materiais de história natural, além de contribuir para a organização do herbário da instituição.

Assim como ocorrera com as remessas anteriormente enviadas do Rio de Janeiro, as coleções que o frei depositava em pessoa no Museu Real rapidamente despertariam o interesse de parte da elite intelectual que circulava pelas instituições científicas lisboetas. Em 1º de abril de 1791, a Academia Real das Ciências de Lisboa integrou o religioso franciscano ao seu quadro de associados, mais precisamente como sócio livre e oficial, a fim de que se promovesse ali a publicação de sua grandiosa obra¹²⁴. Esboçava-se, portanto, uma excelente oportunidade para a divulgação dos resultados alcançados pela Expedição Botânica, e que poderia angariar algum prestígio para a figura do frei no meio científico de Portugal e talvez da Europa.

Corroborando com tais intenções, um decreto real de 9 de julho de 1792 determinava a impressão dos manuscritos, detalhando a forma pela qual semelhante tarefa deveria ser feita e custeada, decisões que então mereceram o destaque da *Gazeta de Lisboa*:

Por decreto de 9 de Julho de 1792 Sua Majestade tendo sido informada que frei José Mariano Veloso, Religioso da Ordem de São Francisco da Província do Rio de Janeiro, tinha composto uma obra, intitulada *Flora Fluminensis*, de muito merecimento, trabalho, e estudo, e digna de se dar à luz; e não querendo que, por falta de publicação

---

¹²⁴ Nesta mesma ocasião, D. Luís de Vasconcelos e Sousa tornou-se sócio honorário da Academia. *Assembleia de efetivos de 1º de abril de 1791*. Academia das Ciências de Lisboa, Livro da Secretaria 26 B (1780-1810). Publicado por: Miguel Figueira de Faria. “A Flora Fluminense de frei José Mariano da Conceição Veloso e a gênese da Casa Literária do Arco do Cego”. In: *Homenagem a Justino Mendes de Almeida*. Lisboa: ACD Editores, 2015, pp. 277-302.

da mesma obra, fique privado o público da utilidade, que lhe resultará da impressão dela: foi servida ordenar que assim a sobredita obra, com as estampas, de que deve ser ornada, sejam impressas, abertas, e estampadas à custa da sua Real Fazenda. E outrossim houve por bem encarregar a Academia Real das Ciências do cuidado da referida impressão, para que haja de publicar-se com a exatidão, correção, e critério, que é devido a uma obra desta natureza: remetendo a mesma Academia ao presidente do Real Erário a folha das despesas que com a dita impressão se for fazendo, e que corresponda ao espaço de seis meses, para serem as mesmas despesas ali satisfeitas, e continuando-se a mesma formalidade em cada semestre, em quanto durar a sobredita impressão¹²⁵.

Informava-se, portanto, que a *Flora Fluminense* de frei Veloso havia se tornado alvo do favorecimento régio, expresso na promessa de patrocínio de sua publicação através de recursos da própria Fazenda Real. O decreto de D. Maria I, contudo, logo mostrou-se insuficiente para fazer avançar de fato os trabalhos de impressão, frustrando assim o entusiasmo provocado pelas promessas inicialmente estabelecidas.

Não há dúvidas de que os manuscritos originais precisavam de uma revisão antes de serem trazidos à luz. De acordo com Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, é provável que desde muito cedo o próprio frei tenha “pressentido” a “urgência da atualização científica” da *Flora*, “sobretudo no domínio da botânica, visando a revisão dos referentes taxonômicos da fitologia brasileira”¹²⁶. Consciência que, segundo esses autores, teria sido adquirida graças à consulta de livros teóricos que versavam sobre a questão, os quais teriam sido adquiridos tanto pelo Museu Real quanto pela Academia de Ciências justamente para auxiliar o religioso em seu esforço de revisão e aperfeiçoamento de sua obra¹²⁷.

Contribuiria de forma decisiva para a sorte deste projeto editorial os custos excessivos dos trabalhos de impressão, obstáculo de ordem financeira que nem mesmo a promessa de patrocínio do Estado foi capaz de anular completamente. Por sua vez, tal problema viria somar-se a duas questões de fundo que também se mostraram cruciais para determinar o insucesso dessa publicação, uma mais relacionada ao eferescente meio intelectual lisboeta e a outra à incapacidade técnica da imprensas portuguesas para realizar a impressão de livros com as características da *Flora Fluminense*.

¹²⁵ *Gazeta de Lisboa*. Lisboa, 9 de julho de 1792. Publicado por: Margarida Ortigão Ramos Paes Leme. “Um breve itinerário editorial: do Arco do Cego à Impressão Régia”. In: Fernanda Maria Guedes Campos (Org.), *op. cit.*, 1999, p. 77.

¹²⁶ João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes, *op. cit.*, 1999, p. 61.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 61.

No que concerne ao primeiro aspecto, vale lembrar que o decreto real destacado pela *Gazeta de Lisboa* alertava para a necessidade de se promover uma publicação que prezasse pela “exatidão, correção e critério”, sendo a Academia Real das Ciências de Lisboa responsável por esta tarefa. Com o passar do tempo, entretanto, verificar-se-ia a crescente hesitação dessa instituição em apoiar o projeto editorial de frei Veloso, o qual apontaria como maior – senão o único – responsável por esse impasse o abade José Correia da Serra, na época secretário da Academia. Com efeito, o religioso franciscano deixaria para a posteridade desgostosos relatos de uma suposta perseguição, aos seus olhos injustificável, da qual dizia ser vítima.

Angustiado com o atraso da impressão de sua obra, frei Veloso resolveu apelar para uma das figuras políticas mais influentes de sua época, o ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), recém-empossado como secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1801). Em uma súplica, cuja data aproximada, segundo Miguel Figueira de Faria, seria a de 7 de setembro de 1796 – precisamente a data mais avançada comumente aceita como a da posse do novo ministro –, frei Veloso expôs o caso a D. Rodrigo, defendendo o mérito dos esforços que há mais de uma década vinha empregando nessa empresa.

Ele começou por justificar-se que,

Ao depois de eu ter tido a glória de pertencer à repartição que a Vossa Excelência se incumbiu por tantos títulos, quanto justificação o acerto desta eleição; seria censurado de inerte, se não fizera subir à presença de Vossa Excelência os meus queixumes, pelo mesmo modo que um filho se queixa a um pai. Sim, Excelentíssimo Senhor, Vossa Excelência é o órgão do pai comum da nação, que se a ela repartida, pelas três partes, que inteiram o globo do mundo, fora em a que estamos. Esta, certamente, é a qualidade com que Vossa Excelência acolhe na sua presença os emigrados filhos da mãe comum, que nos países estranhos sustentam a sua glória¹²⁸.

---

¹²⁸ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Ofício [ou Súplica] de frei José Mariano da Conceição Veloso ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitando que a impressão de sua obra Flora Fluminense continue*. post. 1795. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Reino, Cx. 30, pasta 7. Antes da reforma do sistema de cotas do AHU o mesmo documento chegou a ser mencionado nos trabalhos de alguns pesquisadores como *Súplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso*, 1797, Reino, maço 2705, manuscrito 2719. Referência esta, inicialmente apresentada por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 17. O documento voltaria a ser citado, também como “súplica”, por Rômulo de Carvalho, *op. cit.*, 1987, p. 90. Tempos depois, João Carlos Brigola e Maria de Fátima Nunes atentariam para a sua deslocalização no AHU – cf. João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes, *op. cit.*, 1999, p. 58, nota 30 –, situação que provavelmente se deve ao fato de os autores o buscarem como “súplica”, quando na realidade o mesmo foi classificado pelo AHU como um “ofício”. Finalmente, o *Ofício [ou Súplica] de frei José Mariano da*

Fica evidente a consciência do frei do quão estratégico seria recorrer a D. Rodrigo, visto por ele como o “órgão do pai comum da nação”, isto é, o homem de confiança do príncipe regente D. João. Além disso, sendo a *Flora Fluminense* um trabalho que promovia o conhecimento especializado sobre a natureza do Brasil, eram grandes as chances de que o assunto despertasse o interesse do ministro que iniciava seus trabalhos na pasta e que desde de muito cedo mostrou-se ávido por informações úteis acerca dos domínios ultramarinos portugueses.

Isto suposto, represento a Vossa Excelência [...] o excesso de um trabalho provado por onze volumes em fôlio com dois de descrições; por uma coleção de todos os peixes de água doce, e salgada, feitas por um novo método, por outra de insetos marinhos, e terrestres; e finalmente por uma de borboletas impressas, pela fécula colorante de que se cobrem as membranas das suas asas, obra tão rara, e estimável, que tem o suplicante notícia, não haver outra em algum dos gabinetes reais da Europa: o que tudo se acha no Museu de Sua Majestade, onde foi entregue logo que aqui chegou. Menos lembrará a Vossa Excelência que os seus excessos neste trabalho o puseram muitas vezes em perigo de vida; já despencando em uma serra por baixo de uma besta muar; já afogado no mar por um tufão de ventos que emborcou a canoa em que o suplicante navegava; já por moléstias perigosas, contraídas no mesmo trabalho, e particularmente uma quase cegueira de oito meses, apanhada na diligência da conversão dos Ararizes [*sic*] índios bravos, que infestam as vizinhanças do Rio de Janeiro, nos matos do [rio] Paraíba, onde o suplicante foi por ordem do Excelentíssimo vice-rei, em o ano de 1787. [...] O que tudo pode testificar o mesmo Excelentíssimo vice-rei, que lhe ofereceu a sua companhia e a sua casa em Lisboa, onde o suplicante existe há quase cinco anos¹²⁹.

Frei Veloso enumerou os resultados de seus trabalhos no campo da história natural e não hesitou em lembrar das desventuras pelas quais teve de passar, tudo para persuadir D. Rodrigo, seja sobre a excelência e originalidade do trabalho desenvolvido, seja quanto a justeza das queixas que se seguiriam. Nesse sentido, lembrava que “tendo feito a entrega de quase setenta caixões, resultado de seus últimos trabalhos, tivera a indizível satisfação de ver que tudo fora bem aceito por Sua Majestade” e “pelo ministro da repartição que não o duvidou elogiar em uma audiência pública, em que teve a honra

---

Conceição Veloso [...] foi publicado por: Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, pp. 294-297. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

¹²⁹ *Ibidem*.

de lhe falar pela primeira vez; e ultimamente pelos sábios da faculdade, a quem se cometeu a sua inspeção e exame”¹³⁰.

Precisamente,

Nesta situação lisonjeira estava o suplicante, quando lhe apareceu, por parte da Academia Real das Ciências de Lisboa o seu secretário o padre José Correia, pedindo-lhe seu nome, os trabalhos do suplicante para o serem impressos à custa da mesma. Que coisa mais feliz lhe poderia acontecer, do que, sem enfadar a Sua Majestade por algum requerimento, ver o seu trabalho impresso, único prêmio que se propunha. O sucesso mostrou o contrário: por enquanto¹³¹.

O trecho insinua que a publicação da *Flora Fluminense* estava praticamente assegurada até a intromissão do abade José Correia da Serra. Para além dos eventuais desentendimentos entre ambos, havia outra dificuldade a ser contornada, qual seja, a falta de condições técnicas das tipografias portuguesas em garantir uma impressão de qualidade das numerosas ilustrações de plantas que acompanhavam os manuscritos. Sobre esta questão, Miguel Figueira de Faria destacou a título de exemplo “a fraca densidade da componente gráfica no ciclo setecentista da Imprensa Régia fundada pelo marquês de Pombal em 1768”¹³². A vasta iconografia da *Flora Fluminense*, que continha descrições e desenhos de cerca de 1.400 espécies vegetais, representava um verdadeiro teste para a produção gráfica portuguesa, que não foi resolvido a curto e médio prazo, pelo menos em Portugal.

A solução mais rápida e viável parecia ser providenciar no estrangeiro a confecção das chapas de cobre necessárias para a impressão das gravuras. Nestes termos, o frei relatou que entregou ao cônsul veneziano instalado em Lisboa, conde José Bernarde, cinco tomos da *Flora Fluminense*, material que continha as descrições de cerca de oitocentas plantas. As chapas seriam feitas em Veneza sob a inspeção do abade Santini. Domingos Vandelli, por parte da Academia Real das Ciências de Lisboa, teria disponibilizado 220\$000 para que fosse dado início ao trabalho. Tal quantia, porém, mostrar-se-ia insuficiente por questões cambiais e porque o abade Santini, ao verificar

---

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

¹³² Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, p. 277.

as dimensões do trabalho, pediu mais \$400 por chapa, “com o que vinha a ficar importando cada chapa, e quatro mil réis, fora frete comissões etc.”¹³³.

Após receber duas provas impressas, a Academia determinou que fossem concluídas duzentas chapas por ano, resolução que despertou a preocupação do frei Veloso, visto que “para duas mil plantas, ou chapas, me irão preciosos dez anos, com existência precária nesta corte e fora do meu claustro”¹³⁴. Inconformado, ele passaria a buscar o apoio necessário para adiantar o trabalho de produção das ditas chapas, encontrando na figura do marquês da Ponte de Lima, D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva (1727-1800), secretário de Estado dos Negócios do Reino, preciosa disposição para auxiliá-lo. Este teria lhe garantido o patrocínio integral da impressão da *Flora* por meio de uma provisão, datada de 9 de julho de 1793. Mais uma vez, porém, a Academia frustraria seus esforços.

Segundo o frei,

Quem dissera Excelentíssimo Senhor, que este momento, para mim tão glorioso, seria a época fatal do meu trabalho! Porque não podendo sustentar a fraqueza do padre José Correia, secretário da Academia, um golpe tão grande de beneficência régia, se esforçou em fazê-la saldada, e o pior é que até agora o conseguiu, podendo mais a sua perversidade, do que a minha verdade, do que a grandeza da minha soberana [D. Maria I]. Imediatamente passou, logo que recebeu a ordem a casa do cônsul Bernarde, e suspendeu a execução do trabalho pelo motivo, segundo ele dizia, de ignorar se a Academia tinha ou não dinheiro para o pagar; sendo que estava aceito a Sua Majestade todo o pagamento. Isto fez o padre José Correia nesta corte, em presença da soberana, e dos seus iluminados ministros; a qual seria estranhada ainda nas partes mais remotas¹³⁵.

Depois deste ocorrido, o abade Correia da Serra ainda apresentaria um orçamento para o projeto de impressão da *Flora Fluminense* ao marquês da Ponte de Lima, cujos custos previstos eram de 30 mil cruzados. Semelhante estimativa, porém, implicava em considerável redução do número de gravuras, algo a ser obtido, segundo o abade, com a exclusão daquelas que figuravam as mesmas plantas. Com o auxílio de outro nobre, o conde de Pombeiro, frei Mariano Veloso contrapôs-se à proposta do

---

¹³³ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Ofício [ou Súplica] de frei José Mariano da Conceição Veloso ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitando que a impressão de sua obra Flora Fluminense continue*. post. 1795. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Reino, Cx. 30, pasta 7.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*.

abade apresentando uma estimativa orçamentária alternativa de 50 mil cruzados, alegando “que só necessitava da quarta parte deste dinheiro, por que as outras três partes, vinham a ser pagas pelo resultado da sua venda, ficando a metade do seu valor em lucro”¹³⁶.

Apesar dos crescentes desentendimentos verificados entre o frei e o abade, os trabalhos de confecção das chapas e impressão das gravuras prosseguiriam ainda por algum tempo sob a proteção do marquês da Ponte de Lima, que havia aprovado as chapas referentes a mais de setenta plantas remetidas de Veneza para Lisboa. Os tempos, porém, eram outros e as ondas revolucionárias que abalavam a política europeia tornavam os mares inseguros. Nesse sentido, os impressores venezianos solicitariam o prazo de um ano para entregar o “primeiro tomo que se achava estampado”, alegando a “dificuldade da navegação pela Revolução Francesa”¹³⁷. Desta vez, contudo, o marquês mostrou-se intransigente e recusou o pedido.

Com a suspensão dos trabalhos, o frei ainda recorreria a Martinho de Melo e Castro, na época ainda secretário do ultramar, cuja intervenção garantiria uma ajuda de custo de 12\$800 mensais para a sua subsistência na corte. Na verdade, não deixa de ser curioso perceber que, ao menos nesta questão, o poder estatal foi mais generoso com frei Veloso. Em 9 de dezembro de 1796, por exemplo, um decreto real muito elogioso determinava que:

Tendo muito presente os grandes merecimentos, e raro engenho de frei José Mariano da Conceição Veloso, que sem socorro algum pôde elevar-se a um ponto tal de luzes botânicas, que mereceu pela sua *Flora* do Rio de Janeiro, ser comparado a Lineu, Thunberg, Banks, e Solander, e desejando dar-lhe uma nova prova do muito que o considero, e do desejo que tenho de recompensar não só o seu talento, mas o amor que professa, e tem mostrado pelo meu real serviço e pela minha glória, e grandeza da minha coroa, e seus vastos domínios, sou servida ordenar que o marquês e mordomo mor, presidente do meu real erário, lhe mande aumentar a pensão que até agora recebe pelo erário régio, elevando a mesma a trezentos mil réis anuais, que continuará a receber do mesmo modo, que aquela que até aqui lhe tenho mandado pagar¹³⁸.

---

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ *Decreto elevando como recompensa, pelos serviços prestados à botânica, a pensão de fr. José Mariano da Conceição Veloso*. Palácio de Queluz, 9 de dezembro de 1796. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), Fundo Conde de Linhares, mc. 28, doc. 59.

Havia um aparente paradoxo, pois os elogios que elevavam a figura do religioso franciscano ao patamar de alguns dos maiores naturalistas de sua época – valorizando mesmo a sua formação autodidata – mostraram-se, ao mesmo tempo, de pouca valia para promover a publicação da obra que o tornava digno da menção honrosa. Na súplica remetida a D. Rodrigo, frei Veloso citaria mui rapidamente a tentativa de se transferir para a fundição do Real Arsenal do Exército o processo de confecção das chapas. Mas, como destacou Miguel Figueira de Faria, é provável que esta alternativa não tenha apresentado resultados satisfatórios¹³⁹.

Frei Veloso, ainda esperançoso, concluía sua súplica apelando a D. Rodrigo:

Possa o amor que Vossa Excelência tem à pátria, às ciências naturais, e aos que temos a glória de estarmos subordinados à sua repartição ministerial, fazer que recebamos por meio de Vossa Excelência, do régio trono a influência que necessitamos para podermos ser úteis ao país, a que devemos o nascimento. Eu penso, que por meio dos dois cônsules, o de Veneza aqui, e o português em Veneza, ou por algum dos negociantes desta para aquela praça, se poderia remir o meu trabalho, assegurando a qualquer deles a régia paga. Vossa Excelência determinará o que for melhor, e mais decoroso¹⁴⁰.

Em 1796, ainda interessava ao frei retomar o trabalho iniciado em Veneza. Para Miguel Figueira de Faria, apesar de não se saber ao certo qual foi a reação do ministro no tocante à *Flora Fluminense*, a proposta não se concretizou¹⁴¹.

No ano seguinte, mais precisamente em 1797, frei Veloso remetia para D. Rodrigo um requerimento acerca da impressão da obra acompanhado de um cálculo que detalhava o trabalho a ser feito. Abandonando a alternativa veneziana, o documento apresentava duas possibilidades para a retomada e conclusão dos trabalhos. De acordo com o plano mais econômico, orçado em 5.177\$480, as chapas de cobre viriam polidas da Inglaterra e seriam trabalhadas “em tórulo [prensa] próprio” por três oficiais da fundição do Real Arsenal, sob a orientação do frei¹⁴².

¹³⁹ Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, p. 285.

¹⁴⁰ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Ofício [ou Súplica] de frei José Mariano da Conceição Veloso ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitando que a impressão de sua obra Flora Fluminense continue.* post. 1795. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Reino, Cx. 30, pasta 7.

¹⁴¹ Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, p. 286.

¹⁴² Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Requerimento de frei Mariano Veloso à rainha D. Maria I solicitando dar prosseguimento ao trabalho de impressão da Flora Fluminense.* Lisboa, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 27, pasta 25. Este documento foi publicado por: Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, pp. 398-302. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

O esforço despendido pelo frei Mariano Veloso para ver publicada sua obra botânica pode ser considerado como uma espécie de preâmbulo que deu a tônica de seus primeiros anos na metrópole. Além das limitações gráficas das imprensas em Portugal, os problemas enfrentados também demonstram suas dificuldades em firmar-se no meio intelectual lisboeta, na época, uma efervescente encruzilhada cultural e científica do império português. A busca do apoio de indivíduos capazes de interceder ou contribuir para a sua causa reflete a própria condição de existência desses intelectuais ilustrados que, no geral, dependiam de um patrono ou mecenas – posição muitas vezes ocupada pelo próprio Estado – para sobreviver.

No que concerne à *Flora Fluminense*, o fim da história não seria aquele desejado por seu autor, que morreria em 1811 no Rio de Janeiro sem vê-la publicada. Ainda assim, seria precipitado dizer que a aproximação de frei Veloso com D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi de todo inútil. Muito pelo contrário, o religioso franciscano inauguraria, sob a proteção deste ministro, uma nova fase em sua trajetória intelectual. Coube ao secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos aproveitar os talentos que enxergou no frei, conciliando-os ao seu projeto político-econômico de uma renovada conformação imperial, cujo objetivo era promover a coesão dos domínios portugueses espalhados pelas quatro partes do mundo. Ao menos em parte, seria realizado o desejo do religioso de ser útil “ao país, a que devemos o nascimento”.

Conforme destacou Andréa Mansuy-Diniz Silva, com D. Rodrigo ocupando a pasta da secretaria do ultramar a partir de 1796, a sorte do frei Mariano Veloso na metrópole modificar-se-ia significativamente, pois “o novo ministro soube não apenas julgar o valor científico do franciscano, mas ainda reconhecer no mesmo o colaborador que ele precisava para realizar um projeto editorial que lhe interessava”¹⁴³. De certo, D. Rodrigo tinha plena consciência do exíguo nível técnico da agricultura praticada tanto em Portugal quanto no Brasil, situação que há muito o preocupava. Do mesmo modo, não ignorava o quão estratégico seria investir na educação dos agricultores a fim de promover o desenvolvimento do comércio de Portugal na Europa, o qual contava com uma participação bastante significativa dos produtos coloniais. Para D. Rodrigo, a necessidade da difusão de conhecimentos científicos e técnicos pelo império português era absolutamente clara. A ideia de disseminar conhecimentos úteis através da

---

¹⁴³ Andréa Mansuy-Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Volume 2. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, p. 121.

distribuição de livros, publicados com o patrocínio do Estado, encontrava um contexto favorável para ser posta em prática.

Para Andréa Mansuy-Diniz Silva, a inspiração desse amplo projeto editorial que então esboçava seus primeiros e decisivos contornos antecederia a confirmação de D. Rodrigo ao posto de secretário de Estado, deitando suas raízes em sua própria formação baseada na razão ilustrada. Tendo estudo no Colégio Real dos Nobres e na Universidade de Coimbra, D. Rodrigo possuía as virtudes que o marquês de Pombal – seu padrinho de batismo – esperava de um homem capacitado para ocupar uma função de destaque na burocracia estatal. Sempre atento às novidades culturais que agitavam o restante da Europa, dedicou-se à carreira diplomática, sendo embaixador em Turim entre 1779 e 1796¹⁴⁴. Entre outros aspectos, ao longo deste período teve a oportunidade prestar entusiástico testemunho à corte portuguesa da pertinência das ordens do imperador da Áustria, José II, no sentido de promover em 1786 o levantamento da situação agrícola do ducado de Milão e a consequente publicação de brochuras voltadas para a instrução do povo, publicações que deveriam apresentar os meios mais apropriados para a prática da agricultura e assim promover tanto a riqueza individual quanto a do Estado. Alguns anos mais tarde, em 1790, D. Rodrigo enviaria um almanaque da Sociedade Agrária de Turim para a Portugal, não deixando de ressaltar por escrito a pertinência de se fomentar a composição de publicações semelhantes para o aperfeiçoamento da agricultura¹⁴⁵.

Por outro lado, as iniciativas voltadas para a divulgação agrícola não eram estranhas a frei Veloso, que realizara um trabalho neste sentido – o *Paládio Português e Clarim de Palas que anuncia periodicamente os Novos Descobrimentos e, Melhoramentos na Agricultura, Artes, Manufaturas, Comércio, &* – publicado pela Oficina Patriarcal no ano de 1796. Dedicado aos deputados da Real Junta do Comércio de Lisboa, foi um dos primeiros periódicos portugueses dedicados à divulgação agrícola¹⁴⁶. Nele, o leitor encontraria tanto assuntos ligados às artes (técnicas) como, por exemplo, o beneficiamento dos couros e a manufatura de papéis, quanto “observações

---

¹⁴⁴ Sobre as influências do percurso intelectual e político de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao longo do exercício de seu governo, consulte-se também Andréa Mansuy-Diniz Silva. “Introdução”. In: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 7, tomo 1. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. XI-LII, bem como Diogo Ramada Curto. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In: Fernanda Maria Guedes Campos (Org.), *op. cit.*, 1999, pp. 15-49.

¹⁴⁵ Andréa Mansuy-Diniz Silva, *op. cit.*, 2006, p. 118.

¹⁴⁶ Maria de Fátima Nunes. *Imprensa periódica científica (1772-1852)*. Lisboa: Ed. Lisboa, Coleção Thesis, 2001, pp. 67-68.

relativas à poda dos pomares por Thomaz Skip Dyot Bucknall”¹⁴⁷; instruções para a “conservação da manteiga sem ranço”¹⁴⁸, informes sobre um “arado singular” que “humedecia a terra enquanto fazia sulcos” descoberto por um viajante sueco na Palestina¹⁴⁹ e uma “breve notícia sobre a produção na Inglaterra de uma bebida alcoólica cuja matéria-prima era a batata”¹⁵⁰. Ademais, o *Paládio Português* também contemplava certas “curiosidades” tais como o espanto de “um oficial de Estrasburgo que surpreendeu soldados rasos com batatas fluorescentes”, acontecimento que “não possui explicação”, servindo o artigo “para despertar a curiosidade do leitor em relação ao estranho fenômeno”¹⁵¹.

A temática agrícola não deve ser encarada como um objeto estranho ao universo intelectual de frei Veloso. Como observa Lorelai Kury, “a separação idealizada entre a história natural teórica e prática nos moldes contemporâneos começava a ser construída a partir das últimas décadas do século XVIII e se configura de maneira relativamente estável durante o século XIX”, para a autora “este não era, no entanto, o mundo de Veloso”¹⁵². Nesses termos, não é de se estranhar que a agricultura tenha sido, desde muito cedo, um tema relativamente próximo de frei Veloso, ainda que suas primeiras atividades tenham sido essencialmente voltadas para o que hoje seria entendido como o domínio da história natural e, mais especificamente, da botânica.

Segundo Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, em Portugal o religioso teria alargado o “universo de seus interesses naturalistas tornando-os mais europeus e variados para o mundo rural”¹⁵³. A partir de então, questões relacionadas à renovação da agricultura através da adoção de princípios agrícolas baseados na Filosofia Natural das Luzes – aspectos “agronômicos”, no linguajar da época – passariam a despertar cada vez mais o seu interesse.

Com efeito, tanto D. Rodrigo quanto frei Veloso entendiam que a produção científica em Portugal era diminuta e “pensavam na utilidade de um firme esforço pedagógico a ser realizado no sentido dos agricultores e outros produtores de bens de

---

¹⁴⁷ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Paládio Português e Clarim de Palas que anuncia periodicamente os novos descobrimentos e, melhoramentos na agricultura, artes, manufaturas, comércio*, &. 1ª parte. Lisboa: Oficina Patriarcal, 1796, pp. 21-30. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Impressos Reservados, RES. 5030 P.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 172.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 175.

¹⁵⁰ Ibidem, pp. 113-114.

¹⁵¹ Ibidem, pp. 110-111.

¹⁵² Lorelai Kury, *op. cit.*, 2015, p. 249.

¹⁵³ João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes, *op. cit.*, 1999, p. 64.

consumo e de exportação”¹⁵⁴. Não causa surpresa, portanto, que logo depois de ter pedido o apoio do secretário do ultramar para concretizar a publicação de sua *Flora*, frei Veloso tenha começado a editar livros técnicos voltados para a agricultura, sendo ponto pacífico que esta mudança de perspectiva tenha ocorrido muito graças à decisiva influência do ministro. Conformava-se nesse momento o núcleo básico que orientaria um amplo projeto de disseminação das Luzes através da impressão de livros que contivessem conhecimentos úteis ao bem comum e que mitigassem o sensível atraso português em relação ao domínio da ciência moderna atuante em outras partes da Europa.

De acordo com Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, os primeiros resultados desse novo direcionamento começariam a aparecer já em 1797, quando frei Veloso – seguindo a orientação de D. Rodrigo, passou a desenvolver trabalhos de “maior vulto”¹⁵⁵, com destaque para a edição da coleção intitulada *O Fazendeiro do Brasil, cultivador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. O primeiro volume foi impresso na Régia Oficina Tipográfica e publicado em 1798¹⁵⁶.

Vale observar que nesta mesma altura, a 13 de janeiro de 1798, frei Veloso deixava de ser sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Não se sabe ao certo qual teria sido o motivo deste desligamento e tampouco é possível afirmar que o mesmo tenha ocorrido devido aos atritos com o abade Correia da Serra. Fato é que o religioso franciscano com esta saída abandonou inclusive a elaboração de um inventário ictiológico, projeto desenvolvido na Academia em colaboração com Domingos Vandelli e que contribuiria com as pretensões desse último em produzir uma “história natural” sobre os domínios portugueses¹⁵⁷.

No começo, o trabalho de impressão dos livros úteis ocorreu de forma fragmentada. Frei Veloso estabeleceu e coordenou uma rede de impressores que desenvolviam o trabalho de forma fracionada e simultânea conforme sua orientação. Além da Régia Oficina Tipográfica – também conhecida como Impressão Régia – estavam envolvidos outros estabelecimentos particulares de Lisboa como as imprensas

¹⁵⁴ Andréa Mansuy-Diniz Silva, *op. cit.*, 2006, pp. 121-122.

¹⁵⁵ Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, *op. cit.*, 1999, p. 78.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 79.

¹⁵⁷ João Carlos Brigola; Maria de Fátima Nunes, *op. cit.*, 1999, p. 61.

de Antônio Rodrigues Galhardo e João Procópio Correia da Silva, bem como a Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

No ano de 1799 inaugurou-se uma nova e movimentada fase de publicação de livros em Portugal, graças à fundação da Casa Literária do Arco do Cego, centro gráfico e editorial presidido pelo próprio frei Veloso, que, aliás, fora escolhido a dedo por D. Rodrigo para ocupar esse posto. Em pouco tempo, os prelos do Arco do Cego trariam à luz uma ampla lista de livros referentes às mais diversas áreas do conhecimento como a medicina, assistência e saúde pública, ciências exatas e naturais, história, poesia, náutica e, com claro predomínio, obras relacionadas à agricultura. As publicações priorizavam a disseminação de conhecimentos práticos e possuíam um caráter pedagógico bem marcado, sendo em grande parte formadas por traduções ou compilações de livros ou artigos de autores estrangeiros.

As obras da Casa Literária do Arco do Cego tinham como prioridade a divulgação de conhecimentos úteis à sociedade, abordagem muito cara à mentalidade ilustrada dos “homens do século XVIII” que, nas palavras de Roger Chartier, “viam a circulação do escrito como a própria condição do progresso das Luzes”¹⁵⁸. Tanto melhor seria quanto maior fosse o alcance das informações transmitidas, premissa que buscava facilitar o acesso do público ao conteúdo de cada livro, algo que explica o trabalho de traduzir para o português textos escritos em latim e outros idiomas. Além disso, a fim de tornar o conteúdo dessas obras francamente acessível, empregou-se largamente a produção de ilustrações que deveriam acompanhar os livros, um recurso adicional de grande eficiência e apelo. Conforme explica Miguel Figueira de Faria, semelhante expediente contemplaria aspectos didáticos, decorativos e lúdicos – os dois últimos também marcados por um inconfundível verniz educativo¹⁵⁹. Em geral, textos e ilustrações deveriam, estabelecer entre si uma indissolúvel ligação, uma complementaridade que proporcionasse antes de tudo a clareza da mensagem que se pretendia transmitir. De acordo com o autor, imagens e textos eram “as duas faces da mesma moeda, caracterizadoras do padrão das edições do Arco do Cego”¹⁶⁰.

Conforme atesta o levantamento apresentado por Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, a Casa Literária do Arco do Cego publicaria 83 títulos, elenco formado por 36 de

---

¹⁵⁸ Roger Chartier. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 133.

¹⁵⁹ Miguel Figueira de Faria. “Da Facilitação e Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego”. In: Fernanda Maria Guedes Campos (Org.), *op. cit.*, 1999, pp. 120-126.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 120.

autores portugueses ou brasileiros, 41 traduções e seis obras em latim. Nada menos de 44 desses livros eram ilustrados com um total de 360 gravuras, além das vinhetas¹⁶¹, algo que evidencia sua importância. Além de acompanharem os livros, alguns desenhos – coloridos ou não – também eram produzidos e vendidos de forma avulsa, como no caso de um passatempo didático nomeado como “Jogo Aritmético”¹⁶².

A própria criação do Arco do Cego esteve intimamente relacionada à necessidade de aprimorar a produção gráfica em Portugal e sua fundação, segundo Miguel Figueira de Faria, teve em “sua origem a execução do projeto de impressão da *Flora Fluminense*”¹⁶³. Para ele, as grandes dificuldades enfrentadas pelo frei Veloso para a gravação das chapas da sua *Flora* teriam motivado a busca de soluções que, em termos práticos, “culminaram na proposta da instalação de uma oficina tipográfica, com especial dimensão na área calcográfica, capaz de empreender a edição da obra”¹⁶⁴. Apesar de não ter sido apresentada uma proposta explícita para a fundação do Arco do Cego, é possível que a solução proposta pelo frei a D. Rodrigo de se providenciar tórculos próprios para que afinal se processasse a tão esperada impressão da obra botânica tenha contribuído para este fim.

Essa possível relação foi aventada inclusive por aqueles que, na época, acompanharam as desventuras do religioso franciscano. Neste sentido, são significativas as palavras de José Carlos Pinto de Sousa em sua *Biblioteca Histórica de Portugal e seus domínios ultramarinos: na qual se contém várias histórias daquele, e destes ms. e impressas em prosa, e em verso, só, e juntas com as de outros Estados*, vinda à luz em 1801 na própria Casa Literária do Arco do Cego.

Sobre a *Flora Fluminense*, dizia ele:

Espera-se que brevemente se conclua, pela animação que o [então] Excelentíssimo ministro da Fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho presta às artes úteis, na conformidade da real vontade do augusto príncipe nosso Senhor cujos cuidados somente são fazer felizes os seus vassalos, e promover, ainda à custa da sua Real Fazenda, tudo quanto pode concorrer para bem se instruírem; por cuja causa o dito rei encarregado de criar, em benefício da Real Impressão do Arco do Cego, um corpo de gravadores, de que há 24 peritos, exercitando-os nas multiplicadas obras de diferente natureza que se

¹⁶¹ Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, *op. cit.*, 1999, pp. 82-84.

¹⁶² *Ibidem*, p. 84.

¹⁶³ Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 2015, p. 277.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 277.

tem impresso na dita oficina, denominada por isso calcográfica: pelo que não será preciso jamais mendigar-se a abertura das sobreditas chapas a nação alguma¹⁶⁵.

Como José Carlos Pinto de Sousa adiantou, as diferentes denominações que o Arco do Cego acumulou ao longo de seus breves três anos de funcionamento refletem o processo de especialização gráfica que nela teve lugar. Em 1799, quando era apenas uma tipografia, era a *Oficina da Casa Literária do Arco do Cego*, passando a *Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego* em 1800, data em que começou a confeccionar as chapas de metal usadas na impressão de gravuras. A partir de fevereiro de 1801, por fim, ganharia o nome de *Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego*, pois havia iniciado o desenvolvimento e fundição de seus próprios tipos.

Cumprir lembrar ainda que em paralelo ao Arco do Cego funcionaria – não por acaso – uma oficina de impressão destinada a formar gravadores, dos quais muitos trabalhariam na própria tipografia. Segundo Miguel Figueira de Faria, desde pelo menos junho de 1799 Joaquim Carneiro da Silva passaria a ensinar o ofício de gravador nas instalações do Arco do Cego, função à qual já havia se dedicado na Imprensa Régia até 1788. O livro que dá conta da administração da imprensa, a *Continuação das Despesas dos trabalhos encarregados por sua alteza real o príncipe regente nosso Senhor ao muito reverente padre mestre frei José Mariano da Conceição Veloso [...] junho de 1799 a outubro de 1801*¹⁶⁶, registra a compra de materiais empregados nessas aulas como carteiras, agulhas, compassos, quadrantes, esquadros, réguas e almofadas de couro, entre outros objetos. Baseado nas quantidades adquiridas – geralmente uma dezena para cada item – Miguel Figueira de Faria infere que as aulas deveriam ser frequentadas por cerca de dez alunos¹⁶⁷. Digna de menção é a compra de dez exemplares dos *Princípios do desenho tirados do grande livro dos pintores, ou da arte da pintura*, de Gerard Lairesse (1640-1711), obra que seria inclusive traduzida para o

¹⁶⁵ José Carlos Pinto de Sousa. *Biblioteca Histórica de Portugal e seus domínios ultramarinos: na qual se contém várias histórias daquele, e destes ms. e impressas em prosa, e em verso, só, e juntas com as de outros Estados*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801, pp. 55-56.

¹⁶⁶ *Continuação das Despesas dos trabalhos encarregados por sua alteza real o príncipe regente nosso Senhor ao muito reverente padre mestre frei José Mariano da Conceição Veloso [...] junho de 1799 a outubro de 1801*. Arquivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM).

¹⁶⁷ Miguel Figueira de Faria, *op. cit.*, 1999, pp. 128-129.

português no próprio Arco do Cego no ano de 1801, “para benefício dos gravadores” do estabelecimento¹⁶⁸.

O ensino dos alunos era conciliado com a prática, o que motivou a publicação do *Aviário Brasílico, ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil, disposto e descrito segundo o sistema de Carlos Lineu, copiado do natural, e dos melhores autores, procedido de diversas dissertações análogas ao seu melhor conhecimento, acompanhado de outras estranhas ao mesmo continente*, em 1800. A gravação de suas imagens foram feitas pelos estudantes desejosos em demonstrar à monarquia portuguesa seus conhecimentos acerca do ofício que lhes era ensinado.

Frei Mariano Veloso esclarece na introdução que,

Os candidatos da gravura, estabelecida na Casa Literária do Arco do Cego, desejando apresentar a Vossa Alteza Real uma prova das suas lições, em sinal do seu agradecimento à proteção, que Vossa Alteza Real lhes tem concedido, já facilitando um mestre [Joaquim Carneiro da Silva], que os dirija na sua arte, já permitindo, que se lhes apresentem novos objetos, em que a possam exercitar, e descobrir cada vez mais os seus talentos, aqueles talentos, que sem saírem do seio da pátria mãe, a aprender costumes alheios, farão um dia toda a sua gloria, e a da nação me pediram lhes determinasse um trabalho, que lhes preenchesse estes mencionados fins¹⁶⁹.

Tais palavras confirmam aquilo que foi dito pelo contemporâneo José Carlos Pinto de Sousa sobre o recente desenvolvimento da produção gráfica em Portugal, mudança comprovada objetivamente pela oferta de novos quadros para o ofício de gravador. Segundo o frei Veloso, graças à formação artística oferecida pelo Arco do Cego, não havia mais a necessidade de os estudantes deixarem a segurança do “seio da pátria mãe”, evitando-se assim os riscos da influência de “costumes alheios”, situação que deveria contribuir para projetar na formação dos aspirantes ao ofício de gravador o desejo inconfundível de se contribuir para a glória “da nação” portuguesa.

Como menciona Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, seria estabelecida na Casa Literária do Arco do Cego toda uma estrutura que em pouco tempo a converteria

¹⁶⁸ Gerard Lairesse. *Princípios do desenho tirados do grande livro dos pintores, ou da arte da pintura*. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801, folha de rosto.

¹⁶⁹ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Introdução”. In: *Aviário Brasílico, ou galeria ornitológica das aves indígenas do Brasil, disposto e descrito segundo o sistema de Carlos Lineu, copiado do natural, e dos melhores autores, procedido de diversas dissertações análogas ao seu melhor conhecimento, acompanhado de outras estranhas ao mesmo continente*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800, s./n.

num verdadeiro centro gráfico e editorial capaz de suportar “todos os estágios de preparação de um livro”¹⁷⁰ e a própria divisão dos trabalhos necessários para a produção ou editoração dos impressos reforça essa ideia. É o que se depreende da *Lista de todas as pessoas que se acham empregadas, por ordem de sua alteza real, o príncipe regente nosso Senhor, na fatura de obras literárias do Arco do Cego*¹⁷¹, produzida por Romão Elói de Almeida, o qual iniciou suas atividades em 1800 como gravador figurista, desempenhando também a função de diretor de gravura. Segundo este documento, em determinada altura frei Veloso chegou a coordenar o trabalho de cerca de 70 pessoas, divididas entre: associados literários, gravadores figuristas, gravadores arquitetos, gravadores de paisagens e ornatos, desenhadores, iluminadores, tórculos, estaqueadores de cobre, empomesadores, compositores, impressores, batedores, fundidores, encadernadores e carpinteiros.

Por mais que as trajetórias individuais tenham contribuído para a produção de livros técnicos no Arco do Cego, não se deve esquecer que pouco ou quase nada teria sido feito na ausência de um imperativo político responsável por mobilizar e orientar o trabalho de todo esse quadro intelectual, articulação na qual se destacaria D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Em termos gerais, a frei Veloso competia a tradução e a edição de livros práticos enquanto o ministro explicitava o sentido político desse projeto gráfico e editorial, angariando recursos do Estado para a sua realização.

Neste sentido, a fundação da Casa Literária do Arco do Cego deve ser entendida como desdobramento de um reformismo ilustrado português cada vez mais intenso. Com o avanço da crise do Antigo Sistema Colonial observado no final do século XVIII, tornava-se ainda mais urgente conter o crescente descontentamento que se fazia sentir nos vários segmentos da sociedade colonial, processo que debilitava os laços seculares que uniam o Brasil a Portugal¹⁷². O reformismo ilustrado, portanto, embasava uma resposta do Estado a essa circunstância e tinha como objetivo pôr termo a tais desacordos, enfatizando os inumeráveis benefícios que um futuro comum entre metrópole e colônia reservava.

---

¹⁷⁰ Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, *op. cit.*, 1976, p. 11.

¹⁷¹ Romão Elói de Almeida. *Lista de todas as pessoas que se acham empregadas, por ordem de sua alteza real, o príncipe regente nosso Senhor, na fatura de obras literárias do Arco do Cego*. Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério do Reino, maço nº 27.

¹⁷² Sobre as manifestações da crise do Antigo Sistema Colonial Cf. Fernando A. Novais. “Os problemas da colonização portuguesa”. In: *op. cit.*, 1995, pp. 117-211.

Conforme destacou Maria de Lourdes Viana Lyra, a regência de D. João (1792-1818) terminaria por aprofundar a política ilustrada do Estado a fim de criar condições objetivas para “eliminar os pontos de atrito” e promover o “progresso efetivo da nação portuguesa espalhada nas ‘quatro partes do mundo’”¹⁷³. Uma das figuras políticas desse período que mais soube interpretar os desafios impostos para a manutenção do império ultramarino português foi justamente D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Como secretário do ultramar, foi responsável pela apresentação de um programa de reformas abrangente que propunha uma série de reflexões e ações sobre questões cruciais à época, cabendo destacar sua crítica à manutenção de estancos – sobretudo os da venda do sal e o da pesca das baleias – e seu plano de uma nova organização fazendária capaz de permitir ao Estado formas mais adequadas do recolhimento de impostos. Sua reconhecida inteligência e seu aguçado espírito de iniciativa sem demora o habilitaram a tomar uma posição de destaque na formulação da política ilustrada de D. João.

A exemplo de Viana Lyra, também é preciso atentar para a carga político-ideológica apresentado pelo programa de reformas de D. Rodrigo. Sem dúvida alguma, o documento que mais explicita esta questão é a *Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua majestade na América* de 1797 ou 1798. Nela, o ministro defende aquilo que se fará presente em maior ou menor grau em outras ações destinadas a estreitar os laços entre Portugal e Brasil: a necessidade de se promover uma identidade comum para todos os portugueses, independentemente de onde este ou aquele estivesse. Assim, o primeiro passo ensaiado por D. Rodrigo foi o de mitigar possíveis diferenças entre as partes que compunham o império.

Na sua concepção,

Os domínios de Sua Majestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões. Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província de Espanha, enquanto servindo de ponto de reunião e de assento à monarquia que se estende ao que possui nas ilhas de Europa, e África, ao Brasil, às costas orientais e ocidentais de África, e ao que de nossa real coroa possui na Ásia, é sem contradição uma das potências que tem dentro de si todos os meios de figurar conspícua e brilhantemente entre as primeiras potências de Europa. [...]. A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comércio do norte e meio-dia do mesmo continente, e do melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo, faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão

¹⁷³ Maria de Lourdes Viana Lyra. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, p. 64.

natural, quanto pouco o era de outras colônias que se separaram da sua mãe-pátria; e talvez sem o feliz nexos que une os nossos estabelecimentos, ou eles não poderiam conseguir o grau de prosperidade a que nossa situação os convida, ou seriam obrigados a renovar artificialmente os mesmos vínculos que hoje ligam felizmente a monarquia, e que nos chamam a maiores destinos, tirando deste sistema todas as suas naturais consequências¹⁷⁴.

Como já destacou Viana Lyra, o programa reformista de D. Rodrigo buscava sobretudo estimular a integração política e econômica do império português, dando ênfase a ideia de um arranjo de relações naturalmente estabelecido em detrimento de “um processo histórico de dominação colonial”¹⁷⁵. Trata-se de uma mudança sutil, estratégica, capaz de possibilitar uma visão renovada acerca da metrópole, a qual passaria a ser concebida mais como um entreposto dinamizador do comércio colonial do que um centro monopolista. A expectativa de D. Rodrigo era inibir o crescimento do perigoso sentimento de antagonismo entre as partes envolvidas para evitar que ocorresse algo parecido com o caso dos Estados Unidos da América, que se tornara independente da Inglaterra em 1776. Ao ministro interessava, portanto, pautar as relações entre Portugal e Brasil a partir de noções como reciprocidade e interdependência.

Para ele, as partes que compunham o império deveriam ser

[...] organizadas como províncias da monarquia [...] todas estabelecidas para contribuírem à mútua e recíproca defesa da monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos, e costumes, é este o inviolável e sacrossanto princípio da unidade, primeira base da monarquia, que se deve conservar com o maior ciúme, a fim que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português, e não se lembre senão da glória e da grandeza da monarquia a que tem a fortuna de pertencer, reconhecendo e sentindo os felizes efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes [...] ¹⁷⁶.

A identidade comum de todos os vassallos da coroa portuguesa espalhados pelas quatro partes do mundo era o grande objetivo a ser perseguido e suas bases político-ideológicas estavam postas no programa de reformas de D. Rodrigo, princípios que deveriam orientar a construção de um novo e poderoso império.

¹⁷⁴ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América*. 1796 ou 1798. Publicada em: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, *op. cit.*, volume 7, tomo 2, 1993, p. 48.

¹⁷⁵ Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, 1994, p. 68.

¹⁷⁶ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, *op. cit.*, volume 7, tomo 2, 1993, p. 49.

Essa é a ideia que vai povoar a mentalidade do grupo de intelectuais da chamada “geração de 1790”, definida por Kenneth Maxwell¹⁷⁷. Em meio à instabilidade e à incerteza que um eventual futuro republicano – a exemplo dos Estados Unidos – traria para a manutenção da posição e dos interesses das elites coloniais do Brasil, a solução apregoada pelos intelectuais da “geração de 1790” – em boa parte filhos dessa mesma elite – resumia-se na construção de um império luso-brasileiro. Para Nívia Pombo, a defesa de um espaço nacional que consistiria em um rearranjo imperial foi a “solução peculiarmente luso-brasileira para os problemas do nacionalismo e do colonialismo, do republicanismo e da monarquia”¹⁷⁸. Como é possível perceber, D. Rodrigo foi um dos principais artífices desse projeto.

Segundo essa visão, a sobrevivência do império ultramarino português e a permanência do Brasil nesse organismo dependeria da implementação de políticas ilustradas capazes tanto de superar as questões de cunho político e ideológico quanto de promover a dinamização da economia e a modernização dos setores produtivos. Como notou Viana Lyra, o reformismo ilustrado português – traduzido sobretudo, nas reflexões de D. Rodrigo – almejava “reformas eficientes na máquina administrativa para desentruar o sistema, estimular a atividade produtiva e interdependente de todas as partes do império”¹⁷⁹. Na visão da autora, a Casa Literária do Arco do Cego, cujo objetivo primacial era produzir livros práticos para a instrução dos agricultores coloniais, “representa bem a criação de condições objetivas para a execução do projeto proposto”¹⁸⁰.

É preciso lembrar que parte considerável dos colaboradores do Arco do Cego provinha justamente dessa geração ou grupo de intelectuais luso-brasileiros que participava do crescente debate público acerca do futuro do império português. A contribuição desses indivíduos, em sua maioria jovens estudantes, seria estratégica, baseada especialmente na publicação de livros que refletiam todo o pragmatismo do projeto político ilustrado do Estado português.

Para Maria Odila, “objetivos e pragmáticos, preocupados com problemas concretos, não se limitaram esses intelectuais à leitura das obras dos *philosophes*”, interessando-se igualmente pela “experiência colonial das outras nações europeias”,

¹⁷⁷ Kenneth Maxwell, *op. cit.*, 1999, pp. 157-208.

¹⁷⁸ Nívia Pombo. *D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamentos e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2015, p. 157.

¹⁷⁹ Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, 1994, p. 81

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 83.

procurando “traduzir estudos referentes aos trópicos, sempre em busca de uma lição aplicável ao Brasil”. Neste sentido, “particularmente ilustrativa deste intuito foi a criação da Casa Literária do Arco do Cego, que se destinava a divulgar traduções, focalizando principalmente a agricultura nos Estados Unidos e nas Antilhas inglesas e francesas.”¹⁸¹.

A implementação de parcelas importantes do programa político de D. Rodrigo ocorreria graças ao trabalho desta *intelligentsia* luso-brasileira, inclusive o do próprio frei Veloso. Mantido pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, e com recursos financeiros provenientes do Erário Régio, o Arco do Cego realizava seus trabalhos literários mês a mês, não havendo dotações preestabelecidas. Os ganhos, porém, eram bem menores que os gastos, pois a venda de livros e outros materiais, como papéis e gravuras avulsas, não bastava para cobrir os déficits que se acumulavam. Tal situação seria mantida pelo menos até janeiro de 1801, data em que D. Rodrigo continuava no comando da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sendo o maior responsável pela captação dos recursos¹⁸².

É necessário ter em conta, entre outras questões, que o mecenato operava como uma espécie de mecanismo controlador da produção cultural dos ilustrados luso-brasileiros. Assim, como bem observou Diogo Ramada Curto, a Casa Literária do Arco do Cego “era uma forma de arregimentar intelectuais que, de outro modo, poderiam ter comportamentos sediciosos”¹⁸³. Embora esperassem que suas luzes funcionassem como um diferencial capaz de garantir o reconhecimento e o prestígio que almejavam, esses intelectuais não estavam em absoluto imunes às redes de influência e ao clientelismo, aspectos marcantes da sociedade de Antigo Regime. Era quase que imprescindível a figura de um protetor que lhes abrisse novas possibilidades de inserção social, necessidade que talvez contribuisse para torná-los mais receptivos aos projetos políticos encabeçados pelo Estado. De qualquer modo, seja pelos laços de dependência, seja pela sincera esperança de um futuro comum e glorioso para Portugal e Brasil, com D. Rodrigo a *intelligentsia* luso-brasileira trabalharia ativamente – pelo menos por algum

---

¹⁸¹ Maria Odila Leite da Silva Dias, *op. cit.*, 2005, pp. 80-81.

¹⁸² Manuela D. Domingos. “Mecenato Político e Economia da Edição nas Oficinas do Arco do Cego”. In: Fernanda Maria Guedes Campos (Org.), *op. cit.*, 1999, pp. 91-106.

¹⁸³ Diogo Ramada Curto, *op. cit.*, 1999, p. 49.

tempo – em prol de um império modernizado e unificado sob a égide da coroa portuguesa¹⁸⁴.

As atividades da Casa Literária do Arco do Cego, no entanto, demandavam vultosas quantias do Erário Régio. A crescente necessidade de economizar os custos mensais de sua produção foi, certamente, um dos fatores decisivos para que o estabelecimento deixasse de existir, pelo menos enquanto imprensa autônoma. Em 7 de dezembro de 1801, o príncipe regente D. João estabelecia a reestruturação da Impressão Régia, reforma que contemplava mudanças administrativas e incluía a incorporação do Arco do Cego¹⁸⁵. Era desejo de D. João seguir com a publicação de livros úteis observando “a mais severa economia”, objetivo que dificilmente seria alcançado com o patrocínio simultâneo de duas imprensas. O mesmo decreto também determinava que a Impressão Régia desse continuidade à “impressão dos livros, e obras, de que se achava encarregada a Casa Literária do Arco do Cego”, não deixando de se “concluir todas as obras, que se acham ali principiadas, e que deverão concluir-se, assim como executar-se as outras, que possam ser úteis à instrução dos meus vassalos”. Nessa reorganização, frei Mariano Veloso passou a integrar – acompanhado de Custódio José de Oliveira, Joaquim José da Costa e Sá e Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça – o importante cargo de diretor da Junta Literária da Impressão Régia, grupo responsável pela escolha, tradução e revisão das publicações feitas daquele momento em diante.

2.3 Ecos da economia política nos prefácios do *Fazendeiro do Brasil*

Dos livros publicados por frei Mariano Veloso, o manual agrícola intitulado *O Fazendeiro do Brasil [...] melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto* consiste numa das obras mais representativas do espírito pragmático de seu trabalho como editor. Trata-se de uma coleção de livros

---

¹⁸⁴ Cf. Luís Miguel Carolino. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: Heloisa Meireles Gesteira; Luís Miguel Carolino; Pedro Marinho (Orgs.), *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz & Terra, 2014, pp. 191-228.

¹⁸⁵ Príncipe Regente D. João. *Decreto de 7 de Dezembro de 1801. Dando forma, e providências à Direção da Impressão Régia, criando uma nova Junta*. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=110&id_obra=73&pagina=1190. Última consulta: 20 de fevereiro de 2017.

que contém onze volumes organizados em seis tomos impressos entre 1798 e 1806¹⁸⁶. Dedicada aos agricultores (criadores e cultivadores) da colônia, ela apresenta uma vasta compilação de textos técnico-científicos de autores membros de sociedades agrícolas ou academias científicas da Europa e América – com destaque para os Estados Unidos e para as Antilhas inglesa e francesa –, além de alguns correspondentes instalados no Brasil. Entre os temas abordados constam: açúcar, índigo¹⁸⁷, urucum¹⁸⁸, cochonilha¹⁸⁹, café, cacau, leite e seus derivados, noz-moscada, canela, cravo-da-índia e algodão.

Apenas um dos volumes da coleção foi impresso na Casa Literária do Arco do Cego, trata-se do primeiro e único tomo dedicado aos criadores ou, mais especificamente, à produção do leite, do queijo e da manteiga, que “chegando a ser atualmente artigos de alimento geral na maior parte dos países, tornam indispensável o estudo dos usos mais convenientes para prepará-los de sorte, que possam rivalizar com os que diariamente nos importam as nações industriosas”¹⁹⁰. Os demais tomos do *Fazendeiro do Brasil* foram impressos em outros estabelecimentos, mas possuem ilustrações produzidas no Arco do Cego, detalhe que evidencia como a impressão de alguns dos títulos editados por frei Veloso envolveu o trabalho simultâneo e coordenado de diferentes imprensas.

¹⁸⁶ A coleção possui dez volumes dedicados ao cultivador, a saber: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 1, parte 2: Da cultura das canas e fatura do açúcar. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 2, parte 1: Tinturaria: Cultura do Índigo, e extração de sua fécula. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798 – a segunda edição deste volume foi dada à luz na Impressão Régia, em 1806; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 2, parte 2: Tinturaria: Cultura do Índigo, e extração de sua fécula. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 2, parte 3: Cultura do cateiro, e criação da cochonilha. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1800; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 3, parte 1: Bebidas Alimentosas [Café]. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800 – a segunda edição deste volume foi publicada pela Impressão Régia, em 1805; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 3, parte 2: Bebidas Alimentosas [Café]. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 3, parte 3: Bebidas Alimentosas [Cacau]. Lisboa: Impressão Régia, 1805; *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 4, parte 1: Especiarias. Lisboa: Impressão Régia, 1805; e *O Fazendeiro do Brasil [...]*. Tomo 5, parte 1: Filatura [fiação]. Lisboa: Impressão Régia, 1806. Também existe um tomo composto por um único volume dedicado ao criador: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, criador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 1, Parte 1: Do Leite, Queijo, e Manteiga. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801.

¹⁸⁷ O mesmo que anil, tradicional corante azul extraído por maceração das folhas e talos de espécies do gênero *Indigofera* (Fabaceae), plantas vulgarmente conhecidas como anileira.

¹⁸⁸ Fruto do urucuzeiro, *Bixa orellana* (Bixaceae), de cuja semente se extrai um corante vermelho ou amarelo designado usualmente como “açafrão” ou “colorau”.

¹⁸⁹ *Dactylopius coccus*, pequeno inseto da família Dactylopiidae do qual se extrai um corante carmim também designado como “cochonilha”.

¹⁹⁰ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1801, p. s/n.

Sobre as motivações que deram origem à coleção, as palavras empregadas pelo religioso franciscano na introdução do segundo tomo são particularmente esclarecedoras ao anunciar que:

[Tais livros] devem ser como cartilhas, ou manuais, que cada fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos dia e noite, meditando, e conferindo as suas antigas, e desnaturalizadas práticas com as novas, e iluminadas, como deduzidas de princípios científicos, e abonadas por experiências repetidas, que eles propõem, para poderem desbastardar, e legitimar os seus gêneros, de sorte que hajam, por consequência, de poder concorrer nos mercados da Europa, a par do dos estranhos. Isto quer e manda, Vossa Alteza Real, e para isto lhes administra os seus subsídios necessários, de que até agora os tinha privado a inércia. Sem livros não há instrução¹⁹¹.

Cada um dos livros de *O Fazendeiro* possui um prefácio escrito por frei Veloso dirigido ao príncipe regente D. João, respeitosamente tratado como “Senhor”. O trecho começa e termina ressaltando o sentido pedagógico da coleção, evidenciando a profunda esperança que seu autor nutria pela palavra impressa como um meio de promover a educação dos povos – sentido condensado de forma explícita naquela que talvez seja a sua mais lembrada assertiva: “sem livros não há instrução”. De fato, o *Fazendeiro do Brasil* deveria cumprir o papel de um autêntico manual ou guia prático: orientar o agricultor em suas atividades cotidianas, despertar a sua curiosidade, suscitar em seu espírito o gosto pela reflexão e, principalmente, induzi-los a aplicar tudo aquilo que aprendiam.

É evidente o desejo de rechaçar o que então era encarado como uma prática irrefletida da agricultura e esses manuais, ao apresentar a seus leitores “novas” e “iluminadas” técnicas, deveriam contribuir para o aparecimento – entre os próprios produtores – de um saber marcado menos pela tradição do que por “princípios científicos” cuja eficácia fora comprovada pela “experiência”. Em suma, o frei esperava que *O Fazendeiro do Brasil* afirmasse a primazia de um conhecimento agrícola – ou agrônomo, como se falava na época – intimamente ligado aos princípios da filosofia natural das Luzes.

Atendendo em grande medida às expectativas do espírito profundamente pragmático de estadistas e intelectuais da Ilustração luso-brasileira, a instrução dos

---

¹⁹¹ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 2, 1800, p. s/n.

agricultores não deveria incentivar especulações desinteressadas. Esperava-se efeitos práticos e, preferencialmente, imediatos dos ensinamentos expostos pelos livros. Sem dúvida, o objetivo principal era promover o aperfeiçoamento técnico da agricultura brasileira, então dominada por “antigas e desnaturalizadas práticas”. Em última instância, o aprimoramento dos métodos de produção contribuiria para elevar a qualidade e, conseqüentemente, o nível de competitividade dos gêneros agrícolas, fortalecendo assim os fluxos comerciais que ligavam Brasil e Portugal ao mercado europeu, marcado pela crescente concorrência entre as potências coloniais.

Para despertar no espírito dos leitores uma “uma energia paciente e sistemática”¹⁹² os livros deveriam apresentar soluções apropriadas para o aperfeiçoamento da assim chamada “economia rural”.

Como o próprio frei Veloso fez questão de esclarecer:

Senhor.

Venho dar conta do trabalho, do qual em seu augusto nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar ao português todas as memórias estrangeiras, que fossem convenientes aos estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas, que dela dependem, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso, e atonia, em que atualmente estão, e se pusessem ao nível, com os das nações nossas vizinhas, e ricas no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros e produções¹⁹³.

Apesar de definir a “economia rural” como objeto do *Fazendeiro do Brasil*, frei Veloso não oferece uma definição acabada e rígida de sua natureza, imprecisão que se estende por todos os volumes da coleção. Verifica-se, contudo, a nítida opção de privilegiar aspectos técnicos do conjunto de princípios que deveriam orientar a agricultura, visando sobretudo o acerto e a eficácia dos métodos empregados na produção.

Nos prefácios – verdadeiras cartas abertas ao público, ainda que formalmente dirigidos ao príncipe regente D. João – frei Veloso tinha a oportunidade ímpar de apresentar os livros que editava e publicava, insistindo sempre na utilidade das memórias neles reunidas. Vendo a si mesmo como um mero instrumento da política

¹⁹² Expressão originalmente utilizada por Sérgio Buarque de Holanda para indicar os cuidados que, segundo o mesmo autor, teriam faltado na prática dos agricultores do Brasil colonial. Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 51.

¹⁹³ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. I.

ilustrada da coroa portuguesa, ele abdicava de qualquer pretensão que o afastasse das funções de tradutor e compilador, às quais atribuía um caráter excessivamente mecânico e irrefletido. Não obstante, a seleção dos textos que deveriam compor a obra evidenciam um conhecimento nada desprezível e até mesmo certa originalidade em seu trabalho, visto que a própria escolha dos conteúdos exigia reflexões sobre os avanços técnicos que então ocorriam na agricultura e, ao mesmo tempo, a possibilidade de sua aplicação no contexto luso-brasileiro.

Era preciso justificar de alguma forma o esforço de publicação do *Fazendeiro do Brasil*. Neste sentido, frei Veloso geralmente concentrava-se na denúncia do estado de decadência da produção agrícola colonial, sustentando a necessidade do aprimoramento técnico para a solução definitiva do problema. Em algumas ocasiões, porém, ele ultrapassava a simples constatação dos fatos, propondo motivos e explicações para essa propalada realidade. Era precisamente nesses momentos que o religioso franciscano transcendia a esfera técnica da “economia rural”, chegando à questões contextuais com o auxílio pontual e estratégico de referências da economia política de sua época.

Basicamente, na visão do frei, a prática agrícola poderia ser estimulada ou desencorajada de acordo com as noções de teoria econômica adotadas pelos indivíduos. Segundo ele:

Talvez, se os conhecimentos econômico-rurais, e econômico-políticos no princípio deste século [XIX] não estivessem em tanta decadência se não escreveria em certa gazeta: Os serviços, que M. Methuen nos fez, são tais, que todo o bom patriota deve desejar que, em cada uma das nossas cidades comerciantes, se lhe haja de levantar uma Estátua. (British Merchant.) O efeito [de concepções como esta] foi abrir [n]a insaciável auro [sic.] mania humana voragem sorvedoura, que engoliu todo, quanto ouro [que] 100 mil Africanos tem catado e desentranhado em cem anos das brasílicas lavras¹⁹⁴.

Independentemente da exatidão – ou mesmo da veracidade – da notícia veiculada, o trecho revela o profundo impacto exercido pela ação do diplomata inglês John Methuen (1650-1706) no pensamento econômico português do século XVIII. Firmado em 1703, o Tratado de Methuen – amplamente conhecido pela posteridade como “Tratado dos panos e vinhos” – foi insistentemente revisitado por estadistas e pensadores. Para os mais críticos, o acordo consiste numa das principais causas da falência das manufaturas de Portugal, reduzidas diante da concorrência dos produtos

¹⁹⁴ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 2, 1800, pp. IV-V.

industrializados ingleses. Debilitando a economia do país e, ao mesmo tempo, absorvendo a maior parte das riquezas provenientes da exploração colonial, ele teria afinal decretado a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra. Para Nuno Gonçalo Monteiro, porém, o Tratado de Methuen não deve ser encarado como a causa do insucesso do setor manufatureiro português ao longo do setecentos, sendo antes uma consequência compreensível das opções político-econômicas de um Estado que pouco preocupava-se em privilegiar o desenvolvimento das atividades industriais¹⁹⁵.

Seja como for, frei Veloso compartilhava da aversão generalizada que na época recaia sobre o tratado, desaprovando especialmente a busca desenfreada pelo ouro do Brasil que o mesmo supostamente teria acarretado. Para ele, o problema consistia, sobretudo, na mobilização de recursos para o desenvolvimento da mineração, o que se dava em detrimento da agricultura. Assim, a obsessão pelos metais preciosos, iniciada com a assinatura do tratado, atestava na prática a “decadência” dos “conhecimentos econômico-políticos” e, conseqüentemente, dos “econômico-rurais”.

Na concepção do frei Veloso, a exploração das minas só originaria uma riqueza aparente, pois a maior parte do ouro escoaria para a Inglaterra como meio de pagamento dos produtos importados por Portugal. Ao constatar os prejuízos da possível continuidade de tal situação, o religioso franciscano lançaria mão dos versos do poeta Virgílio (70 a.C-19 a.C.) – que na Antiguidade reclamara dos plagiadores que lhe furtavam os louros de seu próprio trabalho literário – para denunciar que “ainda vai adiante a dura pena do *sic vos non vobis* [para vós, mas não vosso]”¹⁹⁶.

Já no volume inaugural do *Fazendeiro do Brasil*, o frei apresentou quais deveriam ser os princípios norteadores da política econômica metropolitana voltada para a colônia:

É certo que, devendo ser o estabelecimento da agricultura o objeto da maior contemplação das colônias; porque só ela tem em o seu poder o dar as matérias primeiras às artes, e fábricas, e por consequência gêneros ao comércio, aumento à navegação, sobras, e reexportações ao reino; e em uma palavra riquezas, à massa total

¹⁹⁵ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. “Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais”. In: José Luís Cardoso; Isabel Cluny; Leonor Freire Costa; Conceição Andrade Martins; Nuno Gonçalo Monteiro; Jorge M. Pedreira (Orgs.). *O Tratado de Methuen (1703) diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte. 2003, pp. 99-152.

¹⁹⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 2, 1800, p. V. Tradução livre.

da nação, contudo, nem no prático, nem no especulativo animaram os nossos cultivadores a este alvo; e por isso estes, faltos da energia, de que são capazes, se veem hoje descaídos, e atrasados. Desde meado do século passado foram animados por cartas ao seu abandono, para penetrarem os serrões, atravessarem emaranhadas matas, treparem inacessíveis terras, furarem montes, na diligência de encontrar o ouro. Que tempo se não perdeu nestas diligências de o procurar, como se fosse um bem real. Quantas despesas para possuir um bem imaginário, aparente, e momentâneo; e que só é, enquanto o representa? As quais, se fossem feitas para aperfeiçoar a agricultura, e melhorar as suas fábricas, e instrumentos, de quantos bens reais não nos teria feito abundar? Eles, finalmente animados pelas vozes régias o descobrirão. Há cem anos, que se goza este mesquinho bem imaginário, mas entretanto, tendo-se tirado muito, não se sabe, onde para¹⁹⁷.

Frei Veloso concebia os metais preciosos como meios representativos da riqueza, ou seja, um bem “que só é, enquanto o representa” e por isso mesmo “imaginário, aparente, e momentâneo”. Por conseguinte, a mineração não deveria em absoluto ser a prioridade de uma política de Estado, sobretudo quando se tratasse de colônias, pois neste caso a agricultura seria de fato a opção mais acertada. Para o frei, ela cumpriria a função de dinamizar a economia, visto que suas matérias-primas promoveriam o desenvolvimento de outros setores como a indústria e o comércio. Ao contrário da extração aurífera, seria a agricultura que proporcionaria, afinal, “um bem real”, isto é, “riquezas, à massa total da nação”.

Levou-se um século para que tal verdade fosse vislumbrada com clareza. Durante este período, os agricultores permaneceram à margem dos incentivos necessários para o aprimoramento de suas atividades. Mas enfim havia chegado o momento de induzir o desenvolvimento da agricultura tanto sob o ponto de vista “prático” quanto “especulativo”.

Em tom de profunda satisfação, o religioso completava:

Vossa Alteza [D. João] [...] abre a luminosa carreira do seu iluminado governo, procurando estabelecer o bem real de todos os seus vassalos, sobre as solidíssimas bases da bem entendida agricultura. Procura fazer-lhes ver pelas memórias, mandadas imprimir à custa da Real Fazenda, quais sejam as melhores práticas da economia rural, descobertas por aquelas nações, que mais as têm adiantado, e que, apesar de possuírem pequenos territórios, as suas exportações se avantajaram com tanto excesso às nossas¹⁹⁸.

¹⁹⁷ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, pp. X – XI.

¹⁹⁸ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, pp. XII-XIII.

A “bem entendida agricultura” – aquela regida por princípios científicos – aparece como o “bem real”. Investir nela, portanto, seria o mesmo que fundar a riqueza da nação sobre “solidíssimas bases”. Apesar de não ignorar o papel das artes, das fábricas e do comércio, frei Veloso claramente tinha a agricultura como a verdadeira fonte de riqueza da sociedade, seja colonial, seja metropolitana.

Embora tenha iniciado suas reflexões com expressões um tanto quanto vagas referentes a supostos princípios “econômico-políticos” – ora como “conhecimentos” em “decadência”, ora através da assertiva “é certo que” – frei Veloso não hesitaria em separar o certo do errado, apontando quais noções deveriam orientar o Estado português na implementação de suas políticas econômicas. Nesses momentos, sem qualquer preocupação em identificar quais teriam sido as fontes consultadas, passaria aos leitores a impressão de estar mencionando assertivas irrefutáveis que, apesar de terem sido ignoradas por muito tempo, finalmente passavam a ser observadas com cuidado pelos espíritos mais escrupulosos.

Não era interesse do frei realizar profundas especulações sobre a teoria econômica. Bastava-lhe tão somente defender a importância estratégica da agricultura para o império ultramarino português, notabilizar o acerto da política ilustrada de D. João e demonstrar a pertinência do *Fazendeiro do Brasil* enquanto instrumento de divulgação agrícola. Ainda assim, sua argumentação guarda ecos de questões provenientes dos circuitos intelectuais da economia política. Efetivamente, frei Veloso não foi um teórico dos princípios normativos da vida econômica, o que não significa que ele os tenha ignorado por completo.

Enquanto disciplina, a economia política teria adquirido contornos mais definidos precisamente ao longo do século XVIII. Como bem destacou José Luís Cardoso, seu aparecimento deve-se ao complexo processo de autonomização da economia das demais esferas que compreendem a existência humana. Entre os fatores que teriam de algum modo contribuído para tal processo, destaca-se o próprio desenvolvimento das atividades mercantis da Europa, verificado ao menos desde os séculos XVI e XVII, cuja consequência natural foi o aparecimento de agentes econômicos individuais que operavam em defesa de seus interesses particulares. Outro fator decisivo foi a concomitante articulação das ciências sociais, observada sobretudo a partir do século XVIII. Com esta, estruturava-se uma visão destinada a abordar o

homem em suas mais diversas dimensões – política, econômica, social, religiosa, entre outras. – cada qual regida por “uma pluralidade de complexos normativos”¹⁹⁹.

Ainda muito recente no final do setecentos, a economia política estava começando a se consolidar como área do conhecimento através da seleção de fenômenos e problemas em alguma medida relacionados à realidade econômica da sociedade. Ao assumirem para si as prerrogativas de escolas econômicas, a fisiocracia e a economia clássica (o liberalismo) aceleraram esse processo. Concebida a partir de uma ótica renovada, a esfera econômica logo passaria a ser encarada como um universo cujo funcionamento dependia essencialmente de mecanismos internos de regulação e equilíbrio. Assim, o bom andamento da economia dependeria, sobretudo, do respeito à sua dinâmica interna, o que seria conquistado através de sua autonomia em relação a fatores externos como, por exemplo, a moral religiosa ou política.

Conforme resumiu José Esteves Pereira, o pensamento econômico setecentista em Portugal seria marcado pelo duplo processo de autonomização e cientificação de análise e discurso, especialmente em relação à esfera da moral²⁰⁰. Na maior parte das vezes, contudo, a reflexão sobre os fenômenos da economia correspondia mais à observação de problemas concretos do que à construção de sistematizações teóricas acabadas. Em geral, tais análises apareciam em estudos monográficos que apontavam problemas (pontuais ou estruturais) e propunham soluções que dependiam da planificação do levantamento e sistematização dos recursos. Crescia igualmente a preocupação com a sorte dos setores produtivos, bem como com as condições gerais da produção de riqueza em Portugal.

Frei Veloso não fugiria à regra, tendo demonstrado certo interesse pela temática crematística. Suas críticas à exploração do ouro se apropriaram de elementos presentes no amplo debate que buscava revisar os princípios norteadores do mercantilismo, com destaque para as críticas ao metalismo, preceito que tendia a confundir os metais preciosos com a própria riqueza. Com efeito, seu discurso claramente caminharia no sentido de não reconhecer ou discordar dessa orientação.

Grosso modo, o papel que frei Veloso concebia para a agricultura aproxima suas breves reflexões do pensamento fisiocrático, o qual atribuía à terra exclusividade na criação do excedente. Não obstante, o religioso fez uso de certo vocabulário econômico

---

¹⁹⁹ José Luís Cardoso. *História do pensamento econômico português – temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 39.

²⁰⁰ José Esteves Pereira. “O pensamento econômico português no século XVIII”. In: Pedro Calafate (Org.), *op. cit.*, volume 3, 2001, pp. 87-112.

sem demonstrar fidelidade ao arcabouço teórico de qualquer escola em específico, protagonizando assim uma assimilação algo solta ou imprecisa da economia política de sua época. Mais do que a leitura de tratados econômicos – das quais de fato não há notícias – ele teria se apropriado de determinadas noções provenientes de um clima de opinião comum que então ganhava força nos circuitos intelectuais ilustrados de Portugal, cujo aspecto mais evidente, pelo menos no início, foi a valorização da agricultura enquanto atividade geradora de riqueza.

A partir de meados do século XVIII, indivíduos espalhados pelo império português produziam memórias voltadas para a descrição física e econômica de diferentes localidades, sem deixar de propor as soluções que lhes parecessem mais adequadas para os problemas que levantavam. Efetivamente, não foram poucos aqueles que se apropriaram do vocabulário econômico para sustentar ideias, queixas e alvitres²⁰¹. Em meio a este contexto, à Academia Real das Ciências de Lisboa coube um papel estratégico. Conforme destacou Francisco José Calazans Falcon, “o econômico, como objeto autônomo, só irá aparecer em Portugal, realmente, com a criação da Academia”, processo em grande medida tributário “do desenvolvimento das ideias fisiocráticas”²⁰².

A exemplo de José Luís Cardoso, é preciso ter em conta que o movimento memorialista enquanto tal não existiu. Sua posterior unificação é fruto de uma escolha teórica que o unifica por enxergar nele os propósitos comuns de conhecer e modificar a realidade econômica portuguesa. Ainda assim, é possível enxergar nas memórias escritas no seio da Academia, em particular aquelas cuja a autoria se deve ao naturalista Domingos Vandelli, “o essencial do teor da mensagem veiculada pela literatura memorialista e projetista.”²⁰³.

Um bom exemplo disso é a *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*, publicada no tomo inaugural das *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, em 1789. Na ocasião, seu autor, Domingos Vandelli, lançava algumas considerações sobre a realidade econômica portuguesa. Em determinada altura, ele apontou que “são princípios incontestáveis, e

---

²⁰¹ Cf. Avanete Pereira Sousa. “Manifestações locais da Crise do Antigo Sistema Colonial? (O exemplo das câmaras municipais da capitania da Bahia)”. In: Laura de Mello e Souza; Júnia Ferreira Furtado; Maria Fernanda Bicalho (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 301-317.

²⁰² Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993, p.156.

²⁰³ José Luís Cardoso. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Estampa Editorial, 1989, p. 57.

seguidos pelos melhores ecônomos políticos”, primeiro, “que a fortuna do Estado, e a da humanidade, excetuando os selvagens, que vivem da caça, e pesca, está nas mãos dos cultivadores” e, em segundo lugar, que “as produções das terras são a única, e verdadeira riqueza, e a cultura dela o único princípio da sobriedade”²⁰⁴. Ideias que evidenciam a incidência do pensamento fisiocrático nas reflexões do naturalista.

No entanto, a permeabilidade dos memorialistas aos princípios fisiocráticos, bem como a valorização da agricultura enquanto atividade geradora de riqueza, não deve ser encarada como uma adesão irrestrita aos preceitos apresentados no *Painel Econômico* (*Tableau Économique*) de François Quesnay²⁰⁵ – obra considerada como uma das referências da fisiocracia francesa. Na verdade, mobilizava-se de forma instrumental, superficial, o vocabulário econômico para estabelecer uma oposição ao mercantilismo. No geral, pretendiam refutar noções creditadas ao pensamento mercantilista tendentes a identificar a riqueza com o numerário, seu equivalente “visível e palpável”, e que, por isso mesmo, atribuía “ao comércio e às trocas um papel efetivamente criador”²⁰⁶.

Efetivamente, as ideias econômicas vigentes em Portugal, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, mostravam uma crescente tendência ao abandono das posições mais avançadas da ortodoxia mercantilista²⁰⁷. Para Fernando A. Novais, verificava-se então a emergência de uma mentalidade econômica renovada que, apesar dos influxos da fisiocracia e da economia clássica de Adam Smith, foi marcada pela persistência de noções mercantilistas. Esta seria a essência do que Novais convencionou chamar “de um mercantilismo bafejado pelas Luzes, o mercantilismo ilustrado”²⁰⁸.

Apesar da considerável renovação que as ideias fisiocráticas promoveram no pensamento econômico português, sua manifestação seria claramente marcada, nas palavras de José Luís Cardoso, por um “pragmatismo doutrinal”²⁰⁹. O autor alerta que “a componente teórica fisiocrática nos textos memorialistas e projetistas é limitada e quase sempre subentendida” e, ademais, “muitos são os textos em que o quadro de referência da fisiocracia não faz qualquer espécie de sentido, seja pela natureza dos problemas tratados, seja pelas soluções que para eles se preconizam.”²¹⁰. É absolutamente notória, portanto, a desproporção que separava a fisiocracia “enquanto

²⁰⁴ Domingos Vandelli. *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas*, 1789. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, tomo 1, 1789, pp. 248-249.

²⁰⁵ José Esteves Pereira, *op. cit.*, volume 3, 2001, pp. 98-99.

²⁰⁶ José Luís Cardoso, *op. cit.*, 1989, p. 73.

²⁰⁷ Fernando A. Novais, *op. cit.*, 1995, pp. 227-228.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 230.

²⁰⁹ José Luís Cardoso, *op. cit.*, 1989, p. 70.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 68.

sistema e escola coerente de pensamento econômico” das “concepções agraristas perfilhadas pelos autores memorialistas”²¹¹.

Em meio a este contexto de exame e interpretação da realidade econômica de Portugal e seus domínios coloniais, a Academia Real das Ciências de Lisboa consagrar-se-ia, nas palavras de Jorge Miguel Pedreira, como “sociedade do discurso, canalizando o essencial da produção do pensamento econômico, chamando a si lentes e doutores de Coimbra, aristocratas e desembargadores”²¹². Assim, seu discurso de afirmação e valorização da agricultura, “se bem que não reunisse exatamente a unanimidade, tornar-se uma referência obrigatória, mesmo para os que fora dela se exprimiam”²¹³.

O agrarismo disseminado pela Academia, na concepção de Jorge Miguel Pedreira, caracterizou-se, num primeiro momento: pela “concessão absoluta, entre todas as atividades econômicas, à agricultura”; pela “desvalorização do papel econômico das fábricas, consideradas inimigas da agricultura pelo excessivo número de trabalhadores que podiam empregar”; pela “insensibilidade, que não desconhecimento, aos desenvolvimentos técnicos que despontavam com a Revolução Industrial”; por uma evidente “falta de sensibilidade teórica no estabelecimento da prioridade da agricultura”; e, finalmente, pela “influência decisiva do comentário de alguns mitos, designadamente do mito da decadência, na fundamentação do primado da agricultura”²¹⁴.

Tendo transitado por alguns dos circuitos intelectuais lisboetas, incluindo aí a Academia Real das Ciências de Lisboa, frei Veloso não deve ter encontrado maiores problemas em travar algum contato com a nova mentalidade econômica que então ganhava força em Portugal. Com efeito, os prefácios do *Fazendeiro do Brasil* fazem uso evidente desse clima de opinião geral que promovia a ampla defesa da agricultura, donde seu discurso marcadamente agrarista. A exemplo do que foi feito pelos memorialistas e projetistas de sua época, o religioso franciscano absorveu o discurso que distinguia a agricultura como principal atividade econômica a ser privilegiada pelo Estado, servindo-se para tanto de certas formulações da economia política com o objetivo claro de conferir autoridade aos enunciados que escrevia. Essa assimilação de ideias constitui um interessante exemplo do complexo processo de materialização das

---

²¹¹ Ibidem, p. 67.

²¹² Jorge Miguel Pedreira. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo: Algumas notas sobre o pensamento econômico português (1780-1820)”. In: José Luís Cardoso (Org.). *Contribuições para a história do pensamento econômico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 70.

²¹³ Ibidem, p. 70.

²¹⁴ Ibidem, p. 68.

questões econômicas, que fluíam dos grandes tratados de economia para circuitos de comunicação tão diversos como aqueles estabelecidos por livros de divulgação agrícola, isto é, que tratavam de questões essencialmente técnicas.

A ênfase conferida por frei Veloso à agricultura significou menos uma afinidade a supostos princípios fisiocráticos do que um alinhamento ao projeto político de D. Rodrigo de Sousa Coutinho de reservar para o Brasil o protagonismo econômico das atividades agrícolas. Para o religioso franciscano, portanto, era mais premente sincronizar o discurso e o conteúdo técnico-científico de seus livros à política econômica de modernização do império luso-brasileiro do que a um sistema econômico propriamente dito. Ao empregar de forma instrumental noções de economia política nos prefácios que escrevia, além de evidenciar sua visão pessoal sobre algumas questões, ele demonstrava, sobretudo, sua adesão política ao projeto do ministro.

Sua avaliação de que a agricultura deveria ser o “objeto de maior contemplação das colônias”, por exemplo, constituía, na realidade, um ponto de vista perfeitamente adequado às considerações expressas por D. Rodrigo na *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*:

Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamantes, etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as culturas já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas, etc., e as novas culturas de canela, do cravo-da-índia, da noz-moscada, da árvore do pão, etc., lhe prometem com a extensão da sua navegação muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes, que muito mais em conta por uma política bem entendida podem tirar da metrópole²¹⁵.

A convergência entre frei Veloso e D. Rodrigo no tocante à disposição natural do Brasil para as atividades agrícolas deveria ser a maior possível, visto que desse acerto dependia o próprio projeto editorial de *O Fazendeiro do Brasil*. Não por acaso, a coleção privilegiaria a maior parte dos gêneros listados pelo secretário do ultramar em sua memória, quais sejam, açúcar, cacau, café, índigo, cravo-da-índia, canela e noz-moscada.

Embora tenha servido para explicitar a adesão do *Fazendeiro do Brasil* à política do Estado português, em certos momentos o discurso do frei encontraria dificuldades em conciliar-se plenamente às concepções econômicas do secretário. A questão do

---

²¹⁵ D. Rodrigo de Sousa Coutinho, *op. cit.*, volume 7, tomo 2, 1993, p. 54.

incentivo à extração dos metais preciosos, por exemplo, pode ser vista como um ponto de discordância em potencial, pois frei Veloso compartilhava com Montesquieu – um dos autores mais prestigiados da literatura política de então – o assombro com o fato de “as nações proprietárias das minas do ouro da América, enriquecerem as estranhas, e reduzirem-se elas próprias à maior pobreza!”²¹⁶.

D. Rodrigo, entretanto, esposava uma visão diametralmente oposta, uma vez que as “minas de ouro” constam da lista de riquezas do Brasil que deveriam ser prontamente aproveitadas. De fato, seu *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa*, trabalho publicado em 1789 nas *Memórias Econômicas*, pode ser entendido como uma espécie de crítica – ou resposta pública – a autores que, tal como Montesquieu, viam na mineração a causa da decadência das nações que as possuíam.

D. Rodrigo reconhecia que a corrida do ouro, fruto das promessas de riqueza imediata e inesgotável, em um primeiro momento poderia causar desequilíbrios em outros setores da economia como agricultura, indústria e comércio, que se veriam desfalcados de pessoal e investimentos. Passado esse período de instabilidade, no entanto, a mineração poderia contribuir para a dinamização da economia, seja por incrementar o consumo de gêneros agrícolas e de produtos das manufaturas, seja por ampliar o numerário disponível, facilitando o acesso ao crédito graças à uma queda nos juros. Os efeitos das minas de ouro seriam de fato positivos, caso as nações que as possuíssem não deixassem de reinvestir os frutos de sua exploração na agricultura e na indústria. Ainda segundo o ministro, este não foi o caso de Portugal:

O reinado do Senhor rei D. Pedro, época em que se descobriram as grandes minas do Brasil foi também a do Tratado de Methuen, o qual destruindo todas as manufaturas do reino, e fazendo cair todo o nosso comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa, fixou contra nós a balança do comércio em tal maneira, que o imenso produto das minas foi limitado para a saldar²¹⁷.

Longe de representar um mal em si, a mineração teria sido vítima de uma fatal coincidência: a descoberta do ouro foi acompanhada pela assinatura do Tratado de Methuen. Nesse ponto, D. Rodrigo e frei Veloso partilham a opinião geral que

²¹⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 3, parte 2, 1800, p. s/n.

²¹⁷ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das Nações que as possuem, e especialmente da portuguesa*, 1789. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, tomo 1, 1789, p. 242.

desaprovava os efeitos do acordo para a economia portuguesa. Ao contrário do religioso franciscano, porém, o secretário acreditava que o Tratado de Methuen teria pecado menos por supostamente incentivar a mineração do que por impor um uso pouco proveitoso da riqueza nela obtida. Para ele, a consequência político-econômica mais grave do tratado foi a de efetivamente comprometer os metais preciosos com o pagamento da importação de produtos manufaturados, privando assim o setor industrial de investimentos estratégicos que, aliás, nada possuíam de imaginário. Como se não bastasse, a opção da importação também reduzia o mercado de consumo das manufaturas portuguesas, desestimulando ainda mais o seu desenvolvimento.

Frei Veloso encarava a mineração com profunda desconfiança por entendê-la como uma atividade que necessariamente competia com a agricultura, tomando-lhe braços e investimentos. Já D. Rodrigo, por outro lado, mostrava-se mais confiante com a sua utilidade para a economia de Portugal graças a possibilidade de reinvestir os ganhos nela obtidos em outros setores, como a indústria, o comércio e até mesmo a agricultura. As diferentes expectativas que ambos nutriam acerca da mineração relacionavam-se em grande medida ao fato de o ministro possuir uma concepção mais ampla sobre os fatores capazes de produzir a riqueza na sociedade.

Para ele:

Em toda a sociedade, desde o primeiro grau de civilização até ao último, são três as fontes da riqueza: o produto da terra, o salário dos jornaleiros e artistas, e a renda do capital que se acumula e se emprega, seja em beneficiar e fazer produtiva a terra, seja em pôr em ação os braços dos operários, e esta verdade incontestável só foi ofuscada nos nossos dias pelas sutilezas da seita dos economistas a quem a Europa deve tais males e bens nas ciências político-econômicas, que a mais remota posteridade só poderá julgar se lhe somos devedores ou credores²¹⁸.

A referida “seita dos economistas” era a fisiocracia e o ministro criticava o preceito político-econômico que estabelecia a terra como única fonte de riqueza. A defesa da preservação do equilíbrio setorial para o bom funcionamento da economia evidencia a influência da obra de Adam Smith em suas reflexões²¹⁹.

²¹⁸ Idem, *op. cit.*, volume 7, tomo 2, 1789, p. 55.

²¹⁹ José Luís Cardoso. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho”. In: *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001 (B), pp. 83-84.

Como alertou José Luís Cardoso, ao pautar-se no “conhecimento da realidade” de Portugal, D. Rodrigo teria se apropriado de várias influências “adaptando criadoramente os modelos de interpretação construídos no exterior”²²⁰. No caso do Brasil, o respeito à teoria do equilíbrio das esferas produtivas se mostraria inapropriado aos olhos do ministro. Parecia-lhe mais urgente reservar o desenvolvimento agrícola, sobretudo, para a colônia, tendo em vista a promoção de outro tipo de equilíbrio: o das relações imperiais. Na concepção de D. Rodrigo, só a complementaridade produtiva e comercial entre as diversas partes do império ultramarino português poderia sustentar os laços que as uniam. Essa abordagem, ainda que por outro ângulo, voltava a aproximar seu projeto do pensamento de Adam Smith, especialmente no que diz respeito à tentativa de esboçar para o império ultramarino português uma organização econômica baseada numa espécie de divisão do trabalho em escala internacional²²¹.

De acordo com essa ideia, ao Brasil caberia preferencialmente trocar gêneros agrícolas e matérias-primas pelas manufaturas de Portugal. Nestes termos, o monopólio do mercado colonial, além de incentivar o desenvolvimento do setor industrial na metrópole, contribuiria de forma decisiva para fortalecer o papel de Portugal como entreposto de gêneros agrícolas na Europa. Para Valentim Alexandre, firmava-se, sob uma roupagem ideológica renovada, aquilo que a mentalidade mercantilista em Portugal outrora defendera com relativo sucesso e sem a necessidade de outros suportes teóricos: o exclusivo metropolitano²²².

Outra questão que mobilizava considerável atenção da economia política nos finais do século XVIII e que acabou por ecoar nos prefácios do *Fazendeiro do Brasil* refere-se ao papel do Estado no governo da vida econômica e dos agentes particulares na realização de seus interesses.

Sobre esta questão, vale lembrar que a própria ideia de que os indivíduos agiam conforme os interesses materiais que possuíam mostrou-se fundamental para a conformação teórica de uma esfera econômica autônoma, que funcionasse de acordo com um conjunto normativo próprio e comum a todos os homens²²³. Com Adam Smith, a defesa do individualismo econômico se contrapôs à ingerência do Estado na vida

²²⁰ Idem, *op. cit.*, 1989, pp. 128-129.

²²¹ Idem, *op. cit.*, 2001, pp. 72-77.

²²² Cf. Valentim Alexandre. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, pp. 84-85.

²²³ Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 90-92.

econômica, concebendo o mercado enquanto espaço de conjugação espontânea dos interesses individuais e, portanto, de realização coletiva do bem-estar social²²⁴.

Em Portugal, conforme observou Jorge Miguel Pedreira, a conjuntura econômica de prosperidade que se verificava nos fluxos comerciais, sobretudo a partir do último quarto do setecentos, favoreceu a emergência de um fundo de opinião que já não concebia como imprescindíveis certos dispositivos estatais de proteção às fábricas e ao comércio. Sentia-se, em realidade, “os primeiros sintomas de uma inversão nas maneiras dominantes de pensar a economia” que destituía de sentido e eficácia alguns dos símbolos da política pombalina do período anterior, como companhias de comércio ou a cessação de avultados subsídios do Erário Régio para fábricas²²⁵. Formulava-se, em última instância, uma “menor exigência de intervenção do Estado” nas atividades econômicas²²⁶.

As reflexões de Lourenço José dos Guimarães Moreira, contidas na memória *O espírito da economia política naturalizado em Portugal, e principalmente em Leiria, ou Projeto econômico para aumentar nesta cidade, por meio da riqueza popular, os rendimentos da coroa e da sereníssima Casa do Infantado*, enviada para a apreciação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1787, oferecem um precioso exemplo da renovação mental que então se processava.

Para o autor:

Não sei como entre nós se naturalizou o espírito da restrição e do constrangimento. Parece que todas as nossas providências econômicas tinham até aqui por divisa estas palavras: obrigar e constranger. Os maus efeitos que daqui se têm seguido advertem que precisamos daquelas que tenham outra muito diferente. Dirigir, favorecer e, se necessário for, premiar, são quanto a mim as noções que devem ter parte em todos os nossos estatutos econômicos, e que devem praticar os ministros encarregados de sua execução²²⁷.

---

²²⁴ José Luís Cardoso. *História do pensamento econômico português – temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001 (A), pp. 27-28.

²²⁵ Jorge Miguel Pedreira, *op. cit.*, 1988, p. 67.

²²⁶ *Ibidem*, p. 67.

²²⁷ Lourenço José dos Guimarães Moreira. *O espírito da economia política naturalizado em Portugal, e principalmente em Leiria, ou Projeto econômico para aumentar nesta cidade, por meio da riqueza popular, os rendimentos da Coroa e da sereníssima Casa do Infantado*, 1787. Publicado em: *Memórias Econômicas inéditas (1780-1808)*. Manuel Jacinto Nunes (prefácio); José Luís Cardoso (introdução e notas). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987, pp. 405-406.

Grosso modo, Guimarães Moreira se contrapunha à literatura econômica mercantilista ao propor uma nova postura para as autoridades instituídas que se caracterizaria por uma atuação menos impositiva em suas “providências econômicas”. Ao Estado caberia antes uma posição tutelar “dirigir, favorecer e, se necessário for, premiar”. A defesa de tais prerrogativas também afastava suas concepções do pensamento liberal que pregava a autonomia quase que completa do mercado em detrimento da atuação do Estado no governo da vida econômica²²⁸.

Defendendo constantemente o Estado enquanto agente promotor da transformação da agricultura do Brasil através da publicação de livros de divulgação agrícola, frei Veloso mostrou-se largamente entrosado com esses pressupostos.

Para ele:

Independente porém dos juízos posteriores, que eles [os agricultores], ao depois de uma constante prática, devem fazer do merecimento destas memórias, ou da bondade dos meios, que elas lhes darão para o adiantamento, e melhoramento das suas práticas rurais, os quais só a eles plantadores, e fabricantes podem competir, não tenho dúvida que hajam de ser favoráveis, como mostram os factos das nações vizinhas, sumamente superiores a nós nas suas exportações²²⁹.

O frei antecipava a opinião que os agricultores formariam sobre as memórias após “uma constante prática” das orientações ou “meios” oferecidos pelas mesmas. Se aos livros – a exemplo das instituições literárias – caberia a função de disseminar conhecimentos úteis, o “adiantamento” e o “melhoramento das práticas rurais” só aos “plantadores e fabricantes” poderia competir. Frei Veloso reconhecia, portanto, a importância da atuação dos próprios agricultores para o adiantamento da agricultura no Brasil. No concernente à produção agrícola, esboçava-se no pensamento do frei a conciliação quase que natural da atuação pedagógica do Estado com a iniciativa dos agentes individuais. Finalmente, sua preocupação com as exportações ressalta ainda mais o sentido econômico da ação das autoridades públicas de transformar a mentalidade dos produtores através dos livros.

---

²²⁸ José Luís Cardoso, *op. cit.*, 2001 (A), pp. 58-60.

²²⁹ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, pp. IV – V.

CAPÍTULO 3

APERFEIÇOAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA AGRICULTURA COLONIAL: OS EXEMPLOS DO AÇÚCAR, DO ANIL E DA COCHONILHA

3.1 O aperfeiçoamento da agricultura colonial: o exemplo do açúcar

Entre todas as produções agrícolas desenvolvidas no Brasil, o açúcar assumiu uma importância ímpar, participando da própria fundação da sociedade brasileira, contribuindo para o estabelecimento de populações, mobilização de recursos e fixação de interesses. Como lembrou Vera Lúcia Amaral Ferlini, “primeiro momento da dominação portuguesa na colônia, o Nordeste açucareiro deu a luz ao Brasil. Era uma sociedade, sonhada pela ambição europeia, moldada em massapé e açúcar, em sangue e suor de escravos”²³⁰. O esforço de estruturação da “civilização do açúcar” nos trópicos americanos foi decisivo para o estabelecimento da sociedade colonial²³¹.

Elemento fundamental para a economia do Brasil ao longo de todo o período de dominação portuguesa – e mesmo depois dele – o açúcar possuía um papel crucial no comércio colonial na transição do século XVIII para o XIX. Conforme apontou José Jobson de Andrade Arruda, entre 1796 a 1811, não mais que treze produtos perfaziam 82,5% do valor e volume global das exportações da colônia²³². Desse total, a empresa açucareira colaborava com cifras vultosas, pois o açúcar branco liderava a lista da tabela de exportações com uma contribuição de 27,5% do valor exportado. O açúcar mascavado (ou mascavo) ocupava a terceira posição com 7,2%, ficando atrás do algodão, então o segundo colocado. Além disso, a colaboração da empresa açucareira era ainda maior se considerada a participação de 1,3% da aguardente, o oitavo produto mais exportado da colônia no período.

O preço do açúcar vendido no Brasil para exportação não poderia, naturalmente, exceder o valor alcançado na reexportação por Portugal para o restante da Europa, cálculo imprescindível para a concentração do excedente da exploração colonial na metrópole. Em finais do século XVIII, o preço do açúcar no Brasil passava por consideráveis flutuações, uma variação que refletia, entre outras questões, a crescente

---

²³⁰ Vera Lúcia Amaral Ferlini. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, pp. 7-8.

²³¹ *Ibidem*, p. 9.

²³² José Jobson de A. Arruda. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 351-354.

competição das potências coloniais no mercado internacional²³³. Neste cenário, baixo custo de produção e qualidade eram elementos imprescindíveis para a obtenção de um açúcar capaz de se destacar entre seus concorrentes e conquistar maior espaço no mercado de consumo europeu. Dividindo espaço especialmente com o açúcar antilhano, os principais destinos do açúcar brasileiro na Europa eram, por ordem de importância: Hamburgo, Itália, Holanda, Castela e França. Outro aspecto relevante é o fato de que mesmo entre os maiores produtores da colônia – Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco – o preço do açúcar também variava, o que provavelmente refletia a disparidade da qualidade alcançada no fabrico do produto em cada uma dessas regiões²³⁴.

Sem dúvida alguma, as ações das autoridades coloniais para favorecer a empresa açucareira foram influenciadas pela consciência da grande concorrência que o açúcar do Brasil deveria enfrentar para obter algum sucesso no mercado internacional. Com efeito, a preocupação com questões como a qualidade da produção esteve presente no discurso oficial do Estado. É o que evidencia a ata da Mesa de Inspeção da Bahia, de 10 de setembro de 1792, sobre a má qualidade do açúcar produzido na capitania no ano anterior, situação que poderia ser profundamente danosa para a reputação do açúcar brasileiro nos mercados estrangeiros, causando assim graves prejuízos ao seu comércio. Na ata, os agricultores são acusados de descuidarem da produção, “deixando de purgar o tempo que era necessário para escorrer o mel, e adquirir uma boa consistência e qualidade e deixando de o suar depois de tirado das formas, faltando a fazer-lhe este necessário benefício.”²³⁵. A tarefa de assegurar um lugar de destaque no mercado europeu para o açúcar do Brasil concorreria, portanto, para a urgente necessidade de se instruir os agricultores sobre as mais adequadas maneiras de se obter um produto de qualidade reconhecida aos olhos de seus consumidores.

Contando com o patrocínio do Estado português, frei Mariano Veloso promoveu, no curto intervalo de 1798 a 1803, a publicação de livros que abordaram a temática da produção do açúcar. Da lista de obras constam os dois volumes do tomo inaugural do *Fazendeiro do Brasil*, o primeiro de 1798 e o segundo de 1799. Além disso, no ano de 1800 seriam impressas as *Respostas dadas a algumas perguntas que fizeram sobre as novas moendas dos engenhos de açúcar e novos alambiques*, a

---

²³³ Ibidem, p. 355.

²³⁴ Ibidem, p. 357.

²³⁵ Ata da Mesa de Inspeção acerca da qualidade da produção e fabrico do açúcar, descrevendo as fases da produção para não perder a qualidade. Bahia, 10 de setembro de 1792. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Fundo Junta do Comércio, maço 10, caixa 38.

Memória sobre a cultura, e produtos da cana de açúcar, a Descrição da árvore açucareira, e de sua utilidade e cultura e, finalmente, os Extratos sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o método já então praticado na fatura desse sal essencial, tirado da obra Riqueza e Opulência do Brasil, para se combinar com os novos métodos, que agora se propõe debaixo dos auspícios de Sua Alteza Real o príncipe regente Nosso Senhor. No ano seguinte, 1801, viriam à luz o *Compêndio sobre a cana e sobre os meios de se lhe extrair o sal essencial, ao qual se ajuntam muitas memórias ao mesmo respeito e Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar.* Por fim, em 1803, foi publicado o quinto volume do *Compêndio de Agricultura.*

Uma das mais significativas publicações deste período foi, sem dúvida, a dos *Extratos sobre os engenhos de açúcar do Brasil.* Dada a lume pela Casa Literária do Arco do Cego, trata-se, na verdade, da primeira reedição de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, 1711, de autoria de André João Antonil, pseudônimo do jesuíta toscano João Antônio Andreoni (1649-1716). A curiosa trajetória desse livro é bem conhecida²³⁶. Sua história explicita o quanto a publicação de livros em Portugal no século XVIII sofria – em maior ou menor grau – a influência de fatores externos aos direcionamentos editoriais propriamente ditos, inclusive sob o ponto de vista político. Seriam necessários 89 anos para a obra de Antonil ser reeditada graças ao patrocínio régio e à intermediação da instituição que naquela altura havia assumido – no lugar do Conselho Ultramarino – o protagonismo na definição de políticas voltadas às colônias, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

No prefácio que escreveu para a nova edição da obra, frei Mariano Veloso comentou a decisão que, décadas antes, condenara o livro de Antonil, considerando improváveis as suposições que atribuíam tal interdição à divulgação dos caminhos das minas. Na sua concepção, Antonil teria representado com imperfeições o trecho que ligava as minas a São Paulo, via que na época entrava em decadência graças à abertura do chamado “caminho novo” rumo à capitania do Rio de Janeiro. Além disso, segundo

---

²³⁶ Cf. Andrée Mansuy-Diniz Silva. “Introdução”. In: André João Antonil (pseud.), 1650-1716. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007. Sobre o contexto político conturbado no qual o livro de Antonil foi publicado e que motivou o recolhimento e destruição da sua primeira edição em 1711 Cf. Laura de Mello e Souza. “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. In: *O sol e a sombra: Política e educação na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 97; e Luciano Figueiredo. “O império em apuros”. In: Júnia Furtado. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp, 197-254.

o frei, aquele mesmo caminho teria sido divulgado anteriormente por Marcgrave na *Historia Naturalis Brasiliae*, de 1648²³⁷.

No que concerne às supostas consequências dessa condenação, frei Veloso acreditava que,

Um fatal veto ao depois de ter visto a luz pública pelo benefício do prelo, veio estropear a carreira desta obra, que nada parecia conter contra a santidade das leis religiosas, políticas, e morais, como julgaram seus censores. O resultado não foi de menor fatalidade, porque se veio a entender que, não havendo um vício sobre que ele caísse, se não consentiria a impressão de obras desta natureza, ainda sendo melhores. Agrilhoados os entendimentos desta maneira conservaram a sua antiga prática por noventa anos (e com quanto detrimento do bem comum?) por não se poderem comunicar algumas ideias particulares descobertas nas diversas capitanias daquele Estado²³⁸?

Impedir a circulação de *Cultura e Opulência do Brasil* teria instaurado, na opinião do religioso franciscano, um clima geral de incertezas que desestimulou, durante muito tempo, a produção de outras publicações que divulgassem conhecimentos úteis. Os tempos, porém, eram outros. E graças ao príncipe regente D. João, as coisas enfim começavam mudar.

Nas palavras do próprio frei Veloso:

Graças à Vossa Alteza Real, que, mandando trasladar para o *Fazendeiro do Brasil*, o que escreveram Bryan Edwards, o anônimo autor de *Cultura americana*, Duhamel du Monceau, Dutrone de La Couture sobre este assunto, e sobre outros análogos, que constituem os interessantes objetos da economia rural da colônias brasileiras, lhes tem patenteado com toda a evidência e energia a nulidade daquele veto; e quanto é, e será do seu real agrado, que eles hajam de mostrar, por gratidão a um tão grande benefício, como lhes acaba de fazer, de os desprender de um tal prejuízo, não só pondo em execução, o que se lhes insinua, mas também, fazendo conhecer, o que tem aprendido da experiência sobre os mesmos objetos; e que as suas almas não são degradadas, ou os entendimentos pecos, como pensam os injustos Paws [sic], nem temporãos ou precoces, como afirmaram outros da mesma laia.

²³⁷ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio” In: André João Antonil (pseud.). *Extrato sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o método já então praticado na fatura deste sal essencial, tirado da obra Riqueza e Opulência do Brasil, para se combinar com os novos métodos, que agora se propõe debaixo dos auspícios de Sua Alteza Real o príncipe regente Nosso Senhor*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1800, p. s/n.

²³⁸ Ibidem, p. s./n.

As obras de João Manso Pereira, de Manuel de Arruda Câmara, de José Caetano Gomes, como efeitos dos soberanos influxos de Vossa Alteza Real vem em comprovação desta verdade²³⁹.

Na visão do frei Veloso, o incentivo do príncipe regente à publicação de livros técnico-científicos aparece como a revogação tanto das proibições que afetaram a *Cultura e Opulência do Brasil*, em 1711, quanto do desestímulo que tal decisão haveria acarretado entre aqueles que, em nome do bem comum, pretendiam divulgar conhecimentos úteis ao país. Ademais, a coroa oferecia uma clara demonstração de que os conhecimentos de seus vassalos poderiam ser tão úteis quanto aqueles coligidos em obras estrangeiras.

Os *Extratos sobre os engenhos de açúcar do Brasil* consistem numa reedição parcial de *Cultura e Opulência do Brasil*, pois nela frei Mariano Veloso limitou-se a incluir tão somente a parte concernente ao açúcar. Sobre a sua utilidade, ele lembrava no prefácio do livro que a obra de Antonil era “a única que antecede em nossa linguagem às que por ordem de Vossa Alteza Real se tem impresso a favor dos empreiteiros deste granjeio no Brasil”²⁴⁰.

Contudo, logo em seguida alertava que,

[...] se crê que seu autor ocultara o seu nome debaixo de outro suposto. O alvo, em que fitou os seus olhos, foi uma exposição simples das riquezas e opulências do Brasil, derivadas da cultura da cana, da criação do gado vacum, e da extração do ouro no sertão dos Cataguases, chamado por esses dias, Minas do ouro de São Paulo, e hoje Minas Gerais, e no mesmo momento os adiceiros começavam a sua cata, ou a sua lavra.

Quando o autor escreve à cerca da extração deste sal essencial [o açúcar] é mais devido aos seus olhos, que ao seu entendimento; pois descreve, o que vira fazer nos mais célebres engenhos da Bahia, sem avançar, o que deveriam fazer, isto é, coisa alguma sobre o seu melhoramento, ou no todo, ou nas partes, que o constituem, quero dizer, suavizar o enorme peso das suas máquinas, diminuir o imenso consumo das suas lenhas, melhorar o químico processo da extração deste sal essencial, assim na quantidade, como na qualidade²⁴¹.

Por um lado, frei Veloso reconhecia a originalidade da obra como a única do gênero escrita em língua portuguesa. Por outro, lamentava o fato de Antonil ter se

---

²³⁹ Ibidem, p. s./n.

²⁴⁰ Ibidem, p. s./n.

²⁴¹ Ibidem, p. s./n.

concentrado numa “exposição simples” daquilo que testemunhara nos engenhos da Bahia, produzindo uma narrativa que nada propunha de novo para “suavizar o enorme peso das suas máquinas, diminuir o imenso consumo das suas lenhas, melhorar o químico processo da extração deste sal essencial, assim na quantidade, como na qualidade”. Tais ressalvas do frei Veloso devem-se ao fato de que o mesmo considerava imprescindível que os livros apresentassem sugestões aos agricultores.

Em outro trecho do prefácio, o frei preocupou-se em indicar a leitura dos livros que estava publicando no Arco do Cego. A obra de Antonil deveria “ser lida para o cotejo, com as que Vossa Alteza Real manda imprimir; para se conhecer o estado dos engenhos na centúria decimo-oitava, para se conservar a nomenclatura portuguesa adotada, e adaptada pelos fabricantes”²⁴². Para o religioso franciscano, a principal utilidade dos manuais agrícolas como os do *Fazendeiro do Brasil*, em comparação ao livro *Cultura e Opulência [...]*, residiria no seu caráter amplamente sugestivo, em outras palavras, na apresentação de propostas aos leitores para o aperfeiçoamento da sua prática agrícola. Donde a necessidade de se conciliar a leitura da obra de Antonil – que atendia, sobretudo, à necessidade de se conservar a terminologia portuguesa dos meios materiais adotados na produção açucareira – com aqueles que então eram publicados sob a proteção de D. João.

Vale lembrar que a política de divulgação de novos saberes agrícolas surge no momento em que se intensificavam as atividades ligadas à agricultura no Brasil, crescimento que não trouxe consigo o aprimoramento da produção. Para Caio Prado Júnior, o período que vai de 1770 a 1808 corresponde ao “apogeu da colônia”²⁴³. As guerras napoleônicas e o colapso de São Domingos em 1792 participavam de um cenário de acirramento das disputas internacionais, constituindo fatores que contribuíram para impulsionar o comércio colonial de um império português que procurava manter-se oficialmente neutro e tirava grande proveito da ampliação dos mercados provocada pela Revolução Industrial²⁴⁴. Do ponto de vista técnico, entretanto, ainda prevalecia a preferência por “processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela

---

²⁴² Ibidem, p. s/n.

²⁴³ Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011, p. 87.

²⁴⁴ Idem. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008, pp. 128-129.

insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores”²⁴⁵, conforme também observou Prado Júnior.

No prefácio do primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*, de 1798, dedicado à cultura da cana e à produção do açúcar, os maus efeitos da agricultura então praticada seriam amplamente expostos por frei Veloso. Exposição esta, que não deixava de ser estratégica, servindo mesmo para legitimar ainda mais a publicação dos manuais agrícolas. Neste sentido, frei Veloso inicialmente ressaltou as riquezas naturais das matas brasileiras, baseando-se tanto nas suas viagens como naturalista quanto nas descrições de estrangeiros que registraram suas impressões sobre utilidade das árvores do Brasil²⁴⁶.

Toda esta abundante riqueza, porém, estava em risco:

Mas por ventura a natureza será tão liberal, por não dizer monstruosa, na produção destas matas preciosas, que, suposta a sua abundância nos reais domínios de Vossa Alteza, possamos satisfazer as nossas necessidades presentes, e a dos vindouros, dispondo delas com a mesma franqueza, sem economia alguma, sem o receio de virem a faltar no futuro? Ou acaso a sorte do Brasil poderá vir a aproximar-se à da Europa, e particularmente a de Portugal, onde já se sente tanto a sua falta? Certamente devemos reexaminar; pela continuação do presente sistema, praticado no Brasil, onde de necessidade deve para o futuro tornar-se difícil, e caro este precioso donativo da Natureza²⁴⁷.

Conforme destaca Breno Ferraz Leal Ferreira, existia nos escritos do frei Veloso uma clara preocupação com a preservação da natureza²⁴⁸. Esta, não era de todo gratuita. As palavras do religioso franciscano consistiam também num verdadeiro alerta sobre o incalculável prejuízo econômico que a destruição das matas poderiam causar graças “ao valor dos seus lenhos, perfume dos seus bálsamos, bondade das suas gomas, resinas, óleos, ceras, tintas”, entre outras coisas que “as faziam impagáveis”²⁴⁹. A questão era realmente delicada, pois, nas palavras do frei, “faltando estas produções, que custam séculos à natureza, a que preço não chegarão pela dificuldade dos transportes?”²⁵⁰.

---

²⁴⁵ Ibidem, p. 133.

²⁴⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, pp. xiii-xiv.

²⁴⁷ Ibidem, p. xvi.

²⁴⁸ Breno Ferraz Leal Ferreira. *Economia da natureza: a história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2016, pp. 157-167.

²⁴⁹ Frei José Mariano da Conceição Veloso, *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. xiv.

²⁵⁰ Ibidem, p. xvi.

O maior risco para a preservação de toda essa riqueza e sua exploração econômica encontrava-se na “continuação do presente sistema”, isto é, na persistência de uma agricultura que o frei concebia como predatória e perdulária. Segundo ele, no que concernia ao estado original das matas,

[...] quanto não se terá este deteriorado, pela mal-entendida agricultura de seus habitantes, desde a época do seu descobrimento, até o presente, por dois séculos e meio? [...] Que extensão de terras não tem sido descortinada pelos proprietários de engenho, para a construção das suas fábricas, para a plantação das suas canas, para a combustão das fornalhas de caldeiras, e do alambique, para a fatura das suas caixas? Quantos lenhos preciosos não foram vítimas das suas mal construídas fornalhas, que deveriam ter outro feitiço, e consumir outro pábulo, e aqueles com maior utilidade serem empregados nas necessidades do Estado. A pobre natureza vegetante, que supre a todas as nossas necessidades, é anualmente assassinada nestas máquinas açucareiras, pela indiscrição de seus donos. E o que aumenta mais a gravidade desta perda, é o local, em que estão situadas; porque ordinariamente estão, onde parece que deveria haver toda a reserva nas matas, por ser pelas bordas dos rios, e do mar, em ordem à facilidade dos seus transportes²⁵¹.

Para frei Veloso, os efeitos dessa “mal-entendida agricultura” vinham se acumulando ao longo de “dois séculos e meio” de prática intensa e constante, sendo os métodos utilizados pelos senhores de engenho para a manufatura do açúcar o fator predominante para a deterioração da natureza. A utilização indiscriminada de madeiras em fornos imperfeitos – portanto ineficientes – provocavam a derrubada de árvores que deveriam ser utilizadas preferencialmente para a manufatura de tintas ou para a construção civil e naval.

Entre as atividades que concorriam para a destruição de toda esta riqueza natural, a mineração seria lembrada como a mais agressiva²⁵². Não obstante, como a produção do açúcar era o tema do primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*, suas reflexões convergiriam, sobretudo, para os prejuízos causados pelos engenhos. Em certa altura, ele sentenciava que:

As matas são finitas. Quantos engenhos de açúcar não têm deixado de ser, pela falta deste combustível? A Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, foi chamada antigamente de sete engenhos, hoje tem um, e esse insignificante. Quantas grandes fazendas se

---

²⁵¹ Ibidem, pp. xviii-xix.

²⁵² Ibidem, pp. xx-xxi.

acham reduzidas a taperas, porque os seus matos se converteram em sapezais, e fetais, pelos errados princípios da sua agricultura²⁵³?

Nesse ponto, frei Veloso deixava claro que os princípios equivocados de agricultura poderiam, em última instância, inviabilizar a própria produção do açúcar por falta do combustível necessário para os fornos. Além disso, haveria “outro mal na falta de matos, em nada inferior, a estes que acabei de dizer, e só tocarei de passagem, e vem a ser, [a] redução da terra a um sequeiro, porque, à proporção que aqueles se devastam, as águas minguem, as chuvas faltam”²⁵⁴.

Com tais reflexões, frei Veloso introduzia o *Fazendeiro do Brasil* no debate acerca da proteção e exploração das matas, algo que a coroa portuguesa buscava regulamentar de forma ainda mais abrangente, tendo chegado mesmo a proibir, em 1795, a concessão de sesmarias próximas ao mar e aos rios em áreas dotadas de madeiras para construção. Com a carta régia de 13 de março de 1797, as autoridades públicas esperavam reservar à coroa a exploração das matas litorâneas, bem como aquelas que circundavam os rios que desembocassem diretamente no mar. Segundo Caio Prado Júnior, a ineficiência das medidas incentivaram a criação da Conservadoria das Matas que, com a figura do juiz conservador das matas, era responsável pelos cortes reais e pela conservação dos arvoredos²⁵⁵.

Frei Veloso via com bons olhos as iniciativas destinadas a coibir os “grandes males” que assolavam essa rica parte da natureza colonial, afirmando que “Vossa alteza vai atender com as sábias, e providentíssimas leis, que ultimamente promulgou para a sua conservação”²⁵⁶. Embora acreditasse que os povos respeitariam as sábias decisões do monarca, o frei concebia como indispensável para o sucesso desta ação a promoção da educação agrícola dos fazendeiros.

Em suas palavras,

É preciso que abandonem a tosca e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil, a qual eles ainda fazem sem comparação pior; porque os índios faltos de ferros, esgalhavam as árvores, e mediante a combustão destas esgalhos, e o seu çaracoa [sic], ou pau com a ponta tostada para as covas, faziam a mesquinha agricultura da sua mandioca. Os múltiplos frutos, que davam as matas, cocos, pinhões, sapucaias,

²⁵³ Ibidem, p. xxii.

²⁵⁴ Ibidem, p. xxiii.

²⁵⁵ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, 2008, p. 215.

²⁵⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso, *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. xxiv.

jabuticabas, etc., os palmitos, ou grelos das palmeiras, a volataria, montaria imensa das mesmas, e o peixe faziam o resto dos provimentos de milhões de almas, que neles viviam, e assim as conservaram por milhares de séculos. Os europeus, senhores do ferro, adotando a sua cultura, surrogaram [sic] aos paus de ponta, os machados, foices, e enxadas, e em lugar dos esgalhos cortam os troncos, e os destroem na sua totalidade. Cartago, Troia, não viram certamente maiores montes de cinza, quando foram abrasadas, do que se vêm nas roças do Brasil, e com que se destroem estas importantíssimas, e belíssimas matas anualmente²⁵⁷.

O religioso franciscano notava desgostoso a assimilação de práticas agrícolas indígenas por parte dos agricultores do Brasil, as quais tratava com marcado desprezo, muito embora tenha reconhecido seu préstimo na conservação dos povos que dela dependiam “durante milhares de séculos” em harmonia com a natureza. O grande problema era que os agricultores da colonização portuguesa, ao reproduzir tais práticas, não buscavam conjugar à sua subsistência a conservação dos recursos disponíveis, situação que o frei atribuía à eficiência dos instrumentos utilizados pelos europeus, os “senhores do ferro”. Na verdade, ele esteve muito próximo de perceber – ou talvez o tenha – que os métodos indígenas, uma vez utilizados de acordo com o propósito dos adventícios de gerar uma produção em larga escala, tornaram-se, por isso mesmo, amplamente destrutivos.

Conforme notou Sérgio Buarque de Holanda, a adoção de métodos indígenas pelos colonizadores europeus consistiu numa das características mais duradouras da produção agrícola estabelecida no Brasil a partir do século XVI. Uma assimilação necessária, pois “se a técnica agrícola adotada aqui pelos portugueses representou em alguns casos, comparada às da Europa, um retrocesso”, vale lembrar que “para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da europeia, não menos que a inércia e a passividade dos colonos”²⁵⁸. No que concerne às queimadas como o principal recurso de preparação dos terrenos para as culturas, este “deve parecer aos colonos estabelecidos em mata virgem de uma tão patente necessidade que não lhes ocorre, sequer, a lembrança de outro método de desbravamento”²⁵⁹. Ademais, “parece-lhes que a produtividade do solo desbravado e destocado sem auxílio do fogo não é tão

---

²⁵⁷ Ibidem, pp. 24-25.

²⁵⁸ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 50.

²⁵⁹ Ibidem, p. 67.

grande que compense o trabalho gasto em seu arroteio, tanto mais quanto são quase sempre mínimas as perspectivas de mercado próximo para a madeira cortada”²⁶⁰.

O imediatismo verificado nesse sistema agrícola, cujo maior exemplo foi precisamente a monocultura açucareira, concorreria para consolidar a rotina das técnicas, bem como para pressionar ainda mais os recursos naturais. Conforme defendeu Caio Prado Júnior, o sentido essencialmente exportador da economia colonial, estruturada, sobretudo, para o fornecimento de produtos tropicais para a Europa de clima temperado, refletiu-se na organização econômica, social e espacial da agricultura do Brasil, fomentando um sistema agrícola que, ao fim e ao cabo, consistia num “verdadeiro processo de bombeamento dos recursos naturais do solo”, uma verdadeira “agricultura extrativa”²⁶¹.

Os obstáculos para uma eventual mudança da mentalidade e da prática dos agricultores eram enormes. Além de refletir a própria lógica de exploração econômica da colônia, o suposto descuido dos métodos empregados consistia, não raro, naquilo que era possível fazer num cenário de dificuldades e limitações que o meio tropical impunha a seus colonizadores. Fato é que a interação desses fatores durante os três séculos de colonização contribuiria para plasmar uma agricultura imediatista e, portanto, avessa à reflexão ou à sistematização de seus métodos.

Ainda assim, frei Veloso acreditava que os livros do *Fazendeiro do Brasil* poderiam finalmente inspirar nos indivíduos o anseio pela mudança, rompendo desse modo os grilhões que os mantinham aferrados à rotina irrefletida. Otimista, ele fazia o convite:

Queiram eles [os agricultores], mais cordatos, e advertidos, novamente fazer outra substituição, admitindo na sua economia rural em lugar de escravos ou racionais, os irracionais, bois, cavalos, bestas muars; em lugar de machados, foices, e enxadas, arados, charruas; em lugar das cinzas de lenhos, tão preciosos, e necessários, marnes [sic], estrumes, e todos os outros adubos; em uma palavra; tudo quanto a sábia a iluminada Europa usa nas suas lavouras; conhecerão então os múltiplos proveitos, de que os priva a sua cega, pernicioso, e antiga rotina das derribadas²⁶².

Suas expectativas não eram pequenas. A “outra substituição” dizia respeito ao abandono definitivo da mal-entendida agricultura, isto é, aquela influenciada pelos

---

²⁶⁰ Ibidem, pp. 67-68.

²⁶¹ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, 2008, p. 34.

²⁶² Frei José Mariano da Conceição Veloso, *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, pp. xxv-xxvi.

métodos indígenas. Como alternativa, o religioso pensava em aperfeiçoamentos técnicos que implementariam o uso da tração animal, de arados e charruas para o preparo dos terrenos e de estrumes e adubos para fertilizar a terra; todos signos da bem-entendida agricultura, europeia e ilustrada, em uma palavra, científica.

O primeiro volume do tomo inaugural do *Fazendeiro do Brasil* (1798) traz em suas páginas informações e sugestões que deveriam encaminhar os cultivadores de cana e os senhores de engenho em tal direção. Da lista de obras nele compiladas constam: a de Bryan Edwards (1743-1800), *The history civil and comercial of the British Colonies in the West Indies* (*História civil e comercial das colônias britânicas das Índias ocidentais*), de 1793, volume 2, livro quinto, sobre a produção de açúcar na Jamaica²⁶³; a do segundo volume da obra *American Husbandry* (*Agricultura Americana*), de 1775, capítulos 29 e 30, que tratam da agricultura desenvolvida, respectivamente, na Jamaica e Barbados²⁶⁴; a de Philip Miller (1691-1771), *The Gardeners Dictionary: containing the best and newest methods of cultivating and improving the kitchen, fruit, flower garden, and nursery* (*Dicionário dos jardineiros: contendo os melhores e mais novos métodos de cultivo e melhoria da horta, frutas, jardins de flores e viveiros*), de 1735, mais especificamente o verbete “*Saccharum (officinarum)*”²⁶⁵; a obra de Eberhard August Wilhelm von Zimmermann (1743-1815), *Essai de comparaison entre la France et les États-Unis de l’Amerique septentrionale: par rapport à leur sol, à leur climat, à leurs productions [...] et à leur formation progressive* (*Ensaio de comparação entre a França e os Estados Unidos da América setentrional: em relação ao solo, clima, produções e à sua formação gradual*), de 1797, no que tocava ao bordo-açucareiro²⁶⁶; o capítulo 5 sobre a forma de se extrair sucos das plantas de *Curiosités de la nature et de l’art par la vegetation, ou l’agriculture et le jardinage dans leur perfection* (*Curiosidades da natureza e da arte para vegetação, ou agricultura e jardinagem em sua perfeição*), de autoria de Abbé de Vallemont (1649-17--), e cuja primeira edição data

²⁶³ Bryan Edwards. *The history civil and comercial of the British Colonies in the West Indies*. 2 v., v. 2. Dublin: Luke White, 1793.

²⁶⁴ *American Husbandry. Containing an account of the soil, climate, production and agriculture of the British Colonies in North America and the West Indies, whit observations on the advantages and disadvantages of fettling in them, compared with Great Britain and Ireland*. 2 v., v. 2. London: J. Bew, Pater-noster-Row, 1775.

²⁶⁵ A primeira edição da obra data de 1735. Para este trabalho foi consultada a oitava: Philip Miller. *The Gardeners Dictionary: containing the best and newest methods of cultivating and improving the kitchen, fruit, flower garden, and nursery*. 8ª edition. London: Printed for the Author. 1768.

²⁶⁶ Eberhard August Wilhelm von Zimmermann. *Essai de comparaison entre la France et les États-Unis de l’Amerique septentrionale: par rapport à leur sol, à leur climat, à leurs productions [...] et à leur formation progressive*. Leipzig: Chez Reinicke et Hinrichs, 1797.

de 1705²⁶⁷; e, finalmente, dois planos de reformas, das moendas e das fornalhas dos engenhos, cuja autoria de ambos se deve a Jerônimo Vieira de Abreu, deputado da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro.

Sobre o trato do solo, frei Veloso reservou algumas páginas do *Fazendeiro do Brasil* para tratar do uso do estrume. Baseando-se nas traduções que fez da obra de Bryan Edwards sobre os métodos adotados na Jamaica, o livro sintetiza que:

O estrume, que geralmente se usa, é um composto formado: primeiro, de carvão e cinzas de substâncias vegetais, tiradas dos primeiros lumes das fornalhas dos lambiques [sic] e caldeiras; segundo, das fezes das esterqueiras, misturadas de caliças, lixo, cal, varredura das casas; terceiro, das pontas, e folhas das canas refugadas no canavial; quarto, do esterco extraído das estrebarias, currais, e redios transportáveis; quinto, de boa terra colhida de canos de imundícia, e de outros lugares não roteados, que tenha sido lançada em currais de gado²⁶⁸.

Várias poderiam ser as fontes de fertilizantes, incluindo aí as cinzas das fornalhas e caldeiras, os restos de podas dos canaviais, além dos estrumes de animais. Em alternativa à separação dos rebanhos das áreas que serviriam para a cultura da cana, prática que privava a terra de uma das mais importantes fontes de fertilidade e que era amplamente difundida pelo Brasil, o livro ainda sugeria aos agricultores a utilização de “currais mudáveis”. Este método, observado pelos mais “experimentados feitores” da Jamaica, consistia na instalação temporária de currais em terras onde futuramente seria plantada a cana, e serviria “não tanto pela quantidade de fezes, e esterco, que se acumula nos cercados”, mas “pela vantagem da urina do gado, que é o melhor de todos os estrumes”²⁶⁹.

No que concernia à lavra da terra, que no Brasil geralmente tinha lugar após a queima da vegetação do terreno – a denominada coivara, método herdado dos indígenas –, tratou-se do “uso, e proveito do arado”. Servindo-se de um relato entusiasmado de Edwards, *O Fazendeiro do Brasil* indicava que,

[...] o único sistema vantajoso de lavrar terras nas Índias ocidentais é o de abrir regos, o que pode certamente ser executado mais facilmente pelo arado que pela enxada; e o alívio, que por esse meio se dá aos pretos nas terras duras e secas, é uma coisa muito estimável no espírito de qualquer proprietário humano e providente. Nesta matéria eu falo por experiência particular. Na minha lavoura a maior parte da terra, que anualmente se planta, é limpa, e aberta em regos pelo trabalho de um homem hábil, três rapazes, oito bois com um arado ordinário de rodas singelas.

²⁶⁷ Abbé de Vallemont. *Curiosités de la nature et de l'art par la vegetation, ou l'agriculture et le jardinage dans leur perfection*. Paris: Chez Claude Cellier, 1705.

²⁶⁸ Bryan Edwards. “Estrumes”. In: Frei José Mariano da Conceição Veloso (ed.), *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. 26.

²⁶⁹ Ibidem, p. 27.

É verdade que a relha do arado é alguma coisa mais larga que a usual: porém não tem outra diferença dos mais arados, e o método de lavrar com ele é o mais simples possível. Depois de abrir-se o rego de uma a outra extremidade, volta-se o arado às avessas pelo mesmo rego, de que resulta que os torrões são alternativamente remexidos da direita para a esquerda, formando um rego de sete polegadas de altura, e de quase dois pés e meio de largo na superfície, e um pé no fundo²⁷⁰.

A forma mais eficiente de se preparar a terra para o plantio se dava através do uso do arado. A aparente benevolência de Edwards quanto ao poupar os escravos do desgaste físico ocasionado pelo trato de uma terra resistente ao esforço manual do homem não deve ser encarado como um ato desinteressado. Na verdade, em sua conduta Edwards também foi motivado pelo entendimento de um agricultor atento aos interesses econômicos que deveriam, preferencialmente, orientar o processo de produção do açúcar e que, portanto, procurava administrar a força de seus trabalhadores sem excessos para aumentar a sua eficiência²⁷¹.

Conforme observou Rafael de Bivar Marquese, ao buscar exemplos de processos agrícolas em publicações acerca das Antilhas inglesas e francesas, frei Veloso simplesmente ignorou o debate que autores como Bryan Edwards sustentavam contra o avanço da crítica abolicionista²⁷². Em sua *Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas*, 1789, Domingos Vandelli ensaiou algumas breves palavras sobre as consequências do trabalho escravo para a produção colonial ao afirmar genericamente que “o trabalho de toda a agricultura é encarregado aos escravos pretos, não havendo branco algum, que se digne ser lavrador; principal causa por que no Brasil nunca poderá ter grande aumento a agricultura”²⁷³. Com a exceção de poucos ecos como este, em Portugal o tema seria abafado. A julgar pelo teor da compilação do *Fazendeiro do Brasil*, e de seus congêneres, frei Veloso não enxergava na manutenção do emprego de escravos óbices que pudessem inviabilizar a modernização dos processos de produção agrícola. Ainda que tenha evitado falar sobre o assunto, ele parece concordar com Edwards que tais melhoramentos implicariam inclusive um uso mais racional da mão-de-obra escrava.

Seja como for, a utilização do arado no Brasil colonial sempre esteve rodeada de muita resistência. Como sintetizou Sérgio Buarque de Holanda, os instrumentos de

²⁷⁰ Bryan Edwards. “Uso, e proveito do arado”. In: *Ibidem*, p. 16.

²⁷¹ Rafael de Bivar Marquese. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 111-119.

²⁷² *Ibidem*, p. 192.

²⁷³ Domingos Vandelli. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, Tomo 1, 1789, p. 170.

trabalho mais utilizados para a lavra dos terrenos foram o chuço, espécie de cavadeira de pau, e, em menor grau, a enxada e a foice²⁷⁴. Apesar disso, as facilidades que a relha poderia oferecer em alternativa a estes instrumentos não foi de todo ignorada pelos agricultores. Segundo Sérgio Buarque, é provável que os arados trazidos para a colônia fossem excessivamente pesados e, portanto, menos apropriados ao solo dos trópicos, pois ao penetrarem fundo na terra acabavam por soterrar as substâncias orgânicas responsáveis por sua fertilidade, comprometendo assim o êxito da plantação²⁷⁵.

Ainda segundo o historiador, uma das poucas figuras a lançar este diagnóstico foi D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1722-1798), o 4º morgado de Mateus, em 1766²⁷⁶. De fato, de acordo com Heloísa Liberalli Bellotto, o morgado de Mateus, quando de seu governo na capitania de São Paulo (1765-1775), foi um grande incentivador do uso deste instrumento, bem como de sua adaptação à natureza dos trópicos americanos. Segundo a autora, ele possivelmente teria enviado, em 30 de dezembro de 1766, uma circular para as câmaras da capitania recomendando, entre outras coisas, a utilização do arado e o emprego do esterco de animais²⁷⁷.

Não se vislumbra nas orientações do primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*, qualquer preocupação mais contundente quanto à profundidade dos sulcos que o arado poderia provocar na terra. Muito embora, Edwards tenha mencionado que a relha do arado utilizado em sua propriedade na Jamaica era algo mais larga que o convencional. Vale lembrar ainda, que mesmo na Jamaica o uso do arado não era uma exclusividade. É o que insinua outra orientação contida no *Fazendeiro do Brasil*, desta vez um alvitre de *American Husbandry*. De acordo com este, a preparação do solo exigia sua limpeza, incluindo aí o corte de árvores e a retirada de suas raízes, que deveriam ser inclusive queimadas. Após esta ação, outras plantas poderiam nascer no lugar, exigindo uma vigilância constante do agricultor. Nem todos os renovos, porém, precisavam ser arrancados, pois “sendo a lavoura feita à enxada, não é necessário tirar tais embaraços, que só poderiam suspender o arado”²⁷⁸.

Caio Prado Júnior aponta que até finais do século XVIII a agricultura colonial ignorava os procedimentos e as vantagens que envolviam o processo de seleção das

²⁷⁴ Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957, p. 245.

²⁷⁵ Ibidem, pp. 246-247.

²⁷⁶ Ibidem, p. 246.

²⁷⁷ Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 186.

²⁷⁸ “Cultura do açúcar”. In: Frei José Mariano da Conceição Veloso (ed.), *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. 106.

variedades de plantas para o cultivo²⁷⁹. No caso da cana de açúcar, desde o início da colonização, os agricultores cultivavam uma única variedade da planta, conhecida como crioula – apelido que lhe foi dado a partir do momento em que se descobriu que existiam outras, no início do século XIX²⁸⁰. Nesta mesma altura, frei Veloso incumbia *O Fazendeiro do Brasil* do esforço de divulgação de novas variedades de cana. Para tanto acrescentou ao livro as observações e experiências do almirante e baronete Sir John Laforey (1729-1796), traduzidas do livro de Bryan Edwards. Segundo este último, Laforey teria transplantado para Antígua (colônia inglesa) variedades de cana que havia conseguido na Martinica (colônia francesa), onde este chegou inclusive a possuir propriedades²⁸¹. Sobre as variedades e respectivas origens das plantas, o próprio Laforey esclarecia que,

A primeira veio da Ilha de Bourbon [atual Ilha da Reunião], para onde a trouxeram os franceses da Costa do Malabar [Índia].

A segunda de Taiti [na Polinésia Francesa].

A terceira veio de Batávia.

As duas primeiras são muito semelhantes assim na configuração, como no seu crescimento; mas contudo se diz, que a de Taiti faz açúcar mais apurado ou fino. Todas são muito maiores do que aquelas, que atualmente produzem as nossas ilhas. Cada um dos seu nós ou articulações é de 8 para 9 polegadas de comprimento, e seis de circunferência²⁸².

Em finais do século XVIII, a introdução destas variedades da planta no império britânico parecia ser muito recente. Para se ter uma ideia, Laforey afirmou que ainda em 1794 eram realizados em um de seus engenhos testes com a variedade de Malabar²⁸³. Além do maior rendimento, ele ressaltava, baseando-se também em observações de alguns correspondentes, que as novas variedades demonstravam maior resistência aos efeitos das secas²⁸⁴. Qualidades estas que certamente serviriam como atrativos para os agricultores. No Brasil, a cana do Taiti teria supostamente sido transplantada das Guianas para o Pará, entre 1790 e 1803²⁸⁵.

Apesar de inúmeros exemplos evidenciarem o quanto os manuais agrícolas do *Fazendeiro do Brasil* encaravam as Antilhas inglesas e francesas como fonte de

²⁷⁹ Caio Prado Júnior, op. cit., 2008, p. 135.

²⁸⁰ Ibidem, p. 135.

²⁸¹ “Rapsódia do prólogo da segunda edição da *History of the West Indies*, composta por M. Edwards, em que anuncia três novas espécies de canas de açúcar do Malabar, do Taiti, e de Batávia, trazidas pelos franceses à Martinica, e destas levadas à Antígua pelo almirante e baronete inglês Sir John Laforey”. In: Frei José Mariano da Conceição Veloso (ed.), op. cit., tomo 1, parte 1, 1798, p. 141.

²⁸² Ibidem, p. 142.

²⁸³ Ibidem, p. 143.

²⁸⁴ Ibidem, p. 143.

²⁸⁵ Caio Prado Júnior, op. cit., 2008, p. 135, nota 10.

inspiração, haveria espaço para inovações técnicas testadas no próprio Brasil, as quais frei Veloso dedicaria especial atenção, pois o religioso franciscano também possuía correspondentes que lhe enviavam os resultados de suas experiências agrícolas para que as mesmas fossem divulgadas. Tal foi o caso de Jerônimo Vieira de Abreu (....-....), que enviou duas propostas de reformas relacionadas aos estabelecimentos dos engenhos, ambas publicadas no apêndice do livro. A primeira tratava do aprimoramento das moendas para torná-las mais eficientes, bem como da organização do picadeiro que, através de uma estrutura assobradada, poderia sustentar o fornecimento contínuo das canas para a moagem. Com o intuito de facilitar o entendimento deste plano, frei Veloso acrescentou ilustrações que auxiliariam o leitor na interpretação do texto²⁸⁶. Segundo o autor, seus bons resultados já podiam ser testemunhados no engenho de Inhaúma, Rio de Janeiro, onde o mesmo teria sido posto em prática²⁸⁷.

A segunda proposta dizia respeito à “reforma das fornalhas dos engenhos de açúcar, em que só se gasta a terça parte, ou quarta da lenha, que antes se gastava, e para as quais só se precisa da lenha miúda, e não grossa [...]”²⁸⁸. Este plano, também de autoria de Jerônimo Vieira de Abreu, foi descrito de forma tão sucinta que torna difícil imaginar que pudesse ser facilmente compreendido sem o auxílio das ilustrações fornecidas. Como o próprio título adianta, a intervenção nas fornalhas possibilitaria a economia de lenha e, conseqüentemente, uma redução do trabalho necessário para o corte da madeira ou dos recursos empregados na sua compra. Segundo o próprio autor, “por este novo método se tem colhido uma indizível utilidade, não só poupando as imensas lenhas, que se tiravam dos matos, arrasando-os, como também forrando o trabalho e despesa, com que se acarretavam para os engenhos”²⁸⁹. Graças à reforma, aqueles engenhos “que já não têm matos” ou “os que por falta de lenhas não trabalhavam, ou tinham safras limitadas, podem trabalhar, e terem maiores safras, e ficarem os matos, aos que os têm, conservados para outros usos, para os quais são indispensáveis as madeiras”²⁹⁰.

O segundo volume do primeiro tomo do *Fazendeiro do Brasil* dedicado ao açúcar foi publicado pela Oficina de Simão Tadeu Ferreira, em 1799. Se no livro que o

²⁸⁶ Jerônimo Vieira de Abreu. “Plano da reforma das moendas e picadeiros dos engenhos de açúcar”. In: Ibidem, pp. 188-190 e estampa 2. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

²⁸⁷ Ibidem, p. 190.

²⁸⁸ Idem. “Reforma das fornalhas dos engenhos de açúcar, em que só se gasta a terça parte, ou quarta da lenha, que antes se gastava, e para as quais só se precisa da lenha miúda, e não grossa”. In: Ibidem, pp. 190-192 e estampa 3. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

²⁸⁹ Ibidem, p. 191.

²⁹⁰ Ibidem, p. 192.

antecedeu foram tratados assuntos relativos ao cultivo da cana e extração de seu suco, neste frei Veloso concentrou-se em apresentar aos leitores as formas mais adequadas de se purificar e refinar o açúcar. Para tal fim, foram compiladas duas obras: a primeira, traduzida para o português com o título de “Cultura da cana do açúcar e sua fatura”, consiste num verbete de M. Dutrone de la Couture extraído do segundo tomo da *Encyclopédie Méthodique. Agriculture* (*Enciclopédia Metódica. Agricultura*), de 1791²⁹¹; e a segunda, *Art de raffiner le sucre* (*Arte de refinar o açúcar*), de 1764, cuja autoria é devida a Henri-Louis Duhamel Du Monceau (1700-1782)²⁹².

Para além da reedição da obra de Antonil e dos volumes do *Fazendeiro do Brasil*, frei Veloso abordaria o tema do açúcar em outras publicações, todas imbuídas de um sentido utilitário que buscava divulgar conhecimentos que pudessem ser aplicados pelos agricultores desejosos de aperfeiçoar sua produção. Com a marca tipográfica do Arco do Cego foi publicada no ano de 1800 a *Memória sobre a cultura, e produtos da cana de açúcar*²⁹³ de José Caetano Gomes, deputado perpétuo da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro. No prefácio da obra, frei Mariano Veloso teceu profundos elogios ao trabalho, concebendo-o como um dos mais completos já escritos sobre o tema em língua portuguesa, rivalizando mesmo em qualidade com a obra de André João Antonil²⁹⁴.

Digno de menção é a atenção oferecida à árvore açucareira nas obras editadas pelo frei Veloso. Em 2 de setembro de 1798, o frei enviou uma carta ao bacharel Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823), que estava de saída para os Estados Unidos da América, contendo orientações de como ele deveria proceder ao longo de sua viagem, mais especificamente, o que deveria observar, de que forma e quais informações seriam do interesse da coroa portuguesa. Sobre o bordo-açucareiro em específico, frei Mariano Veloso instruiu Hipólito da Costa a produzir “uma boa memória sobre esta árvore – a respeito de sua cultura e produtos – das suas diferentes espécies – suas sementes enviadas”²⁹⁵. Não por acaso, ainda em 1798, através da

²⁹¹ Alexandre-Henri Tessier (1741-1837). “Canne a sucre”. In: Alexandre-Henri Tessier (1741-1837), André Thouin (1747-1824), Jean-François Reynier (17...-17...?), Louis-Augustin-Guillaume Bosc (1759-1828). *Encyclopédie méthodique. Agriculture*. Tome second. Paris: Chez Panckoucke, 1791, pp. 629-648.

²⁹² Henri-Louis Duhamel Du Monceau. *Art de raffiner le sucre*. Paris: Chez Saillant & Nyon; Desaint, 1764.

²⁹³ José Caetano Gomes. *Memória sobre a cultura, e produtos da cana-de-açúcar*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

²⁹⁴ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In. *Ibidem*, pp. s./n.

²⁹⁵ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Instruções de frei Mariano da Conceição Veloso a Hipólito da Costa*. Lisboa, 2 de setembro de 1798. Coleção Conde de Linhares, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), maço 18, documento 3. Descoberto e publicado por: Neil Safier. “Instruções e

tradução de um extrato da obra de Eberhard August Wilhelm von Zimmermann, o frei abordaria o tema no primeiro volume do *Fazendeiro do Brasil*. O religioso franciscano esclarecia que a planta, por ser natural de climas mais frios, e considerando a impossibilidade da cultura da cana-de-açúcar em tais condições, seria uma alternativa interessante para a produção de açúcar no Rio Grande, o extremo meridional do Brasil²⁹⁶. Em 1800, na *Descrição da árvore açucareira, e de sua utilidade e cultura*²⁹⁷ a questão seria retomada. Dedicada exclusivamente à planta e publicada por frei Mariano Veloso na Casa Literária do Arco do Cego, essa obra era de autoria de Hipólito José da Costa, que, na ocasião da publicação, ainda se encontrava na América do Norte.

Em 1801, também pelo Arco do Cego, seria publicado o *Compêndio sobre a cana e sobre os meios de se lhe extrair o sal essencial, ao qual se ajuntam muitas memórias ao mesmo respeito*. A obra retomava, com o adendo de novas ilustrações, as reflexões do médico e agrônomo francês Mr. Dutrone sobre a cultura da cana-de-açúcar já traduzidas e publicadas no segundo volume do *Fazendeiro do Brasil*. Frei Mariano Veloso, ao apresentar o livro, ressaltou que o autor “soube ajuntar na extração do açúcar os verdadeiros princípios da teoria química”²⁹⁸, conhecimento extremamente valorizado pelos agrônomos europeus no século XVIII²⁹⁹.

Da oficina do Arco do Cego saíam ainda as *Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar*³⁰⁰, tradução de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade de um texto – cujo autor não foi identificado – que promovia a análise comparada do comércio do açúcar das colônias britânicas e francesas das Índias Ocidentais. Além de demonstrar a importância destes estabelecimentos para as potências europeias, tratava da possibilidade de aclimação do cravo, noz-moscada e canela na ilha de Tobago, possibilidade que seria acolhida pelo tradutor como um exemplo pertinente para se defender a introdução destas mesmas plantas no Brasil,

---

Impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência Joanina”. In: Lorelai Kury; Heloisa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro; EdUERJ/FAPERJ, 2012.

²⁹⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso (ed.). *op. cit.*, tomo 1, parte 1, 1798, p. 169.

²⁹⁷ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. *Descrição da árvore açucareira, e de sua utilidade e cultura*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1800.

²⁹⁸ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio” In: Jacques-François Dutrone de la Coulture. *Compêndio sobre a cana e sobre os meios de se lhe extrair o sal essencial, ao qual se ajuntam muitas memórias ao mesmo respeito*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1801, p. s/n.

²⁹⁹ Sobre este assunto, Cf. Gilles Dennis. “A agronomia e a naturalização de vegetais estrangeiros (exóticos) na França do fim do século XVIII”. In: Ana Maria Alfonso-Goldfarb; Carlos A. Maia (Orgs.). *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995, pp. 665-669.

³⁰⁰ Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (trad.). *Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1801.

nomeadamente no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nessa obra, portanto, o desejo de favorecer a empresa açucareira aparece em harmonia com a defesa da necessidade de se diversificar a produção agrícola da colônia.

Com a reestruturação da Impressão Régia, em 7 de dezembro de 1801, foi determinado, entre outras providências, que se desse continuidade à impressão de obras da Casa Literária do Arco do Cego. Parece ter sido exatamente este o destino reservado para a coleção *Compêndio de Agricultura*, publicada entre 1801 e 1803. Seu primeiro volume foi o único publicado no Arco do Cego. Os outros quatro saíram dos prelos com o pé de imprensa da Régia Oficina Tipográfica, como também era chamada a Impressão Régia. De autoria de Inácio Paulino de Moraes, a coleção retomou de forma sucinta em seu quinto e último volume o tema do bordo-açucareiro³⁰¹.

3.2 A diversificação da agricultura colonial: o cultivo do anil

Ao lado da política de aprimoramento técnico da produção, existia um claro interesse da coroa portuguesa em promover a diversificação da agricultura da colônia e assim ampliar a lista de produtos oferecidos pelos agricultores do Brasil para além dos tradicionais açúcar, tabaco e pau-brasil.

Em meados do século XVIII, conforme observou Andrée Mansuy-Diniz Silva, o império ultramarino português teria passado por transformações econômicas significativas. A reorganização da economia iniciada pelo marquês de Pombal contaria com o rearranjo do sistema de monopólio sobre o comércio do Brasil. Dessa política viria o incentivo decisivo para a criação de companhias de comércio como as do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a de Pernambuco e Paraíba (1759), ambas com sede em Lisboa. Em contrapartida à concessão de privilégios – como a exclusividade do comércio, navegação e abastecimento –, as companhias tinham a obrigação de promover o desenvolvimento econômico das localidades onde atuavam através de incentivos ao comércio e à agricultura. Não por acaso, sua instalação no Brasil redundaria na melhora da “produção e exportação de produtos básicos tradicionais

---

³⁰¹ Inácio Paulino de Moraes. *Compêndio de Agricultura*. Vol. 5. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1803, p. 306.

(cacau no Pará, açúcar no Pernambuco), assim como na introdução de novos produtos para a exportação (algodão no Maranhão, arroz e café no Maranhão e no Pará)”³⁰².

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a reorganização do império encontraria igualmente na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos um importante espaço que tornaria possível a continuidade de políticas voltadas para a diversificação da produção agrícola colonial. Como demonstrou Mário Francisco Simões Junior, a correspondência da Secretaria do ultramar com os governadores coloniais, no sentido de incentivar o cultivo de determinados gêneros agrícolas – como o arroz, o linho e o pinhão – já havia começado a se delinear no início do reinado de D. José I, sob o ministério de Diogo de Mendonça Corte Real, secretário entre 1750 e 1756³⁰³. No entanto, como o próprio autor reconhece, a veiculação de iniciativas favoráveis à diversificação agrícola na colônia seria empreendida de forma mais sistemática apenas pelos sucessores deste ministro, sobretudo por Martinho de Melo e Castro e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

A atenção dada ao tema começaria a oferecer resultados apreciáveis no final do século XVIII. Conforme destaca José Jobson de Andrade Arruda, o elenco de 35 produtos que compunham a tabela de exportações do Brasil seria ampliado para 125 no intervalo de 1796 à 1807³⁰⁴. Para o autor, as profundas transformações econômicas verificadas ao longo deste período corresponderiam ao processo de estruturação do que o mesmo convencionou chamar de “novo padrão de colonização do século XVIII”³⁰⁵. Grosso modo, intensificava-se no Brasil a produção de matérias-primas que serviriam para alimentar o desenvolvimento manufatureiro de Portugal. No sentido contrário, a metrópole encontraria no regime exclusivo de comércio com a sua colônia um mercado relativamente protegido da concorrência estrangeira – especialmente inglesa – para o escoamento de seus manufaturados. Situação que se configurava como um imprescindível estímulo econômico para o desenvolvimento da metrópole pelo menos

---

³⁰² Andréa Mansuy-Diniz Silva. “Portugal e Brasil: Reorganização do Império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina Colonial*. São Paulo; Brasília, DF: EDUSP; Fundação Alexandre Gusmão, 1997. Volume 1, p. 501.

³⁰³ Mário Francisco Simões Junior. *A Secretaria de Estado do Ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real: Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2017, pp. 122-123.

³⁰⁴ José Jobson de Andrade Arruda, *op. cit.*, 1980, pp. 612-621.

³⁰⁵ Idem. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*. São Paulo, 46, p. 66-79, 2000.

até 1808, quando da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e da consequente abertura dos portos da colônia às nações amigas.

A busca por novos gêneros comercializáveis e o desejo de adaptar novas produções à natureza e ao contexto econômico do Brasil foram noções que marcaram profundamente o senso de utilidade pública de intelectuais e estadistas desejosos em entrosar-se com os objetivos da coroa portuguesa. Enquanto objetos que refletiam os direcionamentos da política colonial e ilustrada do Estado português, os livros publicados por frei Mariano Veloso não deixariam de oferecer sua contribuição para o esforço geral de diversificação da agricultura colonial.

Com efeito, dos livros que compõem a coleção do *Fazendeiro do Brasil*, sete foram dedicados ao desenvolvimento de novas produções então consideradas promissoras para o comércio colonial, sendo que um tomo foi dedicado à tinturaria, cabendo dois livros ao anil e um à cochonilha. Dos três livros dedicados às chamadas “bebidas alimentosas”, dois tratam do café, enquanto o penúltimo volume da coleção apresenta memórias relativas às especiarias finas, cravo-da-índia e noz-moscada. Finalmente, a coleção é encerrada com um livro dedicado ao algodão.

No que concerne à introdução das especiarias, é interessante perceber que frei Veloso não deixou de lembrar que tal esforço não representava propriamente uma novidade. Segundo ele,

Em várias épocas, depois de descoberta a Índia, tiveram os nossos antigos a lembrança de transplantarem para lugares mais próximos deste Reino, e conformes ao seu clima natural, estas singulares especiarias, com que certamente, dando-as a preço mais cômodo, aumentariam o comércio, e com ele a riqueza da nação, e forças do Estado. É uma evidente prova do seu cuidado, e do que lhes devemos, as laranjas em Portugal, e no Brasil a manga, a jaca, jambo, atas, o grande coqueiro, e entre as especiarias a canela, gengibre, e a cúrcuma, etc.

Mas a continuação destas transplantações foi parada, ou, como afirma algum dos nossos autores, por ordem superior, por haverem, segundo as circunstâncias do tempo, em que viviam, razões políticas, que obstaram; ou, o que julgo mais provável, pelos embaraços que ofereceria uma dominação, que nos era estranha, que amornou, e enregelou toda a indústria, e vigor português.

Quaisquer que fossem estes motivos, que nos fizeram retardar aquela principiada carreira, e atrasar as vantagens, que com ela teríamos conseguido; se hoje, à vista do que tem praticado as nações que possuem colônias entre os trópicos, tardássemos em

seguir os passos dos antigos, e o exemplo dos vizinhos, certamente seríamos censurados de insensíveis³⁰⁶.

As tentativas de aclimação no Brasil de plantas exóticas nada tinham de novo e já aconteciam há tempos, alcançando bons resultados como nos casos da laranja, manga, jaca, jambo, fruta-do-conde, coqueiro, canela, gengibre etc. Como o frei notou, o que iria variar no tempo seria o apoio do Estado para tais iniciativas, pois em dado momento acreditava-se que o cultivo de especiarias não seria oportuno, uma provável tentativa de proteger os vultosos lucros comerciais advindos da carreira da Índia³⁰⁷. Apesar de aparentemente evitar qualquer consideração que apontasse de forma mais contundente o papel do Estado no fracasso da introdução de especiarias no Brasil, frei Veloso acabaria por reconhecer e atribuir à política estatal um peso decisivo para o sucesso ou fracasso das iniciativas nesse sentido.

Frei Veloso também tinha o café como um produto digno de atenção e cada vez mais valorizado. No final do século XVIII, seu consumo era mais disseminado nos altos escalões da sociedade, onde marcava presença ao lado do chá, chocolate e outras bebidas refrescantes nas mesas fartas de ambientes suntuosos. Em termos muito diretos, o religioso mencionava ao príncipe regente que

Tal é, Senhor, em resumo, a presente situação deste precioso vegetal, de que eu tenho a honra de apresentar a Vossa Alteza Real neste tosco esboço, o que se tem escrito a seu respeito, fazendo unicamente pontaria ao lucro, que pode resultar da sua boa cultura aos vassallos de entretrópicos, a quem Vossa Alteza Real anela fazer felizes, e por consequência aos reinícolas, mediante o seu comércio³⁰⁸.

Nada mais pragmático – e revelador – do que fazer “unicamente pontaria ao lucro”. Os objetivos econômicos do incentivo à educação dos agricultores em nenhum outro momento foi explicitado com tamanha contundência no *Fazendeiro do Brasil*. Frei Veloso esperava, basicamente, “melhorar a cultura da preciosa planta do café, do seu perfeito preparativo para passar à Europa, e igualar, se não exceder, ao cultivado nas possessões africanas, e americanas estrangeiras”³⁰⁹.

³⁰⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 4, parte 1, 1805, pp. s./n.

³⁰⁷ Sobre a importância e as vicissitudes do comércio estabelecido entre o Brasil e o oriente, entre outros assuntos, veja-se: José Roberto do Amaral Lapa. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

³⁰⁸ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 3, parte 1, 1800, p. s./n.

³⁰⁹ *Ibidem*, p. s./n.

Apesar de reconhecer a crescente importância econômica do algodão para o comércio colonial, frei Veloso evitaria “falar sobre o muito, que a sua bem entendida cultura fará aumentar a massa da riqueza nacional na cultura, artes, e comércio, e por consequência, as Reais rendas. Isto deixo a outros espíritos mais iluminados.”³¹⁰. No entanto, não deixou de notar que as roupas feitas de algodão serviriam para vestir não apenas as “pessoas mais delicadas”, mas também os indígenas e os negros escravizados, que “sem liberdade, *sic vos non vobis* [para vós, mas não vosso], são os braços dos europeus, quer para catar minas, quer para a mesma lavoura. Eles são o todo, e o tudo destes trabalhos. Sem eles nada é positivo. Outro vestido não os cobre”³¹¹. Percebe-se em tais palavras a consciência de toda a potencialidade econômica do algodão, seja na Europa, seja na América.

Uma grande atenção, entretanto, seria dedicada ao desenvolvimento da produção de pigmentos naturais, pois os corantes sintéticos só apareceriam a partir de meados do século XIX graças inclusive aos experimentos do químico britânico William Perkin (1838-1907). Nesse contexto, o azul do anil e o vermelho da cochonilha eram muito apreciados, possuindo grande valor de mercado e servindo para inúmeros usos.

Apesar de o anil ou índigo ser um produto presente na pauta de exportação brasileira há algum tempo, ainda era preciso aprimorar a sua qualidade para torná-lo mais atrativo no mercado internacional. Como lembrou Nelson Sanjad, a coroa portuguesa promoveu, durante certo período, o aperfeiçoamento do produto no Laboratório Químico que integrava o complexo do Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, donde o epíteto de “Laboratório do Anil” que o mesmo recebeu³¹².

Com a publicação do *Fazendeiro do Brasil*, reacendia-se a esperança do Estado português de promover na colônia o aperfeiçoamento do anil. No volume inaugural do tomo dedicado à tinturaria, frei Mariano Veloso fez duras críticas à inércia dos agricultores acerca do cultivo da anileira ou indigueiro e da extração de seu pigmento azul:

Eu não seria digno do honroso encargo, de que em o augusto nome de Vossa Alteza Real fui incumbido, se [...] não declarasse contra a inércia, que entorpeceu os seus

³¹⁰ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 5, parte 1, 1806, p. s./n.

³¹¹ *Ibidem*, pp. s./n.

³¹² Nelson Rodrigues Sanjad. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IG-UNICAMP, 2001, p. 47.

primitivos colonos; os que por uma longa série de anos lhe sucederam; os magistrados, que se puseram à sua testa, por não darem um novo choque, e movimento à indústria nacional, no estabelecimento da cultura de uma planta, que a rica natureza todos os dias, a cada passo, e espontaneamente oferecia aos seus olhos, cuja belíssima fécula, tão necessária a todo gênero de tecidos, faz um dos grandes fundos das riquezas da Ásia, e da América; cujas fábricas, se fossem de menos rendimento que as açucareiras, também tinham sobre elas a vantagem de serem mais ao alcance das pessoas menos poderosas, por menos complicadas nos seus aprestos, menos dispendiosas no seu custeio, muito menos destruidoras das matas, e por estes dados superiores aquelas ³¹³.

Como é possível perceber, frei Veloso considerava a falta de interesse dos agricultores, magistrados e governantes como o principal motivo para as falhas observadas no cultivo do indigueiro e na extração de seu pigmento azul. Além dos efeitos danosos à “indústria nacional” pela falta que se fazia sentir de uma matéria-prima valiosa, deixava-se de explorar um importante ramo de agricultura que possuía todos os requisitos para ser amplamente difundido, dado a sua menor complexidade e exigência de gastos em comparação à produção açúcar.

Embora se demonstre incerto quanto à origem exata da planta, frei Veloso considerava o indigueiro uma espécie nativa da América, motivo suficiente para repreender os portugueses instalados no Brasil por terem ignorado durante tanto tempo o conhecimento dos indígenas que as tinham como “erva, ou mato azul usado na tintura dos seus fios, e algodões”³¹⁴. Por outro lado, a familiaridade dos portugueses com a exploração dessa planta na Ásia era tal que as fábricas da Índia empregavam palavras portuguesas para designar as variedades de pigmentos oriundas dos cortes efetuados nas diferentes partes da planta: “cabeça”, “barriga” e “pé”³¹⁵. Mais uma vez, porém, esses saberes – que circulariam pelos portos de Portugal e Brasil via rota da Índia – não teriam sido minimamente aproveitados. Sequer as descobertas dos vizinhos espanhóis teriam escapado à inércia dos colonos portugueses, mesmo durante o período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640)³¹⁶.

Segundo o frei, as primeiras tentativas de se extrair o pigmento das féculas do indigueiro em território brasileiro teriam ocorrido a partir de 1750, quando alguns moradores da capitania do Rio de Janeiro, afinal, resolveram se aventurar no ramo. Ao

³¹³ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 1, 1806, pp. s./n.

³¹⁴ *Ibidem*, pp. s./n.

³¹⁵ *Ibidem*, pp. s./n.

³¹⁶ *Ibidem*, pp. s./n.

insucesso das primeiras tentativas sucedeu-se a intervenção do Estado no sentido de promover o aprimoramento do cultivo. Frei Veloso lembrava que,

[...] graças à saudosa memória do senhor D. José I, e a nossa augusta soberana [D. Maria I] que, anuindo as representações dos Excelentíssimos marquês de Lavradio, e Luís de Vasconcelos e Sousa, sucessivos vice-reis do Rio de Janeiro nas décadas 70, e 80 deste século, aprovaram, e favoreceram a sua introdução, e propagação naquela capitania, onde já passavam de vinte anos, que alguns de seus moradores, sem quem os dirigisse, procuravam por tentativas inúteis o seu estabelecimento³¹⁷.

Na visão do religioso, a intervenção do Estado, agente ilustrado, teria sido crucial para os primeiros êxitos da produção do anil, que não tardariam a acontecer. De acordo com o ele, teria sido Jerônimo Vieira de Abreu quem descobriu os pontos corretos de fermentação e batedura necessários para a petrificação do anil, garantindo assim a qualidade do produto. Em 1772, seu êxito seria apresentado ao marquês de Lavradio, vice-rei do Brasil, que informaria D. José I a respeito. Em consequência, a coroa decidiria favorecer a produção do anil no Brasil através de algumas resoluções firmadas pelo marquês de Pombal em 13 de Agosto de 1773.

Através delas ficava determinado,

1. Que sua majestade compraria privativamente todo o anil, que se fabricasse no Rio de Janeiro, pela sua Real Fazenda.
- Que este seria pago com dinheiro de contado, pelos preços taxados de 10-9-7 tostões a libra, conforme as suas sortes.
3. Que estes preços se não aumentariam, nem abaixariam.
4. Que esta graça duraria o tempo de dez anos³¹⁸.

No Brasil, um dos maiores obstáculos enfrentados pela administração portuguesa para aperfeiçoar a agricultura e introduzir novos cultivos foi a ferrenha resistência dos agricultores às novidades que, geralmente, inspiravam-lhes a desconfiança de um futuro incerto e o receio de prejuízos incontornáveis. As resoluções aprovadas pela coroa, portanto, tinham como fim promover a produção do anil através da oferta de garantias como, por exemplo, a existência de algum mercado para a venda

---

³¹⁷ Ibidem, p. s./n.

³¹⁸ Ibidem, pp. s./n.

do produto, que seria adquirido pelo Estado. Nesse sentido, tentava-se contornar a insegurança daqueles que desejassem desenvolver esse novo ramo de produção.

Segundo frei Veloso, pouco tempo depois os agricultores passariam a reivindicar o direito de negociar seu produto diretamente com os comerciantes, desejo atribuído a fatores como a multiplicação das fábricas, a ambição dos povos, a sugestão dos comerciantes, a possibilidade de se obter preços mais vantajosos e a morosidade dos pagamentos do Estado. Atenta a estas questões, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos determinaria, através de um aviso datado de 8 de maio de 1777 e destinado ao marquês do Lavradio, “que sendo o objeto destas ordens o de animar os ditos lavradores, e de lhes assegurar a pronta saída do anil, que cultivarem: logo que alguns deles o quiserem exportar por sua conta, ordena Sua Majestade lhes seja permitido fazê-lo livremente”³¹⁹.

Contudo, a liberdade de negociação dada aos agricultores não bastou para estabilizar em definitivo a produção do anil no Rio de Janeiro. Para frei Veloso,

Quem não conjecturaria, à vista desta Real franqueza, que este novo estabelecimento nada mais faltava, para fixar a sua estabilidade sobre um apoio tão firme, como o do comércio? Mas não foi assim; com a mesma brevidade de tempo, que intermediou da primeira à segunda resolução régia, encontramos uma terceira declaração publicada em um edital do desembargador, provedor da Fazenda Real, Salter de Mendonça, em Janeiro de 1779, no qual lhes assegura:

‘Que sendo o anil, e cochonilha dois objetos importantíssimos para a conservação das fábricas, e aumento do comércio do reino de Portugal, e seus domínios, e querendo por isso a rainha Nossa Senhora por sua Real grandeza, promover estes dois utilíssimos ramos, em benefício de todos os que temos a honra de ser seus fiéis vassalos, ordenou se recebesse na Provedoria da Fazenda desta cidade, todo o anil, e cochonilha, que as partes voluntariamente quisessem vender à sua Real Fazenda, pela qual sem falta se lhes pagarão os preços estabelecidos, segundo suas diferentes qualidades, ficando a liberdade de poderem transportar por sua conta, e risco o anil, e cochonilha, que não quiserem trazer à mesma Provedoria’³²⁰.

Além de reiterar a liberdade de comercialização do anil e cochonilha – respeitados os limites impostos pela exclusividade do comércio – essas novas diretrizes reiteravam também a disposição do Estado de adquirir o produto que lhe fosse

---

³¹⁹ Ibidem, p. s./n.

³²⁰ Ibidem, pp. s./n.

oferecido. Atingir a perfeição de um pigmento não era uma tarefa tão simples e os agricultores necessitavam de algum tempo para se adaptarem às exigências de algo que mal conheciam. Assim, a boa qualidade do anil provavelmente seria alcançada apenas a médio e longo prazo, situação que desfavoreceria o desempenho do produto no mercado por diminuir bastante o seu preço, desestimulando os produtores a prosseguir com o seu cultivo.

Embora não tenha prescindido de avaliar a qualidade do produto na composição do preço oferecido, o Estado português estava disposto a tolerar, talvez mais que os comerciantes, as imperfeições do anil adquirido, tendo em vista a possibilidade de promover a sua posterior purificação em Portugal. Por esse motivo a coroa oferecia ao agricultor uma alternativa aos comerciantes, pois seu objetivo maior era o de promover a produção do índigo tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Na prática, reconhecia-se a crescente importância dos pigmentos para o incremento do comércio colonial e o abastecimento das manufaturas instaladas em Portugal.

Apesar do suporte econômico oferecido pelo Estado, o produto exportado do Brasil continuaria a apresentar defeitos, sendo que os mais graves perdurariam pelo menos até meados da década de 1780. Não obstante, o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, informaria o vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, sobre a crescente qualidade do anil e cochonilha enviados da capitania do Rio de Janeiro.

Nas palavras do ministro, expressas através de um ofício datado de 6 de março de 1786,

Ultimamente devo dizer a Vossa Excelência que como o anil desta capitania tem melhorado na sua qualidade de sorte que já não necessita de benefício que se lhe costumava fazer no Jardim Botânico; em lugar de vir o dito anil ali dirigido, como precedentemente se ordenou, deve Vossa Excelência ordenar que ele, e a cochonilha se remetam em direitura à Casa da Índia a entregar ao provedor da dita Casa, para nela se fazerem as vendas, e passarem depois os produtos para o Real Erário [...] ³²¹.

Tais considerações evidenciam que a política assumida pela coroa portuguesa não tardou em apresentar resultados apreciáveis. A possibilidade de se vender o anil e a

---

³²¹ Martinho de Melo e Castro. *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre as remessas de anil e cochonilha*. Salvaterra de Magos, 6 de março de 1786. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms. 04, 04, 008.

cochonilha sem a necessidade de beneficiá-los no Laboratório Químico do Jardim Botânico da Ajuda representou uma economia que certamente impactou positivamente em sua venda.

De qualquer forma, a narrativa apresentada por frei Veloso na primeira parte do segundo tomo do *Fazendeiro do Brasil* dedicado aos agricultores buscava demonstrar que o incentivo à produção do anil não dependia apenas de uma política de preços ou da garantia da compra do produto. Era preciso algo mais. Na concepção do religioso franciscano, até àquela altura,

[...] por um lado favorecidos, por outro abandonados a si mesmos, os fabricantes, homens faltos de toda a instrução, como pela maior parte são os cultivadores, entregues a certas receitas ou mal copiadas, ou mal vertidas, firmados em experiências próprias sem princípios, longe de terem feito progresso algum vantajoso, e apesar de terem sido sustentados, e aguilhoados pelas bondades régias, se tem recuado, e atrasado lastimosamente neste fabrico. Ora os fenômenos, que apresenta a manipulação desta fécula, são às vezes tão extraordinários, como expõem estas memórias [compiladas no *Fazendeiro do Brasil*], que fazem pasmar aos seus mais atinados, e antigos práticos, e por isso eles são dignos de escusa³²².

A grande barreira era a ignorância dos agricultores, que ainda precisava ser superada no início do XIX através do ensino de métodos mais apropriados de produção. Daí a importância do papel pedagógico que o Estado deveria cumprir em complemento às medidas econômicas relativas à compra do anil produzido.

A necessidade de educar os produtores, no entanto, era anterior ao momento em que frei Veloso escrevia mais este prefácio para o *Fazendeiro do Brasil*. Enquanto o religioso se dedicava às suas expedições botânicas pelo interior das capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo, o vice-rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos e Sousa, por sinal o primeiro protetor político do religioso franciscano, incentivou a distribuição de manuais que pudessem orientar os agricultores em suas atividades. Conforme resumiu Lorelai B. Kury, em meados da década de 1780 circulavam pelo Rio de Janeiro instruções manuscritas sobre a produção do anil³²³. Em determinado momento, Vasconcelos e Sousa alertou o secretário do ultramar sobre a pertinência de se promover a impressão destes materiais, chegando mesmo a enviar alguns exemplares para o exame do

---

³²² Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 1, 1806, pp. s./n.

³²³ Lorelai B. Kury, *op. cit.*, 2015, pp. 50-51.

ministro. Em 6 de março de 1786, Martinho de Melo e Castro, no mesmo ofício em que informava da melhora da qualidade do anil enviado para Portugal, respondia ao vice-rei que,

[...] A cópia que Vossa Excelência da *Instrução para os fabricantes do anil*, pareceu aqui muito bem por ser fundada em repetidos exames e experiências, e por ser clara e breve, compreendendo tudo o que é necessário saber-se para ter bom anil. É certo que a impressão desta pequena obra facilitaria o espalharem-se mais cópias dela; mas obsta a esta medida o não se julgar conveniente por ora fazer maior ruído com esta nossa descoberta do anil, que não há de ser vista com indiferença pelas outras nações que fazem este comércio: Por esta razão parece mais conveniente que Vossa Excelência se vista [...] de cópias manuscritas, e que estas mesmas não sejam dadas senão a pessoas que hajam de fazer bom uso delas³²⁴.

Embora reconhecesse a utilidade da impressão de manuais para a instrução dos agricultores, o secretário achou por bem não levar adiante tal iniciativa. Mais uma vez, como no caso da obra de Antonil – e de tantos outros episódios da história colonial –, o receio do olhar cobiçoso e da concorrência de outras potências levaria a coroa a assumir uma posição defensiva. Por ora, parecia mais urgente garantir a manutenção e a defesa do patrimônio da monarquia portuguesa – sua rica colônia americana – do que promover ou acelerar o processo de instrução dos agricultores. A plena circulação de informações, pelos riscos que poderiam causar, deveria ser mais uma vez evitada. Para o uso dos manuais foi aconselhada uma circulação restrita, reservada a pessoas de confiança.

Ao vice-rei restava ao menos a possibilidade de continuar a distribuição de manuais manuscritos. Um dos opúsculos que circularam pelo Rio de Janeiro nessa época foi a *Brevíssima instrução para o uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima*³²⁵ de 1785, provavelmente a obra citada por Martinho de Melo e Castro em seu ofício. A autoria desse texto pertence a Jerônimo Vieira de Abreu, inspetor das fábricas de anil e da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro, um personagem

³²⁴ Martinho de Melo e Castro. *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre as remessas de anil e cochonilha*. Salvaterra de Magos, 6 de março de 1786. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms. 04, 04, 008.

³²⁵ Jerônimo Vieira de Abreu. *Brevíssima instrução para o uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima*. Por Jerônimo Vieira de Abreu, Inspetor das fábricas do mesmo Anil e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, 1785. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms. 05, 01, 05. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

inquieto e entusiasta da agricultura que seria o primeiro a descobrir, segundo as palavras de frei Veloso, o ponto correto para a fermentação e batedura do indigueiro³²⁶. Ao longo de suas dez páginas, esse trabalho apresenta as principais espécies de indigueiro, de forma sucinta e descreve os cuidados necessários para a extração do pigmento, que era feito através da fermentação da planta em tanques especialmente preparados para esse objetivo. Ao final, era apresentada ao leitor uma ilustração comentada intitulada: “Demonstração sobre o modo de fabricar o anil”³²⁷.

Nas últimas décadas do século XVIII – tal como ocorreu com a reedição do livro de Antonil – a coroa portuguesa teve a chance de resgatar mais um tema relevante para a educação dos agricultores. O livro manuscrito de Jerônimo Vieira de Abreu, no entanto, não chegou a ser impresso. Frei Mariano Veloso retomou a divulgação acerca da produção do anil através do conjunto de memórias estrangeiras que compilara para os volumes do segundo tomo do *Fazendeiro do Brasil*. Sua esperança era a de que os livros funcionariam como um poderoso auxílio às decisões relativas ao mercado do índigo.

Para o religioso franciscano, a conciliação entre as medidas econômicas e a ação pedagógica levaria o Estado a cumprir com mais propriedade o papel de um agente ilustrado, criando as condições necessárias para o desenvolvimento agrícola da colônia. Em última instância, como notou Robert Wegner, o objetivo dessa ação era provocar uma profunda mudança nos valores que alimentavam o próprio etos dos agricultores, substituindo a avidez do ganho imediato pela valorização do trabalho, além de estimular o apreço pela experimentação sistemática e científica³²⁸.

3.3 Uma nova tentativa de diversificação: a cochonilha

A postura curiosa e ativa que frei Veloso desejava despertar nos agricultores através da leitura dos manuais agrícolas deveria ser adotada de forma indiscriminada em todos os cultivos e criações. O mesmo valia para o caso da criação da cochonilha e produção dos seu precioso pigmento vermelho, elemento que constitui um capítulo curioso do esforço mais amplo de diversificação da agricultura colonial.

³²⁶ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 1, 1806, pp. s./n.

³²⁷ Jerônimo Vieira de Abreu, *op. cit.*, p. s/n. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

³²⁸ Robert Wegner. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, volume 11 (suplemento 1), pp. 134-136, 2004.

Durante muito tempo a cochonilha foi cercada de um grande mistério, embora os espanhóis tenham começado a explorá-la na Nova Espanha não muito depois de se estabelecerem no continente americano. Adotou-se, entretanto, um eficiente sigilo em torno dos pormenores de sua produção e durante quase dois séculos a Europa recebia – satisfeita e não menos intrigada – grãos dos quais se extraía uma tinta escarlate de notável qualidade sem saber a exata natureza daquela matéria-prima tão valiosa. As dúvidas existentes só começariam a ser esclarecidas em definitivo na década de 1770, quando a coro francesa conseguiu que o botânico Nicolas Joseph Thiéry de Ménonville (1739-1780) roubasse amostras de cochonilha e as levasse para a sua colônia na ilha de São Domingos.

A partir de então, ficaria claro que a cochonilha não passa de um pequeno inseto, *Dactylopius coccus*, cuja fêmea produz um corante natural vermelho chamado frequentemente de carmim. A descoberta de espécies do gênero no Brasil data de 1772, tendo sido alegremente anunciada por José Henrique Ferreira (....-....) em sua *Dissertação sobre a cochonilha: História do seu descobrimento na América portuguesa*³²⁹.

Segundo o relato do autor,

No ano de 1772, no dia 18 de fevereiro se deu princípio à uma Academia de História Natural, e Médica nesta cidade do Rio de Janeiro, que eu com alguns outros sócios curiosos, e desejosos de saber erigi de baixo da proteção do Ilustríssimo; e Excelentíssimo marquês do Lavradio vice-rei do Estado do Brasil; e tratando-se nela várias matérias pertencentes ao seu objeto, apresentando cada um dos sócios, aquelas, que achava, e de que tinha notícia, o cirurgião-mor primeiro regimento desta praça do Rio de Janeiro Maurício da Costa referiu em uma sessão da mesma Academia, da qual também era benemérito sócio que viajando pelo Rio Grande de São Pedro [atual Rio Grande do Sul] no tempo, em que se determinou fazer a demarcação da América portuguesa com a espanhola, um espanhol com quem ia de companhia e que tinha estado no México lhe mostrara a cochonilha sobre as plantas opúncias que havia em abundância por todo aquele terreno em que se achavam.

---

³²⁹ José Henriques Ferreira. *Dissertação sobre a cochonilha: História do seu descobrimento na América portuguesa. Escrita por José Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra, e Sócio da Academia de Ciências etc.*, 1772. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, ms. 1030. Posteriormente, esta memória seria publicada por: M. J. H. Paiva. “Sumario da história do descobrimento da cochonilha no Brasil, e das observações, que sobre ela fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei o marquês do Lavradio”. In: *O Patriota*. Terceira subscrição, pp. 3-13, janeiro-fevereiro de 1814. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

Outros cuidados, e embaraços o fizeram não atender muito a esta notícia, nem averiguar mais nada sobre ela; mas nunca perdendo-a da memória, algumas vezes fizera diligência por achar a mesma cochonilha sobre as plantas, que crescem aqui no Rio de Janeiro, mas que nunca a encontrara nelas, nem das secas vizinhanças por donde tinha andado³³⁰.

A fortuita descoberta da cochonilha no Rio Grande do Sul foi anunciada na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, agremiação científica cujos membros nutriam grande interesse em temas relacionados à história natural e à agricultura, muitos dos quais ligados a atividades médicas e farmacêuticas. Tendo surgido em 1772 sob a proteção do vice-rei, o marquês do Lavradio, essa Sociedade bem refletia as concepções emanadas da metrópole, reunindo indivíduos ávidos em provar que seus conhecimentos poderiam ser aplicados em prol do bem público.

O impacto desta surpreendente notícia estimularia entre os sócios “o desejo de verem esta produção natural, tão interessante para melhor se certificarem da sua existência no nosso país”³³¹. Sem perda de tempo, José Henrique Ferreira, na condição de presidente da Sociedade, contando com o apoio do marquês de Lavradio, empenhou-se no sentido de confirmar e estabelecer a produção da cochonilha no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Graças ao auxílio de um correspondente, o oficial Francisco José da Rocha, ele não só comprovou em definitivo a existência do inseto no Rio Grande de São Pedro como também o encontrou na ilha de Santa Catarina. Como o objetivo era introduzir a cochonilha na sede do vice-reinado, esse mesmo correspondente enviaria para o Rio de Janeiro tanto o inseto quanto a variedade de cacto da qual ele se alimentava.

Ao mesmo tempo surgiriam relatos sobre a presença da cochonilha na Bahia, onde a produção seria prontamente incentivada. Décadas mais tarde, em 1790, a Academia Real das Ciências de Lisboa publicaria, no segundo tomo de suas *Memórias Econômicas*, uma *Memória sobre a cochonilha no Brasil* de Joaquim de Amorim Castro (....-....), trabalho que buscava essencialmente dar notícia ao público leitor – e sobretudo às autoridades – da existência da cochonilha na Bahia e mais precisamente na vizinhança de Cachoeira, vila localizada próxima ao Recôncavo baiano, em uma região de fácil acesso graças ao rio Paraguaçu.

Sua descrição da cochonilha era sucinta e objetiva:

---

³³⁰ Ibidem, pp. 1-2.

³³¹ Ibidem, p. 2.

Os insetos, que produzem esta admirável cor da cochonilha, são pequenos, convexos pela parte superior, e chatos pela parte inferior, cobertos de um pelo finíssimo, que parece algodão: o seu abdômen é escarlate, as suas antenas são duas do feitio de sovelas, mais breves do que o corpo: têm seis pernas da cor do mesmo abdômen, e os machos quando passam à sua metamorfose lhes nascem duas asas, com as quais se transformam em pequenas moscas, vivendo poucos dias neste mesmo estado³³².

Este inseto vive preso ao cacto geralmente “espalhado por toda a sua superfície em pequenas teias, como de aranha, que os cobrem, e formam as nódoas brancas, que se observam na mesma árvore”³³³. Segundo Joaquim de Amorim Castro, nos arredores de Cachoeira, a cochonilha era encontrada em abundância na palmatória, nome recebido pelo cacto na região.

O autor buscava no México o modelo para a criação da cochonilha e extração de seu corante. Segundo ele,

Três são as colheitas que se fazem no México da cochonilha; uma dos cadáveres dos mesmos insetos, os quais depois de partirem os seus filhos, morrem nos seus ninhos, passados alguns dias, segundo a maior, ou menor rigorosidade do tempo; e tanto que os filhos destes chegam ao Estado de poderem multiplicar, e produzir outros, se tiram das plantas com muita precaução com uma espécie de pincel: este o outro estado em que os índios fazem a segunda colheita, a que os espanhóis dão o nome de *granila*, e chegam a cortar as mesmas árvores, a que eles chamam *nopals*, e guardá-las em casa com os mesmos insetos para se nutrirem, e viverem durante a estação da chuva, que os destrói muito.

Preparam os mexicanos a cochonilha de três modos, fazendo morrer o inseto ou na água quente, ou dentro de pequenos fornosinhos, ou em bacias chatas postas a fogo brando: estes três modos de preparar a cochonilha dão três diferentes cores à mesma; o primeiro a reduz a uma cor parda avermelhada, perdendo o branco exterior, que cobre o mesmo animal vivente, e lhe dão o nome de *cochonilha denegrida*; o segundo a faz cinzenta embranquecida, chamada *cochonilha jaspeada*; e o terceiro a faz negra, chamada *cochonilha negra*. De todas estas cores a mais estimada é a da cor parda avermelhada, semelhante à do México [...] ³³⁴.

³³² Joaquim de Amorim Castro. “Memória sobre a cochonilha no Brasil”. In: Academia das Ciências de Lisboa, *op. cit.*, tomo 2, 1790, p. 136.

³³³ *Ibidem*, pp. 136-137.

³³⁴ *Ibidem*, pp. 137-138.

Em outro ponto de sua *Memória*, Joaquim de Amorim Castro não deixou de salientar que “todo mundo sabe o grande artigo de comércio que fornece este gênero aos espanhóis, os quais tiram das suas conquistas um prodigioso número de arrobas deste inseto”. Assim, “pela utilidade visível, que apresenta ao nosso Estado o estabelecimento de um tão atendível ramo de comércio, deve ser tratado com toda a individuação, e seriedade”³³⁵.

A abundância da cochonilha em Cachoeira contrastava, porém, com a falta de interesse dos habitantes locais em sua criação.

[...] De ordinário as terras mais secas para outra agricultura são as que produzem a palmatória fertilíssima da cochonilha: a falta de utilidade que representa neste Estado do Brasil aqueles insetos, o incômodo com que os tiram das palmatórias por falta de uso, e exercício, e a natural inércia a outras agriculturas, que não sejam aquelas que aprenderam dos seus maiores, são as verdadeiras causas que impossibilitam aos naturais a execução, e adiantamento desta cultura, e ramo do comércio da vila da Cachoeira, e seu termo.

Obrigar certos homens a esta cultura repugnante aos seus princípios, e à sua utilidade, seria atrasar mais este objeto, que adiantá-lo.

Estabelecer os meios mais próprios, e mais aptos para convidar os lavradores para este gênero de agricultura sem constrangimento algum, e coação, é o caminho mais preferível, e eficaz de conseguir, e pôr em prática este tão vantajoso ramo de comércio, que para o futuro promete grandes, e certas utilidades ao Estado³³⁶.

Joaquim de Amorim Castro acreditava ser urgente promover uma mudança de mentalidade nos agricultores da região. Para muitos, a cochonilha não passava de um inseto repugnante e uma praga a ser combatida, enquanto deveria ser vista como uma grande oportunidade de negócios. Para tanto, as autoridades públicas deveriam agir de forma esclarecida, evitando qualquer imposição e implementando medidas tais como a garantia de compra, por parte do Estado, das primeiras partidas de cochonilha, até que pudesse ser estabelecido um comércio seguro e atrativo. Além disso, seria importante haver a concessão de vários privilégios tais como a isenção de tributos para os produtores mais eficientes, a renúncia de taxas alfandegárias sobre a cochonilha exportada, a prioridade na arrematação de contratos reais para os que providenciassem

---

³³⁵ Ibidem, p. 137.

³³⁶ Ibidem, pp. 138-139.

ao menos parte do pagamento em cochonilha e a entrega de terras devolutas aos interessados nesse novo produto³³⁷.

A única ressalva de Joaquim de Amorim Castro quanto ao desenvolvimento da cochonilha no Brasil foi a de que não se deveria atrair o interesse dos agricultores já envolvidos com outras produções igualmente vantajosas, com destaque para o açúcar e tabaco. Em suas próprias palavras,

De nenhum modo é conveniente que a introdução, e estabelecimento deste ramo de comércio venha a destruir a conservação de algum outro, igualmente atendível pelas utilidades que já se experimentam.

Os lavradores de açúcar poderiam julgar-se capazes pela multiplicidade de escravos, que de ordinário têm pequenos, e de diversos sexos, para a colheita da cochonilha, se acaso não obstasse o outro maior inconveniente de estarem sucessivamente ocupados os seus escravos já no corte das canas, já na moenda do engenho, que por trabalhar no verão não dá lugar à sobredita colheita, por se dever fazer esta no mesmo tempo, nem as terras dos lavradores são capazes da dita plantação, por serem os terrenos desta secos, e arenosos, e os das canas argilosos, e humosos [...].

E se algum incômodo se encontra com os lavradores de canas, e fabricantes do açúcar neste estabelecimento, muito maior, e grave é o que sucederia aos lavradores de tabaco [...] que absorve e consome todo o tempo do lavrador, quer no preparo do terreno, e plantação da mesma planta no inverno, quer no fabrico, que é no verão, com o qual se ocupam todos os braços dos escravos, tanto grandes, como pequenos [...]³³⁸.

Como é possível perceber, o autor aponta inconvenientes que não permitiriam a conciliação dessas produções. A mais significativa delas seria a impossibilidade de se redistribuir uma mão-de-obra escravizada absolutamente focada no constante manejo da cana ou do tabaco. Outrossim, existia uma marcada diferença entre os terrenos indicados para cada cultura, cabendo ao cacto um tipo de solo arenoso e seco impróprio para as outras culturas.

Incompatibilidades à parte, Joaquim de Amorim Castro tinha a intenção de mostrar que o desenvolvimento da produção da cochonilha não deveria e tampouco conseguiria perturbar as produções do açúcar e do tabaco, gêneros de crucial importância para o comércio colonial como um todo. Na verdade, sua ideia era que esta nova produção – por sua simplicidade – deveria contemplar especialmente os que não

---

³³⁷ Ibidem, pp. 139-140.

³³⁸ Ibidem, pp. 140-141.

estivessem envolvidos com outros cultivos e também pudessem ocupar terras devolutas. Desta maneira, a diversificação da agricultura poderia conciliar-se com as produções tradicionais já estabelecidas e de importância econômica inegável.

De fato, ao longo das últimas décadas do século XVIII, ocorreriam algumas tentativas de desenvolver a produção da cochonilha no Brasil. Em 22 de novembro de 1799, por exemplo, o secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, recebeu um ofício de Constantino José Gomes que tratava do exame feito em amostras de algodão, café, tamarindo e canafístula vindas de Cabo Verde, bem como da cochonilha oriunda da capitania de Minas Gerais.

O documento informava que,

Da parte de Vossa Excelência me veio falar um militar, de Minas [Gerais], com uma amostra de cochonilha, para examinar a sua qualidade a qual vi este examinar, é melhor do que aqui tem vindo do Rio de Janeiro, porém não iguala o seu efeito a mais de uma terça parte, a que aqui vem do México por Espanha, e atualmente vale três mil e seiscentos reis por arrátel, um tempo regular de abundância se vende por dois mil e quatrocentos réis, contudo a da presente amostra, sempre pode valer de dez, a doze tostões.

Do Rio de Janeiro vieram nos anos de 1787 e 1788 mais de duzentos caixotes de cochonilha, primeira, e segunda qualidade; Remeteu-se para Goa algumas porções, e o resto se vendeu aqui no ano passado, e presente por dez, doze, e quatorze tostões cada arrátel pela falta da de Espanha; estas qualidades eram mais inferiores à da presente amostra, e poder-se-á aperfeiçoar melhor na cultura, e fatura dela, de modo que levando-a à sua perfeição, poderá fazer igualdade com a de Espanha, procurando-se algumas instruções, da cultura desta, para a outra, ainda no caso, que venha fazer alguma diferença na sua qualidade, isto se pode compensar com um aumento de direitos em a de Espanha, o que só se deverá fazer, quando houver produção suficiente.

Portanto Excelentíssimo Senhor todas as produções nacionais se devem animar, certa já o foi como se vê das partidas assim a, que vieram por conta da Fazenda Real, porém custando-lhe preços muitos maiores ao seu merecimento, talvez por falta de uma boa administração, porque depois, que a Fazenda Real, a largou tem vindo em poucas quantidades a particulares, que a vendiam aqui a 1:200 réis o arrátel, e ganhavam, por cujo respeito, a Fazenda Real, sim deve concorrer por auxílio, porém não por sua conta, que os particulares procuram todos os meios de economia, a que não sucede achar-se em administradores pela Fazenda Real³³⁹.

---

³³⁹ Constantino José Gomes. *Ofício de Constantino José Gomes a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre os exames feitos nas amostras de algodão, café, tamarindos e canafístula, trazidos de Cabo Verde, comentando também sobre a*

O ofício evidencia o interesse do Estado em acompanhar de alguma forma os avanços obtidos na produção de cochonilha na colônia. Segundo Constantino José Gomes, a amostra de Minas Gérias apontava para um ganho de qualidade do produto quando comparada à cochonilha produzida no Rio de Janeiro na década de 1780, embora ainda estivesse abaixo da cochonilha vinda do México. Tal situação, entretanto, poderia ser remediada caso se buscasse “algumas instruções” acerca da produção mexicana – considerada um modelo a seguir – ou se tomassem medidas para taxar o corante estrangeiro, em mais uma tentativa de compensar a falta de qualidade dos “produtos nacionais” pela vantagem de seu preço. D. Rodrigo estava atento a todas estas questões e a ideia de se instruir os agricultores certamente não lhe era estranha. Nesta mesma altura, o Arco o Cego, projeto editorial ao qual o ministro estava envolvido, lançaria livros que tratavam do assunto.

Na verdade, a colaboração do frei Mariano Veloso para o tema da cochonilha começara um pouco antes, pois o religioso já havia editado três livros acerca do cultivo do cacto, da criação do inseto e da extração de seu pigmento vermelho. Impresso por João Procópio Correia da Silva no ano de 1797, o primeiro deles foi o *Método de preparar a cochonilha segundo Stauton (inglês)*, uma tradução das observações sobre produção da cochonilha no Rio de Janeiro feitas pelo viajante inglês Sir George Leonard Stauton (1737-1801), que teria passado pelo Brasil por volta 1792.

De acordo com o texto,

O proveito que os portugueses tiram da cochonilha no Rio de Janeiro é pouco considerável, em consequência de um erro na sua preparação. Duas, ou três vezes cada semana, os escravos destinados a este objeto, buscam as plantas cactos, e com uma varinha de bambu, cortada de algum modo na figura de uma pena, tiram todo o inseto plenamente crescido com muitos outros, que ainda não tem chegado ao seu estado de perfeição: a consequência disto é, que as plantas nunca têm a metade dos insetos, que podiam sustentar, pois que muitas das fêmeas, morrem antes de terem feito os seus depósitos. Os naturais do México seguem um método muito diferente. Logo que passam as chuvas periódicas, e que o tempo é mais quente, e mais seco, fixam nos bicos das folhas dos cactos pequenas porções do mais fino musgo, servindo como de ninhos, capaz cada um de encerrar dez, ou doze insetos fêmeas, no seu estado de pleno

crescimento. Estes insetos no decurso de poucos dias, produzem uma inumerável família de pequeninos, que se espalham pelas folhas, e ramos da planta, até que fixam naqueles pontos, que acham mais próprios a dar-lhe suco nutritivo; onde crescendo em pouco tempo o mais a que podem chegar, ficam imóveis, e então se tiram para uso; deixando sempre um número suficiente, para a produção de novas criações³⁴⁰.

O objetivo maior dessa publicação era precisamente alertar o agricultor sobre o equívoco verificado no manejo do inseto. Segundo Stauton, a cata da cochonilha geralmente praticada no Rio de Janeiro não respeitava a necessidade de se poupar ao menos uma parte das fêmeas para a reprodução dos indivíduos.

O autor ainda observaria que,

Em Maricá, e Saquarema, ambos lugares contíguos ao Cabo Frio, há plantações consideráveis do cacto, que facilmente se aumentam com garfos da mesma, plantados na estação fria, e chuvosa, ainda que depois medram menos, quando não expostas ao sol. Os insetos criam, e colhem-se em tempo seco desde outubro até março. Anima-se a preparação da cochonilha deixando livre este ramo de comércio, que antigamente era um monopólio da coroa³⁴¹.

A produção da cochonilha encontraria na faixa litorânea existente entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio um lugar propício para o seu desenvolvimento, dado o solo arenoso da região. Apesar de considerável, Stauton achava que havia espaço para um maior desenvolvimento, algo capaz de ser atingido através de medidas relativamente simples como a distribuição de mudas do cacto.

Suas sugestões, porém, ultrapassariam a esfera prática dos métodos utilizados para desembocar em uma crítica à política da coroa portuguesa, pois a melhor forma de se incentivar a produção da cochonilha seria a liberdade de comércio ao invés do monopólio régio sobre o produto. A resposta a esta observação seria acompanhada de uma nota curta e objetiva do editor da tradução – ou seja, de frei Veloso – a qual expunha que “a coroa nunca o monopolizou: só a comprava, por um maior preço, para animar a cultura”³⁴². Além de corrigir a informação dada por Stauton, a nota defendia a atuação do Estado no incentivo deste novo ramo de produção e na agricultura como um todo. Em última instância, era preciso corrigir a rota das ideias propagadas no livro, o

³⁴⁰ Sir George Leonard Stauton. *Método de preparar a cochonilha segundo Stauton (inglês)*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1797, pp. 3-5. Veja-se o apêndice documental deste trabalho.

³⁴¹ Ibidem, pp. 6-7.

³⁴² Ibidem, p. 7.

qual deveria munir os agricultores de informações úteis para a sua prática agrícola e não levá-los a contestar a política adotada pela monarquia portuguesa.

O segundo livro sobre o assunto seria impresso em 1799 por Simão Tadeu Ferreira com o título de *Memória sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha*³⁴³. Consiste da tradução de extratos feitos por Claude Louis Berthollet (1784-1822) do *Traité de la culture du nopal, et de l'éducation de la cochenille dans les Colonies Françaises de l'Amérique, précédé d'un voyage a Guaxaca* de Nicolas Joseph Thiéry de Ménonville, obra publicada em 1787³⁴⁴. Desta vez, frei Veloso tentaria aprofundar as indicações práticas sobre o tema aproximando-se da obra de Ménonville, além de incluir nessa *Memória* imagens ilustrativas sobre o cacto, bem como uma nova reimpressão da obra de Stauton.

No prefácio da *Memória sobre a cultura da urumbeba*, frei Veloso adiantaria que tratado de Ménonville em breve ganharia uma nova edição em português com a adição de mais ilustrações sobre a urumbeba e a própria cochonilha. De fato, a promessa seria cumprida na terceira parte do segundo tomo do *Fazendeiro do Brasil*, livro que deixou os prelos da oficina de João Procópio Correia em 1800. Nessa compilação, o religioso franciscano centraria foco no segundo volume de Ménonville, deixando de lado a parte anterior relativa à viagem do botânico francês em Oaxaca.

Apesar de ter como objetivo primordial a divulgação de informações relevantes sobre a criação e o preparo da cochonilha, frei Veloso gastaria algumas linhas do prefácio para ressaltar as vantagens de produzir a cochonilha no Brasil:

Na verdade, Senhor, devendo haver na economia rural estabelecimentos geórgicos, ou agrônômicos, que se hajam de conformar à maior e menor possibilidade dos seus granjeiros, ou empreiteiros, as terras solares, ou de entretrópicas, onde Vossa Alteza Real gloriosamente estende os seus domínios, entre outros muitos de semelhante natureza, oferece este [ramo de produção, a cochonilha], que sem hesitar por um só momento, no que digo, excede a tudo, quanto se pode imaginar a este respeito, a favor das pessoas de pouca possibilidade para outros granjeios de maior custo. Não se precisa, para a cultura desta estimável planta [a urumbeba], derribarem-se os corpulentos e duros lenhos; não rasgar as terras, regá-las, amanhá-las: ela nasce espontaneamente pelos arneiro, cômoros de praias, e pelas terras mais estéreis, por ter a natureza das plantas

³⁴³ Claude Louis Berthollet. *Memória sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha*. Por frei José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.

³⁴⁴ Nicolas Joseph Thiéry de Ménonville. *Traité de la culture du nopal, et de l'éducation de la cochenille dans les Colonies Françaises de l'Amérique, précédé d'un voyage a Guaxaca*. 2. V. Cap- Français, Veuve Herbault, 1787.

parasitas; nascida ela, se deve supor nascido o entretinho essencial à nutrição do animalejo, ou para dizer melhor, tudo quanto se requer para se fazer esta animada tinta [...] Que trabalho mais simples, que a colheita deste progalinsecto [sic]? E que coisa mais fácil que a sua preparação para a tinta? Certamente não exige homens robustos; bastam crianças, mulheres débeis; não requer fábricas complicadas, como as do açúcar, e anil, etc., basta um simples forno, uma tina, e outros utensílios desta natureza. E quanto não é o seu rendimento³⁴⁵!

A exemplo de Joaquim de Castro Amorim, frei Veloso defenderia que a cultura da urumbeba e a criação da cochonilha fosse praticada pelas “pessoas de pouca possibilidade”, haja vista a relativa simplicidade dos procedimentos e o pouco capital necessário quando se tomava o açúcar como parâmetro comparativo. Longe de ser fortuita, essa coincidência nos discursos refletia o interesse do Estado português em conciliar os grandes cultivos, como o açúcar e o tabaco, com a diversificação agrícola da colônia. Não deixa de ser curioso, entretanto, que o exemplo estrangeiro parece ter exercido certa influência na opinião de ambos autores, algo bastante claro no caso do frei Veloso:

Prossegue, M. Thiéry a persuadir a seus colonos o estabelecimento deste granjeio [da cochonilha] com as palavras seguintes: ‘Cada vez se povoa mais esta colônia [São Domingos] de vizinhos sem recursos, que a indigência vem trazendo de França, com a esperança de se enriquecerem nela: as grandes culturas tem enfraquecido as melhores terras, isto é, as que são regadas, ou que podem ser: a quantidade destas se diminui, que causa pode haver mais vantajosa para suprir industriosamente este vão ou escassez de terras, que esta cultura? Ela requer muito pouco: pode ser praticada nas piores: o novato que chega de França, e não tem cabedais para empreender outra cultura, pode empreender esta, para a qual nada necessita [...] Ora poderá ele imaginar fazer outro rendimento com os seus braços unicamente em açúcar, índigo, cacau, tabaco, café, algodão? [...]’. Tais são, Soberano Senhor, as razões, com que Thiéry procura persuadir aos seus covassalos colonistas, a serem granjeiros deste ramo de comércio, e tais serão também, as que eu proferirei aos meus covassalos, e patrícios, para serem com energia seus empreiteiros, calcada, e suplantada a atual inércia, e indolência, com que até aqui se tem olhado para este ramo de agronomia, tão próprio do país, em que habitam, se Vossa Alteza Real o aprova³⁴⁶.

³⁴⁵ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: *op. cit.*, tomo 2, parte 3, 1800, pp. iv-vi.

³⁴⁶ Ibidem, pp. vii-ix.

Além do conteúdo técnico do *Traité de la culture du nopal*, frei Veloso parece ter sido atraído pelas observações de caráter mais abrangente feitas por Ménonville, algo que supunha uma comparação entre a realidade da colônia francesa de São Domingos e o Brasil português. Em certa medida, semelhante prática explícita determinadas práticas em uso nos impérios coloniais, pois a busca por inovações técnicas faria com que todos passassem a observar com crescente curiosidade e interesse aquilo que os outros faziam.

Conforme destacou John H. Elliott, essa predisposição em olhar e imitar o vizinho seria um aspecto marcante das relações entre os Estados modernos, praticada desde de muito cedo, sobretudo por aqueles que se consideravam em desvantagem face aos seus concorrentes, tendência destinada a se intensificar ainda mais com o estabelecimento da cultura impressa³⁴⁷. Efetivamente, estadistas e intelectuais portugueses de ambos os lados do Atlântico tentariam aproveitar tudo aquilo que descobrissem de útil para o desenvolvimento econômico do império, aventurando-se em um intrincado circuito internacional de informações, como bem destacou Neil Safier³⁴⁸.

De certa forma, a compilação dos livros do *Fazendeiro do Brasil* não deixa de ser um reflexo deste movimento, pois essa publicação destinada a incentivar o aprimoramento técnico e a diversificação da agricultura brasileira iria se apropriar com avidez das fontes e experiências estrangeiras. Não deve causar surpresa, portanto, a tentativa de se enviar secretamente um representante português ao México para obter amostras do cacto e do inseto, além de reunir informações sobre a produção do pigmento quanto a amostras. Tais objetivos constituíam parte importante da missão de Hipólito José da Costa nos Estados Unidos da América (1798-1799)³⁴⁹ e o próprio D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com auxílio de frei Veloso, o teria instruído neste sentido³⁵⁰. Não se sabe ao certo se Hipólito de fato conseguiu chegar ao México. O

³⁴⁷ John H. Helliott. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Coordinación de la versión española: Marta Balcells y Juan Carlos Bayo. Madrid: Taurus, 2010, pp. 21-22. Veja-se especialmente o capítulo 2: “Aprendiendo del enemigo: Inglaterra y España en la edad moderna”, pp. 55-85.

³⁴⁸ Cf. Neil Safier, *op. cit.*, 2012, pp. 167-180.

³⁴⁹ Cf. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. *Diário da minha viagem à Filadélfia (1798-1797)*. Edição de Alcino José Cardoso Pedrosa. Lisboa: ISC. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

³⁵⁰ Cf. D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Hipólito José da Costa Pereira Furtado sobre sua viagem aos Estados Unidos da América*. 22 de setembro de 1798. Publicado por: Instituto Histórico de São Paulo. “Biografia de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça”. In: *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, pp. 254-256, 1912 [1913]; e Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Instruções de frei Mariano da Conceição Veloso a Hipólito da Costa*. Lisboa, 2 de setembro de 1798. Coleção Conde de Linhares, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), maço 18, documento 3. Descoberto e publicado por: Neil Safier, *op. cit.*, 2012, pp. 167-180.

relato de sua viagem dá conta que ele ao menos teve acesso a amostras da cochonilha e do cacto, mas as dificuldades de comunicação o impediram de enviá-las a Portugal ou ao Brasil³⁵¹.

---

³⁵¹ Cf. Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. “Memória sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 21 (1ª Edição 1858), 2ª Edição, pp. 326-328, 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CONTEXTO ADVERSO PARA A AÇÃO DOS IMPRESSOS

Os primeiros exemplares dos livros impressos em Portugal viajariam celeremente rumo ao Brasil, assim como para algumas localidades da metrópole. Na colônia, finalmente seria dada aos livros a oportunidade de colocar em prática as intenções que suscitaram sua publicação. Aos olhos das autoridades metropolitanas, esse amplo esforço pedagógico, nas suas diferentes dimensões ou etapas, possuía uma coerência quase que inabalável. Com efeito, a fé que elas depositavam na influência da palavra impressa não era pouca.

Mesmo que os intelectuais e as autoridades públicas instaladas em Portugal não ignorassem por completo as dificuldades de educar os agricultores do Brasil, tal desafio parece ter sido encarado com o otimismo tantas vezes presente no espírito ilustrado do século XVIII, o qual frequentemente inspirava uma confiança no porvir, não raro, desfeita pela irredutibilidade dos fatos. De fato, moldar a realidade conforme as ideias da época não se mostraria em absoluto uma tarefa simples, por mais coerência que eventualmente pudesse existir em uma política econômica ilustrada que pretendesse empregar livros na formação dos agricultores coloniais.

Uma primeira aproximação destinada a conceber qual teria sido o verdadeiro impacto dos livros publicados por frei Mariano Veloso diz respeito aos números de sua venda, abordagem que leva a um universo documental infelizmente muito reduzido e restrito a poucos fragmentos demonstrativos da intensa movimentação das remessas então efetuadas. Como se não bastasse, pesa sobre os vestígios remanescentes a imprecisão e mesmo os erros observados nas somas realizadas. Mesmo assim, tornam-se claros os primeiros desencontros existentes entre os objetivos preestabelecidos e os resultados de fato alcançados.

Manuela D. Domingos debruçou-se sobre os dois principais documentos que informam sobre o cotidiano administrativo do Arco do Cego, a *Continuação das despesas dos trabalhos literários encarregados por Sua Alteza Real o príncipe regente Nosso Senhor ao muito reverendo padre mestre frei José Mariano da Conceição Veloso* – que apresenta as receitas da imprensa lançadas mês a mês entre junho de 1799 e outubro de 1801 – e a *Caixa da receita, e despesa da Oficina Literária do Arco do Cego a cargo do tesoureiro Marcos Aurélio Rodrigues, desde 2 de Abril até 9 Dezembro de 1801*. Segundo a autora, em ambos “as verbas das despesas são lançadas de modo

minucioso, mas sem grande coerência interna, segundo uma taxonomia instável”, situação determinante para a imprecisão das informações registradas³⁵². Apesar de todas as ressalvas – incluindo aí a falta de outras fontes que possam servir de apoio para confirmar ou não os valores listados – esses registros evidenciam as disposições gerais acerca da “economia da produção editorial” do Arco do Cego³⁵³, lançando alguma luz também sobre o comércio dos livros.

Entre as estratégias de venda adotadas sob orientação do frei Veloso, estava a iniciativa de adicionar aos volumes publicados uma lista composta tanto pelos outros títulos já disponíveis quanto pelos próximos lançamentos, um expediente utilizado mesmo no século XX. Em Portugal, a Casa Literária do Arco do Cego comercializava suas publicações e outros materiais – como diferentes qualidades de papéis – em casa própria e em outros estabelecimentos do gênero. Um catálogo de 1801 anunciava que, em Lisboa, as “obras se vendem na loja da Oficina Calcográfica ao Rossio”, “na da Viúva Bertrand e Filho, na Borel e Martin [ambas] ao Chiado”, sendo encontradas igualmente “na de Semiond em Coimbra” e “na de Antônio Álvares Ribeiro no Porto”. Ademais, “na mesma loja do Rossio se vendem também retratos em preto, e iluminados, gravados por artistas portugueses; e caracteres tipográficos de toda a qualidade elegantemente abertos por artistas nacionais”³⁵⁴.

Um aspecto marcante da produção editorial do Arco do Cego é sua inquestionável e profunda dependência dos recursos liberados pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Situação financeira que perdurou sem mudanças significativas pelos breves vinte oito meses de sua existência enquanto imprensa autônoma. Segundo Manuela D. Domingos, a *Continuação das despesas e Caixa da Receita* atesta tal dependência, de resto, reforçada pelos parcos rendimentos provenientes da comercialização dos livros. Efetivamente, as vendas da loja do Rossio – que funcionava sob a responsabilidade de João Nunes Esteves – renderiam apenas 483\$590 entre abril e setembro de 1801, período em que foram realizadas inclusive remessas de livros para outras localidades fora de Lisboa. O valor obtido inclui também a venda de papel para a Fábrica de Cartas e para outros livreiros³⁵⁵.

³⁵² Manuela D. Domingos, *op. cit.*, 1999, pp. 91-92.

³⁵³ *Ibidem*, p. 93.

³⁵⁴ “Catálogo das obras de agricultura. Impressas na Oficina Calcográfica do Arco do Cego”. In: Ignácio Paulino de Moraes (trad.). *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 1. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801, p. s./n.

³⁵⁵ Manuela D. Domingos, *op. cit.*, 1999, p. 102.

De acordo com Manuela D. Domingos, desde muito cedo a exportação de livros para o Brasil se mostraria mais lucrativa que as vendas feitas em Portugal, mesmo que não se saiba ao certo quais os títulos remetidos e tampouco sua quantidade exata. Baseada nos registros administrativos do Arco do Cego, a autora ainda afirma que tais vendas teriam rendido 805\$680 de um total de 1.289\$170, quantias que representariam uma “ínfima fração dos investimentos feitos” pelo Estado para pleno o funcionamento do estabelecimento³⁵⁶.

A oferta das publicações do frei Veloso não se limitaria ao comércio especializado, isto é, aquele realizado por livreiros. Essa opção foi utilizada principalmente, mas não de forma exclusiva, em Portugal. Na realidade, parte considerável dos livros, quiçá a maior, foi despachada em remessas destinadas às autoridades públicas de diversas localidades do império português, especialmente o Brasil. Em linhas gerais, caberia a esses funcionários a missão de providenciar sua distribuição.

Um exemplo nesse sentido pode ser dado por uma carta datada de 25 de novembro de 1799, onde D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitava que D. Fernando José de Portugal e Castro (1752-1817), governador da Bahia entre 1788 e 1801, vendesse os livros remetidos para a dita capitania. Acompanhava a correspondência uma relação assinada dois dias antes por frei Mariano Veloso:

**Relação dos livros que se remetem por conta e ordem de sua alteza real o príncipe regente
nosso senhor ao Ilustríssimo e Excelentíssimo general da Bahia em um caixote marcado
com a letra C., em 23 de novembro de 1799.**

12 Arquitetura naval a	1\$200 / 14\$400
12 Pensões vitalícias a	1\$200 / 14\$400
23 Mineralogia de Bergman a	\$960 / 22\$080
12 Helminologia portuguesa com estampas pretas a	1\$200 / 14\$400
50 Propostas para uma nova subscrição	\$120 / 6\$000
12 Cultura do cânhamo a	\$240 / 2\$880
12 Dita do dito pela sociedade de Turim a	\$320 / 3\$840
12 Coleção inglesa sobre o dito a	\$320 / 3\$840
50 Cultura da Urumbeba a	\$120 / 6\$000
100 Memória sobre os queijos de Roquefort a	\$100 / 10\$000
25 Memória sobre os algodões por Bitencourt a	\$120 / 3\$000

---

³⁵⁶ Ibidem, p. 102.

50 Dita sobre a caneleira a	\$120 / 4\$800
40 Dita sobre o cravo girofe a	\$120 / 4\$800
36 Dita sobre os algodoeiros por Arruda a	\$600 / 21\$600
16 Rebus rusticis a	\$960 / 15\$360
12 Ciência das sombras a	\$960 / 11\$520
25 Fazendeiro do Brasil tomo 3º parte 2ª	1\$200 / 30\$000
3 Helmintologia portuguesa com estampas iluminadas a	1\$920 / 5\$760
50 Método econômico a	\$120 / 6\$000
Soma.....	228\$880 ³⁵⁷

Como é possível perceber, a lista discrimina a quantidade de livros, seus títulos – reproduzidos de forma abreviada e imprecisa –, o preço unitário, o valor total dos exemplares de cada obra e da remessa como um todo. Houve o cuidado de separar os exemplares da *Helmintologia portuguesa* com gravuras coloridas (iluminadas) daqueles com ilustrações em preto e branco, sendo estabelecidos preços distintos – respectivamente 1\$920 e 1\$200 – para cada versão. Um exame mais atento dos valores envolvidos mostra que o cálculo efetuado apresenta alguns equívocos, pois os cinquenta volumes da *Memória sobre a caneleira* na realidade somariam 6\$000 e não 4\$800. O valor total da remessa, por sua vez, seria de 201\$800 ao invés de 228\$880.

A Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, portanto, contava com o auxílio dos governadores e capitães-generais para distribuir os livros pelas capitanias do Brasil e alguns destes oficiais chegavam a levar consigo alguns exemplares quando partiam para ocupar seus cargos na colônia. Em um ofício de 14 de março de 1799, D. Rodrigo avisava a Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1757-1806), governador da capitania do Espírito Santo entre 1801 e 1804, que “além dos impressos que Vossa Mercê levou quando partiu para o seu governo, remeto mais a Vossa Mercê os que constam da relação inclusa, mandando pelos preços porque aí se devem vender, e que vão apontados na mesma, em cinquenta e oito mil réis”³⁵⁸. Vale notar que, em comparação aos encarregados do governo de outras capitanias, Pontes Leme possuía um

³⁵⁷ Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Relação dos livros, impressos na tipografia do Arco do Cego, que se remetem por conta e ordem de sua alteza real, o príncipe regente ao general da Bahia, em um caixote marcado com a letra C*. Lisboa, 23 de novembro de 1799. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, I-31,30,008. Também disponível online, objeto digital mss1302512, no endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1302512/mss1302512.pdf. Última consulta: 16 de janeiro de 2018.

³⁵⁸ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Pires da Silva Pontes Leme, governador da capitania do Espírito Santo, sobre uma remessa de livros*. Palácio de Queluz, 14 de março de 1799. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, I-09,24,59.

maior envolvimento com a política de divulgação de conhecimentos técnico-científicos, pois ele próprio havia traduzido a obra de George Atwood: *Construção, e análise de proposições geométricas, e experiências práticas, que servem de fundamento à arquitetura naval*, publicada em 1798 por João Procópio Correia da Silva.

Naquela mesma altura, D. Rodrigo também passaria a contar com a colaboração de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça (....-....), capitão-general de São Paulo entre 1797 e 1802. No ofício de 3 de abril de 1798, o secretário de Estado dizia que,

O grande aumento de riqueza, de que são suscetíveis os domínios portugueses no Brasil, se neles se introduzir uma maior facilidade nos trabalhos, e um melhor método na cultura, e preparo na produção do país, fez que Sua Majestade tenha mandado imprimir uma coleção de instruções coligidas do que a experiência tem mostrado ser mais útil, e vantajoso entre as outras nações, cujas colônias têm a um grau de prosperidade, que dá bem a conhecer as utilidades, que se seguiriam se nós adotássemos os mesmos princípios de agricultura, e preparação dos gêneros, que elas seguem, e que agora se vão dar a conhecer a esses habitantes. O que presentemente se remete a Vossa Senhoria é o que por hora está pronto é um livro sobre o açúcar, de que lhe remeto sessenta exemplares para que Vossa Senhoria por meio das Mesas de Inspeção, ou das Câmaras, ou das pessoas, que lhe parecer, os faça vender a dez tostões cada um, e remeta a sua importância ao oficial maior desta Secretaria de Estado para indenizar a Fazenda Real do custo da impressão desta, e das outras publicações, que se irão continuando em benefício do Brasil³⁵⁹.

Para D. Rodrigo, a instrução dos agricultores aumentaria o proveito das riquezas que o Brasil teria a oferecer e justamente para isso serviam os impressos publicados sob ordem real. O “livro sobre o açúcar” ao qual o ministro se referia é *O Fazendeiro do Brasil*, possivelmente a primeira parte do primeiro tomo, que deveria ser vendido pelo preço de 1\$000 por exemplar. Para a sua distribuição, o capitão-general de São Paulo deveria contar com o auxílio de instituições como a Mesa de Inspeção e as Câmaras, ou ainda com a ajuda de pessoas da sua confiança. D. Rodrigo mostrou-se contundente ao destacar que o dinheiro advindo da comercialização dos sessenta livros remetidos – um

---

³⁵⁹ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre introduzir maior facilidade, e melhor método na cultura, e preparo das produções do país, e outros objetos, que abaixo se declaram*. Palácio de Queluz, 3 de abril de 1798. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume 89, Correspondência do então Governador General de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça período 1797-1802. São Paulo, 1967, p. 51.

total de 60\$000 – deveria “indenizar” a Fazenda Real pela publicação destes e de outros títulos.

A promessa de novas obras iria concretizar-se rapidamente. Só a capitania de São Paulo iria receber cerca de onze remessas de livros técnico-científicos no curto intervalo de 1798 a 1801. Em Lisboa, a tarefa de edição e impressão seguia acelerada graças ao regime de trabalho posto em prática pelo frei Veloso, que contava com tórculos e com a estrutura de produção de outras gráficas além do Arco do Cego, prática observada pelo menos até outubro de 1800³⁶⁰. A impressão simultânea de livros ou até mesmo de partes diferentes de uma mesma obra pelas tipografias associadas acelerava consideravelmente a publicação e o envio dos volumes para as diferentes partes do Brasil.

Vale lembrar que *O Fazendeiro do Brasil* foi uma das principais obras a se beneficiar dessa dinâmica de produção. Apenas um de seus cinco tomos foi completamente impresso no Arco do Cego. Não obstante, ali foram produzidas as gravuras que acompanham a coleção e encadernados pelo menos sete volumes da mesma. Pelo que pôde averiguar Manuela D. Domingos, os registros da *Continuação das despesas* e os da *Caixa da Receita* apontam que nesse estabelecimento foram encadernados cerca de 9.500 exemplares do *Fazendeiro do Brasil* entre junho de 1799 e julho de 1801³⁶¹.

Em 7 de fevereiro de 1799, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça receberia mais uma remessa de livros. Nesta ocasião, D. Rodrigo reiterava suas orientações:

Por ordem de Sua Majestade remeto a Vossa Senhoria os livros, e papéis que constam da relação junta, para Vossa Senhoria os fazer distribuir; e espalhar pelos povos habitantes dessa capitania, a fim que por meio da sua lição adquiram aquelas luzes, e noções, que lhes são necessárias para o adiantamento da cultura de suas propriedades territoriais, fazendo uso dos conhecimentos, que mais análogos forem ao terreno: advertindo Vossa Senhoria que a respeito dos dois tomos do *Fazendeiro [do Brasil]* Vossa Senhoria observará o mesmo que praticou a respeito do primeiro tomo, devendo remeter o seu produto, que é de dois mil réis cada jogo, ao oficial maior desta Secretaria

---

³⁶⁰ Manuela D. Domingos, *op. cit.*, 1999, pp. 96-97.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 97, nota 11.

João Felipe da Fonseca, assim, e do mesmo modo, como fez a remessa do valor dos antecedentes³⁶².

Essa partida trazia como novidade um novo tomo do *Fazendeiro do Brasil*. Embora D. Rodrigo não tenha sido preciso, tudo leva a crer que ele se referia à primeira parte do segundo tomo da coleção, texto dedicado ao cultivo da anileira e à produção do anil. Além de introduzir Luís João Felipe da Fonseca, oficial maior da secretaria, como o responsável por receber todo o dinheiro arrecado com a venda dos livros, os ofícios de D. Rodrigo visavam estabelecer uma rotina quanto à comercialização do material técnico-científico e o reembolso do Erário Régio. O secretário do ultramar reafirmava sua confiança de que esses livros disseminariam as “luzes e noções,” necessárias para o aprimoramento da agricultura da colônia.

Em São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça seguia as instruções recebidas e tentava viabilizar de imediato a venda dos livros. Desde muito cedo, contudo, tornou-se claro que os volumes não atrairiam a atenção esperada. Além de tentar contornar as dificuldades que se apresentavam para efetivar as determinações da Secretaria de Estado, o capitão-general teria de justificar a patente falta de interesse dos habitantes da capitania pelos livros do frei Veloso.

Nestes termos, Castro e Mendonça respondia, em um ofício de 9 de janeiro de 1800, que “pelo ofício de 3 de abril de 1798 me foi recomendada a venda de alguns tomos do *Fazendeiro do Brasil*, que tratam da cultura da cana-de-açúcar, de cuja importância fiz logo remessa para a Secretaria de Estado como se me determinava”³⁶³. Ao que parece, ele havia conseguido saldar de alguma forma a quantia referente aos sessenta exemplares da coleção que compunham a primeira remessa chegada à capitania.

Não obstante, o capitão-general relatava que:

---

³⁶² D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre remeter os livros e papéis que constam da relação ao diante regida*. Palácio de Queluz, 7 de fevereiro de 1799. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *op. cit.*, volume 89, 1967, pp. 131-132.

³⁶³ Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça. *Ofício nº 7 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios e Domínios Ultramarinos, sobre a venda de alguns tomos do Fazendeiro do Brasil*. São Paulo, 09 de janeiro de 1800. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Volume 29, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 1, 1797-1800. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, pp. 146-148.

Estes livros não têm tido nesta capitania a extração que mereciam e que eu me prometi quando os recebi, talvez por ser o trabalho de preparação dos suco da cana tão fácil, na Serra acima, que qualquer negro novo serve de mestre sem se lhe perder uma só caldeira de caldo. É certo que a preparação do açúcar da Marinha envolve mais alguma dificuldade, perdem-se muitas caldeiras e se apura muito menos; esta observação constante faz-me entrar na conjectura de que certamente na composição do suco das canas da Marinha entrem mais alguns princípios de que custe a desembaraçar o sal essencial e que por essa razão seja menos abundante o seu produto. [...]

Não obstante às razões ponderadas fiz repetir os tomos do dito livro que existiam em ser, assim como ei de praticar algumas das remessas anteriores pelos capitães-mores para estes os irem vendendo nos seus respectivos distritos, único meio que me lembrou para lhe dar extração e se tirar deles as vantagens que se propôs Sua Alteza Real quando os mandou imprimir³⁶⁴.

Tais ressalvas lançam certa dúvida sobre a origem dos recursos utilizados para saldar o valor da primeira remessa. De fato, embora o capitão-general confirme a quitação da dívida com o Erário Régio, também expõe a falta de interesse pelos exemplares do *Fazendeiro* e insinua a pouca saída da obra, referências contraditórias e imprecisas que impedem qualquer conclusão definitiva sobre a questão. Como justificativa para a baixa procura pelos livros, Castro e Mendonça alegava, em tom de suposição, que os conhecimentos sobre a manufatura do açúcar estavam de tal forma disseminados que mesmo um escravizado “novo” – provavelmente criança ou jovem – sabia como proceder sem maiores dificuldades. Fato é que os agricultores sentiam-se seguros com os conhecimentos práticos que já possuíam, não hesitando em abrir mão de novas orientações.

As dificuldades persistiam e poucos anos mais tarde os livros continuavam sem compradores. No ofício enviado para D. Rodrigo em 18 de janeiro de 1801, o capitão-general de São Paulo acusava o recebimento de uma nova remessa de livros e lamentava, dessa vez sem meias-palavras, o fato de que na capitania

[...] há tanta falta de compradores, quanta é a negligência, e descuido que tem havido em se cultivar as artes e as ciências não há quem se anime a comprar um só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, tem sido dados por mim, assim como tem sido quase todos pagos os das primeiras remessas, na forma que expus a Vossa Excelência no meu ofício n° 13 deste ano; nestes termos farei todo o possível para

---

³⁶⁴ Ibidem, pp. 146-148.

serem vendidos; e se conseguir farei a remessa do seu produto na forma das ordens de Vossa Excelência³⁶⁵.

Desta vez, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça ampliaria um pouco mais suas justificativas ao se referir ao contexto cultural de São Paulo, relacionando de forma direta a falta de interesse com a frágil condição das artes e das ciências na capitania. Na tentativa de contornar o problema, ele teria dado os poucos exemplares que, justamente por isso, encontraram saída. Não obstante, afirmava também que a maior parte dos livros das primeiras remessas haviam sido pagos da forma determinada por D. Rodrigo em seu ofício de 3 de abril de 1798. Com efeito, por mais difícil que fosse encontrar compradores interessados nas publicações do frei Veloso, o recurso da distribuição gratuita dos impressos provavelmente possuía limites, pois a coroa não demonstrara até ali nenhuma disposição para arcar integralmente com os custos das impressões. O capitão-general estava encontrando tantas dificuldades para a comercialização das obras que até mesmo duvidava da venda daquelas que continuavam sob sua responsabilidade.

Esta não seria a última vez que ele se queixaria da falta de leitores na capitania e da baixa procura por esses volumes. Na verdade, à medida em que os livros se acumulavam em suas mãos, as queixas se tornavam mais frequentes e enfáticas. Em outro ofício, também datado de 18 de janeiro de 1801, Castro e Mendonça acusava o recebimento da décima remessa de livros e lembrava que,

Eu já ponderei a Vossa Excelência [...] a pouca extração que atualmente tem nesta capitania os ditos impressos pelo nenhum gosto que há de se aplicarem ao estudo das artes e ciências, de tal maneira que com muita dificuldade se pode conseguir que os estudantes que se destinam à vida eclesiástica frequentem os estudos de Filosofia e Retórica.

Ora, si estes Estudos tão essencialmente necessários a quem se destina a semelhante estado não demovem aos candidatos a adquiri-los, que se poderá conjecturar a respeito da lição de livros que bem que interessantes, entram contudo na classe dos úteis e curiosos, que só tem lugar na ordem dos conhecimentos depois dos necessários. É verdade que excelentes memórias que se acham vertidas de ordem de Sua Alteza

---

³⁶⁵ Antônio Manoel de Melo e Castro e Mendonça. *Ofício nº 15 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a falta de compradores para os livros de artes e ciências*. São Paulo, 18 de janeiro de 1801. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *op. cit.*, volume 30, parte 2, 1899, p. 37.

aumentam a massa geral dos conhecimentos da nação [...] e Vossa Excelência melhor do que eu o sabe que estes conhecimentos devem ser transmitidos com tal economia, que eles não ceguem pelo seu deslumbre, quando se intenta iluminar os povos, aos quais no momento em que dão os primeiros passos fora do circuito da ignorância em que têm jazido, é preciso apropriar a lição à sua capacidade, bem como a natureza pratica, destinando no leite dos animais um sustento já elaborado para a nutrição dos pequenos filhos, a quem outro alimento mais forte, qual o que nutre o animal adulto, lhes daria a morte, em lugar de lhes conservar a vida³⁶⁶.

Baseando-se na realidade vivida na capitania, o capitão-general aprofundava seu diagnóstico acerca do contexto cultural de São Paulo e, mesmo que acentuasse as críticas proferidas, em momento algum contrariava as ordens reais, preferindo antes alertar seus superiores acerca das incongruências que enxergava na política de distribuição de livros técnico-científicos. Nesse sentido, lembrava que os habitantes eram faltos daquela educação básica necessária para compreender – mesmo que superficialmente – o conteúdo veiculado pelos livros de frei Veloso e mesmo aqueles que conseguiram escapar do analfabetismo dominante – em geral por se dedicarem à vida eclesiástica – não possuíam uma formação de qualidade, limitando-se a aprender o estritamente necessário para a função à qual eram destinados. Não por acaso, Castro e Mendonça hierarquizava os conhecimentos mais pertinentes para a capitania que governava, distinguindo os “necessários”, na maior parte das vezes o simples e indispensável domínio da leitura e da escrita, dos “úteis” ou “interessantes”, precisamente aqueles veiculados nas memórias reunidas nos livros técnico-científicos.

Na sua concepção, o maior equívoco cometido pelo esforço pedagógico do Estado português era justamente o de inverter esta ordem de prioridade. Uma insistência que talvez custasse caro. Caso os agricultores não assimilassem de forma correta as orientações das memórias, aquilo que deveria ser empregado a seu favor acabaria por comprometer suas finanças ou mesmo a sua própria subsistência. Tal situação iria prejudicar ainda mais a política de distribuição de livros, pois, para além da indiferença, ela despertaria a desconfiança ou mesmo o desprezo pelos novos princípios agronômicos que se pretendia divulgar, reforçando assim a opção pelos métodos tradicionais.

---

³⁶⁶ Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça. *Ofício nº 19 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a recepção de livros de artes e ciências*. São Paulo, 18 de janeiro de 1801. Publicado por: Ibidem, pp. 39-42.

Dando continuidade às suas reflexões, o capitão-general ponderava que,

Vossa Excelência melhor do que eu sabe, que uma série de memórias feitas em diferentes sistemas, com diferentes fins, em diferentes climas, e com diversa soma de conhecimentos, são dignas de lição de um sábio, para delas coligir debaixo de um ponto de vista tudo quanto pode ser útil ao seu país, e ao clima em que vive [...] mas não é assim o que acontece ao homem leigo, que lendo as ditas memórias, fica pior do que se achava antes; aparta-se da sua antiga rotina, ora quer seguir um processo descrito numa, ora quer seguir o descrito, em outra, e desta sorte sem atinar com verdadeiro caminho, fica em piores circunstâncias depois da sua aplicação. Tal é o que tem sucedido à muitos que se querem regular pelo que se acha escrito nas ditas memórias; nas quais pela maior parte, bem como em todos os processos das artes, se não declaram as pequenas minúcias que desprezadas transtornam e variam o seu resultado³⁶⁷.

Castro e Mendonça tentava explicitar aos olhos de D. Rodrigo qual seria o leitor ideal para os livros remetidos a São Paulo, o qual teria de ser não um “leigo” mas um “sábio” que, graças à sua formação intelectual, pudesse refletir sobre o conteúdo posto ao seu dispor a fim de aplicá-lo de forma adequada, uma realidade bem distante do que se verificava na capitania. O capitão-general, portanto, não acreditava que um indivíduo sem formação básica tivesse condições de interpretar e muito menos colocar em prática aquilo que eventualmente aprendesse nos manuais agrícolas.

Na verdade, a distância entre as intenções que fundamentavam os livros e o seus efeitos práticos era tamanha que ele chegava a suspeitar que D. Rodrigo desconhecia o verdadeiro conteúdo das obras oferecidas, sobretudo no que dizia respeito ao elevado grau de exigência intelectual necessário para uma leitura que fosse de fato proveitosa.

Segundo Castro e Mendonça,

Se Vossa Excelência de ordem de Sua Alteza Real me não determinasse, que revisse eu os impressos, que se me enviavam, para os não fazer vender quando neles se encontrassem quaisquer sentimentos opostos aquela sã e inalterável doutrina, que tende a manter os povos no doce, e suave vínculo da sociedade, regulada pela mais perfeita harmonia que resulta da verdadeira e necessária subordinação das diferentes classes, de que se compõem; eu não teria ocasião para inferir que Vossa Excelência não tem tomado conhecimento individual das diferentes obras que se tem mandado para esta capitania, e por consequência não me atreveria a fazer estas reflexões, que me dita o meu zelo, aquele zelo que me obriga a desejar que em lugar de muitas destas obras,

---

³⁶⁷ Ibidem, pp. 39-42.

antes se imprimissem todas as elementares, principiando pelas que necessárias para o uso das escolas de primeiras letras, e depois as que são indispensáveis a qualquer homem que não se destina a maiores estudos, como são elementos de História, de Geografia, enfim de todas as mais Artes e Ciências, de maneira que iniciados os povos nos conhecimentos gerais, e que devem ser comuns em toda a classe de pessoas, possam depois pela lição destes preciosos impressos, fazer os maiores progressos, e tirarem dela todas aquelas vantagens que Sua Alteza Real se propôs quando se dignou mandar pôr em execução tão útil projeto³⁶⁸.

Com efeito, D. Rodrigo determinara que os governadores deveriam examinar com todo o cuidado o conteúdo dos livros que recebiam. Em 23 de dezembro de 1799, através de uma minuta destinada ao oficial-maior da Secretaria de Estado Luís João Felipe da Fonseca, o ministro requeria “o favor de mandar expedir os avisos circulares aos governadores do Brasil para acompanharem os caixões que manda o frei Veloso”, acrescentando “que na carta circular ao governadores avise sempre que os façam ler antes de os distribuir, para que em caso algum escape alguma opinião que possa ter más consequências, e que achando-a suspendam esses livros, e deem parte”³⁶⁹. Tal orientação, entretanto, buscava suscitar nas autoridades coloniais a devida precaução contra supostos conteúdos subversivos que eventualmente escapassem aos olhos dos editores e tradutores.

Castro e Mendonça aproveitaria essa oportunidade para indicar ao secretário de Estado quais seriam os temas mais pertinentes a serem tratados pelos livros segundo a realidade de São Paulo – em linhas gerais, todos os conhecimentos “elementares” aproveitáveis em “escolas de primeiras letras”, seguidos por noções de história, geografia, ciências e artes em um segundo momento. Só depois de dominarem esses tópicos, os “iniciados” estariam aptos ou habilitados para “maiores progressos”, podendo finalmente buscar nas noções agrícolas – divulgadas em obras como *O Fazendeiro do Brasil* – “todas aquelas vantagens que Sua Alteza Real se propôs quando se dignou mandar pôr em execução tão útil projeto”.

O capitão-general apresentava a D. Rodrigo de Sousa Coutinho uma espécie de projeto que o Estado deveria seguir a médio e longo prazo para cumprir, de forma mais

---

³⁶⁸ Ibidem, pp. 39-42.

³⁶⁹ D. Rodrigo de Sousa Coutinho. *Minuta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Luís João Filipe da Fonseca, oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre o envio de uma circular aos governadores do Brasil para que acompanhem a entrega dos caixões de livros enviados pelo frei José Mariano da Conceição Veloso*. Lisboa, 23 de dezembro de 1799. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 177, pasta 11.

eficaz, os objetivos pedagógicos propostos. Caso não houvesse interesse em seguir esse gradativo processo, Castro e Mendonça não hesitava em dizer que:

Nestes termos represento a Vossa Excelência se digne não enviar para esta capitania mais remessa de livros não sendo eles concebidos na forma que tenho expressado, e na que tenho de dirigir à Real Presença, mandando uma relação dos que necessariamente se devem enviar para esta capitania, ou sejam compostos de novo, ou feitos vulgares pelas traduções, ou pelas reimpressões; comprometendo-me contudo a ver se posso dar saída aos que cá acham por aqueles meios que me parecem mais próprios, e mais adequados a excitar a curiosidade dos compradores, e tendo-o assim praticado, imediatamente mandarei entregar ao mencionado oficial maior da Secretaria de Estado a soma total do seu produto, de forma que Vossa Excelência me recomenda³⁷⁰.

Não parece descabida a ideia defendida pelo capitão-general, pois é difícil imaginar que os livros técnico-científicos do frei Veloso despertassem o interesse de um público quase todo carente da educação mais elementar. Em última instância, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça expunha toda a ineficiência desses livros enquanto instrumentos de intervenção na realidade da capitania. Deixando em segundo plano a pertinência dos conteúdos divulgados, suas críticas recaíam sobre a absoluta inadequação daqueles textos frente à realidade cultural de São Paulo, algo que deveria ser levado em conta de imediato face a marcada escassez de leitores.

No final do século XVIII, a política do Estado português se debatia com estruturas sociais construídas ao longo de séculos, algo que atuaria contra a disseminação do conhecimento agrícola (ou agrônômico) de forma decisiva. O cenário que o capitão-general de São Paulo descrevia de maneira tão desgostosa era, na verdade, um dos mais acabados efeitos da dominação portuguesa nas Américas. Conforme salientou magistralmente Sérgio Buarque de Holanda, a inexistência de universidades, a falta de níveis superiores de ensino e a proibição da instalação de estabelecimentos tipográficos no Brasil seriam fatores determinantes para aprofundar a sua dependência

---

³⁷⁰ Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça. *Ofício nº 19 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a recepção de livros de artes e ciências*. São Paulo, 18 de janeiro de 1801. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *op. cit.*, volume 30, parte 2, 1899, pp. 39-42.

em relação à metrópole, marcando de forma indelével os primeiros passos da cultura brasileira³⁷¹.

Como observou Luiz Carlos Villalta, a instrução da sociedade colonial foi pautada desde muito cedo pelo esforço de fixação de valores cujas bases se resumiriam na legitimidade de três instituições: o rei, a fé católica e a lei – os famosos R, F e L que o cronista Pero de Magalhães Gandavo (1540-1579) dizia inexistir na língua e consciência indígenas³⁷². A educação escolar era, na prática, um artigo do qual poucos podiam disfrutar, prevalecendo para a grande maioria da população a lógica do “aprender-fazendo”³⁷³, sobretudo no concernente às artes de algum ofício. Também não era incomum a contratação de mestres para aulas particulares de primeiras letras. Nestes termos, como ressaltou o autor, “alargava-se o campo educacional, mas se empobrecia a instrução escolar: mais do que polir, cabia, na perspectiva das autoridades, cultivar a obediência, e, aos olhos das camadas mais humildes, garantir a sobrevivência”³⁷⁴. Somou-se ainda a este cenário alguns dos padrões de sociabilidade do Antigo Regime, tendentes a valorizar as aparências, a simulação e a dissimulação e, por conseguinte, as demonstrações públicas de saber com o uso excessivo da retórica e da eloquência³⁷⁵.

Esse quadro geral do ensino na colônia seguiria sem grandes alterações até 1759, ano da expulsão dos jesuítas de Portugal e de seus domínios ultramarinos, pois a Companhia era a instituição que controlava o ensino básico tanto no Brasil quanto em outras partes do império. Embora a educação da mocidade – os chamados “estudos menores” – também fosse oferecida por outras ordens religiosas como a franciscana, beneditina e a carmelita, aos jesuítas coube o maior número de escolas³⁷⁶. Não surpreende, portanto, que sua expulsão tenha causado grandes transtornos para o combalido ensino no Brasil.

A alternativa apresentada foi a do próprio Estado assumir a função de principal agente da instrução pública, priorizando uma educação mais adequada aos interesses da sociedade civil em detrimento dos aspectos religiosos. O expediente utilizado envolveu

---

³⁷¹ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “Vida Intelectual na América espanhola e Brasil”. In: *op. cit.*, 1995, pp. 119-122.

³⁷² Luiz Carlos Villalta. “O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura”. In: Fernando A. Novais (coord.); Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 332.

³⁷³ Ibidem, p. 333.

³⁷⁴ Ibidem, p. 333.

³⁷⁵ Ibidem, pp. 332-333.

³⁷⁶ Cf. “A educação e seus métodos”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1 A época colonial, volume 2 Administração, economia e sociedade. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993, pp. 76-77.

a nomeação de professores régios que deveriam ser enviados para as principais localidades do império para ministrar aulas de primeiras letras, gramática latina ou grega, retórica e de filosofia moral e racional. Para a subsistência desses professores seria instaurado, em 1772, o chamado “subsídio literário”, contribuição a ser paga pelos habitantes dos locais onde fossem estabelecidas as aulas régias³⁷⁷.

Na prática, esse novo sistema logo mostraria sua insuficiência, pois os rendimentos do imposto eram distribuídos de forma desigual e os professores eram quase sempre poucos e concentrados em algumas poucas localidades situadas especialmente nas capitais das principais capitanias e seus arredores. Salvo algumas exceções, a maior parte da população passava ao largo de qualquer formação mais esmerada, isso sem contar que os níveis superiores de educação deveriam ser buscados em Portugal ou em alguma outra parte da Europa, algo que exigia favorecimentos ou dispêndios acessíveis a muito poucos.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, em São Paulo a sorte não teria sido mais generosa. Ainda em 1797, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça – em ressonância aos pedidos que fazia a D. Rodrigo sobre o envio de livros mais voltados aos estudos menores – esforçava-se em priorizar a instalação de aulas régias de primeiras letras na capitania³⁷⁸. Em finais do século XVIII, a falta de professores – numa capitania cuja população girava em torno de 162.345 almas³⁷⁹ – era grande.

O problema, no entanto, vinha de longa data. O relato deixado por José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847) – então futuro visconde de São Leopoldo – serve para demonstrar isso. É amplamente conhecida a sua história, com destaque para a sua colaboração enquanto empregado do Arco do Cego³⁸⁰. Em suas reminiscências, escritas de próprio punho num diário, Pinheiro contou que tendo ele nascido na vila de Santos, onde passou a infância, seus pais, José Fernandes Martins e D. Tereza de Jesus Pinheiro, encontraram alguma dificuldade para prover sua educação e a de seus irmãos. Segundo ele, “depois da expulsão dos jesuítas, achando-se abandonadas à ignorância as capitanias do Brasil, principalmente as mais remotas, foi minha primeira educação bastante imperfeita” e “meu pai, na falta absoluta de escolas conceituadas, preferiu

---

³⁷⁷ Ibidem, pp. 84-85.

³⁷⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 204-205.

³⁷⁹ M. L. Marfílio. *A cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974, p. 71.

³⁸⁰ Cf. Margarida Ortigão Ramos Paes Leme, *op. cit.*, p. 94; e Maria de Lourdes Viana Lyra, *op. cit.*, pp. 84-85.

fazer-nos ensinar as primeiras letras pelos seus caixeiros, debaixo de suas vistas imediatas”³⁸¹.

As dificuldades continuariam por algum tempo e só a duras penas ele conseguiria aprender gramática latina. Um tempo depois, Fernandes Pinheiro passou a aprender língua francesa com um clérigo secular chamando José Xavier de Toledo, cujas aulas particulares frequentava na companhia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva e Araújo (1773-1845) – um dos irmãos de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da independência”. No governo do capitão-general Bernardo José de Lorena (1756-1818), que foi de 1786 a 1797, deu-se “um rigoroso recrutamento para o exército” e Fernandes Pinheiro, que então possuía a idade legal, seria obrigado a se apresentar. Seu pai, que estava “prevenido contra a vida militar, olhando-a como pouco vantajosa, o que de certo se dava no Brasil, então ainda reduzido à condição de colônia”, interveio em nome do filho. E como o próprio Fernandes Pinheiro narrou, teria empregado “todos os esforços e empenhos perante o general para ser eu isento do serviço, destinando-me, de acordo com os sentimentos de minha venerada mãe, à carreira eclesiástica”³⁸². Como consequência desta escolha, em 1792, ele seria enviado pelos pais para Coimbra a fim de completar seus estudos. Ali, viveria modestamente até formar-se bacharel em direito canônico, em 23 de junho de 1798 – ano em que começou a trabalhar no Arco do Cego juntamente com seu colega Antônio Carlos³⁸³.

Como é possível perceber, ao longo do tempo, predominou no Brasil uma atmosfera educacional rarefeita, trespassada de um profundo sentido religioso, afeita a um tipo de saber retórico, eloquente, repetitivo e, por tudo isso, amplamente avessa ao espírito científico³⁸⁴. Salvo algumas exceções – como a de Fernandes Pinheiro –, a maior parte da população da colônia passava ao largo de qualquer formação mais

³⁸¹ Francisco Ignácio Marcondes de Mello (org.). “Memórias do visconde de São Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro”. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Tomo 37, parte 2^a, p. 11, 1874.

³⁸² *Ibidem*, p. 12

³⁸³ Resultam de sua colaboração no Arco do Cego as seguintes traduções: o primeiro volume de *Cultura americana que contém uma relação do terreno, clima produção, e agricultura das colônias britânicas no norte da América, e nas Índias ocidentais, com observações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nelas, em comparação com a Grã-Bretanha, e Irlanda*, em 1799; os *Discursos apresentados à Mesa de Agricultura, sobre vários objetos relativos à cultura, e melhoramento interno do reino*, em 1800; a *Coleção de memórias sobre os estabelecimentos de humanidade: n° 1 – Relações circunstanciadas sobre um estabelecimento formado em Munique a favor dos pobres*, de Benjamin Thompson (1753-1814), conde de Rumford, em 1801; e *Sistema universal de história natural, incluindo a história natural do homem, dos orangotangos, e toda a tribo de ximia* [sic], de 1801. Além das traduções, ele escreveu uma *História Nova e completa da América, coligida de diversos autores*, de 1800.

³⁸⁴ Luiz Carlos Villalta, *op. cit.*, 1997, p. 351.

esmerada. Já os níveis superiores de educação deveriam ser buscados na maior parte das vezes em Portugal ou em alguma outra parte da Europa, situação que, por sua vez, exigia a sorte de favorecimentos ou o emprego de cabedais, os quais poucos poderiam dispor em ambos os casos.

Naturalmente, o capitão-general de São Paulo via-se cada vez mais pressionado, pois, neste cenário, a frequência das remessas nem de longe correspondia a efetiva demanda por esses livros técnico-científicos, que sempre foi insignificante. De acordo com os registros de Castro e Mendonça, além do envio pontual de um ou outro título, onze remessas de livros foram feitas para a capitania de São Paulo entre abril de 1798 e fevereiro de 1801, além do envio pontual de um ou outro título. À primeira, datada de 3 de abril de 1798, seguiram-se: no ano de 1799, as de 7 de fevereiro, 1º de abril, 6 de maio, 9 de agosto, 25 de novembro e 23 de dezembro; no ano seguinte, em 1800, as de 5 de maio, 6 de agosto e 22 de outubro; e, finalmente, a undécima e última, datada de 4 de fevereiro de 1801.

Embora os números apresentados sejam incompletos, é possível verificar que o valor total das remessas girava em torno de 1.310\$100. É preciso lembrar, contudo, que um dos caixotes de livros – pertencente à sexta remessa, de 25 de novembro de 1799 – foi extraviado e jamais chegou a seu destino. Descontado o seu valor, segundo o capitão-general orçado em 249\$760, a soma total dos impressos cai para 1.060\$340. Apesar de todas as dificuldades que Castro e Mendonça dizia enfrentar, o mesmo afirmou que havia quitado junto ao Erário Régio as quantias referentes às primeira, terceira e quarta remessas, que juntas totalizavam a quantia de 188\$480. Situação que diminui ainda mais a soma global devida pelos impressos para 871\$860.

Esses valores foram apresentados conjuntamente por Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça em ofícios escritos já em 1802³⁸⁵. Nesta altura, a Secretaria de Estado da Marinha Domínios Ultramarinos estava sob o comando do visconde de

---

³⁸⁵ Antônio Manoel de Melo e Castro e Mendonça. *Ofício nº 49 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior visconde de Anadia, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a remessa de livros para esta capitania*. São Paulo, 13 de outubro de 1802. Publicado por: Arquivo Público de São Paulo, *op. cit.*, V. 30, pp. 227-231.

Antônio Manoel de Melo e Castro e Mendonça. *Ofício nº 5 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior visconde de Anadia, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre o extravio de caixões de livros*. São Paulo, 06 de fevereiro de 1802. Publicado por: Ibidem, pp. 146-151.

Antônio Manoel de Melo e Castro e Mendonça. *Carta de Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para o desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque Amaral, diretor geral da Impressão Régia e Fábrica de Cartas de jogar, sobre a venda de livros na capitania de São Paulo*. São Paulo, 22 de outubro de 1802. Publicado por: Ibidem, Vol. 93, pp. 127-130.

Anadia João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior (1755-1809). Ainda que tenha pago de alguma forma parte da dívida, o capitão-general não demonstrava muito otimismo quanto a venda dos volumes restantes. Conforme ele próprio informava, num ofício de 6 de fevereiro de 1802, “se acham em ser quase todos os livros que tenho recebido, e que nestas circunstâncias não me é possível fazer a remessa do seu produto que tantas vezes se me tem recomendado”³⁸⁶.

Segundo algumas relações apresentadas pelo capitão-general, ainda restavam cerca de 1.356 livros a serem vendidos, totalizando um valor aproximado de 871\$860. Tal soma, porém, apresenta alguns erros, sendo 868\$260 a quantia correta para a número de impressos arrolados. De qualquer forma, percebe-se que a quitação definitiva da dívida com o Erário Régio dependia da compra do material encalhado.

Precisamente, sobre a sua distribuição, Castro e Mendonça propunha que,

No caso porém, em que se não efetive a dita venda, como é provável parecia-me, que para não ficarem a cargo do Estado as despesas que se fizeram com a sua impressão, se deveriam pagar os mesmos livros pelo rendimento da nova contribuição literária desta capitania, ou para serem vendidos pelo tempo adiante a benefício da mesma contribuição, ou para serem distribuídos de graça pelos povos que a pagam, para instrução pública, a fim de tirarem da sua lição aquelas vantagens que Sua Alteza Real se propôs, quando os mandou imprimir, certificando a Vossa Excelência que uma vez que se não tome este expediente, nem a Fazenda Real se indenizem das suas despesas, nem os povos se utilizam dos mesmos livros³⁸⁷.

A proposta evidencia em alguma medida a obstinação do Estado português em recuperar a quantia gasta com a impressão das obras. Impossibilitado de desobrigar-se de tal compromisso e enfrentando o desinteresse do público, o capitão-general de São Paulo sugere que os recursos necessários sejam captados através do imposto da contribuição literária, tributo destinado à educação da população. Sua esperança era que os livros encontrassem mais saída se fossem distribuídos gratuitamente. Com exceção de um opúsculo, *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil*, pela

---

³⁸⁶ Antônio Manoel de Melo e Castro e Mendonça. *Ofício nº 5 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior visconde de Anadia, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre o extravio de caixões de livros*. São Paulo, 06 de fevereiro de 1802. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *op. cit.*, volume 30, parte 2, 1899, pp. 146-151.

³⁸⁷ Ibidem, pp. 146-151.

*introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas, etc...*³⁸⁸ – incluso na remessa de 6 de maio de 1799 –, todos os livros enviados deveriam ser impreterivelmente pagos.

É possível que o preço dos livros tenha exercido alguma influência na falta de entusiasmo dos leitores, embora seja difícil imaginá-lo como um fator capaz de determinar, por si só, a baixa procura. Com efeito, cabe reconhecer que durante muito tempo os livros gozaram de pouco espaço no Brasil colonial, pois Estado e Igreja – conforme apontou Villalta – “tomaram os livros e saberes escolares como fontes de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais”³⁸⁹. O temor de que uma formação esmerada despertasse soberba e arrogância suficientes para legitimar perigosos desejos de autonomia contribuiu para conformar entre os habitantes do Brasil um tímido hábito de leitura e, consequentemente, de consumo de livros.

Para se ter uma ideia, Maria Beatriz Nizza da Silva aponta que, no ano de 1792, havia apenas um livreiro em todo Rio de Janeiro, sede do vice-reinado, situação que só começaria a mudar de forma muito tímida em 1808, quando da transferência da família real portuguesa para o Brasil. Neste ano, Francisco Luís Saturnino Veiga, com loja na Rua do Ouvidor, Manuel Jorge da Silva, instalado à Rua do Rosário, e Paulo Martin, com comércio à Rua da Quitanda, anunciavam a venda de livros. Na Bahia a situação não era diferente, pois, em 1811, além da loja da gazeta, José Paulo Franco Lima, ao Taboão, e Joaquim Geraldês Tavares Cabral, em loja atrás da Sé, anunciavam seu comércio livreiro³⁹⁰.

Vale lembrar que esta era a situação verificada em duas das principais capitais do Brasil à época. No restante da colônia, o consumo de livros deveria ser ainda menor, embora houvesse comerciantes não especializados que ocasionalmente vendiam livros, bem como livreiros instalados em Portugal que pediam à Real Mesa Censória a licença para mandar livros para o Brasil.

Maria Beatriz Nizza da Silva mostra que, durante a virada do século XVIII para o XIX, as novelas eram as obras mais baratas oferecidas pelo nascente mercado livreiro do Rio de Janeiro, sendo vendidas em brochuras por um valor que geralmente variava entre 160 e 800 réis, enquanto as mais caras, em dois volumes, saíam por 960 réis.

³⁸⁸ José Gregório de Morais Navarro. *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas, etc.* Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.

³⁸⁹ Luiz Carlos Villalta, *op. cit.*, 1997, p. 347.

³⁹⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *A cultura luso-brasileira: Da reforma da Universidade à independência do Brasil.* Lisboa: Editora Estampa, 1999, pp. 152-153.

Alguns livros importados chegavam a custar – ou mesmo excediam – 11\$000, caso dos quatro volumes da *Nosographie Chirurgicale, ou Nouveaux éléments de Pathologie*³⁹¹.

Os títulos que compunham as remessas enviadas para São Paulo pela Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos apresentavam uma variação de preços mais discreta, custando menos que os importados e – em alguns casos – menos até que as novelas. A *Instrução sobre a cultura das Batatas*, opúsculo com pouco mais de quinze páginas e impresso no Arco do Cego, deveria ser vendido por 60 réis, ao passo que a *Memória sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha* saía por 120 réis. No outro extremo da tabela encontravam-se a edição iluminada da *Alografia dos álcalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda, e dos seus nitratos, segundo as memórias estrangeiras* por 2\$000 ou ainda o *Tratado do melhoramento da navegação por canais* por 4\$000, valor elevado que talvez derivasse das 18 estampas existentes, das quais 13 eram desdobráveis. Grosso modo, o baixo preço e a dimensão dos livros – que por vezes não passavam de pequenos opúsculos – dizem muito sobre o alcance pretendido pela política de disseminação de saberes úteis que então inundava o Brasil de impressos técnico-científicos. Desejava-se que os livros atingissem um vasto público e que servissem sobretudo à ação prática, de onde a necessidade de serem portáteis ou facilmente manuseáveis, visto que nada adiantaria se os mesmos ficassem esquecidos em prateleiras.

Os primeiros volumes do *Fazendeiro do Brasil* enviados a São Paulo custavam entre 1\$000 e 1\$600. Na remessa de 7 de fevereiro de 1799, por exemplo, pedia-se 2\$000 pelos livros pertencentes aos dois primeiros tomos da coleção, respectivamente sobre o açúcar e o anil. Graças às informações presentes nos ofícios de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, é possível verificar que cerca de 290 exemplares do *Fazendeiro* foram enviados para a capitania de São Paulo, remessa que valia em torno de 346\$000. Em 1802, o capitão-general informava que, dos 250 exemplares da coleção efetivamente desembarcados em São Paulo – 40 foram extraviados em 1799 – ainda tinha em mãos 229 exemplares que valiam 288\$200. Entre os anos de 1798 e 1802, portanto, o capitão-general havia logrado vender ou distribuir gratuitamente apenas 21 volumes do *Fazendeiro do Brasil* que valiam cerca de 9\$800.

De maneira bastante clara, os números em questão apontam tanto para a discreta recepção conferida aos livros, quanto para o fracasso do discurso agrícola na sociedade

---

³⁹¹ Ibidem, p. 155.

colonial no fim do século XVIII. Tudo leva a crer que a leitura desses títulos tenha ficado essencialmente circunscrita a um público especializado ou aficionado, algo previsto por Castro e Mendonça em seu ofício de 18 de janeiro de 1801 ao sentenciar que “uma série de memórias feitas em diferentes sistemas, com diferentes fins, em diferentes climas, e com diversa soma de conhecimentos, são dignas de lição de um sábio”.

Uma das raras menções – talvez a única – sobre a leitura do *Fazendeiro do Brasil* pertence ao naturalista Manuel Arruda da Câmara (1752-1810 ou 1811) e consta de uma carta dirigida ao próprio frei Veloso, com quem trabalhou e por quem nutria amizade. Nessa missiva, datada de 24 de junho de 1799, Arruda da Câmara informava o religioso franciscano que havia descoberto “uma nova qualidade de anil, diferente da *indigofera*”. Lamentava, porém, não tê-la encontrado ainda em flor, o que lhe impedia de descrevê-la com a devida precisão, pois “Vossa Reverendíssima bem sabe que faltando a um botânico a inflorescência de qualquer planta, é o mesmo que faltar a um piloto a bússola, só me aproveitei de algumas folhas desta árvore para tingir um pedaço de pano; o efeito foi maravilhoso”.

Resultado preliminar que lhe encorajou a adiantar que,

[...] será mais vantajosa a cultura deste anil em árvore, do que a do índigo vulgar; mas disto só experiências mais repetidas poderão confirmar, e só espero pelo temperamento competente que é em fevereiro, e março: tendo bem em vista isto, para que outro se não aproprie desta descoberta, como já aconteceu de outra. [...] Estimo muito que me tenha recomendado amizade do Senhor Nabuco; ele ainda cá não chegou, e mais me impacienta a sua tardança pelo desejo que tenho de ver as suas obras [do frei Veloso], porque de tantas que julgo de Vossa Reverendíssima ter dado à luz, não vi nenhuma senão o *Fazendeiro do Brasil*, que ontem me emprestou um senhor de engenho e de que ainda não tive tempo senão de ler o prefácio³⁹².

Trata-se de um diálogo entre dois estudiosos onde Arruda da Câmara dava a entender que esperava ter a oportunidade de ler outras obras do frei assim que o “Senhor Nabuco” retornasse, provavelmente com outros títulos em mãos. Enquanto isso, ele tomaria emprestado um *Fazendeiro do Brasil* pertencente a um conhecido, justamente um senhor de engenho, pertencente a um dos grupos sociais visados pela política do

---

³⁹² Manuel Arruda da Câmara. *Carta de Manuel Arruda da Câmara para frei José Mariano da Conceição Veloso*. Recife, 24 de junho de 1799. Museu Paulista, ms. I.1 I-2-2-275. Publicado por: Ermelinda Moutinho Patata, *op. cit.*, 2006, pp. 241-244.

Estado português de divulgação de saberes. Esse personagem, entretanto, aparece na missiva apenas como um leitor eventual que, na melhor das hipóteses, nutria algum entusiasmo pelos novos conhecimentos agrícolas. O fato de possuir o *Fazendeiro* não implica que ele o tenha lido e tampouco evidencia a aplicação dos fundamentos ali expostos na produção do açúcar.

Segundo os indícios disponíveis, os livros enviados para o Brasil teriam um número restrito de leitores, tendência que certamente prevaleceu quanto ao efetivo aproveitamento dos conhecimentos divulgados. Frei Veloso, porém, mantinha uma visão bem mais otimista sobre os efeitos práticos dos livros que publicava.

Em 1801, não hesitou em dizer que,

[...] apesar das imperfeições da minha tradução, tem sido tal o efeito das soberanas, e eficazes ordens de Vossa Alteza Real, que os povos do Brasil se tem acoroçoado a grandes reformas nas suas práticas rurais. Os fabricantes de açúcar têm melhorado as suas moendas e fornalhas por toda a sua marinha, e a sua notória utilidade acabará a obra. Se eu, Senhor, tenho recebido cartas de agradecimento de pessoas que me são desconhecidas, sendo deste um instrumento meramente passivo, quanta não deve ser a obrigação para com a Vossa Alteza Real, a cuja iluminada providencia tudo se deve³⁹³.

Embora não se possa descartar que o frei estivesse baseado em informações hoje perdidas, os indícios ainda existentes sugerem um quadro bastante diverso, onde apenas indivíduos possuidores de alguma formação intelectual chegavam a ler sobre os temas agrícolas. Conforme ressaltou Villalta, a composição das poucas bibliotecas particulares que existiam na colônia “dependeu menos da riqueza dos seus proprietários do que das carreiras profissionais por eles abraçadas”, ou seja, “não era o cabedal portentoso que definia o interesse por livros, e sim o ofício aos quais as pessoas se dedicavam e o nível educacional por eles exigido”³⁹⁴. Clérigos, advogados, médicos e funcionários públicos – que muitas vezes também eram os proprietários de terras, escravos e minas – teriam sido os mais preocupados em adquirir livros³⁹⁵, isso sem contar que a profunda religiosidade da sociedade colonial fazia com que títulos ligados a esse aspecto fossem

---

³⁹³ Frei José Mariano da Conceição Veloso. “Prefácio”. In: Jacques François Dutrone la Couture, *op. cit.*, 1801, s./n.

³⁹⁴ Luiz Carlos Villalta, *op. cit.*, 1997, pp. 384.

³⁹⁵ Ibidem, pp. 383-384.

os mais presentes nas bibliotecas³⁹⁶. Talvez a curiosidade desses indivíduos possa ter constituído um estímulo à leitura de outros assuntos, favorecendo eventualmente a disseminação de conhecimentos agrícolas entre uma elite intelectual.

Até o final do século XVIII, o baixo nível educacional dos agricultores não fora encarado pela opinião pública – e tampouco pelo Estado – como um problema capaz de comprometer o seu trabalho. Como os homens do campo eram guiados principalmente pela experiência adquirida na prática e por saberes construídos ao longo do tempo e transmitidos pela força da tradição, seria de esperar que a tentativa de enfim promover sua educação encontrasse obstáculos quase intransponíveis a curto e médio prazo. Ser receptivo às novidades não representava um dom, mas sim uma espécie de exercício que exigia dos indivíduos condições mínimas – intelectuais e financeiras – para se desenvolver, sendo esse o motivo pelo qual poucos puderam de fato demonstrar alguma abertura aos novos saberes agrícolas. Maria Odila Leite da Silva Dias mencionaria personagens como Caldeira Brant – que introduziu a vacina contra a varíola na Bahia em 1804, aclimatou novas variedades de gado bovino e adotou um engenho a vapor – e Francisco Agostinho Gomes – que adiantou dinheiro para a aclimação de plantas como a pimenta da Índia e financiar bolsas de estudos na Europa, além de importar máquinas agrícolas inglesas³⁹⁷.

Se os livros agrícolas possuíram poucos leitores, o conjunto de indivíduos dispostos a colocar em prática seus alvitre certamente era ainda mais reduzido. Na essência, ter o campo como um espaço aberto às inovações técnicas constitui um fenômeno muito recente na história tanto do Brasil quanto de tantas outras partes do mundo. Isso não significa que o arcaísmo fosse um projeto acabado e resultante de um programa consciente que deveria ser meticulosamente respeitado em todos os seus pormenores. Na verdade, as variáveis que ditavam o conservadorismo da população rural eram de outra natureza, estando intimamente ligadas às condições materiais objetivas e à força da tradição.

Como bem observou Michel Augé-Laribé, “contra as incertezas da produção, diante da ignorância das causas reais dos êxitos ou dos fracassos, os agricultores não dispunham de outra defesa que a experiência adquirida”³⁹⁸. Tal concepção, que se

---

³⁹⁶ Sobre a leitura de livros devocionais no Brasil colonial Cf. Mauro Dillmann. “Agora e na hora de vossa morte”. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. nº 110, Rio de Janeiro, novembro de 2014, pp. 80-83.

³⁹⁷ Maria Odila Leite da Silva Dias, *op. cit.*, 2005, pp. 91-92

³⁹⁸ Michel Augé-Laribé. *La Révolution Agricole*. Paris: Éditions Albin Michel, 1955, p. 2.

dispõe a interpretar com especial atenção o campo francês no alvorecer da modernidade, pode, no entanto, ser aplicada sem maior perda de sentido no cenário rural do Brasil colonial. Ali também os agricultores viviam aferrados a um conjunto de conhecimentos transmitidos de geração em geração. Sentiam-se protegidos pela tradição que os orientava, donde a dificuldade de inserção do discurso agrícola nascente e que então chegava à colônia.

Nesse contexto, a palavra impressa dos livros do Arco do Cego dificilmente bastaria para promover um estímulo forte o suficiente para imprimir súbitas mudanças na inalterável rotina que há tanto tempo dava sentido não só ao trabalho, mas também à própria vida do agricultor. Conforme salientou Sérgio Buarque de Holanda, este etos teria se desenvolvido, sobretudo, a partir do desequilíbrio dos princípios que guiaram a grandiosa e desafiadora obra de colonização do Brasil. O espírito de aventura desde muito cedo teria incitado nos colonos a preferência pela riqueza imediata, pelo ganho que se conquista com o ímpeto da ousadia³⁹⁹. Direção esta, pouco ou nada afeita ao esforço lento do trabalho que muitas vezes tarda em recompensar. Para o autor, em grande medida graças ao triunfo de uma espécie de ética da aventura, não teria sido “uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América”⁴⁰⁰. Consequentemente, a grande lavoura “participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável”⁴⁰¹.

Para Caio Prado Júnior, os problemas que assolavam a agricultura o Brasil transcendiam a esfera de atuação dos indivíduos, fixando suas raízes na própria estrutura de exploração econômica da colônia. Nestes termos, “o baixo nível técnico das nossas atividades agrárias, e as consequências funestas que teria, não se deve atribuir unicamente à incapacidade do colono”, uma vez que “em muitos casos, nos mais importantes mesmo, ele não podia fazer melhor. Poderia, é certo, acompanhar os seus concorrentes de outras colônias, atingir seu padrão bastante superior. Mas seria pouco ainda”. Isso porque “o mal era mais profundo. Estava no próprio sistema, um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não poderia

---

³⁹⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, 1995, p. 49.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, 49.

⁴⁰¹ *Ibidem*, 49.

repor”. Portanto “o problema se torna mais difícil”, pois “se não é simples educar os colonos e a população em geral para que pudessem aperfeiçoar os seus processos e melhorar sua técnica, muito mais custoso será modificar um sistema, o que exigirá reformas profundas, econômicas e quiçá sociais”⁴⁰².

A interação de todos esses fatores impunha sérias dificuldades aos objetivos da política de divulgação agrícola assumida pelo Estado português, limitando a ação dos livros não só no Brasil como também em outras partes do império português e até mesmo na própria metrópole. Não se deve, porém, descartar sumariamente a possibilidade da distribuição dos livros ter obtido algum êxito.

Em um ofício de 26 de novembro de 1800 destinado a Luís João Felipe da Fonseca, João José de Faria Mascarenhas e Melo, corregedor da comarca de Leiria, escrevia que,

Os exemplares sobre a *Cultura das Batatas* que Vossa Excelência se dignou de me remeter, com o ofício de 17 de julho presente, para se repartirem pelas pessoas que pudessem aproveitar-se daquelas instruções, tem sido tão geralmente recebidos, que espero que esta cultura será muito adotada nesta comarca, e todos os dias me vejo instado pelos ditos exemplares dos quais já não conservo nenhum; Queira pois Vossa Excelência dignar-se, em benefício público, de me enviar mais alguns para por este meio ir introduzindo, e animando este ramo⁴⁰³.

Embora pudessem ter animado as autoridades, relatos como o de Mascarenhas e Melo parecem constituir exceções, sucessos isolados incapazes de promover as tão desejadas mudanças. No geral, o aprimoramento técnico e científico do campo estaria sujeito a uma inabalável lentidão destinada a arrastar-se por longo tempo e a própria natureza da política de publicação e distribuição de livros – que buscava apenas aperfeiçoamentos técnicos – contribuiria para tal. Como observou Caio Prado Júnior, as mudanças esperadas, ainda que localizadas, exigiam um contexto mais favorável que pudesse de fato encaminhar e acolher o melhoramento dos métodos de produção. Neste sentido, vale lembrar que o conjunto de transformações sociais e econômicas passados na Inglaterra pelo menos desde o século XVI – concebidas por Karl Marx como uma

⁴⁰² Caio Prado Júnior, *op. cit.*, 2008, pp. 139-140.

⁴⁰³ João José de Faria Mascarenhas e Melo. *Ofício de João José de Faria Mascarenhas e Melo, corregedor da comarca de Leiria, para Luís João Felipe da Fonseca, oficial-maior da Secretária de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre os exemplares que recebeu da Cultura das Batatas, devendo ser introduzidas as sugestões naquela comarca*. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 30-A, pasta 15.

das frentes do processo da acumulação primitiva de capitais⁴⁰⁴ – certamente contribuíram para os avanços técnicos que renovariam o cenário rural daquele país no século XVIII.

Sem o apoio de outras reformas que preparassem o terreno para o discurso agrícola que então tomava forma em livros como *O Fazendeiro do Brasil*, pouco ou nada poderia ser feito diante da inércia cultural, social e econômica que aprisionava os agricultores à rotina dos métodos já estabelecidos. Nessas circunstâncias, não restaria às publicações patrocinadas pelo Estado português muito mais do que se debater inutilmente contra um contexto adverso para seus objetivos. Contudo, embora os livros não tenham alcançado o sucesso esperado como instrumentos de intervenção do poder metropolitano na agricultura, o mesmo não pode ser dito da ampla política reformista que lhes deu origem. Com efeito, o incentivo ao desenvolvimento agrícola do Brasil colheria alguns frutos pelo menos no que diz respeito à diversificação da produção, fato comprovado pelo significativo crescimento da pauta de exportações registrado no período entre 1796 a 1807.

---

⁴⁰⁴ Cf. Karl Marx. “A assim chamada acumulação primitiva”. In: *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 785-844.

APÊNDICE DOCUMENTAL

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Brevíssima Instrução para uso dos Fabricantes de Anil nas Colônias de Sua Majestade Fidelíssima*. Por Jerônimo Vieira de Abreu, Inspetor das fábricas do mesmo Anil e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, 1785. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms., 05, 01, 05.

É bem conhecida em todo o Distrito do Rio de Janeiro a utilíssima planta do anil, por isso deixando agora de a descrever, bastará advertir, que se divide em três espécies. A primeira, e segunda correspondem à que os dicionários chamam bastardo, e só tem a diferença na cor da semente, em uma preta, e em outra cor de azeitona verde, mas em ambas de figura cilíndrica oblonga: A terceira chama-se marê [sic], e tem a semente loira de figura oval. São as duas primeiras reputadas por melhores, mas não é tão constante esta superioridade, que não varie à proporção do terreno, que as produz; por isso só a experiência dos tintureiros do país deve regular para a preferência, que sem dúvida se deve dar à que fizer melhor obra, ainda que tenha pior vista, atendendo-se juntamente à que a tinta do primeiro corte costuma ser inferior à do segundo, e terceiro, feitos todos no mesmo ano em uma só sementeira.

Esta dura muitas vezes quatro, seis, e mais anos, sem que seja preciso repeti-la no todo, mas só renová-la em algumas falhas, e não tem regra diversa das outras no modo de lançar à terra a semente: deve sim ser pouco coberta, e preparado o terreno em regos, ou pequenas covas de palmo a palmo. A maturação, ou estado próprio de cortar-se a Planta, não é tão fácil de explicar-se, como de conhecer-se com o uso, e experiência, por meio da qual o atento lavrador, e fabricante conhecerá também a variedade, que procede do terreno, e das estações.

Destas, a que é própria para se extrair a tinta, é a do calor: então rende mais, e mostra boa cor, porque na do frio acaso se consegue extrair alguma pequena quantidade. Daqui provêm as variedades, e incertezas, que erradamente atribuem à mesma planta, nascidas unicamente de a trabalharem em estação impropria, observadas igualmente no açúcar, quando se fabrica nos meses contrários aos que a experiência tem assinalado.

Os tanques para se fabricar o anil devem ser dois, um superior ao outro, de sorte que a água do primeiro possa cair no segundo, como mostra a figura N° 1 da estampa, que serve de demonstração a esta instrução: a sua grandeza pode ser de 16, até 18 palmos de comprimento, 9, até 10 de largura, 4 de altura; e como são diversas as

operações para que servem, vão divididas em três, e explicado os defeitos delas na maneira seguinte.

Primeira Operação: Modo de arrumar a Planta no Tanque da fermentação.

Parecia escusado explicar, o que parece que por si mesmo está explicado, e percebido, mas não é assim, porque desta primeira operação depende essencialmente a maior perfeição, e rendimento da fábrica. Por isso se deve pôr todo o cuidado em assentar, e acamar a planta no tanque da fermentação (que é o superior) de modo que não fique pisada, nem apertada. Três quartos de distância acima da superfície da planta ficará fixa uma grade de madeira, e esta bem coberta de água: por exemplo; tendo o tanque quatro palmos de alto, ocupará a planta, depois de acamada, a altura de dois e meio somente, porque o palmo e meio que resta, é necessário para os três quartos, que a planta há de distar da grade, para a grossura desta, e para a porção de água necessária para cobrir até a borda do tanque.

Da falta destas proporções, isto é, de assentar a grade em cima da planta, segue se, que não podendo ela boiar, não penetra água à sua extremidade inferior para poder fermentá-la: da mesma forma posta a grada na borda do tanque à superfície da planta que fica encostada à grade, não tem água que fermente. Assim o tem mostrado a experiência, dita-o a razão, e vemos o exemplo em uma panela muito cheia de qualquer corpo solido, que pretende cozer-se, o qual por falta de considerável porção de água que o cubra, sai cru nas extremidades, ou menos bem cozido do que fica no meio, aonde a água não achou embaraço para se introduzir.

Deve ser a água livre de areias, e sendo corrente deve haver um depósito, ou tanque, em que antes pare, e se demore quanto baste para assentarem as mesmas areias: Será melhor que este tanque esteja exposto ao sol, para lhe fazer exalar os sais voláteis, nocivos à fermentação.

Esta conhece-se, e tem princípio no crescimento, e elevação, que faz a água, a qual se mostra vivamente passadas doze horas, (e talvez antes, pois a tem havido de seis) e completa regularmente até dezoito: Os sinais são os seguintes; do fundo nascem umas bolhas, ou empolas de água, que vem rebentar à superfície, e lhe dão uma cor verde clara, depois cobre-se a mesma de um laço de cor violeta, que se torna em espumas azuis, e enquanto nestas se conhecer aumento, é certo que não está completa a fermentação.

Não devem porém deixar-se acabar de todo estas espumas, antes logo que se conhecer, que não aumentou, mas principiam a diminuir, se deve haver por completa a fermentação. Imediatamente se deve abrir a torneira do tanque da fermentação, para que passe a água para o da bateria, que é o inferior, e deve estar bem limpo, pondo-se na boca da dita torneira um pano grosso, ou cediço, para ir bem coada a água: qualquer demora em se abrir depois daqueles sinais, causará dano à tinta, que ficará denegrida, por se lhe unir o húmus, ou mucilagem da planta, que sensivelmente a escurece.

Segunda operação: Modo de preparar a tinta no Tanque da Bateria.

O Tanque da bateria pode ser proporcionado à água que leva o da fermentação; mas para que melhor se precipite a tinta, todo o comprimento, e largura lhe é útil, assim como quanto menos altura tiver da água melhor assentará a mesma tinta: assim o mostra a experiência, porque nos tanques nunca ela se abate, como tirando-a em pratos, nos quais se conhece logo um assento perfeito.

A água neste tanque da bateria deve agitar-se com violência, ou seja com rodos, caçambas, ou com outro qualquer instrumento; mas o das caçambas, que leva a água ao ar, é melhor; e se for com rodos, é esta operação bem semelhante à com que se bate o barro, que serve entaipar as formas do açúcar vulgarmente conhecida. Sendo pequena a porção que se fabrica, eleva-se a água com cuias, ou ruminhóis [sic], bem como o açúcar na caixa de bater, e praticando-se assim, fica mais fácil a bateria, graniza melhor, e sai mais perfeita a tinta.

Deve observar-se, que antes da agitação da água neste segundo tanque, tinha a mesma tinta uma cor verde desmaiada, e que com a dita agitação vai ficando verde mais escuro até parecer tinta preta: então (achando-se livre das espumas, que costuma criar em abundancia, e se dissolvem borrifando-as levemente com azeite) se tira uma pequena porção de água com o instrumento, que mostra a estampa debaixo do N° 3. Lança-se em prato, ou pires branco, e ali se vai examinando o grão que forma, de sorte que chegando a ser como areia do tinteiro, ou maior, e ficando a água cor de azeite, ou alambreada com o grão assentado no fundo, deve cessar o trabalho da agitação, porque está a operação completa.

Estas são as únicas regras, que podem dar a conhecer o dificultoso ponto, em que se acham completas as duas primeiras operações, as quais bem observadas, e ajudadas pela experiência, tem ensinado muitos dos fabricantes, que antes não

acertavam com o verdadeiro estado, e perfeição dele, cujas fábricas presentemente se acham na maior reputação.

Terceira operação: Modo de extrair a tinta do tanque da bateria, e de secá-la.

Completa a segunda operação, deve ficar quieta a água quatro, ou seis horas comumente, porque se for por mais tempo, mais perfeito ficará o assento da tinta: Segue-se extrai-la do tanque, para o que deve este ter suas torneiras competentes, como mostra a Estampa N° 4, torneiras na testeira para despojar a água até a superfície da mesma tinta, e outra torneira no fundo, para extrair a que há de estar assentada à maneira de lodo.

Pode suceder que as ditas torneiras da testeira não esgotem bem a água, por ser a tinta tão pouca, que não chegue a ocupar o lugar, que fica da extremidade delas para baixo; mas então se deve acabar o esgoto pelo buraco do fundo, alargando quanto baste taco, ou rolha, na qual deve haver uma moessa, ou visco, para poder sair a água. Deve contudo observar-se a cor, com que sai, para continuar em quanto conserva a que mostrava em cima, e tapar-se logo que sair preta, porque é sinal de levar tinta, que não convém desperdiçar-se; advertindo, que não deve o mesmo sinal reger o primeiro golpe de água, porque este sempre se acompanha, e sai misturada de alguma porção da mesma tinta.

Esgotada assim a água, segue-se tirar a torneira do fundo, para cair o lodo em um receptáculo, como o que mostra a estampa N° 5 o qual estará coberto com peneira, cediço, ou urupema de cabelo, ou taquara, para separar alguma folha, ou matéria estranha, que caísse no tanque da bateria: Do tal receptáculo se lance com cuias em aniagem de trança, ou outro pano tapado, que deve estar em cima de uma grade como berço, semelhante a que mostra a estampa N° 6, para no dito pano escoar de todo a água.

Esta massa deve espalhar-se em tabuleiros feita em bolos, cilindros, ou castelinhos, para neles se secar, e se for à sombra, será mais perfeita a tinta; posto que a humidade da situação mostrará, quando é necessário, para evitar o mofo que acostuma adquirir, secar-se ao sol; mas sempre deve ser coberta com um pano, para ficar livre da maior impressão dos seus raios, que formão uma espécie de casca negra, ou escura, que a reduz a um ponto de menos perfeição; e seja desta forma tem melhor vista, do que levada à prensa; mas se parecer necessário, usar-se-á desta, atendendo ao risco desse mofo, e tomará a tinta menos campo para se secar.

Estas são as regras gerais, que devem seguir-se, pois se acham aprovadas por inumeráveis experiências, as quais têm igualmente verificado a certeza das provas seguintes.

Prova para se conhecer mais prontamente o estado da fermentação, havendo o incidente de cessarem os sinais nos tanques, em razão de ter diminuído a água por alguma rotura, ou por qualquer outro motivo.

Do tanque da fermentação se tira uma porção da água, que se trabalha continuamente em dois copos, como mostra a estampa N° 7, e repetindo-se em ambos esta agitação, conforme a espuma que for criando em maior, ou menor abundância, se conhecerá se está fermentada, ou se necessita de mais tempo para fermentar: Se não mostrar a espuma necessária, dê-se lhe mais uma hora de fermentação, com o que facilmente se ficará conhecendo sem engano quando está completa a dita operação.

Prova para se conhecer a bateria, que é necessária ao segundo tanque, depois da perfeita fermentação.

Nos mesmos copos se conhece o estado da bateria; porque continuando-se a agitar neles a água com frequência, mostram facilmente (experimentando-se a miúdo em prato, ou pires, como já se disse) o ponto a que pode chegar a granulação; e ficará esta prova servindo de padrão, ou modelo para se reger a bateria, que deve fazer-se no tanque. Também lançada a água no prato, ou pires, ainda que granize, ajuntasse-lhe uma pequena porção de saliva, ou duas, até três gotas de limão azedo; se delas resultar, sem outra agitação, que granize mais, e melhor, é sinal de ser necessária mais bateria no tanque: pelo contrário, se este ácido não aumentar a granulação no prato, é certo que está em tudo completa a tinta, e que não precisa de se tornar a bater no tanque, ou copos.

Por meio destas experiências é que se tem facilitado o conhecimento destes dois pontos da fermentação, e da bateria, os mais necessários, e essenciais para a maior perfeição do anil.

Demonstração sobre o modo de fabricar o anil

1. Tanque da fermentação com sua grade encaixada de que se trata na primeira operação.

2. Tanque da bateria em que se faz a agitação que vai explicada na 2ª operação.
3. Instrumento para tirar a água para o exame da verdadeira consistência do anil.
4. Torneiras do tanque da bateria de que se trata na 3ª operação.
5. Receptáculo, aonde cai o anil pelas torneiras do tanque da bateria.
6. Grade em que se descansa, o pano para coar e purificar o anil depois da 3ª operação.
7. Copo para prova do anil no ato da sua 1ª operação para reconhecer o verdadeiro estado da fermentação, e também no da 2ª operação para se ver o auge da sua agitação.
8. Prato para a prova da cor do anil.

Figura 1: Detalhe da demonstração sobre o modo de fabricar o anil. Fonte: Jerônimo Vieira de Abreu. *Brevíssima Instrução para uso dos Fabricantes de Anil nas Colônias de Sua Majestade Fidelíssima*. Por Jerônimo Vieira de Abreu, Inspetor das fábricas do mesmo Anil e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, 1785. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms., 05, 01, 05.

ABREU, Jerônimo Vieira de. “Plano da reforma das moendas e picadeiros dos engenhos de açúcar”. In: VELOSO, Frei José Mariano da Conceição (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica 1798. Tomo. 1 parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar, pp. 188-190.

[Página 188]

“Explicação da estampa segunda do Plano de Reforma das moendas, e picadeiros dos Engenhos de açúcar, proposta por Jerônimo Vieira de Abreu, vizinho, e Deputado da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro.

Número 1. A nova moenda sem dentes, como carrete, a qual tem menos corpo, que as antigas, e dela emana o aumento da força para as duas colaterais, ao contrário da moenda antiga do centro, que por mais grossa diminuía as forças às dos lados por mais delgadas.

Num. 2. Moendas de fora, que por não ter cavas, aumentam mais a sua força na maior grossura, e por fazer a mesma força na ponta do dente, sendo por este método mais fácil a sua operação.

Num. 3. Mostra as moendas antigas, que pela

[Página 189]

sua figura se conhece ser a do centro maior na grossura que as dos lados, e ter a do centro dentes e cavas, cujos dentes lhe fazem maior circunferência: e como se entranham nas dos lados, vem estas a diminuir a sua grossura, e por consequência a fazer maior resistência ao trabalho.

Num. 4. O novo picadeiro assobradado, para que com maior facilidade se haja de botar a cana na mesa de entrada das moendas, como se vê da figura (num. 6.), a qual sem esperar que passem os bois (num. 9.) ou bestas, que puxão o Engenho, se serve o mesmo Engenho da cana com maior prontidão; o que acontecia pelo contrário nos antigos, como se vê no (num. 5.), que os condutores da cana (num. 8.) a levam à entrada (num. 7.), e ali se demoravam até que passassem os bois (num. 9.) ou bestas para a

levarem à mesa (num. 11.); o que não sucede agora, que continuamente, e sem embaraço levam os condutores a cana do carro (num. 10.) a despejar no lugar também (num. 10.), e dali seguem pelo lugar (num. 6.) para lançar na mesa (num. 11.)

Esta condução se faz com muita facilidade, ocupando neste serviço os crioulos de 6 até 12 anos de idade, por ser desnecessário empregar em semelhante serviço os homens, que são precisos para outros trabalhos do mesmo Engenho.

Este novo método de arranjar o Engenho se

[Página 190]

acha posto em prática no Engenho de Inhaúma, que foi de João Vaz Pinheiro, e nele se tem achado todas as utilidades, que se fazem certas por uma justificação autêntica, que fez o seu Autor Jerônimo Vieira de Abreu, em que mostra ser o Ilustríssimo e Excelentíssimo Luís de Vasconcelos, então Vice-rei do Estado do Brasil, o primeiro que aplicou os meios de se emendarem estas fábricas, e de chegarem à perfeição, em que se podem atualmente contemplar, persuadindo ao Autor houvesse de cuidar nisso, e de lhe apresentar os modelos, para que se pusessem em execução, logo se reconhecesse a sua utilidade, o que assim se executou

Figura 2: Detalhe do Plano da reforma das moendas e picadeiros dos engenhos de açúcar de Jerônimo Vieira de Abreu. Fonte: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798, pp. 188-190.

ABREU, Jerônimo Vieira de. “Plano da reforma das fornalhas dos engenhos de açúcar, em que só se gasta a terça parte, ou quarta da lenha, que antes se gastava, e para as quais só se precisa da lenha miúda, e não grossa”. In: VELOSO, Frei José Mariano da Conceição (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica 1798. Tomo. 1 parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar, pp. 190-192.

[Página 190]

1. Boca da fornalha.

[Página 191]

2. Boca do cinzeiro.
3. Parede interior, ou anteparo ao retrocesso do fogo.
4. Convexidade interior para depósito da chama gradual.
5. Volta, que deve ter a convexidade da ab[oboda de qualquer dos lados.
6. Divisão para submeter a força do fogo maior.
7. Vão, por onde sobe todo o calor supérfluo, e todo o fumo.
8. Vão da chamniné.
9. Parede, ou abóboda do receptáculo da lenha.
10. Separação das taxas.
11. Paredes.

As fornalhas, assim a nova, como a velha, são desenhadas debaixo de três pontos de vista, acusados pelos números 1, 2, 3; mas os que são explicados, são os que mostram a sua construção interior, e exterior, antiga e moderna, umas em frente às outras. Por este novo método se tem colhido uma indisível utilidade, não só poupando as imensas lenhas, que se tiravam dos matos, arrasando-os, como também forrando o trabalho e despesa, com que se acarretavam para os engenhos, ocupando maior número de escravos, animais, etc. vindo-se por ele a fazer o mesmo trabalho, e toda a safra com

a terça parte, ou quarta das lenhas, que antes gastavam, sem precisão das lenhas grossas, por bastarem as miúdas:

[Página 192]

com que além da desforra de tanta despesa, os engenhos, que já não têm matos, e que a compravam, não comprarão mais; e os que por falta de lenhas não trabalhavam, ou tinham safras limitadas, podem trabalhar, e terem maiores safras, e ficarem os matos, aos que os têm, conservados para outros usos, para os quais são indispensáveis as madeiras.

Figura 3: Detalhe do plano da reforma das fornalhas dos engenhos de açúcar, em que só se gasta a terça parte, ou quarta da lenha, que antes se gastava, e para as quais só se precisa da lenha miúda, e não grossa, de Jerônimo Vieira de Abreu. Fonte: Frei José Mariano da Conceição Veloso (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798, pp. 190-192.

FERREIRA, José Henriques. *Dissertação sobre a cochonilha: História do seu descobrimento na América Portuguesa. Escrita por José Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra, e Sócio da Academia de Ciências &.^a, 1772. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, ms. 1030.*

1

A cochonilha matéria que se necessita para tingir o escarlata, o carmesim, e outras muitas cores, que dela se compõem para os panos, sedas e pintura, é uma droga, que os espanhóis transportaram do México, onde se produz com abundância, em forma de pequenos grãos muito irregulares, chatos por uma parte, e convexos pela outra com rugas, e desigualdades, de cor vermelha escura, tirando para roxo: com ela fazem um grande comércio por toda a parte, e dele tirão grandíssima utilidade. Até agora se julgou, que só eles eram possuidores deste grande tesouro, sendo disto causa a nossa ignorância e nosso descuido, pois nessa nossa América portuguesa se produz em muita abundância, e se acha, senão em toda, em muita parte dela; cujo descobrimento há pouco tempo foi feito; e referirei quando, expor que meios este a conheceu.

No ano de 1772, no dia 18 de fevereiro se deu princípio à uma Academia de História Natural, e Médica nesta cidade do Rio de Janeiro, que eu com alguns outros sócios curiosos, e desejosos de saber erigi de baixo da proteção do Ilustríssimo; e Excelentíssimo marquês do Lavradio vice-rei do Estado do Brasil; e tratando-se nela várias matérias pertencentes ao seu objeto, apresentando cada um dos sócios, aquelas, que achava, e de que tinha notícia, o cirurgião-mor primeiro regimento desta praça do Rio de Janeiro Maurício da Costa referiu em uma sessão da mesma Academia, da qual também era benemérito sócio que viajando pelo Rio Grande de São Pedro no tempo, em que se determinou fazer a demarcação da América portuguesa com a espanhola,

2

um espanhol com quem ia de companhia e que tinha estado no México lhe mostrara a cochonilha sobre as plantas opúncias que havia em abundância por todo aquele terreno em que se achavam.

Outros cuidados, e embaraços o fizeram não atender muito a esta notícia, nem averiguar mais nada sobre ela; mas nunca perdendo-a da memória, algumas vezes fizera

diligência por a achar a mesma cochonilha sobre as plantas, que crescem aqui no Rio de Janeiro, mas que nunca a encontrara nelas, nem das secas vizinhanças por donde tinha andado.

Isto ouvido por todos os sócios, fez excitar neles o desejo de verem esta produção natural, tão interessante para melhor se certificarem da sua existência no nosso país; e por mim, como presidente da Academia foi encarregado o dito sócio Maurício da Costa, gerisse toda a diligência, para se apresentar nela. Ele a executou tão prontamente, que passados alguns meses apresentou sua pequena quantidade quanta foi bastante para se conhecer, que era a própria, a qual se encarregou ao Ilustríssimo e Excelentíssimo vice-rei, que a remeteu logo para a corte.

A distância do lugar, e dificuldades da condução da planta, em que ela pudesse viva quase fizeram perder a esperança de que aqui a pudéssemos ver propagada: Francisco José da Rocha sargento-mor de dragões do Rio Grande, que se achava naquele continente remeteu ao Ilustríssimo e Excelentíssimo vice-rei vários papéis pintados, e escritos com a cochonilha, dando notícia havia lá aquela tinta de que se

3

serviam os rapazes para escrever, e pintar, ignorando o que era; a isto lhe respondeu o Excelentíssimo vice-rei, e eu também lhe escrevi que era a cochonilha, recomendando-lhe a remetesse, e fizesse apanhar dizendo a todos aqueles habitantes a utilidade, que podiam tirar desta produção.

Neste tempo foi mandado retirar do Rio Grande o dito Francisco José da Rocha, por ser nomeado governador da fortaleza de Santa Cruz na barra desta cidade, e voltou a governar o Rio Grande o governador dele José Marcelino de Figueiredo, que tinha sido mandado vir para esta capital pelo Excelentíssimo vice-rei: a este recomendei a mesma cochonilha, e dei algumas instruções a este respeito, mas nunca me escreveu, nem deu nota alguma sobre esta matéria.

Chegou a esta cidade Francisco José da Rocha, e nela se demorou alguns meses, nos quais falei com ele muitas vezes sobre este objeto, e suas utilidades, e sendo depois mandado pelo Excelentíssimo vice-rei para a ilha de Santa Catarina, e nela incumbido de várias diligências a respeito da sua defesa, e cultura, como por esta causa se demorou na mesma ilha, e viajou o seu terreno, e muita parte da terra firme, nele achou a mesma cochonilha nas plantas, que tinha visto no Rio Grande, de que já tinha todas as notícias, e recomendação.

Ele a remeteu logo ao Ilustríssimo e Excelentíssimo vice-rei, e a planta transplantada em um caixão, com água cochonilha pegada nela, e a mim igualmente uma pequena caixa com a mesma esta planta assim mesmo me foi entregue pelo Excelentíssimo vice-rei

4

muito desejoso de que tudo se propaga-se, eu com muito gosto me incumbi desta diligência, e reservando-a algum tempo em casa a fiz depois transplantar para o Horto Botânico da Academia do qual se propagaram outras para diferentes partes, e juntamente a mesma cochonilha. Mandeí depois pôr a planta, que aqui se achava, natural do Rio de Janeiro, junto à outra de Santa Catarina, da qual tem alguma diferença específica, para ver se a cochonilha se passava para ela, e dava igualmente, que na outra, não só por ser pequena, e pouca, a que tinha sido remetido da Ilha, mas também para fazer maior produção da cochonilha, se acaso pegasse nesta.

Assim sucedeu: ela separou, e produziu muito mais do que na outra, por cuja razão espalhei por todas as que por aqui se acham, nelas está propagada abundantemente, ainda que não tanto como pode ser, e deve promover-se.

O Ilustríssimo e Excelentíssimo vice-rei recomendou, escrever logo ao dito Francisco José da Rocha cuidasse mesmo em fazer propagar muito mais planta para maior criação, e colheita da cochonilha na Ilha de Santa Catarina: A mesma ordem tiveram os governadores dela, os quais continuaram a mandar para aqui a dita planta, cuja se tem também propagado neste terreno; e ultimamente foi mandado o sócio, e secretário da Academia Luiz

5

Borges Salgado, pelo mesmo Excelentíssimo vice-rei com as instruções que lhe dei a este respeito, esvidas [?] quais remeteu alguma cochonilha boa, e bem preparada na forma que vem do México. A notícia deste deu conhecimento que aqui achou José Clarke Lobo tenente coronel de um regimento da Bahia; ao qual participei esta matéria, ele a mandou para esta cidade com recomendação de que fizessem lá a diligência de acharem a cochonilha mandando-se os sinais para a poderem conhecer, e achar: Correspondeu o efeito a diligência; pois passado pouco tempo veio a notícia de ter aparecido no recôncavo da mesma cidade. O pouco tempo, que eu existi na Bahia, e ter lido em Pison, que a cochonilha se não achava na América portuguesa, fez que não

intentasse procurá-la, e como nunca se ali fora ao recôncavo dela fez coisa de não encontrá-la, o que poderia facilmente acontecer. Esta é a verdadeira história do descobrimento da cochonilha, e dos meios por que ela se obteve, continuarei agora a descrição exata da planta em que se produz, as observações que fez muito circunstanciadas para vir no conhecimento da sua geração, sendo-me necessário muito tempo, e muita paciência pelo oculto modo com que se faz, pela pequenez, e tenuidade do objeto, e pela confusão, e incerteza com que os autores que escrevem dela a referem.

6

Todos sabem (os que têm uma ainda leve notícia da História Natural) que por muito tempo se ignorou, ou disputou o que era a cochonilha: julgou-se ser uma baga, ou excrescência de planta do mesmo modo, que se julgava ser o kermes, e outros insetos, que depois os Naturalistas fizeram conhecer, que eram viventes, e não grãos e excrescências, nas quais se produzem insetos, e com quem tinham alguma semelhança exterior. Não foi o padre [Charles] Plumier como tenho lido em alguns AA. O primeiro que no ano de 1696 afirmou, e disse [ser] a cochonilha um vivente, cuja notícia comunicou Pomet, que este publicou na sua *História de drogas*; pois o físico-mor do México Francisco Friv; cuja *História* mandada escrever por Felipe IV, saiu impressa no ano de 1651, disse ser bicho a cochonilha⁴⁰⁵. E ainda que este espanhol escrevesse em tempo no qual a história natural era um caos, e que havia a geral ignorância de que os kermes, e outros desta natureza eram grãos bagas, e excrescências contudo sempre afirmou ser bicho a cochonilha, e só arrastado pela preocupação geral de se lhe dar este nome pela semelhança, e servir igualmente de que os kermes para tingir as lãs usando promiscuamente de uma, e outra coisa os tintureiros, e pintores; arrastado digo afirmou pertencer a cochonilha a este gênero, e ainda que por

7

um juízo errado, por este mesmo os naturalistas modernos a têm conservado nele assim como o mesmo nome de cochonilha, mas daqui bem se vê, que não foi o padre Plumier o primeiro que deu esta notícia, e que eram escusadas as dúvidas, e controvérsias sobre este ponto de história natural, lendo-se Hernandez no capítulo 45.

---

⁴⁰⁵ (1) Reperiuntur apud Mexicanos intunarum quodam genere Nohez no palli, Teu Nopal no chestli vocato hac sola ratisne apocorum, armentorum, que injuris, quibusdam in Locis natura munitis, assento vindicato que, Vermiculi rotundi, extra candidi intra vero coccinei coloris in terdum Iponte ipsius natura, interdum hominum indústria atque deligencia... X^a. Vide Cap. 45 fol. Mihi 78.

Assentaram finalmente com certeza todos, que a cochonilha era um inseto, porém o modo da sua geração se ignorou, e disputou até agora, uns dizem que se transforma como as lagartas, ou moscas, e neste erro estive eu por algum tempo por uma razão muito forte, e aparente como logo referirei, outros que se não transformam, e gera animais semelhantes do mesmo modo que aqueles, que se não transformam; uns finalmente que tinham asas, e eram moscas, e outros que as não tinham.

Mas como eu não li em nenhum dos AA destes sentimentos diversos, uma observação exatamente descrita, nem um processo averiguado da sua geração, que fizesse provar cada uma das asserções deles, fiquei sem poder determinar-me sobre este ponto, enganando-o totalmente.

A lição de Lineu *Sistema Naturae* impresso em 1756 a respeito da cochonilha posta por ele na Ordem Hemíptera, me não dava uma ideia clara do modo da sua geração, vista a costumada brevidade com que este grande naturalista se explica falando sucintamente na boca, abdômen, e duas asas somente nos machos⁴⁰⁶. Muito menos me podia ajustar com a outra posta na Ordem Coleóptera, tão diversa da cochonilha que eu estava vendo⁴⁰⁷

8

por cujas razões determinei fazer as observações que me fossem possíveis sobre este ponto para adquirir a certeza dele, e foram as seguintes.

Remetendo Francisco José da Rocha uma caixa com cochonilha da ilha de Santa Catarina, quando esta se abriu na presença do Excelentíssimo vice-rei, e outras muitas pessoas, se viram muitas moscas, e cascas donde elas tinham saído (A) (B) isto me fez Logo julgar, que a cochonilha se transformava, e produzia do mesmo modo que os outros insetos desta natureza: nisto assentei firmemente, e assim o comuniquei a diversas pessoas. Tão fácil é o engano! Quanta cautela deve haver em julgar, e pronunciar pelo que se vê à primeira vista? Pus em minha casa um vaso com a planta, e alguns bichos pegados nela para ver esta transformação de que não duvidava, cômodo dela; todos os dias via e observava, bicho por bicho, sem encontrar novidade a este respeito, até que passado tempo considerável, que este não numerei positivamente, infinitos bichinhos andando começaram a aparecer por toda a planta, e outros juntos aos grandes, de quem nasciam, e saíam pela parte posterior, do tamanho de um minútíssimo

⁴⁰⁶ (2) Coccus. 188 Rostrum pectorale abdomen pone Ietosum, allo duo tantum Masculis.

⁴⁰⁷ (3) 163 Coccinela. Antenno Iubdavato. Teorax cum e Lytris marginatis demispeoricus.

pioelho, os quais vistos com o microscópio, se conheciam perfeitamente terem seis pernas vermelhas claras, cor de carne, duas antenas brancas, o corpo vermelho, mais escuro, que as pernas, e mal coberto com um pelo

9

branco muito fino e raro transparecendo este por baixo, e percebendo-se lhe muito bem as rugas, e divisões: Alguns pelos mais compridos pela parte de trás muito finos, mais que os de teia de aranha semelhantes na consistência a algodão finíssimo como se vê na letra C. Isto me fez admirar muito pela falsa esperança, em que estava da transformação, em cujo erro me tinha feito cair a aparição daquelas moscas, e vendo nascer os filhos das suas mães, sem mudança alguma delas entrei a vacilar sobre esta geração, sem acertar no modo dela, pois que me faltavam os machos que tivessem feito a fecundação nas fêmeas. Lembrava-me se aquelas moscas que se tinham achado, e de que já fiz menção seriam os machos que Lineu afirmava terem duas asas, mas como estas todas morreram, muito menos podiam ter fecundado aquelas fêmeas, e mães dos novos produzidos. Discorri finalmente que estas fêmeas tinham já vindo fecundadas de Santa Catarina, e disto fiquei persuadido esperando desenganar-me com o tempo, e outras observações, mas nunca despersuadido que a transformação que tinha havido para aquelas moscas deixasse de ser da cochonilha; porém vendo que muitos vermículos daqueles se foram pegando à planta nutrindo, e crescendo, e passados três meses tornaram deles nascer muitos outros do mesmo modo que os primeiros então me desenganei se não transformavam nas tais aparecidas moscas.

Fiquei na mesma, ou maior dúvida, e

10

lembrando me se seriam estes animais hermafroditas, não me atrevi a pronunciar coisa alguma, à cerca desta ideia, visto o engano que havido com as ditas moscas.

Julguei logo serem outros insetos de que tinha saído as moscas que vinham misturadas com a cochonilha, e este juízo me fez confirmar uma lagarta que depois se achou na mesma planta, cuja figura se vê na letra “D” sua grandeza, e aumento com o microscópio, e as informações que tive de pessoas que tinham estado em Santa Catarina, que certificaram terem visto a mesma lagarta, que era destruidora da cochonilha.

Continuei as asilões, e a discorrer sem acertar, esperando que o tempo, e a observação me fizessem conhecer a verdade da matéria; transplantei para um vaso uma planta sem algum bicho, depois tirei de outra uns poucos recém-nascidos, e os pus sobre ela em parte onde não havia mais alguma, tapei esta com uma grande manga de vidro hermeticamente fechada, que somente abria-se para lhe deitar água, e entrar o ar às vezes, que julgasse necessárias: estes vermículos foram caminhando não só pela planta mas também alguns por fora dela, e pela circunferência do vaso, no qual ficaram quietos sem alimento, e conservando a mesma pequenez se fizeram todos brancos sem transparecer-lhe o corpo como de antes: não se viram mais pernas, nem antenas, e

11

tornaram justamente a figura de um casulo de bicho de seda; diverso somente na extrema pequenez, e não ser tecido, segundo pude perceber D*

Alguns semelhantes a estes ficaram na mesma planta, e do mesmo modo: os outros que não saíram dela se foram cobrindo de pelo mais felpudo, semelhante a algodão finíssimo, crescendo, e engrossando pouco a pouco adquirindo a figura convexa, e cochando-se lhe o pelo cada vez mais sem se bulirem, nem se moverem do lugar último que ocuparam: E. No mesmo tempo meti em uma pequena caixa de vidro alguns casulinhos destes, e outros bichos daqueles diferentes sem casulo para melhor ver, e quase a toda a hora o sucesso com mais facilidade, e parados vinte dias achei terem saído de cada um destes casulos uma mosca, quase imperceptível, mas conhecendo-se lhe as suas partes a não entrar-se em dúvida ser mosca, a qual vista com o microscópio tinha o corpo vermelho não escuro, duas antenas da mesma cor dele, e mais compridas que antes da transformação com alguns pontos brancos regulares, e nove divisões, ou juntas⁴⁰⁸¹, separando-se uma da outra, como a abertura que faz um ângulo agudo, ep^a, as pontas curvas: Seis pernas vermelhas, e duas asas membranosas não muito transparentes, e brancas, com uma finíssima, e quase imperceptível poeira, e suas ramificações avermelhadas, planas e estendidas sobre o corpo, e não levantadas nem unidas: duas caudas compridas, e maiores que o corpo como dois cabelos muito finos e voltados na

12

---

⁴⁰⁸ (1) Semelhantes a pequenas contas vermelhas enfiadas em um fio branco.

ponta para as ilhargas “E*”. Os outros que não tomaram a figura do casulo achei mortos, e secos, e os casulos que antes de sair a mosca esmagados com o dedo tingiam de cor vermelha, depois de vazios não tingiam, e se reduziam a um pozinho branco, como farinha finíssima, misturada com um levíssimo pelo vendo-se quando inteiros na ponta o buraquinho por onde saiu a mosca: estas moscas viveram quatro e cinco dias dentro da caixa de vidro depois dos quais morreram.

Esta mesma transformação sucedeu naqueles que pus na planta dentro da manga de vidro saindo as ditas moscas passeando e voando por toda ela e por cima dos outros que tinham ficado pegados, e adquirindo maior nutrição, aos poucos se lhe foi esta aumentando à proporção do tempo. Começando a aparecer-lhe pela parte posterior uma humidade transparente com uma pequena gota de orvalho de cor assombreada, e clara, a qual pouco a pouco foi passando a vermelha, o que eu julgo ser excremento deste animalículo “F” e chegando ao termo de três meses pouco mais ou menos tornaram deles a sair os filhos como dos outros que tenho referido, seguindo-se em tudo o mesmo processo, sem a menor diferença: isto mesmo observei depois constantemente em todas as plantas, e em todas as produções dos bichos, notando sempre serem em maior número os que se transformam.

Aqueles que ficam pegados

13

na planta, e que é a cochonilha que se colhe, seca, e preparada do modo que a vemos, esta mesmo que quando nasce tem seis pés com que caminha mais ligeira que os outros que se transformam, e duas antenas, tudo isto perde, ou se lhe faz inútil, e some quando se pega na planta e começa a nutrir-se de sorte que com o microscópio se não percebem, nem estes lhe são necessários, mais do que no pouco tempo que gasta em buscar o lugar para se acomodar, e nutrir sendo comumente este o mais abrigado, e coberto, que tem a planta⁴⁰⁹¹. Tanto há que admirar na natureza, e nas mínimas produções dela. O pelo branco que pouco a pouco se vai cachando, e cobrindo-lhe o corpo parecendo veludo finíssimo, pela parte superior, e convexa, visto com o microscópio, e ainda com os olhos bem se divisam as separações dos anéis do corpo de onde nasce como quando se dobra alguma coisa o veludo e pela parte inferior em que a barriga fica assentada, e este

---

⁴⁰⁹ (1) O Grande número destes insetos que se pegam nas folhas das plantas uns juntos a outros, faz que em muitas partes pareçam uns montes brancos e felpudos, e ver se muito pouco do verde da folha, como representa a planta figura 1ª.

servindo como de colchão entre o corpo, e a planta, é mais compacto e sólido, da grossura de um papel porém mais mole e menos resistente ao rasgar, neste se vê um pequeno buraquinho mais para a parte da cabeça do animalículo por onde chupa o alimento, e por onde está pegado à planta que faz alguma resistência, quando se arranca, maior que o resto do corpo e pela parte de trás saem alguns pelos mais compridos que os outros como cabelos “F”

Tirando toda esta abertura e cama com que

14

que se preserva das injurias do tempo, e de muitos insetos que lhe seriam funestos principalmente as formigas, que enquanto pequeno o destroem, se veem perfeitamente com o microscópio pela parte superior onze rugas, ou anéis que vão diminuindo à proporção do corpo, e pela parte da barriga outras tantas “G”. A boca é um buraquinho na parte inferior, e no princípio dela a que se pode chamar peito respectivamente aos outros animais formada pelas mesmas rugas que fazem ali a figura de um triângulo bem semelhante àquela que se vê quando juntamos as cabeças de três dedos unidos na mesma figura de triangulo: nem cabeça nem olhos nem antenas nem pés se lhe percebem individualmente. “H”

Aberto um destes bichos, quando está no seu maior aumento, se acha todo cheio de um suco vermelho que não deixa perceber lhe as entranhas por ser tudo da mesma cor, mas com o microscópio se veem misturados nele muitos, e inumeráveis bichinhos da mesma cor, e figura que bem dá a conhecer serem os mesmos, que nascem depois, sendo por esta razão do gênero vivíparo, e não ovíparo, como tem afirmado muitos, sem certamente o observarem, e parece não podia ser de outro modo, visto que a mãe se não move de um lugar para outro, nem naquele mesmo se lhe percebe nunca o mais mínimo movimento.

Estes bichinhos quando nascem julgo não

15

saem logo para fora; pois se acham sempre alguns pegados à mãe e metidos no pelo, e colchão em que está deitada, vermelhos, e sem pelo, adquirindo talvez ali maior vigor, e nascendo-lhe o pequeno, e se vê pelozinho, com que aparecem fora, e andam, ficando também muitos logo ali juntos e a roda da mãe, e por cima dela em montes principalmente os que formam casulos, e depois dali espalhando-se por toda a parte: a

mãe depois de parir morre, e cai ficando o cadáver Seco, e vazio. De todas essas observações que fiz, e tenho referido se conhece com toda a evidência, se não me engano, ser a cochonilha um inseto que nasce, se nutre, e cria sobre a planta opúncia em que acha, sendo esta somente a própria para o seu alimento, e não outra alguma, como muitos pensam; sendo a que se apanha, e de que se usa a fêmea: que os machos que as fecundam são as moscas que saem dos casulos, e muitos a cada uma; pois são em maior número que as fêmeas, suprimindo assim a natureza, que nada tem supérfluo, com o número à extrema pequenez deles: que estas fêmeas são fecundadas logo passados vinte dias depois de nascerem pouco mais, ou menos, pois que nesse tempo os machos se transformam, e vivem nesta figura somente quatro até cinco dias.

Na frase de alguns modernos é verdadeiramente um progalinseto pois que difere dos galinsetos em ser vivíparo, e coberto de pelo, dentro do qual, como em um casulo vive, cresce, nutre, pare, morre. O Grande Lineu a põe

16

na Ordem Hemíptera pelas asas que tem o macho, e a fêmea por falta delas na Áptera; mas guardado todo o respeito que se deve a este grande homem, eu não percebo como tendo todos os da Ordem Hemíptera quatro asas, ele põe a cochonilha nela, sendo só duas as que tem os machos, como ele mesmo afirma – *allo duo tantum masculis* – além de que a ordem Hemíptera difere das outras, segundo ele, em serem as asas semicrustaceas, e unidas ou encostadas ao corpo, quando as asas dos machos da cochonilha, as duas que somete tem, são membranosas transparentes, e tensíssimas e não encostadas mas sim direitas sobre o corpo, e estendidas, e por esta razão parecem ser da Ordem Díptera, como as moscas, visto que ele caracteriza as ordens pelas asas.

Esta mesma dúvida se me oferece a respeito do kermes, cujos machos como galinseto, somente tem duas asas, conforme a observação de Reaumur, que Lineu põe na mesma Ordem Hemíptera, e descreve com quatro asas: isto me custa muito mais a conciliar, vendo que o gênero de Cocuy e suas espécies no qual entra a cochonilha, ele põe com duas asas na Ordem Hemíptera que é dos que tem quatro. Isto são dúvidas que talvez nasçam mais da minha pouca inteligência do que inadvertência deste grande sábio, e eu estimaria ser ensinado por ele, ou outro qualquer que o possa fazer; mas parece seria justo, houvesse outra ordem, ou gênero

17

visto no qual se pusessem os insetos, cuja transformação, é dimidia isto é, que só os machos se transformam, e não as fêmeas, e poderá haver outra espécie que seja as avessas, em que a fêmea fecundada, e transformada vá depor os ovos em partes acomodadas ao nascimento e criação dos novos insetos seus filhos.

Monsiuer Reaumur põe estes na Classe dos Galinsetos pela semelhança que têm com as galhas, e excrescências, de que saem moscas, e se acham nos carvalhos, xoupos Altimos, e outras; mas na verdade são bem diferentes, pois as galhas são unicamente a excrescência da planta causada pela picadura de diferentes moscas para nela deporem os ovos de cuja picadura se forma a tal excrescência, nascem nela os vermículos, nutrem-se, transformam-se, furam a galha, e saem para fora com asas, e isto mesmo sucederá nas peras e maçãs, outras frutas onde achamos bichos, e buracos; mas os que ele chama Galinsetos são logo bichos, que nascem andam, e se pegão nas plantas de que se nutrem, cujos quase todas tem, a que vulgarmente chamam piolhos, que as secam, e destroem, senão há cuidado de a limpar-lhes, sendo outros muito úteis, como os kermes, e cochonilha, e talvez haja mais alguns de muita utilidade, que não sabemos. Quanto tempo se esteve no erro ser o kermes excrescência do mesmo modo que as galhas? este lhe fez dar o mesmo nome geral, que ainda hoje se lhe conserva pela semelhança ainda que conhecida a diferente natureza, e por isso posto na

18

na mesma Classe dos Galinsetos pelos naturalistas modernos, e por Lineu conserva o mesmo nome genérico.

Pela mesma razão adquiriu o nome que tem a cochonilha, e como se acha nela a diferença dos progalinsetos, justamente se deve por nesta Classe, e suposto até agora se tenha ignorado haver transformação nos machos deles, conforme o que eu tenho lido nesta distância onde não me vem com facilidade as obras que saem ao público, como nestes da cochonilha não há dúvida havê-la, o mesmo sucederá nos outros, se os naturalistas observarem atentamente.

O método de Reaumur com razão é preferível ao de Suvamerdamio, Valisnerio, Lesser e outros, o de Lieneu mais completo que todos, mas a brevidade, concisão, e termos diversos requerem uma erudição extensa para se poder perceber o seus sistema geral, e ter-se dele um conhecimento a fundo: seria útil que todos os naturalistas conviessem e falassem por uma frase geral, e se não amontoassem métodos a métodos. Na edição décima terceira mais completa do *Sistoma Naturae* que hoje tenho de Lineu,

descreveu este grande naturalista com mais alguma extensão a cochonilha; mas esta descrição é menos exata⁴¹⁰; pois o corpo dela não é abatido, antes esférico pelas costas, e plano pelo ventre, os pés não são negros, mas vermelhos, e claros tanto nas fêmeas, e machos quando nascem como nestes depois de transformados, e naquelas ou se perdem ou as une de tal modo ao corpo que não é possível

19

verem-se, ainda com um bom microscópio, pelo crescimento do ventre ficando semelhantes a um carrapato muito cheio de sangue do animal de onde o chupa, e este licor vermelho escuro com imensidade de filhinhos, que todos se desfazem igualmente no mesmo suco nascendo talvez esta cor da planta de que se nutrem cuja descrição farei agora.

Várias espécies há de opúncia, tuna por outro nome, e nopal, além de outros dados pelos mexicanos que refere Hernandez no capítulo 44: entre nós Figueira-da-Índia, e no nosso Brasil Jerumbaba, e Urumbaba: todas elas recopilou Lineu de vários naturalistas, e viajantes, e as põem na Classe Icosandria Monoginia, mas como agora é meu fim tratar daquelas em que se nutre a cochonilha, falarei, e descreverei somente duas, que são, as que aqui no Rio de Janeiro tenho visto, uma em grande abundância, e própria do terreno, e outra produzida pela que foi transportada da ilha de Santa Catarina com a cochonilha, que produziu toda a que hoje existe nesta, e em uma das espécies das outras próprias, e naturais daqui, na qual pegou somente a cochonilha, o que não aconteceu em nenhuma das outras, em que foi posta: descreverei em primeiro lugar a natural daqui, e depois a de Santa Catarina.

É esta planta figura 1 geralmente bem conhecida pelas suas folhas⁴¹¹ largas, e ovadas⁴¹² grossas, verdes, sucosas, recortadas pela circunferência, cheias de espinhos grandes de duas polegadas pouco mais, ou menos de cor cin-

20

zenta, e na ponta mais escura tirando para o pardo tão rijos que furam a sola do sapato sucedendo pôr-se lhe o pé em cima; e de que usam as mulheres do campo em lugar dos

⁴¹⁰ (1) *Sistoma Naturae* Edit. 13 fol. Mihi 742 = cacti = 22 = Corpus depressum, to montofum, rugis transversis, et margines Laterales dorsi utrinque duplices: superiorebreviori. Abdomun purpurascens. Os: punctum subulatum, e medio pectoris. Antenno Subulato, Corpore 1/3 breviores. Pedes breves, nigri.

⁴¹¹ (1) Chamo-lhe folhas por usar da frase Comum, pois na verdade mais são os ramos desta planta e tronco sendo as folhas então umas que nascem como pequenos botões antes dos espinhos.

⁴¹² (2) De uma polegada mais ou menos de grossura.

alfinetes: estas folhas são pegadas uma a outra como por uma junta pela parte mais delgada que faz uma ponta mais aguda, que a outra superior, postas alternadamente para as ilhargas quase sempre com regularidade: tem além destes grandes espinhos outros minutíssimos e imperceptíveis com a vista, mas com o tato se percebem muito metendo-se pelas mãos quando se lhe toca e causando moléstia e comichão; muitos dificultosos de se tirarem pela pequenez, e por serem farpados como setas.

O fruto nasce da mesma folha antes de aparecer a flor mas logo sobre ele se vê o botão de onde ela há de sair – I – de cor vermelha, e a mais em uns; que em outros: a flor depois de aberta é amarela, com alguma mistura de vermelho, ou açafreado – L – A planta sendo nova não faz tronco devido porque tudo parecem folhas nascidas uma das outras imitando um arbusto; porém depois de anos as primeiras folhas que deram nascimento às outras vão perdendo a figura oval, e plana engrossando, e adquirindo tronco redondo e grosso como de árvore a cuja altura chega não grande, mas que passa de arbusto⁴¹³³.

As folhas quando nascem não tem espinhos, e somente uns pequenos botões⁴¹⁴² verdes, e na ponta agudos rombos

21

com mais alguma dureza nesta, que no Corpo, junto dos quais nascem depois os espinhos caindo, e secando aqueles, e ficando o Sinal pardo onde estavam pegados – M. A flor ou corola é dividida em onze pétalas comumente de cor amarela desmaiada, tirando para branco na parte inferior por onde estão pegados ao nectário, e alguns tem a parte superior avermelhada, com um vaso pelo meio, que não chega à inferior, e se vai sumindo docemente, mas estes são sempre os que ficam da parte de fora, sendo os de dentro todos amarelos – N. O Cálice é formado das mesmas pétalas exteriores, com que os interiores estão cobertos antes de abrir a flor – I.

Os estambres são muitos filamentos divididos sobre si brancos com as antenas amarelas aonde está o pólen ou poeira fecundidade – O.

O pistilo é um, e o estigma dividido em seis partes, em alguns cinco, e outros sete, cujas divisões somente o fazem mais comprido que os estambres – P.

---

⁴¹³ (3) Chega à altura de mais de dois homens, e o tronco se faz da grossura de trinta, e mais polegadas de circunferência, falo daquela que aqui é própria do Rio de Janeiro, que a outra de Santa Catarina ainda não a vi assim, mas tenho notícia chegar a esta, e maior altura, e grossura, e o mesmo no Rio Grande.

⁴¹⁴ (2) Estas são que devem ser as folhas, como disse em outra nota.

O pedúnculo que sustenta a flor é o mesmo fruto, esse é semelhante a um figo de cor verde claro em partes, e em outras com raios, e manchas tirando para vermelho, por fora quando novo tem uns pequenos botões como olhos que querem arrebentar verdes, semelhantes aos que tem a folha que o fazem desigual; porém depois ficam avermelhados na ponta caem, e fica mais liso, e sem rugas com os sinais somente deles, e no mesmo lugar muitos espinhos miúdos, e penetrantes poucos

22

maiores, que os menores que tem as folhas: na parte superior onde estava a flor lhe fica um sinal redondo e pardo semelhante a uma coroa – Q – pela parte de dentro é sucoso, e carnudo, e polposo, no lugar em que estão as Sementes como geleia de cor esverdeada branca, e gosto subácido, e agradável – R.

A semente é parda, dura, reniforme, e umbilicada – S. A planta de Santa Catarina difere desta do Rio de Janeiro em ser somente a folha verde, mais escura, maior, mais redonda e mais grossa – figura 2^a – o fruto mais comprido grande, e muito vermelho, semelhante a uma pera carvalhal ou a uma abóbora – T – os espinhos também maiores e mais grossos e a flor com as pétalas mais regulares, e de cores mais vivas tanto a amarela como a vermelha, e esta muito mais quando está em botão – I – a parte interior polposa mais esverdeada, e a semente maior de cor arroxeadas, e a figura reniforme mais perfeita – R – J. A planta do Rio de Janeiro tem as folhas mais compridas de verde claro, mais delgadas, e os espinhos à proporção menores; o fruto mais pequeno com o pé mais grosso, e baixo esverdeado com algumas manchas pardas e vermelhas desmaiadas; a parte interior polposa esverdeada mais clara, tirando para branco; a semente mais clara, e tirando a pardo reniforme, menos perfeita: A flor é menos regular, e cores mais desmaiadas – Figura 1^a – ambas elas, e também os

23

seus frutos tem aquele exterior muito fino, que facilmente se rompe como também o fruto dentro um âmagos em que estão as sementes que faz diferença na cor, do resto mais carnoso.

Podem-se chamar para diferença para opúncia maior, e menor cochilini feras, a primeira ovato redonda, e outra ovato oblonga espinhosas: elas se produzem em todo o terreno e muito melhor no arenoso, e sabuloso, e junto ao mar; pelas paredes valados e telhados; basta meter uma folha, ou pedaço na terra para logo pegar, e produzir: nos

lugares mais úmidos apodrece, e fora da terra, e ameaça vegeta como as sempre vivas, de cuja ordem é.

Na medicina tem elas pouco uso, mas suas folhas são frescas, e emolientes: a gente do país usa delas para banhos frescos: o fruto da opúncia maior o comem os habitantes da ilha e Rio Grande, e é constante que comendo-se muito, tinge a urina de cor vermelha como sangue, do que nasce certamente a cor da cochonilha. O fruto da opúncia menor, aqui se não come porque o gosto não é muito bom, mas dele se faz doce muito excelente, e fresco.

À cochonilha lhe dão a virtude e a lixa fármaca, e por isso a metem em várias composições; mas na verdade só serve de dar às mais delas a cor e cegante, e nada mais, a sua preciosidade é outra, e da qual se não duvida.

Esta é a exata descrição destas duas plantas em que se produz a cochonilha, e sendo a primeira mãe deste animalículo [sic],

24

a que veio de Santa Catarina, ele achou tão boa, e talvez mais gostosa a do Rio de Janeiro que onde acha esta deixa a outra; e faz nela tanta produção que a seca e destrói logo, sendo a causa disto ser de menos sustança, que a outra, na qual não sucede este efeito, só estando muito nova, e pequena, por cuja causa será necessário multiplicar-se uma e outra para haver de preparar-se aqui. Os espanhóis fazem três colheitas de cochonilha guardando os restos da última em casa no tempo do inverno para depois a porem no princípio do verão no campo sobre as plantas, evitando por este modo que as chuvas, e frio rigoroso extingam toda ou a maior parte dela, se ficar exposta ao tempo, e também porque assim se pode obter maior colheita pela maior quantidade que se pode guardar para produzir, sendo o fruto proporcionado à sementeira; aqui onde os frios não são rigorosos, e não é grande a diferença de inverno a verão, não será necessária esta cautela, pois tenho observado que em todo o tempo ela produz, sendo sempre na verdade a produção na primavera, e verão maior, que no inverno, o qual não há dúvida ter aqui alguma diferença.

Na Bahia onde a estação é quase sempre igual, muito melhor se poderá fazer esta colheita, e talvez: com mais abundância em todo o tempo, e por mais vezes, tirando a que estiver grande e deixando a primeira, como aqui se tem feito, e quando as folhas começarem a secar pela muita quantidade que se lhe pega se deverá então tirar toda; o que aqui tenho feito praticar. O tempo e a

25

e a experiência facilitarão os meios, e farão os sucessos futuros pelo que se obtenha a maior produção e colheita dela, assim como tem sucedido com tudo o mais.

Eu prefiro o modo de a matar em calor de fogo brando, e depois secá-la ao sol, aos outros de afogá-la em água seja quente ou fria pois de qualquer maneira destas, sempre perde alguma tinta, como depois se vê na água que fica vermelha.

Excelência aqui está escrito o mais breve, e claro que pude, tudo aquilo que indaguei, e conheci sobre esta matéria: este é um dos descobrimentos mais preciosos, e importantes, que nós temos tido na América, visto com os olhos, com que se deve ver, e por quem saiba vê-lo, e calculá-lo, mas isto é bem fácil, e o cálculo bem demonstrativo.

Os espanhóis lucram na cochonilha mais de seis milhões por ano, pois que isto se sabe pela quantidade que trazem para Europa, e o preço que por aqui a vendem⁴¹⁵ nós a compramos para o uso das nossas fábricas, e pinturas assim como todas as nações que a não possuem: nós tendo-a a vendermos também às mesmas nações, a quem eles a vendem, e deste modo faremos dois lucros iguais a eles, um na que deixamos de comprar ficando-nos este direito em casa, e outro na que podemos vender adquirindo o de fora. Será lástima que se não atenda a este objeto tão interessante, assim como até agora se

26

não tem atendido a muitos outros, ainda que de menor importância que este, pois estando senhores a tantos anos deste riquíssimo país abundante de tantas produções, quase da primeira necessidade, que valem física e realmente mais do que ouro, e diamantes; delas nós não temos aproveitado: Os espanhóis o tem sabido o fazer, e de muitas que nós também possuímos, e nós sem os imitarmos! Transcreverei aqui os capítulos de uma carta que me escreveu do país o Dr. Antônio Ribeiro Sanches em resposta de outra em que eu lhe dava notícia da Academia, que aqui tinha procurado estabelecer, e de outras matérias e produções deste país: ele é bem conhecido dos sábios da Europa, pela sua grande ciência, e muitos sabem o grande amor que ele tem a Portugal sua pátria: eles são bem terminantes à matéria de que estou tratando. Diz ele “O haver-se formado esta Academia por insinuação de Vossa Mercê e estabelecer-se

---

415 (1) Savari. *Dicionário do Comércio*. palavra cochonilha.

pela inteligente proteção do Excelentíssimo Senhor marquês do Lavradio, acho da maior consequência para utilidade do comércio do reino, se em Lisboa quiserem entrar no gênio das nações, que pensam a sua conservação, e aumento, do que até agora estamos muito atrasados. Os castelhanos que não tem os olhos mais perspicazes que nós, souberam fazer dos produtos da história natural da sua América, um negócio de muito rendimento para eles, e de suma utilidade para Europa, Tiveram a habilidade de

27

fazer entrar no comércio a cochonilha, a quina, a jalapa, a contraerva, os bálsamos, a cevadilha etc., etc.⁴¹⁶. Nós tão defasados desde duzentos anos não tivemos a habilidade de fazer entrar no comércio a raiz de mil homens, casca barbatimão, a almácea, e outras mil raízes, frutos, e cascas, que podem servir na medicina, e nas artes, nas tintas etc. e admiro-me como o óleo da copaíba, e ipecacuanha chegou a ser conhecida, o que devemos aos condam [sic] jesuítas.

Sendo a causa que em Lisboa não há um colégio médico que pense nisto, que não há um droguista português, homem que havia de ser educado em Inglaterra, ou Holanda, na história natural, e ter e governar um armazém em Lisboa para ele só vender as drogas a todo o reino, e conquistas, e aniquilar e destruir todos os droguitas estrangeiros, que são os que impedem serem conhecidos os produtos da história natural das nossas conquistas, Ásia, África etc. Este armazém seria do patrimônio real devia corresponder-se com toda a Europa marítima. O diretor dele com salário real, e todos ali empregados como cacheiros, e obreiros: sem direitos de alfândega, nem nas colônias, nem na entrada dos portos do reino, nem na saída: Cada gênero que o diretor droguista descobrisse digno no comércio para a medicina, tintas, alimentos, ou serventia das artes, havia de ser premiado por sua vida com uma tença à proporção da utilidade.

28

Temos na Índia Oriental a raiz colombo, em Moçambique a raiz antae [sic] semelhante à aristolóquia. Em Angola os caroços da árvore coleva [sic], nasce no Reino do Congo a resina da árvore Cassanevo [sic], o fruto cola, ou como os negros lhe chamam toglove [sic] para curar o gálico vide Lacut. Luzit. Prax. Admir. tt. 11 obs. 39. Uma sorte de abóboras, que nascem em uma sorte de palmas, das quais se podem fazer

---

416 (1) Tudo isto nós temos menos a quina que talvez haja, e ninguém ainda à procurou.

mil sortes de móveis melhores do que com o charão da China⁴¹⁷ Dando planta aromática como a canela de Ceilão de muitas virtudes⁴¹⁸. O Ferro excelente que se tira da mina chamada Monte ou Serra do Ferro em Angola⁴¹⁹ a casca da raiz de uma árvore chamada Amcassa vomitório [sic]. Mandeí a poucos anos uma lista dos remédios referidos, e outros muitos e o modo de adquiri-los etc. a um governador que ali residia (que por honra sua o não nomear) e foi tal que nunca me respondeu. Mas que há de ser, não há em Lisboa o droguista real que propus acima, com seu correspondente assalariado para procurar estes produtos naturais, e mandá-los com a sua descrição, e para que servem, e que uso se faz deles pelos nativos da terra, e este mesmo correspondente com ordem de procurar dos naturais de que remédios usam para curar os seus achaques, ou queixas, feridas, fraturas, gálico, caneros [sic] etc. sem fazer avanços, e sem gastar jamais haverá, nem ciências, nem artes,

29

comércio, nem Estado civil. Essa Academia na qual Vossa Mercê tem tanta parte seria de utilidade imensa, se ao mesmo tempo se estabelecesse em Lisboa o droguista diretor geral do Armazém de todas as drogas, e remédios químicos, tanto das colônias, como do reino, como de todos os portos marítimos da Europa. Sem este estabelecimento, e sem que el rei queira gastar em fazer avanços não creio que possa esse estabelecimento dar a utilidade que podia esperar o reino: um ou três particulares não são bastantes para fundar um comércio geral, e aumentar as ciências naturais, que o Estado o deve manter, e conservar a sua custa para florescer.

Isto são desejos de um ratinho criado com ouvir dizer aos nossos pais, e avós "sejam estas ervinhas do campo testemunhas que morro pelo meu rei". Assim fomos criados, e assim morremos, e ainda tão longe de donde nascemos. Eu bem sei que o que acabo de referir acima vale pouco, e ao fundo não vale nada: Se Vossa Mercê poder

---

⁴¹⁷ (2) Aqui temos.

⁴¹⁸ (3) Aqui temos a verdadeira canela que se não cultiva nem Colhe: João Hopman tem algumas árvores na sua quinta, ou chácara pelo nome do país, e delas a colhe tão perfeitamente, e boa, como no Ceilão.

⁴¹⁹ (4) Em São Paulo há uma grande Serra cheia dele: Lá instituiu um particular uma fábrica, que por falta de meios, e de outros sócios que por respeito particulares sem os mesmos entraram, não pode subsistir, nem trabalhar, perdendo por esta razão Feliciano Gomes Neves seis mil cruzados que emprestou para ela ao dito instituidor; que pela falta de mais com que poder suprir; de sorte que hoje pouco ou nada se trabalha nela, quando com muito pouca despesa poderia continuar com grande utilidade: na mesma presença referiu o governador de São Paulo D. Luiz Antônio de Souza ao vice-rei deste Estado o Excelentíssimo marquês do Lavradio que com doze mil cruzados ela podia trabalhar, e tirar-se muito ferro; A que Sua Excelência respondeu que se ele lá estivesse da sua fazenda os gastaria, para uma coisa tão útil ao Estado.

pela valia do Excelentíssimo Senhor marquês fazer alguma coisa para bem dessa esquecida terra, ficarão enquanto viver com a satisfação de ter vivido em português, e com firme propósito que será mal premiado, mas este mal é velho, e em toda a parte se vê em semelhantes desconcertos."

Ora não seja tanto como Sanches diz: seja alguma coisa, e seja a menos dificultosa. A história geral

30

da América há muito tempo se tem dito e conhecido ser necessária: O nosso descuido, e inação nesta parte tem sido como os outros: ela sim teria feito descobrir muitas coisas, mas de que servia isso se não se atendesse à sua promoção, e ao seu comércio⁴²⁰? Os espanhóis que não têm mais habilidade conhecendo ela era necessária mandarem logo escrevê-la da sua América, e naquele tempo em que os naturalistas escreviam em muita confusão; e sem método: esta lhe aproveitou, fazendo dos seus produtos naturais um grande Comércio; e nós sem termos mais nada escrito do nosso Brasil do que aquela que devemos aos holandeses, escrita por Piso, e Marcgrave, no tempo em que estiveram senhores de Pernambuco, que conhecendo quanto ela lhe seria útil a mandaram escrever; é certo que nisto se despende dinheiro, e é necessário dispende muito, mas o lucro depois superabunda a tudo.

Seiscentos mil cruzados os castelhanos, com a *História* escrita por Hernandes, ornada e notada por outros; mas quantos seiscentos mil cruzados tem eles ganhado só na cochonilha? São muitos milhões.

Aproveitemos nós o que está descoberto que é muito bastante, e não se pretenda muito embora mais nada do muito que pode descobrir-se. A cochonilha é o presente objeto que mais nos deve interessar para promover-se a sua cultura, geração, e colheitas

31

---

⁴²⁰ Eu mandei para a Corte uma relação de várias produções naturais aqui descobertas úteis na Medicina, e Comércio, e destas também remeti algumas: a Jalapa sobre a qual meu Irmão Manuel Joaquim fez na Academia uma dissertação, e uma resposta apologética: o Mexoação Legítimo, que em Portugal se compra, e usa falsamente, e por ignorância da maior parte dos Boticários a raiz de Vitis Negra, por ele, como na mesma Academia se demonstrou por meu Pai Antônio Ribeiro de Paiva. A salsa parrilha; a goma Elemi: a goma Anime: a goma que se julgou Tacamaca esse não; era excelente incenso: a canafístula: o urucum tinta excelente: o cato: a goma de caju: a raiz da China: e vários purgantes benignos, e outros drásticos de que há abundância, assim como outros muitos gêneros que estamos comprando tendo-os nós, e não tive resposta, nem determinação alguma sobre isto.

na qual o comércio certo, e o lucro infalível para isto se conseguir não bastam ordens; e recomendações, é necessário dinheiro, edd. [sic] na mão logo adiante; pois a gente que há de cultivá-la, e apanhá-la, não se move por outra coisa: esta não conhece o lucro que pode tirar, e ainda que se lhe diga e proponha tem este por incerto.

Todos trabalham por interesse, ou da honra, ou da glória, ou da riqueza, não decido qual seja o primeiro; mas sem isto não se consegue [coisa] alguma: isto de zelo da pátria; se não é fantasma inexistente, ou máscara bonita e útil com que se encobrem outros objetos; mas sim entidade, ou virtude que na verdade há no mundo, acha-se por uma raridade, e se conta, deste, ou daquele como herói, e se formos olhar o fundo dessas mesmas ações, que esses heróis de quem se referem praticaram, talvez lhe achemos fins de outra natureza. Mas eu concedo, e consinto de boa mente que haja este zelo em muitos, e que destes os haja em Portugal: este zelo este amor da pátria, se não há de achar certamente nos que houverem de cultivar, e colher a cochonilha, é só o lucro, só o interesse os há de mover, e todas as vezes que eles o conhecerem não será necessário persuadi-los, eles o buscarão. Se eu me levasse do espírito da lisonja, e não fosse do meu caráter dizer a verdade para como a entendo, não falava com esta clareza; mas de outro modo seria

32

não querer ver efetuado o objeto que proponho, sendo de bem patente a todas as Luzes.

Mandando Sua Majestade para o Rio Grande, Santa Catarina, Rio de Janeiro, e Bahia, ou pelo menos para duas destas partes homens; não é necessário que sejam sábios naturalistas para este objeto, basta que tenham algum gênio, e curiosidade, que destes não faltam, com ordenados dos quais possam bem viver, e andar por toda a parte do seu distrito circunvizinho, fazendo plantar, e cultivar a planta, e a criação e colheita [da] cochonilha, dando-se lhe a instrução do modo com que se faz, que é bem fácil, com dinheiro pronto para pagar sem demoras, nem embaraços, em muito pouco tempo se conseguirá o aumento deste precioso gênero, este se não taxará por um preço baixo, antes pelo contrário será mais vantajoso, que exceda, ou pelo menos iguale àquele, porque os castelhanos o vendem, tendo o sujeito encarregado desta matéria, além do ordenado uma quantia determinada por cada libra, ou arroba que comprar; isto tudo fará que todos cuidem muito no aumento dela, onde há tantas terras devolutas, e dando-se a planta naquelas que não servem para outra coisa, sendo de mais a mais útil para defender a entrada nas fazendas, posta nos valados, e muros delas.

Sua Majestade em pouco tempo virá a lucrar todo o dispêndio que fizer, pois que a quantidade, e abundância da cochonilha

33

fará que os lavradores, e toda a mais gente que a podem apanhar pelos campos devolutos de Santa Catarina e Rio Grande, a vendam logo por mais baixo preço, e mais cômodo do que se compra aos castelhanos, pois que nisto dispendem pouco, ou nada mais que o trabalho. Todo este dinheiro gira pelo negócio, e fica no país, e em breve tempo entra pelos direitos nos cofres reais, além daqueles que depois de estar a cultura, e produção aumentada, e conhecida o grande lucro dela, a mesma cochonilha poderá pagar a Sua Majestade na Alfândega de Lisboa; como os outros gêneros do Brasil, tirando-se assim uma utilidade geral, e grande parte deste negócio aos espanhóis, que nós podemos fazer com tanta vantagem a eles.

Isto é sair fora do plano de naturalista, mas o desejo que tenho de ver entre nós este lucro, já que Deus foi servido dar-nos matéria de que o tirar, me fez exceder os limites do primeiro objeto como físico, para o segundo mais interessante para o Estado civil: estou bem persuadido que o nosso sábio e zeloso ministério não perderá de vista este importante objeto, e que dará sobre ele mais sábias, e acertadas providências, do que aquelas que o meu tosco entendimento tem advertido.

LOPES, João Batista da Silva. *Memória sobre a cochonilha*, 1837. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, Ms. 1878.

[1]

Conhecida era já em Espanha a cochonilha com o nome de grana, e o cabido da Sé de Sevilha promovia em 1540 a cobrança do dízimo da que se apanhava na margem esquerda de Guadalquivir e perto dela⁴²¹, quando em 1568 D. Martin Henriques de

---

⁴²¹ Em 27 de abril de 1540 o cabido da Santa Sé de Sevilha congregado onde e como costuma, presidido pelo Senhor D. Diego de Carmóna, arcediogo dela, ordenou, mandou, e proveu o seguinte: - Que o Senhor prebendeiro Jerônimo Pinelo consulte os letrados do cabido acerca do dízimo da grana que na banda mourisca (margem esquerda do Guadalquivir) e perto dela se colhe, de há pouco para cá, e o comum que aos senhores contratadores, dando parte ao cabido para providenciar como for conveniente. A 21 de abril de 1540 mandou o cabido que o notário requeresse aos senhores arcediagos do Reino, provisão licenciado Temino, e juiz Pedro del Corral, se achem presentes à consulta sobre o dízimo da grana que Jerônimo Pinelo propôs; e ao mesmo Pinelo que o solicite. - Entrada dos Livros das atas

Almanza, vice-rei do México, e depois o seu sucessor D. Luis de Velasco em 1592 chegaram a conhecer o verdadeiro valor deste fruto; e olharam com o maior desvelo para a cultura da planta nopal, dando em consequência as mais sérias providências para que fossem auxiliados os índios que fariam esta colheita, a fim de que pudessem continuar e aumentar a sua cultura; a ponto de fazer responsáveis as justiças, não se dá conservação da planta, mas também da cochonilha que nela se aninha e reproduz. Assim foi progressivamente introduzindo este ramo de indústria na província de Oaxaca, de sorte que nele se empregavam de 20 a 30 mil pessoas;

[2]

e dela recolhiam milhares de arrobas, que com avidez eram requestadas para as tinturarias por todas as nações da Europa, as quais por este meio vinham a pagar um tributo considerável de muitos milhões de patacas à indústria espanhola até época da separação do México.

Malogrados têm sido os esforços que os ingleses, americanos e franceses fizeram para transplantar este produto às suas respectivas colônias. Os últimos ainda alguma coisa adiantaram pelo zelo e artifícios de Monsieur Thiéry de Ménonville, botânico do rei de França, que em 1770 se propôs roubar aos espanhóis este velo de ouro, transportando para a parte francesa da ilha de São Domingos nopais com a cochonilha fina, e averiguar ao mesmo tempo o modo de a beneficiar. Conseguiu, em verdade, o seu intento, expondo-se a muitos perigos e riscos para iludir a vigilância ciosa do vice-rei Bucareli, e do comandante da esquadra de Vera Cruz⁴²², os quais lhe negaram o ingresso que, como naturalista, solicitava para herborizar no México. Alcançou Monsieur Thierry alguns nopais com várias plantas que começaram a multiplicar em São Domingos; a sua morte porém, dentro de dois ou

[3]

três anos, privou a colônia francesa do fruto deste roubo.

Foi mister que a curiosidade, ou o amor da pátria, tocassem o ânimo de D. Jose Martinez Torres, para que na mesma época, em que a Espanha perdia para todo o sempre o país que encerrava o manancial de um ramo tão interessante de sua riqueza, se

---

capitulares da Santa Igreja de Sevilha. Memória de D. José de Presas sobre a cochonilha, Impressa em Málaga 1825.

⁴²² (1) D. Antonio de Lisboa [?].

lembrasse esse benemérito patriota de meter a bordo da fragata Fama seis nopais com o inseto cochonilha, dos quais lhe escaparam 22, que, do saltar em terra em 1820, ofereceu à Sociedade dos Amigos do País de Cádiz, a qual tem empregado todos os cuidados para a conservar até agora no pequeno Jardim do Hospital Real.

Encarregado o mesmo Martinez, pelo governo, da conservação e aclimação da mesma cochonilha em Málaga e Almeria, só pôde fazer os primeiros ensaios naquela cidade, onde prosperou tão bem, que hoje se recolhe não pequena porção em várias partes do meio dia da Espanha, a qual recobrou tarde o precioso inseto, de que em casa não fez cabedal para o receber do Novo Mundo como coisa maravilhosa, e que por

[4]

largo tempo teve com muitos estrangeiros como uma produção vegetal indígena daquele país, reputado Jardim do Éden. Fatal ignorância e desleixo em que não sedemos a palma aos nossos vizinhos!!!

Ainda possuíamos o Brasil, quando o benemérito Senhor Joaquim de Amorim Castro demonstrou em uma Memória impressa no 2º volume das Econômicas da Academia das Ciências em 1790, que por todo o sertão da vila de Cachoeira, em distância de 20 a 30 léguas, havia em abundância a planta que no país chamam palmatória, da qual os naturais recolhiam mui imperfeitamente o inseto cochonilha, com que ele fez experiências que o convenceram de que a cor extraída desta em nada é inferior à do México. Apresentou amostras, e desenvolveu a matéria, dando a conhecer as vantagens que nos poderiam provir de dar fomento a tão interessante ramo de riqueza natural. Adormecida ficou a nossa apatia continuando a comprar a cochonilha mexicana!

Temos feito despesas para aclimatizar

[5]

a planta com o inseto nas ilhas da Madeira e Cabo Verde mandando-a vir de Tenerife⁴²³; e há pouco, foi analisada a cochonilha que ofereceu o Senhor Miguel Carvalho Almeida

---

⁴²³ (1) Por um curso incerto no Diário do Governo de 8 de outubro de 1836 consta que de Tenerife foram remetidos para a ilha da Madeira dois caixotes com 6 nopais grandes com o inseto, por se haverem perdido com o inverno os que tinham ido em novembro pp [sic]; e que se queria propagar em Cabo Verde.

Júnior recolhida por seus cuidados na mesma ilha da Madeira⁴²⁴; conheceu-se a sua qualidade; e o governo mandou apropriar a cerca do extinto convento de São Francisco para a sua cultura.

Além da no [do] Algarve a mesma planta, que com o nome de Figueira-da-Índia em Lagos, e de Tuna em Vila Real de Santo Antônio cresce nos valados das fazendas sem cultura alguma: aqui mesmo em Lisboa é ela conhecida por Figueira-da-Índia; e no termo de Almada nos sítios da Charneca e Pera, em mais abundância, se vê ela, assim como em várias outras partes do reino, para o mesmo uso de abrigar as fazendas nos valados, aproveitando algumas pessoas os figos para comer. Das que tinha em sua quinta, perto de Nossa Senhora do Cabo, recolhia Gregório Rodrigues Penin que haverá cinco anos faleceu tendo loja de câmbios na rua Bitesga, alguma cochonilha, da qual

[6]

ofereço uma pequena amostra que me veio à mão por um indivíduo⁴²⁵, a quem o mesmo Penin a deu haverá 12 ou quinze anos. Bem era de supor que assim como a planta se criava sem cultura entre nós, assim nela vivesse o inseto que de seus sucos se nutria. A natureza é tão providente que jamais deixa de pôr ao alcance de toda a criatura os meios de manter a existência; e podemos afoitos, quase, afirmar que a cochonilha é tão antiga em nosso reino, quanto a planta que a sustenta, e de cuja introdução não há memória. Está demonstrado que os espanhóis a conheciam antes de lhe vir do México; ignoramos porém, se o mesmo nos aconteceria; se outrora a aproveitamos, e como fizemos à outra nossa formosa grã ou kermes tão requestada dos fenícios e romanos.

Como quer que seja, possuímos a planta em quase todo o reino; sabemos que já houve quem aproveitasse o inseto no sítio de Nossa Senhora do Cabo; vejamos se ele pode competir com o estrangeiro; comparemo-lo com

[7]

esse que apresentou o Senhor Almeida da Ilha da Madeira; e sendo próprio para os casos que fazemos daquele que compramos em primeira mão a três, e quatro mil réis o arrátel;

---

⁴²⁴ Por Portarias de 10 de janeiro deste ano é louvada a Academia pelo parecer que deu acerca da cochonilha apresentada pelo senhor Almeida; e ele também justamente louvado, mandando-se aplicar acerca do convento para a referida cultura. — D. do Governo 10 de 12 de janeiro de 1837.

⁴²⁵ (1) Devo esta amostra ao Senhor Antônio Teles do Pilar Franco, a quem o Penin deu uma porção maior, lastimando a nossa incúria; e afirmando que todos os anos recolhia a cochonilha das figueiras daquela sua quinta. Emigrou o senhor Franco, e agora ainda encontrou esse resto que me brindou.

demo-nos a aproveitar o que a natureza nos brindou. A fim pois de que melhor possamos fazer alguns ensaios, e dar alguma instrução para promover a cultura da planta, e o aproveitamento do inseto, é o que ofereço o método que se está seguindo em Espanha. Desnecessário é demonstrar a conveniência, que do fomento deste artigo nos pode resultar, quer seja para uso de nossas tais ou quais tinturarias, quer para entrar com ele no comércio de exportação, em que nos pode fornecer não pequenos lucros.

[8]

Descrição da Planta

A planta, em que se criou a cochonilha, é o Cactus Tunei de Lineu, conhecida no México com o nome de Nopal, e entre nós com o nome de Figueira-da-Índia, e de Tuna em Espanha. Calis monofilo, superior e imbricado, corola de muitos pétalos, postos uns sobre os outros. O fruto é verde-claro como as folhas, coberto de espinhos, e de bela cor encarnada na parte superior; sacarino pode fornecer bastante aguardente, conhecido na frase dos naturalistas com o nome de Bacca; de uma só concamação que contém muitas sementes; caule ascendente ramificado em vários troncos parciais; as folhas são carnosas; unem-se umas às outras por certas articulações, as quais produzem outras; e por isso Lineu lhe dá o nome de Artícula Prolífera; estas articulações são de figura oval e oblonga, cheias todas de espinhos agudíssimos espalhados pela superfície em pequenas moitas; da extremidade de cada uma destas articulações vão

[9]

nascendo outras da mesma configuração, e espinhosas: cresce de ordinário à altura de 8 a 10 palmos, espalhando os troncos muito para os lados. O fruto serve de alimento a algumas pessoas⁴²⁶.

Cultura

---

⁴²⁶ (1) O sábio Brotero, descrevendo esta planta na sua *Flora Lusitana*, com o nome de Opuntia [sic], observa que as urinas dos que comem o seu fruto tomam a cor sanguínea, no que vai de acordo o senhor J. Joaquim de Figueiredo na *Flora Farmacêutica*, sem que notem (talvez por alheio de seu assunto) a circunstância de dar alimento ao inseto de que se trata: aquela virtude porém pode explicar de algum modo o escarlata que transmite este na tinturaria.

Sem cultura cresce esta planta pelos valados em terrenos secos, arenosos e pedregosos: propaga-se com muita facilidade; basta enterrar até meio uma folha ou ramo, mesmo depois de colhida muitos dias. Em Espanha estruma-se bem a terra; lavra-se depois com duas lavouras ao menos; plantam-se as folhas em tempo seco (melhor que na primavera) na distância de 6 palmos entre si, alinhadas com frente para o N, e a fileiras com largura de 10; regando-as de 3 em 3 dias no verão: mudam-se as ervas nocivas; e une-se lhe a terra em roda do pé, quando estão pegadas, até a altura de 4 palmos. Não carecemos nós de tratar esta planta com tanto melindre: quando alguém queira fazer uma plantação regular, convirá sim romper a terra, que basta ser

[10]

qualquer areal ou charneca, e dispor as folhas em alinhamento para facilitar o apanho do inseto no tempo próprio. Elevando-se demasiado a planta, deve ser podada em tempo que não seja de chuva para a guiar de maneira, que uma pessoa em pé colha o inseto à mão com facilidade.

Da criação e Multiplicação da Cochonilha

Sem embargo de não se conhecer até hoje inteiramente a história natural da cochonilha; e ignorar-se qual seja a sua estrutura interior, a sua maneira exata de viver, a sua respiração, e o modo da cópula entre os dois sexos; pode-se assegurar que os naturalistas a classificam na ordem de Progae insectus: Lineu lhe chama *Coccus cacti*. São estes insetos pequenos, convexos e escuros pela parte superior, e chatos pela inferior; da figura de um percevejo, cobertos de um pelo branco finíssimo que parece algodão: o seu abdômen é escarlata: tem das asas do feitio de sovelas, mais curtas que o corpo: seis pernas da cor do mesmo abdômen: nos machos, quando

[11]

passam a sua metamorfose, nascem duas asas, com as quais se transformam em pequenas moscas, vivendo poucos dias neste novo estado. Logo que nasce o inseto, vai procurar sobre a figueira o sítio mais a proposito para a sua vida; fixa-se nele agarrando-se com as pernas e introduzindo o ferrão, pelo qual provavelmente se nutre, e ali fica imóvel até perecer; sustenta-se, engrossa, e se fixa sem fazer o menor movimento perceptível: se cai, passando de certa idade, não torna a subir e morre. Encontra-se

espalhado por toda a superfície da folha de baixo de pequenas teias, como de aranha, que os cobrem, e formam as nodoas brancas, que nas mesmas folhas se observam. Tantos são os machos quantas as fêmeas: os primeiros transformam-se do modo seguinte: Aos 30 e 35 dias depois do parto, pouco mais ou menos, conforme a temperatura da estação, aparecem sobre as folhas uns pequenos casulos cilíndricos de certa matéria branca e cotanosa, dos quais saem os machos com duas asas no colo à semelhança de moscas, ou pequenas borboletas, de cor branca, e duas antenas em a cabeça; e logo que exercem as suas funções com

[12]

as fêmeas, morrem. Tem-se observado que eles encerram muito menos matéria colorante que as fêmeas. É prodigiosa a fecundidade destas; e talvez parecesse menos verossímil, se não se notasse a multidão de machos que desaparece, e a numerosa quantidade de germe e dos insetos que devem perecer antes do desenvolvimento total. A fêmea assemelha-se, no seu perfeito estado de madureza, a uma lentilha inchada; então começa a parir amojando ovinhos semelhantes aos das formigas. Conhece-se a proximidade do parto, quando uma aguadilha encarnada, ou pequeno aljôfar, que manifestam na parte oposta ao ferrão, perde a sua primeira cor-de-rosa escura declinando para amarelo. No mesmo instante que se observa estarem de parto os insetos, apanham-se os destinados para a colheita, deixando na planta até mais tarde os que hão de servir para a propagação; mas se com estes se quer povoar outras figueiras, deve proceder-se deste modo: Ao começar a parir, desprendem-se da planta os insetos fazendo-os cair⁴²⁷ em um vaso de cortiça, ou madeira porosa, ou em um cartucho de papel; depois metem-se 6 ou 8 em umas bolsinhas de teia dos palmitos,

[13]

de telagarça, ou outra roupa semelhante⁴²⁸ os quais se irão pendurar em a nova, segurando-as de modo que não caiam, preferindo as horas do calor para esta operação, e colocando os ninhos na parte inferior da figueira, visto que os insetos, quando acabam de nascer, quase sempre sobem, e não descem. Passados 15 ou 18 dias (que tantos dura a postura dos ovos) depois de pendurados os ninhos nas figueiras, se tirarão as bolinhas,

---

⁴²⁷ (1) Para desprender os insetos usa-se de um ponteiro de madeira, com o qual se lhe toca pela parte do ferrão; e caem sem a menor lesão.

⁴²⁸ (1) Basta um quadrado de 3 polegadas de roupa, no início do qual se colocam os insetos; e unido pelas pontas com um fio, se pendura nas folhas.

e nelas se encontrarão mortos os insetos mães. Esta é a cochonilha chamada Zacatillo, e pertence à que morre depois de haver multiplicado a sua espécie por meio do ninho, ou na mesma figueira que nutriu.

Antes de aninhar uma figueira deve limpar-se perfeitamente com um pincel ou escova áspera, a fim de lhe tirar o pó, e alguns insetos inimigos que possa ter a planta. Também convém apanhar os figos em todas, antes de maduros, para que fiquem na planta mais sucos, com que o inseto possa ser nutrido. Importa muito proporcionar a quantidade dos insetos com a força da planta em que são criados, a fim de que ela não definhe pelos demasiados sucos que chupam até sua inteira perfeição, sem lograr que se criem sadias.

[14]

A vida do inseto, desde que nasce até ao parto, é de 60 a 70 dias no verão; e de 90 e mais no inverno conforme a situação da figueira que o nutre: começa a primeira postura no início do verão.

Existem duas qualidades principais de cochonilha: a que se recolhe antes do parto; e outra depois dele: desta se distingue a que pariu na figueira sem ser aninhada, e a que pariu depois de ser aninhada: atenuada pela operação, que sofreu, é esta naturalmente muito mais ligeira que a primeira; portanto não se deve deixar parir se não a necessária para conservação da espécie viva. A parte colorante da Zacatillo, ou da que pariu, é tao superior como a outra; e ainda alguns a preferem. Das três espécies se fazem separadas colheitas: no México desde outubro até maio; entre nós talvez se possam fazer de maio por diante.

[15]

Modo de matar os insetos

Vários são os modos de matar os insetos: bastará porém indicar dois, os mais fáceis, e que a prática tem coroado com os mais felizes resultados. Consiste o primeiro em os espelhar em uma espécie de tachos de barro vidrado, ou bacias de palha de Flandres retangulares, para acomodar mais, e metê-los em um forno, cujo calor seja tal que queime um papel, no mesmo instante que se lhe introduzir, sem levantar chama; e logo que se observe variação, comparados com o primeiro estado antes de se

introduzirem no forno, é sinal de estarem mortos. Também se conhece que estão sufocados, por um leve cheiro de queimado que exalam, ou pelo exterior contraído e mudado ligeiramente de cor. O segundo pratica-se encerrando os insetos em uma vasilha de vidro ou barro vidrado, tapado hermeticamente, se puder ser, e metê-lo dentro de um poço, de modo que não chegue, mas fique perto da água: no fim de 4 dias estão perfeitamente sufocados.

[16]

Depois de morta a cochonilha por qualquer dos modos indicados, se estenderá sobre esteiras ou panos ao sol, o tempo necessário para secar de todo. Limpa-se então passando-se por uma joeira ou peneiro mais aberto, que lhe tire as teias de aranha e outras coisas estranhas que possa ter; daí por outra mais tapada que separe a grossa da miúda; e finalmente por uma peneira que aparte esta miúda do fio que também tem seu valor no comércio.

Inimigos da planta e do Inseto

São inimigos capitais da planta e do inseto os caracóis que furam as folhas; as aranhas que com as suas teias impedem a livre respiração da cochonilha obstruindo a circulação dos machos; as formigas grandes que desprendem os insetos da planta no primeiro terço da vida; e as galinhas que as comem sem o menor escrúpulo.

[17]

Utilidade e produção deste ramo da indústria

Cada planta de 4 anos bem criada e sadia pode produzir, estando bem inçada de insetos, onça e meia, ao menos, de cochonilha por colheita, ou três onças nas duas colheitas que se fazem de verão. Uma jeira de terra pode conter 1250 figueiras plantadas como fica dito, e produzir 234 arráteis de cochonilha, que a preço de três mil réis dá 702\$000^{rs}; deduzida a terça parte para despesas, deixa líquido 468\$000^{rs}. Sem contar a colheita do inverno, e o pó que também se vende. Se a terra é menor mas pode ser semeada de qualquer semente, o que longe de lhe prejudicar nos primeiros dois ou três anos, serve de muito benefício por causa das lavouras.

Tais são as indagações que tenho feito sobre este artigo, que fomentado pode utilizar nossas tinturarias, e aumentar nossa indústria. O desvelo e o patriotismo com que a Academia das Ciências pro-

[18]

move os meios que tendem para a prosperidade de nossa malfadada pátria, me anima a oferecer-lhe este pequeno trabalho, rogando-lhe se digne aceitá-lo como uma demonstração do amor pelo bem público que tem no peito.

Lisboa 28 de março de 1837.

O seu concidadão

João Batista da Silva Lopes.

[folha solta que não pertence ao caderno, mas oferece um parecer sobre a memória]

“Cópia”

A *Memória sobre a Cochonilha* oferecida a esta Academia pelo Senhor João Batista da Silva Lopes, importa não ter novidade literária relativa à cochonilha; contudo como convém que este ramo de indústria se propague, é também o meu parecer, que deve imprimir-se, fazendo-se nela as correções ortográficas, e que são fáceis de fazer durante a impressão; mas entendo que este pequeno opúsculo deverá ser junto a tudo que tem vindo à Academia, para se fazer uma coleção do que se tem escrito em Portugal e ilhas acerca da cochonilha; e por isso proponho:

1°. Que seja reimpressa uma pequena *Memória sobre a Cochonilha do Rio de Janeiro*. (Me parece ser a do Sr. José Henrique Ferreira, Médico)

2°. Outra que vem nas nossas *Memórias Econômicas*. (Pelo Sr. Amorim e Castro no tomo 2° das Econômicas)

3°. A presente do Senhor Silva Lopes.

4°. Ultimamente a que se imprimiu sobre a da Memória do Senhor Carvalho Júnior, adicionando-se o parecer e análise que a classe das Ciências Naturais deu ao governo sobre a cochonilha da Madeira, mandada pelo governador civil da mesma ilha.

A fim de que toda a coleção divulgada possa ser proveitosa aos que se dedicarem à cultura da cochonilha. (Parece ter sido impressa na Impressão régia)

***Memória sobre a cultura do tabaco, nos Estados Unidos da América, 18--.* Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28186.**

(1)

Prepara-se uma pequena folha de terra, cercada de um valado aberto, ou com travessas; deve a terra ser pingue, ou bem adubada; cultiva-se, ou lava-se muito fino, como se fosse para semear gramas, ou algum outro grão muito pequeno; fazem-se canteiros, ou alfobres de tal largura, que se possa andar de roda deles, para mondá-los, sem atropelar as plantas do tabaco. As sementes esparzem-se muito bastas, para a produção das plantas do tabaco, muito à semelhança, do que se faz na produção das mudas de couve, e transplantam-se por semelhante modo, de tal arte, que os versados no manejo de uma horta de couves podem, seguindo este papel, conduzir, e conservar uma plantação de tabaco em ótimo estado. Semeia-se logo pela primavera, para que se tenham mudas antecipadas, e reste ao tabaco o tempo devido de amadurar, antes de virem as geadas; e tenha tempo de apanhar as estações de tempo húmido, e favorável, para se renovarem as plan-

(2)

tas, que não prosperarem. O todo do processo, e o tempo são demasiadamente semelhantes ao que é necessário à propagação das couves por semente. Os canteiros cobrem-se comumente com garavatos, de modo que, não estorvem a influência do sol, mas escudem da geada as tenras plantas: esta cobertura é provavelmente desnecessária no tempo, e lugares, em que as geadas não prevalecem. Em climas, onde as estações húmidas, e secas são periódicas, e regulares, o tempo próprio de semear parece-me ser um mês, ou seis semanas antes do começo da estação seca. Coisa de um mês é o tempo, em que as plantas chegam à madureza em o viveiro. O tempo húmido é o mais próprio para isso. O tempo húmido também é o mais próprio para promover o seu crescimento, ao menos por algumas poucas semanas, depois de transplantadas.

Neste papel vão misturados fatos, e raciocínios: a prática, que se usa em algumas partes da Virgínia, e Maryland; se é, que não vão as usadas em todas as partes destes Estados: e o raciocínio, tanto quanto o escritor é capaz, necessário para conseguir-se o intento em qualquer parte um viveiro de perto de doze varas quadradas, e uma onça de semente de tabaco, julgam-se suficientes, para a preparação de uma considerável safra.

A preparação da terra, para plantar

(3)

tabaco, é comumente a seguinte. A terra nova, e boa não se lavra sempre, nem se estruma, mas estou certo, que seria melhor dar-lhe ambas estas preparações: os que tem trabalho, e cuidado, são bem recompensados pela abundancia, e superior qualidade do tabaco. Fazem-se matombos à enxada, de modo, que as plantas fiquem arredadas 3 pés e meio até 4; uma distância nivelada, e em linha reta seria vantajosa, e conveniente, particularmente se se empregasse o arado também no tempo do crescimento, para melhorar o terreno, e acrescentar nutrição ao tabaco. As mudas tiram se do viveiro justamente, como se tiram, e transplantam, as mudas de couves: quem sabe tratar das últimas, estou seguro, que pode também tratar das primeiras: não lhe acho dificuldade alguma: sou ainda de opinião, que em não havendo algum homem bem amestrado na prática, seria necessário simplesmente trazer as mudas do viveiro, e pô-las logo nos matombos, o que se executa, fazendo com uma sacola, ou cavilha um buraco proporcionado à raiz da planta, e chegando-lhe a terra em roda. Crescendo as plantas, cava-se a terra perto dos matombos, e entre eles; e chega-se à roda dos talos da planta, evitando com cuidado espalhar a terra, de feição que não caia alguma sobre as folhas do tabaco. Esta operação executa-se três,

(4)

ou quatro, ou talvez cinco vezes em uma safra: é bem sabido, que puxar a terra muitas vezes, e arredar as ervas, que crescem em roda de qualquer planta neste estado, dá vigor demais a seu crescimento. Se deixar qualquer das plantas de medrar, como frequentemente sucede (o que acontece com as mudas de couve) tem-se cuidado de trazer do viveiro, como antes, novas, e vigorosas mudas, as quais medrarão: daqui vem a atenção, que ha com o viveiro, para se ter suficiente suprimento de mudas para o campo, que se propõe plantar, e para a renovação, das que sucederem deixar de crescer: semelhante falha não é ordinária, depois das plantas principiarem a prosperar, e depois

de se ter com elas, em boas estações, a atenção acima sugerida. As plantas estão capazes de mudar-se para o matombos, comumente perto de um mês depois do tempo da sementeira. É claro, que elas prosperarão, mais nos matombos, do que amontoadas nos viveiros; eu não conheço outro inconveniente, ou desvantagem, senão a que é por isso evidente, que seguiria de as deixar ficar no viveiro mais, ou menos tempo, do que é exatamente necessário: no processo da plantação será conveniente arrancar primeiro as plantas mais adiantadas, sem perturbar as outras de roda, que não estão tão avançadas, e por este meio dar

(5)

às plantas restantes mais lugar, e tempo de crescerem, e fazerem-se em pouco tempo adiantadas, e capazes transplantar-se, segundo o andar do trabalho no decurso de 3, 4, ou 5 dias mais, ou menos. Em poucos dias depois, conhecer-se-á, que plantas deixam de prosperar nos matombos; no entretanto as plantas atrasadas, que se deixaram no viveiro, tem, como acima se disse, mais lugar, e tempo de se fazerem fortes, e vigorosas, para se removerem, aos matombos, em que forem precisas.

O tabaco cresce em terras altas, e baixas, e o produzido nas primeiras é melhor em qualidade. Isto com tudo pode proceder da superioridade do terreno nas terras altas ao das baixas. Julga-se útil em estações secas regar, ou humedecer a terra, e plantas no princípio, tanto no campo, como no viveiro.

Quando o tabaco vai crescendo, há um inseto: chamado inseto do tabaco, que cedo destruiria a safra inteira, senão houvesse grande cuidado de os estorvar, examinando com atenção e constância o tabaco, e catando-lhe esses bichos; eles encontram-se nas manhãs na superfície inferior das folhas; no calor do dia engatinham, e descem para baixo, e se metem pela terra. São da cor do tabaco. Pratica-se largar pelo campo um bando de perus em ajuda da gente, empregada a atacar este inimigo. Não há cousa mais assi-

(6)

sada, que esta: os perus, quando bem amestrados neste trabalho, são particularmente espertos e, industriosos no serviço: prosperam, e engordam com este alimento, e fazem-se os melhores perus do mundo.

Este tempo, para os plantadores cuidadosos, é um tempo de muita ocupação. Além da atenção precisa para destruir esses bichos, tem-se grande cuidado no cortar, ou

arrancar, apertando-os entre os dedos, os numerosos botões, ou renovos, que arrebatam, os quais se se consentissem a vigorar-se, é evidente, que diminuiriam a substância, e volume das folhas valiosas, que se pretendem produzir. O número das folhas, que se devem deixar, depende do vigor, e aparência da planta, e da riqueza do terreno, que as nutre; mas antes o número das boas folhas em cada talo, ou matombo, pode depender da vontade do proprietário, em produzir menos folhas, e mais forte tabaco. Os botões, e renovos podiam compreender também todas as folhas inferiores. Nada pois se deve deixar, senão o que puder vir a ser produtivo, ou necessário a esse fim. Os renovos superiores, que espigam, cortam-se também, ou escolhem-se cuidadosa, e frequentemente, com as mesmas vistas de inchar, ou dar substancia ao bom tabaco em seu crescimento: poucos são suficientes para obter nova semente, quando baste. Parece aqui dí-

(7)

gno de atenção ver, se acaso se não conseguiria melhor semente, fazendo toda, ou a maior parte da substância das plantas limitar-se só à produção de sementes, para a ter em maior perfeição. Não me parece possível ensinar por instruções só os cultivadores de tabaco inexperientes, a conhecer exatamente, quando ele está maduro. Se não se encontra à mão, neste tempo uma pessoa hábil nesta matéria, o conhecimento da vegetação com a observação, e atenção às coisas, que aqui se sugerem, pode apenas deixar de fazer a coisa praticável; ainda que ao princípio não possa ser com tanta vantagem, como quando se obteve também a habilidade na prática, e unida com outros requisitos. Aprendem então com o mesmo exercício. Eis porque se julga conveniente continuar as advertências feitas primeiramente, e quase pelas mesmas palavras, com alguma explanação de mais.

Quando o tabaco está maduro, corta-se prontamente. Este é o ponto crítico, e importante para o maior valor do tabaco; se se cortou muito cedo, e antes de estar plenamente maduro, para nada serve; se se deixou ficar por mais algum tempo depois de maduro, não é tão bom, como seria a ser cortado exatamen-

(8)

te no tempo competente: segue-se, que é mais seguro deixa-lo ficar em terra mais algum tempo depois, do que cortar uma hora, antes de estar de todo maduro. Isto deve servir de cautela, mas não de desalentar no trabalho; pois que o tabaco pode ainda ser bom, posto

que não tom valioso, apesar de ficar por cortar algum tempo depois de estar maduro. Quando começa a amadurar, sofre uma mudança na cor, que não se descreve facilmente, mas que se pode distinguir, de um golpe de vista, quando se aproxima a esse período, ou nele mesmo, pelos que são versados neste exercício. Eles apontarão o tabaco, que se deve primeiro cortar, e quando, mas não podem descrevê-lo por palavras. O tabaco muda de verde e se inclina a amarelo, ou alguma cor congênere, e se anela, particularmente nos topos das folhas, que tendem a curvar-se. Depois de plenamente maduro, deixado por cortar, seu crescimento é pior; isto é, a força, e substância do tabaco vai em diminuição. De manhã, em quanto está rociado de orvalho, é o tempo de o cortar; o que se faz com um canivete, justamente abaixo das folhas inferiores, e se põem em terra, voltado para cima, sustentado sobre seus topos: se se deixar neste estado por muito tempo, e exposto a um sol forte, ele o matará, como se diz: se não estiver tempo suficiente, não

(9)

se manejará com tanta facilidade, isto é; não ficará assas flexível, ou dobradiço: se houverem nuvens, que o abriguem do sol, pode deixar-se ao ar livre por mais tempo, que nos outros casos: ficando assas flexível para pendurar-se, deve isso fazer-se do melhor modo, que se puder; leve-se para sombra a casa, e dependure-se, no que termina esta dificuldade. É bom apressar esta operação, quando o tabaco está cortado, e exposto a um sol quente. Dependura-se em varas, ou grades de vime, as quais, e o tabaco se suspendem nas traves da casa, de modo que não fiquem tão conchegadas, que o quebrem, nem quando se curva, e inclina para baixo, deveria ser amontoado tão junto, que obstruísse a circulação do ar necessário para o curar. Assim fica até estar curado. Pode aqui advertir-se, que muitos cultivadores de tabaco curam os seus em telheiros de currais, &c. e ainda alguns em parte à sombra de suas árvores, até haver lugar em seus telheiros, &c. Mas seu tabaco não é tão bom, como os dos plantadores mais cuidadosos.

Curado o tabaco, e secos os talos suficientemente, ou curados, quando basta, para se embarricar sem perigo de colher calor, e se corromper, deve descer-se, e pôr-se em barricas em tempo conveniente, o qual se espreita, e se chama

(10)

estação, isto é, quando o tempo é húmido, e lento, de sorte que as folhas recuperem tana [sic] humidade, que fiquem assas flexíveis para manejar-se, e despegar-se dos talos.

Antes de curados os talos, as folhas secam-se e humedecem alternativamente, segundo a influência do tempo, já húmido, e já seco, e tornam-se muito quebradiças em tempo seco, que logo se lhe segue, tanto mais, quanto mais vezes sofrem semelhantes mudanças, e, ao manejá-las em tempo seco, fazem-se migalhas. Refletindo-se, ficará evidente, que quanto mais vezes, e mais tempo tem lugar a seca, maior porção da substância do tabaco se evaporará. Eis porque convém embarricá-lo, assim estiver capaz; o que se conhece por encolher, e secar a ponta mais grossa dos talos. Isto acontece num período mais curto, ou alongado, segundo o tempo húmido, ou seco, que reinou, e a quantidade de ar seco, admitido na casa; e também segundo a quantidade de fumo, quando foi seco, e curado ao fogo.

Descido o tabaco, dispõem-se frequentemente em um montão, ou montões, neste estado faz-se ainda mais flexível, mas seria mal deixá-lo assim por algum tempo tomar calor; particularmente se o tabaco não fosse muito forte, e capaz de sofrer repetidas ressudações, como se chama o calor, e resfriamento consecutivo. Tiram-se

(11)

as folhas dos talos maiores, atam-se com uma folha de tabaco enroscada em roda das extremidades, em pequenos molhos chamados manolhos, que se compõe de uma dúzia, ou dúzia e meia de folhas. Arrumam-se os manolhos na barrica, pelo modo mais conveniente para encher, e embarricar por igual, e a nível; a primeira fileira com as extremidades dos manolhos para fora, e a seguinte com elas para o centro, e tudo gradualmente; assim que a barrica vai se enchendo por igual, e a nível, imprensa-se, ou aperta se fortemente por meio de uma grande alavanca, pronta em casa para esse fim, ou num telheiro vizinho.

Quando o tabaco se dependura em casa, muitas vezes se cura, e seca com fumo de um fogo feito sobre o pavimento; e este se julga ser o melhor método de preparar o tabaco para alguns mercados; isto é, para tomar-se em pó, ou para fumar. Mas neste método sobrevêm algumas vezes acidentes: quando as faíscas sobem acima, e o tabaco está seco, e assim pendente, fica exposto a pegar se lhe fogo instantaneamente, e reduzir bem depressa à cinzas toda a casa, e tudo mais. Para obstar a isto, se põe algumas vezes sobre o fogo uma coberta de taboas, para impedir as faíscas de subirem.

Do procedente vê-se, que se deve, ou

(12)

devia preparar previamente um armazém de tabaco, de grandeza suficiente para acomodar a safra. O teto deve ser teso para resistir à chuva, mas não os lados; deve admitir algum ar, mais no princípio da seca, do que depois; o ar demasiado é danoso; o tabaco seco muito velozmente, ou com ar sobejo, perde sua força, peso, e substância; gradualmente é melhor, e à proporção que os talos se curarem com o menor estrago possível da substância da folha: assim que os talos curados em termos de embarricar-se, e que isso se possa fazer, seria melhor fazê-lo; então a substancia não se pode evaporar, e as folhas se embeberão de uma parte da substância, ou força dos talos. Isto deve entender-se o tabaco para venda, e exportação. O ar, e a idade o faz mais cedo próprio para usar-se no país, isto é, mais doce, ainda que de menos força. Põe-se também no armazém traves para suspenderem-se as grades, ou varas, em que se pendura o tabaco, em fileiras, para acomodar a safra inteira sem haver aperto.

Do tabaco forte, o mais antigo que eu vi, era o melhor; aperfeiçoa-se com a idade. Contudo é lei da Virgínia, que os inspetores de tabaco fiquem responsáveis, que o tabaco, que examinam, dure bom por um ano somente. Se aca-

(13)

so tornar-se mal depois desse período, não se lhes pode imputar.

O sistema, porque se dirige o comércio de tabaco na Virgínia, em outros Estados, é excelente; e parece merecer atenção nesta ocasião. Há armazéns públicos em todos os portos. Nomeiam-se inspetores reputados homens de caráter: dois são precisos para este trabalho. Eles, e seus fiadores também, são responsáveis pelo tabaco, que se lhes entrega, até que devidamente se lhes peça; isto é, em qualquer tempo, que se lhes apresente seu recibo, ou *nota do tabaco*; e também por sua qualidade mercantil, até um ano depois da inspeção. Tem-se com muito siso usado de fazer classes de todo o tabaco, ou reparti-lo em primeira, segunda, e terceira qualidade. Um plantador envia uma, ou mais barricas de tabaco ao armazém, que escolhe, para serem examinadas; e se o tabaco passa, isto é, se se julga bom (sem o que não pode ser exportado) fazem os inspetores, e entregam uma nota, ou bilhete por cada barrica, ou por todo ele à escolha do proprietário. Os possuidores destes bilhetes tem o direito de receber o tabaco, cada vez que o queiram; e ele pode ser várias vezes vendido, e transferido pelo bilhete em todo o país a qualquer distância, que seja, passando somente o bilhete ao comprador. Neste estado

(14)

tem-se feito por ano 80.000 barricas de tabaco. Suponhamos por um momento, que cada uma delas valha dez libras [sic], o valor total será 80.0000 libras. Isto é, quase, como outro tanto dinheiro em circulação. Dá certamente considerável comodidade ao comércio. Quando os navios estão prontos para carregar, ajunta-se o tabaco, e apronta-se nos portos para ser conduzido em pequenos barcos a bordo dos navios. Não importa sempre aos donos dos navios os terem carga, em quanto suas embarcações não estão prontas. Os bons vizinhos emprestam uns aos outros, e mesmo os mercadores, e outras pessoas, podem, enviando de uma extremidade do país o bilhete do tabaco aos de outra extremidade, emprestar, ou vender, segundo as ocasiões o pedirem: sendo fixadas as qualidades do tabaco, e não havendo barricas de venda de menor peso, que 950 libras, fica fácil toda a casta de translação.

Diz se, que o tabaco se não acomoda com um terreno húmido, ou que seja sujeito no tempo do crescimento a inundações de chuvas frescas, e fortes, e onde a terra retenha a água. Contudo oferece-se uma opinião, que pareceria merecer ser experimentada, a saber, se a regra seria, ou não, útil ao tabaco; nos lugares, em que se pode executar convenientemente esta operação; e onde a ter-

(15)

ra é absorvente; e tanto que a água se possa deixar correr por uma noite mais, ou menos, e passar apressadamente, observa-se, que com isso as outras plantas crescem prodigiosamente, e parece digno de experimentar-se a respeito do tabaco.

F I M.

MENDES, Luiz Antonio de Oliveira. *Memória sobre o método, que se deve observar na extração da tinta do pau-brasil, em visível benefício das fábricas do reino, 1805. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, Ms. 377, Fls. 103-112.*

As boas, e finas tintas, com que os asiáticos esmaltam as suas manufaturas, têm servido de fortes estímulos a todas nações industriosas; e por mais, que cada uma delas

tenham caprichado neste artigo, ainda é hoje o desempenho, a par da indústria, não tem correspondido às suas fadigas: Talvez que esta glória esteja reservada para o continente do Brasil, com eles emparelhado por acaso venturoso do seu descobrimento. Esperanço-me quanto posso nos sentimentos de Lineu, quando me diz “Lusitani quam felicy non essent, si nos cerent sua bona”, e também em considerar, que sendo análogos os socorros, que prestam um, com outro conti-

[fólio 104, p. 2]

nente, os da costa de Coromandel não são mais afortunados nas invenções do sapão, e da xaya [sic], com que suprem o colorido, do que nós na descoberta do pau-brasil.

Se estas fortunas, e riquezas são germanas, meus sinceros votos, sendo agradecido à pátria, que me nutre, são os de promover a indústria nacional? Se meus anúncios não corresponderem aos apetecidos acertos, na falência deles, terão quebra meus desejos? Entre os meus ensaios furiosos, e ao mesmo tempo úteis, em benefício das fábricas da estamperia, e tinturaria da seda, do algodão, de lãs, do papel, e de todo qualquer outro gênero, me propus extrair do pau-brasil a tinta, que ele mais pudesse dar em socorro de todos estes fabricos.

Concebi este projeto impellido de três sucessivas reflexões, que me não dispensaram entrar em um manifesto útil: 1^a, de que talvez os povos orientais se valeram deste mesmo modo estrato, esta simples desconfiança fez

[fólio 105, p. 1]

pôr em agitação as minhas primeiras ideias concebidas no prosseguimento da desejada combinação, reputando ser entre eles o sapão idêntico ao nosso pau-brasil; 2^a, de que este gênero de tinta nacional por abundantíssima e menos dispendiosa, deve ser aquela, de que mais devemos usar com excelência da sua fina cor na tinturaria dos indicados gêneros; 3^a, de que atualidade com que se procede nesta extração é a menos industriosa, que se pode supor, e considerar, porque se estraga nesta operação na inutilidade a maior parte da dita tinta, que ficando preterida no espedício, e no abandono, deixa de ser extraída.

Falando primeiro do refutado sistema, com que presentemente se faz este insuficiente extrato, para depois passar ao nosso, todos sabem, que ele consiste em fazer lascar, mutilar, e partir em pedaços minutíssimos o dito pau-brasil, deitando-se de

infusão por pouco tempo na água simples, ao que apenas, sem mais proporção, se lhe ajunta uma quantidade arbitrária de pedra-

[fólio 105, p. 2]

-ume, quando se propõe aproveitar a fécula do mesmo pau.

Os fabricantes se desenganam, que por este meio, e modo nada conseguem; porque depois de dias vêm achar a tinta, e o extrato pouco forte, havendo aliás depositado em suas caldeiras uma suficiente porção de pau-brasil, que não corresponde ao extraído, e ainda mesmo esta porção de extrato sempre declina em um carmesim, que foge para roxo, entrando na participação de âmbar as cores, por falta de um estimulante graduado, que assegure, e faça mais avivar.

Entregando-se a especulações, apeteendo uma extração tanto mais forte, quanto peremptória, passam a referver a mesma sobredita infusão, no que procedem com erro manifesto, porque requeimando-se a cor, desaparece o escarlata, a cor de rosa viva, e seca, e tudo se transmuta em um carmesim, mais, ou menos, adusto, e apertando, segundo a força desta apuração, maior,

[fólio 106, p. 1]

e menor atividade do fogo, que se lhe aplica.

O que acabamos de dizer nos efeitos de uma extração acelerada, e obrigada, bem nos certifica, tanto a mesma cor perdida, degenerada, e transmutada em carmesim, como o remanescente do pau-brasil, que vai ser achado roxo escuro, denegrido, e quase preto, segundo a vivacidade, constância, e duração do fogo.

Esta degeneração é certa, e infalível, não só porque a atividade do fogo referverá a natural cor, em cuja operação ela fugirá, mas também porque por meio deste esforço involuntário se obrigará a madeira a suprir ao extrato com mais partes, de que ela se compõe.

O que se reflete é de tanta crença na presença de experiências, que muitos desenganam, que ainda mesmo no desempenho do novo sistema observei, que sendo a infusão demorada por mais tempo,

[fólio 106, p. 2]

da que deveria ser, fermentada a matéria, havendo dissolução das partes, fui achar degeneradas as ditas cores em carmesim mais, ou menos apertado, segundo o tempo, e a qualidade dos compostos.

Só me libertei desta precipitação no estado da segunda observação, fazendo retirar de oito em oito dias uma porção certa de fluido, e todo aquele extrato, introduzindo, e repondo me a dose dos fluidos, idênticos aos primeiros, sendo progressivo nas subtrações, e intrusões de oito em oito dias, sempre pelo dimídio, até a terminação total de meio quartilho, como depois indicarei.

Os mesmos fabricantes achando-se alcançados em utilidades, lançando suas vistas para todos mais extratos, composição dos coloridos, lhe tem feito ajuntar certos ácidos, tanto para conseguirem uma mais pronta extração, como para fazerem avivar a mesma cor extraída.

[fólio 107, p. 1]

Porém com isto mesmo nada conseguem; porque só obtém a degeneração da cor, e o prejuízo de fazer esmagada, e de nenhuma duração as fazendas, que são tintas, e estampadas com as destas têmpera, o que com dano, e perda nossa se verifica, com mais, ou menos adjunção deles, em todo gênero de fabrico de uma, e outra classe.

Devemos pois por via de uma regra inalterável, fugir, quanto mais se possa, dos ácidos, tanto para se evitar a degeneração da cor, como para conservarmos resistência, e duração às fazendas do nosso fabrico, ou pelo menos graduar, e temperar a composição de tal modo, visto que eles são gêneros da primeira necessidade na dissolução, para que eles no contrabalanço venham a ser menos prejudiciais. Devemos igualmente fugir das operações a fogo, até com economia da lenha, pelas razões já indicadas, e sobreditas.

Nesta em-

[fólio 107, p. 2]

presa dilatei as minhas vistas para o suco dos vegetais, que fosse mais capaz de extrair a cor do pau-brasil, e de mais a entranhar com perpetuidade em toda, e qualquer fazenda.

Entre outros muitos, que há no continente do Brasil, dei preferência a três, que também são usuais, e vulgares entre os orientais, cujo suco caindo em qualquer fazenda, sem que a estrague, crava, e entranha nela uma nódoa perpétua.

O primeiro suco vegetal seja o das bananeiras, cujos troncos, e talos das suas dilatadas folhas, até hoje inúteis, na certeza de que cada uma destas árvores se cortam,

colhido o único fruto, passados por qualquer moenda, como a das canas-de-açúcar, por serem muito linfáticos, darão superabundante quantidade de fluido, com que se supra não só a este extrato, mas também a todo qualquer outro gênero de tinturaria de diversa cor.

O segundo,

[fólio 108, p. 1]

seja o suco do caju, de cujos frutos por agrestes muito abundam todo Brasil, ainda mesmo nas suas matas, e com tanta fartura, que os nacionais daquele continente, além de os comer, os convertem, e fazem uso deles para suas limonadas, para a fatura do vinagre, e do vinho, aplicando-se também por meio de uma medicina prática, natural, e rústica, para o curativo da queixa, e enfermidade celtica [sic], produzindo um feliz efeito.

Adverte-se, que a virtude de entranhar a nódoa, e toda, e qualquer cor, que a ela se ajunte, também se acha na goma, que produz as grandes árvores destes frutos, por ser ela um sublimado deles, e do mesmo suco vegetal.

O terceiro seja o suco do coco verde, ao que lhe chama coco mole, cuja casca, e entrecasco se destrói, e se desperdiça com frequência naquele país, uma vez, que partidos, aproveitam a nata do mesmo coco.

Sendo pois pisada esta casca

[fólio 108, p. 2]

em verde, fazendo-se dela qualquer infusão, ainda mesmo em água simples, se extrai dela uma cor muito segura, acanelada, e perpétua.

Não hesito afirmar, que os asiáticos com esta tintura natural, muito frequente, e abundante, mais, ou menos forte, dão uma permanente cor às suas gangas, suprimindo com ela ao algodão amarelo, que não chega a tanto, como demonstrarei, quando periodicamente tratar desse artigo de profissão, e por que a primeira banhada seja mais forte, e de melhor cor, a que acompanha uma fiação mais fina, e igual, desta operação fraternizada, me persuado, que insurgem as gangas da primeira sorte, que merecendo maior preço, lhe clamam também da primeira água de nanquim, o que já se não verifica nas gangas da segunda, e terceira sorte, que aproveitam o resto da infusão, por onde são passadas gradualmente.

[fólio 109, p. 1]

Cada um destes três produtos da natureza são bem dignos de uma especial memória, atenta as suas utilidades conhecidas, e desconhecidas, ao que me prometo anunciar pela sua ordem, para que avivando, e despertando gênios raros, indagadores, e observadores, aos poucos se formalize com força unida, e desafiada uma história Brasília, posto que parcial, e individual, de que temos uma falta.

Não incorri nos descuidos de fazer achar, e ajuntar ao desejado extrato da tinta do pau-brasil uma espécie de composto, que sendo universal, e comum àquele, e ao nosso continente muito cooperasse para a extração da dita tinta, e que ao mesmo tempo a fizesse segurar, e entranhar em toda qualidade de fazenda, que precisasse ser tinta, estampada, e entre alguns, que podem ter esta aplicação, força, e virtude, preferi o de meia 4^a.

[fólio 109, p. 2]

de casca de romã, bem moída, deitada de infusão em uma canada de água de cisterna, o que também se pode socorrer com igual porção da baga verde do cipreste, em lugar da casca de romã.

Seja pois a receita da extração da tinta do pau-brasil

Primeiro do que tudo, se deve fazer grosar o pau-brasil reduzindo-se a uma ferradura de madeira, para mais se facilitar a extração, e a dissolução.

Seja o depósito da ferradura do peso de um arrátel na infusão de duas canadas do suco, de qualquer dos vegetais, que deixo indicado, (e na falta em duas canadas da água simples de cisterna), e juntam-se em duas canadas do fluido do sal microcósmico, incorporando-se lhe um arrátel de pedra-ume: Depois de oito dias, se retire a infusão apurada e

[fólio 110, p. 1]

sendo esta primeira tinta perfeitíssima, no remanescente da ferradura depositada se lhe introduza canada, e meia de cada um dos fluidos com adjunção de três quartos de pedra-ume; decorridos oito dias se subtraia a infusão, e se reponha uma canada de cada um dos fluidos com suprimento, e adjunção de meio arrátel de pedra-ume: findos os oito dias se torne a retirar a infusão, e se lhe acrescente meia canada de cada um dos fluidos, incorporando-se lhe uma quarta de pedra-ume: depois de oito dias se desvie [?] a

infusão, e se acrescente um quartilho de cada um dos fluidos, e se deposite meia quarta de pedra-ume: passados oito dias se faça a fortunada retirada, e se lhe introduza meio quartilho de cada um dos fluidos com acréscimo de uma onça de pedra-ume, e depois de oito dias se faça a retirada, havendo-se a extração por feita, e com reposição desta última quantidade se continuará sempre de oito em 8 dias, observando-se o fraco

[fólio 110, p. 2]

da tinta, que se for extraindo.

Para que o extrato seja perfeito, e nas retiradas das infusões não acompanhe parte da ferradura do pau-brasil, e também para que da mesma natureza sejam as féculas, que se irão conservando, e depositando em separado em alguma porção de tinta para o fabrico da perfeita sinopla, deve a dita ferradura na infusão estar clausurada em um pequeno saco, pouco apertado, para melhor se proceder na extração, e sair toda ela pura.

Adverte-se, que quando pretendemos extrair a dita tinta unicamente escarlata, e este sendo vivo, deverá ser feito todo extrato da forma acima indicada, tão somente com adjunção do fluido do sal microcósmico, sendo essa dose inteira com remoção, e preterição de qualquer outro fluido, porém sempre com adjunção das estabelecidas quantidades de pedra-ume.

Por meio deste sistema, de qualquer dos modos concebido, com pou-

[fólio 111, p. 1]

co mais de 900 [ou 400] réis de despesa, além da indústria, e da mão de obra, se fará o extrato de dez canadas de boa, e fia tinta do pau-brasil, e para que a cor extraída se avive, sustentando o escarlata, e este não decline em carmesim pelo tempo, que durar a infusão, se ajuntará no princípio de cada uma das operações uma pequena porção do suco do limão azedo, e este graduado, e repartido de tal modo, que no extrato das dez canadas desta tinta nunca exceda adjunção de um quartilho deste suco, que excedendo, se exporá a perder toda a tinta, entrando na degeneração de um amarelo adusto, e agemado [sic].

Adverte-se, que este extrato deve ser feito, lançando-se o saco da ferradura de infusão em um vaso, e redoma de vidro, e na falta tina, ou vaso vidrado, e nunca em vasilha de cobre, de estanho, de latão, e de qualquer outro metal, para que estes ácidos,

posto que modificados, não entrem na dissolução dos metais no longo tempo das sucessivas infusões, suscitando

[fólio 111, p. 2]

a degeneração da cor a proporção, que for extraíndo.

Fiz o indicado extrato com a adjunção do suco vegetal das bananeiras, e por ser pouco vulgar neste continente, o fiz também com a infusão de romã, e da ruiva: prossegui nas tentativas da cor escarlate mais fina, e mais subida no simples fluido do sal microcósmico, com exterminação, e remoção de qualquer outro fluido, e nesta parte observei, que para melhor perfeição da tinta devia a quantidade da ferradura principiar por meio arrátel, e em cada uma das apurações fiz sempre ajuntando uma proporcional parte na mesma porção dos fluidos subtraídos, até inteirar o arrátel da dita ferradura, e tudo correspondeu ao que desejava, porque me deu perfeito escarlate, o carmesim, cor de rosa viva, e seca.

Com a dita tinta fiz tingir a seda, o algodão em rama, a lã, o pano de linho, o paninho fabricado em Inglaterra, e o papel, do que apresento amostras.

[fólio 112, p. 1]

Fiz tingir a pena branca, e o junco, o que tudo tomou a cor escarlate, e sendo a tinta capaz de penetrar o vidro da pena, e do junco, adquiri a certeza, de que a dita tinta era finíssima.

Era bem digno de entrar em concurso os dois assuntos: 1º descobrir se o modo, e o sistema, de se fazer perpetua, e conservada esta cor, ainda mesmo depois de ser passada pela infusão da ruiva, com resistência a todo uso, e lavagens; 2º, descobrir se o modo, e o sistema de se dar corpo à dita tinta, para com ela se pintar a fresco, e a óleo com assistência, e duração da sua primitiva cor.

Como por efeitos desta extração na dissolução das partes ficam féculas de cor escarlate, e carmesim, o que se deve a adjunção da pedra-ume, e ao fluido de sal microcósmico, o quanto ajuda ao desejado extrato, tratando-se de ser aproveitadas, fico trabalhando, e com boas esperanças, no acerto, e composição da perfeita sinopla.

Se eu

[fólio 112, p. 2]

merecer a fé pública de fiel escritor, o Sinédrio Acadêmico creia, que com uma quarta de ferradura de pau-brasil fiz o extrato, com que procedi, e me entreguei a todas estas experiências, e que ainda me sobrou tintura para mais.

Oh! Pátria, se destes meus inventos, e tentativas resultar utilidades, elas não sejam minhas, todas sejam Vossas!

Luís Antônio de Almeida Mendes

Método de cultivar, e preparar o tabaco, comunicado à Junta de Agricultura, em Boston, e publicado por ela, Baltimore, 2 de agosto de 1786 (de Maryland) [Traduzida e publicada em Portugal s./d.]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28354 P.

[1]

O tabaco cultiva-se, e prepara-se, neste Estado, quase segundo o método que se segue.

Em março, prepara-se um canteiro em algum lugar pingue da plantação, queimando sobre ele muitos garavatos, ou miuçalhas, e destorroando a superfície com um ancinho miudamente. – Perto do primeiro dia de maio, semeia-se largo, e vão geralmente as sementes misturadas com cinzas em ordem a esparzirem-se mais igualmente. – Mondam-se das ervas as novas plantas do mesmo modo, que as cebolas ainda muito tenras, ou as couves; e como as últimas, estão em termos de se transplantarem, quando tem perto de duas polegadas de altura.

A terra, em que se dispõe, quando

(2)

se mudam, ou transplantam, prepara-se com uma enxada estreita, abrindo-se covas de perto de um pé quadrado, e de igual profundidade, separadas umas das outras três pés por todos os lados, e em fileiras. – Isto chama-se *cavar*. A terra em roda da cova, e que dela se tirou, forma-se depois num montinho sobre a cova semelhante aos montinhos para

plantar couves, só com diferença de ser maior. – Isto chama-se *raspar*. – Assim preparados os montinhos, sobrevindo a primeira chuva, que humedeça a terra, quando baste arrancam-se as plantas dos canteiros, e plantam-se do mesmo modo, que as couves, enchem-se os vazios da mesma maneira tornando a plantar os montinhos, em que faltar alguma muda. – Estando as mudas bem pegadas, e principiando a crescer, devem-se conservar muito limpas de ervas trabalhando-as com largas enxadas, o que reduz os montinhos inteiramente ao nível da outra terra – A cava seguinte é para de novo refazer os montinhos em roda do pé da muda, e este mondar, e refazer os montinhos sucedem-se alternativamente durante todo o crescimento da planta. – A planta deve decotar-se quando começarem a aparecer os pedúnculos das flores, e isto se executa quebrando-lhe o topo com o dedo mostrador, e polegar, deixando-lhe seis até doze folhas, segundo a aparente fortaleza, e vigor das plantas.

(3)

– Cada semana, ou dez dias, durante seu crescimento, arrebetam ramos ladrões entre o talo, e cada uma das folhas. – Estes devem-se constantemente quebrar com os dedos, mal aparecerem. – Perto do primeiro de setembro, e daí até virem as geadas, amadurece o tabaco, e se deve cortar. – Há dificuldade de o descrever neste estado, de feição que possa ser com certeza conhecido: contudo conhece-se em geral que está maduro por lhe aparecerem nas folhas manchas amareladas, alguma coisa bastas, e por ter tomado considerável substância, e fortaleza. – Corta-se então rente com a terra, e se deixa ficar até o sol tê-lo amolecido, e diminuindo seu estado quebradiço, e pode então recolher-se em casa sem as folhas se quebrarem. – Cavilha-se então, e pendura-se como geralmente se faz no presunto, ficando só unido de modo, que se as plantas toquem, estejam em renques, ou alas umas sobre outras, isto desde dentro de um pátio de soalho de terra até o alto da casa; a cavilha mete-se pelos talos, e a pendura se faz pondo-os sobre varas de perto de quatro pés de comprimento dispostas de viga a viga. – Conserva-se pendurado em casa perto de seis, ou oito semanas, para secar; em tempo úmido faz-se lhe por baixo um fogo brando para o impedir de abolorecer. – Muitos dos plantado-

(4)

res dão-lhe um belo amarelo cor de pé de milhano, curando-o com fogos debaixo feitos com lenha de nogueira branca, que se conservam constantemente acesos até se ele secar.

– Curado, como eles o chamam (ou seco) pode somente manejar-se em tempo úmido, chamado *estações*. Nesse tempo desce-se das varas, e desfolha-se. Isto se executa sustentando-se a planta pela parte da raiz com a mão esquerda, e com a direita escolhendo-se as primeiras folhas (deixando as mais pequenas, ou as de qualidade diferente, que comumente se encontram na mesma planta) até se ter apanhado quando baste para formar um manolho, ou molho de tabaco; enrola se depois uma folha em roda das pontas dos talos, todas bem agarradas na mão, principiando-se pela extremidade, com a pequena ponta da folha, e voltando-se em roda até formar se uma cabeça de quase duas polegadas e meia de comprimento; depois dobra-se, mete-se para dentro do molho a ponta da folha, com que se moldou a cabeça; e estando o tabaco desfolhado, e estremado, ou separado em diferentes qualidades, arruma-se em partidas, como se exprimem os plantadores, o que vem a ser por somente os manolhos direitos uns sobre os outros (do mesmo modo, que se amontoam ladrilhos) até uma altura conveniente; daqui se tira em

(5)

qualquer outra estação (ou tempo úmido) e se embarrica. – Esta operação executa-se do seguinte modo; o que embarrica mete-se num tonel, posto debaixo de uma prensa (*prize*) fixa num poste, semelhante a uma prensa de cidra, e uma pessoa da parte de fora dá-lhe o tabaco, que ele principia a arrumar no fundo do tonel, ou barrica com as cabeças imediatas às aduelas, todas de roda, e de traves alternativamente, até se encher perto de um quarto da barrica, com o peso só do que embarrica, o qual se lhe senta em cima. – Põe-se lhe então taboas e direitura, e madeiros uns sobre outros até chegar à prensa. Esta quantidade de pesos o calcará para o fundo até a grossura de perto de três polegadas, e o fará tornar-se um bolo firme, e sólido. Os pesos, que o imprensam, ficam-lhe em cima, até ele se fazer firme, o que levará algumas horas; durante o qual tempo, o plantador enche outras barricas, ou se ocupa em outra cousa. O arrumar, e imprensar repete-se assim, até se a barrica encher de todo, ficando inteiramente sólida. O peso de uma barrica neste estado é de 730, até 1.150 arráteis exatamente: na Virgínia é muito maior.

F I M.

PARKER, Richard. *Relação da cultura do tabaco*, 1788 [Tradução e publicação em Portugal 18--]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28144 P.

(1)

Tenho grande gosto de satisfazer o desejo, que tendes de informar-nos da cultura do tabaco, arte, em que todo o plantador se reputa aproveitado, mas que poucos entendem bem. Quem desejar fazer excelente tabaco, deverá ser muito miúdo na escolha das sementes. Quero dizer na casta das sementes. Eu não conheço maior variedade de qualquer espécie de vegetal, que a do tabaco; desde a casta de cheiro suave, que é a melhor, até a de junturas, bastas, ou conchegadas, que é uma casta grosseira de tabaco, mas que o crédito pode render mais que nenhuma. Eu recomendaria ao cavalheiro, que anelasse a reputação de bom plantador, que cultivasse a verdadeira casta de cheiro suave.

Depois de escolhida a semente, preparamos canteiros, em que pretende semeá-la, muito bem; assim preparados, devem ser queimados com palha de trigo, em ordem a destruir as sementes das ervas ruins, e gramas, as quais, ainda no caso de ter o melhor tratado de seus canteiros, achará sempre trabalho, e dificuldade em extirpar. O melhor tempo de semear é logo depois do Natal, assim que o tempo o permitir. Semeados os canteiros, do modo que acima se ensinou, o que se devia fa-

(2)

zer mal fosse possível depois deles queimados, em vez de se cobrirem as sementes com o aninho, devem-se bater os canteiros com taboas, ou calcar brandamente com os pés nus. Feito isto, segue-se abafá-las com garavatos de cedro, ou pinho, para defender das geadas as novas plantas.

Depois de todo o seu trabalho, e cuidado, as esperanças do plantador muitas vezes são frustradas por uma pequena mosca, que frequentemente destrói as plantas logo assim que arrebentam, e muitas vezes depois de já crescidas à mediana altura. Não se tem ainda descoberto remédio certo contra elas. Tenho na verdade ouvido dizer, que o enxofre as destruirá, e creio que assim será: mas deve-se muitas vezes repetir, e por seguinte fará muita despesa. Eu tenho pensado, apesar de nunca o experimentar, que

uma infusão alguma coisa forte da casca da raiz de sassafrás esparzida frequentemente sobre os canteiros, destruiria estes insetos; e julgo dever assim ser, porque tenho experimentado seus efeitos sobre piolhos, a casta de insetos, que infesta as couves. A seca destruirá também as plantas, ainda estando elas nos canteiros crescidas; o plantador por isso deveria, antes de ter a seca continuado muito tempo, regar suas plantas de manhã, e à noite, até vir alguma boa chuva. Por amor destes inimigos das plantas conhecer-se-á a necessidade de se terem vários canteiros diferentemente situados, uns nos próprios

(3)

para se regarem em planta, outros em terras elevadas de boa exposição. Essas plantas, chegando a altura suficiente, assim que se oferecer ocasião oportuna, se devem transplantar para montinhos distantes três pés uns dos outros.

Pode ser necessário, dar aqui algumas direções para a preparação da terra, em que se disponham as plantas; e para informar-vos, que casta de terreno mais convenha ao tabaco. Julgo que a mesma casta de terra, que é própria para trigo é também para tabaco, pois nenhum deles se compraz num terreno arenoso. Não julgo que um barro compacto convenha ao tabaco; contudo, ou seja o terreno compacto, ou solto, deve engordar-se bem, encerrando nele o gado para lhe estrumar a superfície, ou espalhando sobre ela adubos já curtidos. Eu recomendaria, que os montinhos se fizessem no outono, e quase na distância de três pés, ou três pés e meio em a fileira, e em cada montinho de per si: deste modo ficam com maior superfície exposta à geada, que ajudará a pulverizá-los, e fertilizá-los; um bom trabalhador pode mui bem acabar dez até doze mil montinhos de terra virgem, e solta, ou seis até dez mil de terra compacta: e creio que precisando o plantador de estrumar sua terra para obter alguma colheita, com dificuldade poderá aprontar ainda cinco mil montinhos convenientes.

Se o plantador tiver vagar de voltar,

(4)

no mês de fevereiro, os montinhos, que se fizeram no outono, tirará disto seu proveito, mas dificilmente creio, que lhe reste tempo.

A ter-se logo semeado o tabaco em bons canteiros, e ter-se cuidado deles, podeis esperar dispô-los em vossos montinhos no mês de maio. Quanto mais cedo plantardes vosso tabaco, melhor será, pois não estará de vez antes de três meses; plantando-o cedo,

recolhê-lo-eis em agosto, mês o melhor de todos para o cortar, porque então depois de curado, adquire uma bela, e brilhante cor de noz-moscada, e terá muito melhor a rama, que o tabaco mais serôdio. Quando vossas plantas estiverem capazes de mudar-se, deveis preparar vossos montinhos de tabaco, tornando-os a revolver, destorroando-os muito finos, e depois cortando-lhes, ou aparando-lhes o topo, em maneira que fiquem largos, e baixos nos topos, o que lhes quebra os pequenos torrões.

Tendo voltado, em tempo cômodo, tantos montinhos, quantos, puderdes plantar, deveis esperar até vir chuva, de que, nesta estação, bastará sempre mui pouca porção, contanto que, possais arrancar vossas plantas dos canteiros, sem quebrardes. As plantas estenderão mais prontamente suas raízes, se forem mudadas depois de uma chuva moderada, do que se se plantarem numa estação mui úmida. Tende lem-

(5)

brança de nunca preparar mais montinhos do que puderdes plantar na seguinte estação; pois os feitos de novo são melhores para as plantas. Deste modo deveis continuar até plantardes toda a vossa novidade. Podeis continuar a plantar em cada estação, até o fim de junho; mas penso, que tendes mui poucas esperanças de fazer bom tabaco, se nesse tempo não tiverdes plantado a quantidade toda. Depois de disposta, ou plantada vossa novidade, do modo já ensinado, ser-vos-á preciso ter a mais estreita atenção. Vosso tabaco tem neste período um perigosíssimo inimigo num pequeno bicho, chamado minhoca, que sai da terra, e faz grande estragado nas plantas ainda novas, e tenras, cortando-as, comendo-lhes, as folhas dentro dos montinhos. Sucede algumas vezes ser preciso tornar a plantar a novidade cinco, ou seis vezes, antes de se poder conseguir que resista, e prospere. Deveis então vigiar a primeira aparição do bicho, e todas as manhãs se deve esmerar toda a vossa atenção, em esmerilhar cada planta em roda, e destruir este bicho. Começando vosso tabaco a crescer, deveis cuidadosamente embater os montinhos que declinam, e se arredam das plantas, e arrancar todas as ruins ervas, e gramas enroscadas ao redor das plantas, sem lhes desarranjar as raízes. Depois desta monda, sendo o tempo favorável, crescerão rapidamente. Quando elas se têm bem estendido sobre os montinhos, e um pouco antes de estarem capazes de decotar-

(6)

se, devem-se lhes tirar perto de quatro das folhas inferiores: a isto chamamos nós enfeite, e então se devem concertar os montinhos.

Assim que se puder decotar deixando-lhe dez folhas, deve-se fazer, e isto deve executar um homem cuidadoso muito acostumado a esta operação, o qual deve deixar crescer consideravelmente as unhas do polegar, para poder arrancar o pequeno botão do topo sem o quebrar, deixando-lhe dez folhas de trás, na primeira, ou segunda vez, que se decota, ou até que cresça tão devagar, que não possa a planta sustentar tantas folhas, que então se devem diminuir até oito, ou ainda até seis; mas o decotador hábil será o mais competente juiz disto, pois só se pode conhecer por experiência. Sereis depois atacado por outro inimigo tão perigoso, e destruidor, como os mais; este inimigo é o *bicho-de-corno*, de cor verde; o qual cresce muito, e deixando-se ficar na planta, a destruirá toda. A primeira fartura deles, como se explicam os plantadores, será quando o tabaco estiver no estado acima mencionado; e deveis ocupar quase constantemente os trabalhadores em catá-los, e obstará seu aumento, mas se tiverdes uma ninhada de pequenos perus, que largueis no campo, eles destruirão eficazmente estes bichos. Deveis então de novo refazer vossos montinhos de tabaco, e tornar solta a terra entre eles, para que as raízes do tabaco se possam exten-

(7)

der com facilidade. Imediatamente de decotado vosso tabaco principiam a rebentar-lhe ramos ladrões nas axilas das folhas, isto é no ponto, em que se juntam ao tronco: devem-se cuidadosamente arrancar, pois deixando-se crescer, exaurirão muito a planta. Pouco tempo depois da primeira fartura, ou exame de bichos, aparecerá segundo em maior quantidade, que o primeiro, e que se deve tratar do mesmo modo.

O tabaco, assim amanhado, começará a amadurecer no mês de agosto, tempo em que se deve cortar, como estiver maduro, em ordem a recolhê-lo: mas deveis ter um par de cortadores habilíssimos, que conheçam bem quando o tabaco está maduro: pois a cortar-se antes de plena madureza, curado nunca tomará boa cor, e apodrecerá na barrica depois de imprensado. O tabaco, quando maduro, muda de cor, e fica pardilho; a folha é espessa ao tato, e apertando-se entre o dedo polegar facilmente se fenderá; mas a experiência só pode ensinar a distinguir quando o café está totalmente maduro.

Eu penso que o melhor momento de se cortar o tabaco é de tarde, quando o sol não tem força para o queimar, mas só lhe faz as folhas flexíveis, de modo que se possam manejar sem se quebrarem. Deve depois de cortado ficar toda a noite espalhado sobre a terra; na manhã seguinte depois de derretido o orvalho, e antes de ter o sol força para o queimar, deve-se apanhar, mas

(8)

não deve haver suspeita de chuva na noite precedente; pois a cair sobre o tabaco uma pesada chuva no tempo em que está espalhado sobre a terra, danificá-lo-á muito enchendo-o de tincal, e talvez quebrando-o. É verdade, que o tabaco se corta geralmente de manhã: mas neste caso faz-se necessária exatíssima vigia sobre ele, apanhá-lo, e pô-lo em pequenos montões, antes de começar a queimar-se; pois estando chamuscado do sol, para nada serve.

Seguem-se diferentes métodos de preparar o tabaco, depois de cortado, e suficiente mortificado pelo sol para se poder manejar. Alguns penduram em valados até estar quase meio curado, antes de o levarem a pendurar em casas, construídas para este fim: mas não aprovo este método, pois as folhas ficam muito expostas ao sol, e são sujeitas a danificar-se. Um método muito melhor é ter andaimes pegados à casa, em que pretendeis curar, ou preparar o vosso tabaco; e tendo suficiente número de varas para o suspender, de perto de quatro pés e meio de comprimento, e uma polegada de grossura, conduzis do campo vosso tabaco, e pondo dez até quatorze, ou quinze plantas sobre cada vara, fixai as varas neste andaime, em distância de quase nove polegadas umas das outras. Ali fica o tabaco até lhe amarelejarem as folhas. Por este método embaraça-se o sol de chegar às folhas, e seus raios caem somente sobre os talos. Depois de ficarem assim tem-

(9)

po suficiente, removei as varas, com o tabaco, para a casa, e fixai-as onde devem ficar, até estar o tabaco de todo curado.

As casas construídas para o tabaco tem trinta, até sessenta pés de comprimento, e perto de sessenta de largura: o teto tem vigas tortuosas, em distância de quase quatro pés, para nelas se fixarem as varas; e dispostas em espaços próprios, para receberem todo o tabaco, até se encher a casa; de maneira que reste um espaço de seis polegadas entre as caudas das plantas superiores, e os topos das inferiores, para lhes varar o ar.

Se houvessem casas suficientes, eu aconselharia, que o tabaco não apanhasse sol, mas sim fosse conduzido para a casa imediatamente depois de mortificado, ou amolecido, e fosse aí pendurado nas varas. Mas neste caso se deveriam pôr mui poucas plantas em cada vara, e deveriam as varas ficar em maior distância umas das outras: porque o tabaco é muito sujeito a danificar-se em casa, sendo no estado de verdura

pendurado muito junto. Curando-se uma colheita por este método, sem sol, sua cor seria mais brilhante, e o aroma mais fino, pois o suco todo se conserva sem ser exalado pelo sol.

Curado plenamente em casa vosso tabaco, o que se pode conhecer pela cor da folha, e secura do talo, pode-se então desfolhar, uma vez que esteja em estado con-

(10)

veniente, isto é numa estação, que o umedeça em maneira, que se possa manejar. Assim que o tabaco está tão flexível, que se pode manejar, sem se quebrarem as folhas, deve-se tirar das varas, pôr em monte, até se desfolhar; o que se deveria fazer imediatamente no princípio do ano, para que os talos que estão verdes, não danifiquem as folhas. Se o tabaco, quando se tirar das varas, estiver excessivamente lento, será capaz de apodrecer, começando a ressumbrar. A uma coisa dever-se-ia particularmente atender, e é, que se deveria descer o tabaco, e em chegando a este ponto, pois se estiver pendurado até ficar excessivamente lento, e esperardes, que a umidade se lhe vá, e fique no estado, em que aconselho esteja, quando o tirardes das varas, certissimamente, posto em monte, tornará a seu pleno estado de umidade; e por isso dever-se-ia pendurar até perfeitamente se secar; e deveis esperar até outra estação para o pordes em termos de ser desfolhado.

A segunda coisa, que se deve fazer depois de descido o tabaco das varas, como disse, é desfolha-lo: e ser-vos-á precisa para isto particular atenção. Devem ser primeiramente escolhidas do talo todas as folhas indiferentes, por pessoas, que as estremem, que entendam disso, e ser por elas mesmas atadas, para depois se lhes tirarem os talos. A planta com as folhas finas deve ser entregue aos que a hão de desfolhar: eles devem separar-lhes as folhas, e fazer de

(11)

cada cinco folhas um molho, atando-os com uma folha de igual bondade. Em se tendo os suficientes para encher uma barrica, a qual aconselho não tenha mais de mil arráteis de peso, devem-se imediatamente embarricar com grandíssimo cuidado, e imprensar. Vossas barricas deveriam ser feitas de aduelas, que não excedessem quarenta e oito polegadas de comprido, e a sumidade não deveria sobrepujar a trinta, ou trinta e duas polegadas de diâmetro. Não se podem dar aqui direções para embarricar, isto só se pode aprender com a prática. Se se meter numa barrica mais tabaco, do que aqui recomendo, será sujeito a quebrar-se; circunstancia, que se deveria cuidadosamente evitar.

Eu sou, com muito respeito.

[Assinado] Ricardo Parker.

Ao Presidente da Sociedade de Agricultura de Filadélfia.

Lavvfield [sic] (na Virgínia) 29 de Maio de 1788.

Publicada por ordem da Sociedade de Filadélfia para promover a Agricultura.

[Assinado] S. P. Griffitts, Secretário.

SMYTH. *Método de cultivar o tabaco na Virgínia, Extraído da viagem de Smyth aos Estados Unidos da América*, volume 2, pp. 127-139, Londres, 1788 [Tradução e publicação em Portugal 17--]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28368 P.

(1)

Como o método de cultivar o tabaco na Virgínia não pode ser muito conhecido na Inglaterra, se de todo não for desconhecido, como pode agradar sua descrição, aproveitarei esta ocasião de dar um exato esboço do modo de se produzir esta planta narcótica, que se tornou um ramo assaz lucrativo do comércio.

Escolhem-se no outono várias tiras de terra férteis, lentas, mas não muito úmidas, as quais contenham perto de um quarto de acre, ou mais, conforme a grandeza da novidade, e o número de plantas, que ela pode exigir. Roçam-se estas tiras de terra, que ordinariamente se escolhem nos matos, e cobrem-se de gravetos, e madeiras, até cinco, ou seis pés de altura, e mais, os que se deixam ficar assim, até o tempo de semear o tabaco, que vem a ser doze dias depois do Natal.

Escolhe-se comumente a boca da noite, para queimar esses lugares, e depois de tudo estar reduzido a cinzas, cava-se a terra, mistura-se com as cinzas, e destorroa-se muito fino; a semente do tabaco, que é em extremo pequena, sendo também misturada com as cinzas, espalha-se então, e passasse-lhe ligeiramen-

(2)

te o ancinho; cobre-se imediatamente tudo com gravetos, para a abrigar, e conservar quente, e fazem-se pequenos valados em roda.

Assim ficam, até passarem as geadas, tempo, em que se tiram os gravetos, e se expõem as novas plantas ao gerador, e nutritivo calor do sol, que de repente as vigora em espantoso grau; e logo as tornas fortes, e crescidas, quanto basta, para se poderem mudar, especialmente, se se semearam muito bastas.

Todo o plantador de tabaco, assíduo em segurar-se de suficiente quantidade de plantas, tem geralmente vários destes alfobres, ou canteiros em diferentes situações, para que, se um falhar, possa outro ter melhor sucesso; e um plantador experimentado tem comumente o cuidado de conservar dez tantos das plantas, de que pode fazer uso.

Nestes alfobres ao comprido juntamente com o tabaco, semeiam geralmente ao mesmo tempo sementes de cale, couve do levante, e couve ordinária.

Há sete diferentes castas de tabaco, particularmente apropriadas as diferentes qualidades de terreno, em que se cultivam, e diversas umas das outras. Chamam, cordel de çapato [sic], basto, ou conchegado, aromático, e oroanoko [sic].

Mas ainda que estas sejam as principais, há todavia muitas outras diferentes espécies mais, com nomes próprios às situações, estabelecimentos, e vizinhanças, em que se produzem, as quais seria muito enfadonho aqui especificar, e particularizar.

O terreno para o tabaco deve ser pingue, e forte. A terra prepara-se desta maneira; depois de

(3)

a ter bem destorroado, e tornado mole, solta, e macia com as repetidas lavouras, ou de arado, ou de enxada de mão, fazem-se no campo inteiro montinhos, dos quais ocupe cada um o espaço de três pés, e seja achatado no cimo.

Nas primeiras chuvas, que aqui se chamam estações, depois do equinócio da primavera, arrancam-se com cuidado as plantas de tabaco, enquanto a terra está mole, conduzem ao campo, em que se hão de plantar, e põem uma em cada montinho: trabalho este, que fazem os negrinhos; então começam a plantá-las os negros mais hábeis, fazendo com o dedo um buraco em cada montinho, metendo a planta com o quício da raiz, conservado cuidadosamente em direitura, e apertando, e chegando a terra de todos os lados: Isto se continua, em quanto a terra tem umidade, quanto baste, para pegarem as plantas, ou enquanto há mudas suficientemente crescidas, para se

arrancarem, e mudarem; e são necessárias algumas diferentes estações, ou períodos de chuva, para se poder completar a plantação da novidade, operação, que frequentemente se não acaba antes de julho.

Depois de terem as plantas pegado, e principiado a crescer, monda-se a terra com cuidado, e lavra-se, ou com enxadas de mão, ou com arado, segundo ela permitir. Depois de terem as plantas consideravelmente aumentado em volume, e principiando a arrebentar, aparam-se lhes os topos, e se lhes deixam só dez, doze, ou dezesseis folhas, segundo a qualidade do tabaco, e do terreno.

Catam-se também, e destroem-se com cuidado os bichos, de que há duas espécies, que estragam o tabaco.

(4)

Uma é a minhoca, que o corta exatamente por baixo da superfície da terra, este bicho deve ser cuidadosamente pesquisado, e esmagado. É de cor negra escura, e curto, o outro é o bicho-de-corno, de algumas polegadas de comprido, e da grossura do dedo mínimo, de cor verde viva, com excrescências pontudas, ou tenteadores, na cabeça semelhantes a cornos: estes bichos devoram as folhas do tabaco, e estão sempre sobre a planta.

Como seria trabalho infinito conservar os trabalhadores constantemente em busca deles, viria a ser quase impossível embaraça-los de comerem mais da metade da novidade, a não se descobrir, que os perus são particularmente destros em achá-los, e os preferem a todo o mais sustento. Com este fim todos os plantadores conservam um bando de perus, que todos os dias largam nas terras de tabaco, conduzido por um negrinho, que nada mais faz, que isto; estes perus conservam o tabaco mais limpo de bichos de corno, do que poderiam fazer todos os braços, que só se empregassem.

Quando se aparam os topos do tabaco deixam-se algumas plantas intactas para semente. Nas plantas, que se decotaram, costumam arrebentar novas vergôntes, que se chamam ladrões, e se quebram cuidadosa, e constantemente, para que não roubem as folhas da planta muita nutrição, e substância. Esta operação se executa também de tempos a tempos, esse chama *esladroar* o tabaco, isto é, livrar o tabaco de ladrões.

Algum tempo antes de estar maduro ou de vez, a terra se fecha perfeitamente coberta com as folhas, que tem chegado a prodigioso volu-

(5)

me; e então as plantas tem geralmente perto de três pés de altura.

Quando está maduro, declara-se nas folhas uma umidade viscosa, ou transpiração, a qual aparece a proporção, que estão próximas a manchar-se, e neste estado são as folhas de grande peso, e substância.

Corta-se o tabaco, quando o sol está forte, mas não de manhã, ou à boca da noite: a planta sendo grande, racha-se pelo meio a três, ou quatro polegadas, e se corta duas, ou três polegadas abaixo da extremidade da racha; volta-se então com as costas, ou fundo para cima, para que o sol a possa macerar, ou mortificar prontamente em tempo, que os escravos a possam transportar do campo, aliás as folhas se quebrariam no transporte para os andaimes.

Cortam-se somente as plantas, que estão maduras, pois um campo inteiro nunca amadurece junto. Há geralmente segundo corte semelhante ao primeiro, porque o tronco vegeta, e brota de novo; em boas terras, com estações favoráveis, há algumas vezes terceiro corte, que também se cura, ou prepara; não obstante proibirem as leis cortar-se tabaco ainda segunda vez.

Cortadas as plantas, e conduzidas aos andaimes, que estão geralmente levantados, todos em roda das casas de tabaco, põem-se com a racha através de uma pequena vara de carvalho de uma polegada, e ainda mais de diâmetro, e quatro pés e meio de comprido, unidas de maneira, que cada planta possa justamente tocar na outra, sem a quebrar, ou apertar; estas varas põem-se então no andaime com o tabaco suspenso no meio para secar-se, ou curar-se, e são chamadas *varas de tabaco*.

(6)

A proporção que se adianta a cura, ou preparação das plantas, removem-se as varas dos andaimes de fora para dentro da casa do tabaco, e se dispõem em outros andaimes aí levantados em sucessiva, e regular gradação desde o pavimento até o topo do teto, pondo-se cada vez mais altas, à proporção que o tabaco se aproxima a uma perfeita cura, até a casa ficar toda cheia, e o tabaco inteiramente curado; e esta cura frequentemente se adianta, acendendo-se fogos no pavimento.

Estando a casa do tabaco inteiramente cheia, e havendo ainda mais tabaco, que nela se meta, tira-se ou desce-se tudo que nela houver, e dispõem-se com cuidado em partidas, ou fileiras regulares, umas sobre outras, e tudo se cobre com o refugo do tabaco, ou palha, para o conservar num estado conveniente, vem a ser num estado de umidade, que o começa de estragar-se, e desfazer-se em pedaços.

Mas para se poder desfolhar o tabaco curado, deve-se esperar, o que se chama estação, que é tempo chuvoso, ou úmido, em que as plantas se poderão manejar, pois em tempo seco todas as folhas se desfariam em pedaços, se fossem manejadas. Por este meio se pode encher uma casa de tabaco duas, três, ou quatro vezes no ano.

Todas as noites entram os negros na casa do tabaco para o desfolhar, isto é, escolher as folhas do talo, e atá-las em molhos, ou manolhos; esta é também sua diária ocupação em tempo chuvoso, no desfolhar tem eles cuidado de deitar fora todas as folhas, que tocaram em terra, e o tabaco ruim, atando somente as que podem ter saído: Os manolhos, ou mo-

(7)

lhos assim atados são também postos, no que se chama partida, ou meda, e cobrem-se com o refugo do tabaco, ou com palha, para lhe conservar a umidade.

Depois disto, arruma-se o tabaco com cuidado em barricas, e se aperta com uma grande viga, posta por cima dele, em cujas pontas suspendem-se prodigiosos pesos, estando a outra extremidade inferida por meio de uma fêmea num parafuso, junto ao qual está posta a barrica; esta imensa pressão se continua por alguns dias, e então de novo se enche a barrica de tabaco, até não poder levar mais; depois do que tapa-se, e conduz-se aos armazéns públicos, para ser examinada.

Há nestes armazéns constantemente dois hábeis plantadores, os quais por amor disso recebem do público um salário. Toma-se lhes juramento de examinarem com honra, cuidado, e imparcialidade todo o tabaco, que no armazém se meter, (e nenhum se concede embarcar, sem ser regularmente examinado).

Desmancha-se a barrica, e abre-se o tabaco por meio de grandes, e compridas cunhas de ferro, e com grande trabalho, nos lugares, que os inspetores assinalam; depois deste estreito, e atento exame, se o acham bom, e capaz de ter saída, torna-se a pôr na barrica, pesa-se nas balanças públicas, abre-se, ou marca-se nos tampos o peso, tanto do tabaco, como da barrica, arruma-se nos armazéns públicos, e disto se entrega uma marca ao proprietário, de que ele dispõe em favor do comprador, e não vê mais, nem tem outro trabalho com o seu tabaco.

O peso da cada barrica deve ser de novecentos, e cinquenta arráteis líquidos de mais

(8)

do peso do casco, por menos, se não considerar uma marca, ou nota debaixo do nome de barrica; com tudo o peso geral anda por mil duzentos, ou mil trezentos arráteis líquidos.

Mas se o tabaco se achar totalmente mal, e for refugado, como incapaz de ter saída, queima-se tudo publicamente em um lugar separado, que para esse fim há.

Contudo, julgando-se, que há na barrica algum tabaco capaz de vender-se, deve o proprietário desarrumá-lo todo publicamente no mesmo lugar, pois não se lhe consente tirar dele coisa alguma, e deve escolher, ou separar o bom do mal; o último é imediatamente entregue às chamas, e pelo primeiro recebe uma nota, que pode transferir, em que se especifica o peso, qualidade, &c.

O público tomou este grande, e mui louvável cuidado para evitar as fraudes, o que com tudo não surtiu sempre efeito; porque ainda com todas estas precauções cometiam-se muitos atos de iniquidade, e impostura.

STAUTON, Sir George Leonard (1737-1801). *Método de preparar a cochonilha segundo Stauton (inglês)*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1797. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Impressos Reservados, RES. 6431 P.

(3)

Método de preparar a cochonilha

O proveito que os portugueses tiram da cochonilha no Rio de Janeiro é pouco considerável, em consequência de um erro na sua preparação. Duas, ou três vezes cada semana, os escravos destinados a este objeto, buscam as plantas cactos, e com uma varinha de bambu, cortada de algum modo na figura de uma pena, tiram todo o inseto plenamente crescido com muitos outros, que ainda não tem chegado ao seu estado de perfeição: a

(4)

consequência disto é, que as plantas nunca têm a metade dos insetos, que podiam sustentar, pois que muitas das fêmeas, morrem antes de terem feito os seus depósitos. Os naturais do México seguem um método muito diferente. Logo que passam as chuvas periódicas, e que o tempo é mais quente, e mais seco, fixam nos bicos das folhas dos cactos pequenas porções do mais fino musgo, servindo como de ninhos, capaz cada um

de encerrar dez, ou doze insetos fêmeas, no seu estado de pleno crescimento. Estes insetos no decurso de poucos dias, produzem uma inumerável família de pequeninos, que se espalham pelas folhas, e ramos da planta, até que fixam naqueles pontos, que acham mais próprios a dar-lhe suco nutritivo; onde crescendo em pouco tempo o mais a que podem chegar, ficam imóveis, e então se tiram para uso; deixando sempre um número suficiente, para a produção de novas

(5)

criações. Um muito simples processo converte em pouco tempo os insetos em cochonilha; mas se, em sofrimento corpóreo, o pobre escaravelho sente tormento igual ao do gigante, quando morre, este processo não é mais simples, do que é cruel. Apanham-se os insetos em uma taça de madeira, e daqui se estendem espessamente sobre um prato chato de barro, e assim vivos se põem sobre fogo de carvão de lenha, onde se vão lentamente torrando, até desaparecer a coberta cheia de penugem, e que os sucus aquosos do animal estejam totalmente evaporados. Enquanto dura esta operação, mechem-se continuamente com uma colher grande de estanho, os insetos, e algumas vezes se borrifam com água pra prevenir que todos se torrem, o que destruiria a cor, e reduziria o inseto a carvão; mas pouco hábito basta para ensinar o quando se devem tirar do lume. Ficam então na forma de grãos redon-

(6)

dondos, escuros de alguma sorte, vermelhos, e tomam o nome de cochonilha, conservando tão pouco a forma original do inseto, que esta preciosa tintura foi por muito tempo conhecida, e buscada na Europa antes dos naturalistas decidirem se era substância animal, vegetal, ou mineral. O Jardim do Rio de Janeiro, não produz anualmente mais do que trinta arráteis desta fazenda: contudo, tendo bom trato, este mesmo número de plantas podia produzir dez vezes esta quantidade. Em Maricá, e Saquarema, ambos lugares contíguos ao Cabo Frio, há plantações consideráveis do cacto, que facilmente se aumentam com garfos da mesma, plantados na estação fria, e chuvosa, ainda que depois medram menos, quando não expostas ao sol. Os insetos criam, e colhem-se em tempo seco desde outubro até março. Anima-se a preparação da cochonilha deixando livre este ramo

(7)

de comércio, que antigamente era um monopólio da coroa (*).

FIM.

VELOSO, frei José Mariano da Conceição. *Ofício [ou Súplica] do frei José Mariano da Conceição Veloso ao secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitando que a impressão de sua obra *Flora Fluminense* continue.* Lisboa, post. 1795. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 30, pasta 7.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Ao depois de eu ter tido a glória de pertencer à Repartição que a Vossa Excelência se incumbiu por tantos títulos, quanto justificação o acerto desta eleição; seria censurado de inerte, se não fizera subir à presença de Vossa Excelência os meus queixumes, pelo mesmo modo que um filho se queixa a um Pai. Sim, Excelentíssimo Senhor, Vossa Excelência é o Órgão do Pai comum da Nação, que se a ela repartida, pelas três partes, que inteiram o Globo do Mundo, fora em a que estamos. Esta, certamente, é a qualidade com que Vossa Excelência acolhe na Sua presença os emigrados filhos da Mãe comum, que nos Países Estranhos sustentam a sua glória. Isto suposto, Represento a Vossa Excelência.

Que sendo mandado pela obediência para o Convento da Cidade de São Paulo, por Petição do Ilustríssimo D. Luiz Antônio de Souza, então seu General, para ensinar Geometria aos Soldados, que se não verificou; fui empregado pelo seu Sucessor o Ilustríssimo Martim Lopes Lobo de Saldanha, no último triênio do seu Governo, em recolher as produções naturais do País mais preciosas, pra serem remetidas ao Museu e Jardim de Sua Majestade, por uma ordem que teve primeiramente, em o ano de 1777 do Excelentíssimo Marquês de Pombal, repetida ao depois pelo Ilustríssimo, e Excelentíssimo Martinho de Melo, a que o Suplicante satisfez de sorte.

(*) A Coroa nunca o monopolizou: só a comprava, por um maior preço, para animar a cultura.

Que sendo informado disto o Ilustríssimo e Excelentíssimo Luiz de Vasconcelos, então Vice-Rei do Rio de Janeiro, o mandou vir por Ordem sua e do seu Prelado, para esta Cidade, para onde veio em companhia do mesmo General, o Ilustríssimo Martim Lopes no ano de 1780; e se apresentou a Sua Excelência o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice-Rei, que fez cair sobre os ombros do Suplicante todo o peso do exame, e coleção das produções naturais desta capitania, por mais que o Suplicante lhe representasse a debilidade das suas forças para este emprego.

O Suplicante não pretende ponderar a Vossa Excelência o excesso de um trabalho provado por onze volumes em fôlio com dois de descrições; por uma coleção de todos os peixes de água doce, e salgada, feitas por um novo método, por outra de insetos marinhos, e terrestres; e finalmente por uma de borboletas impressas, pela fécula colorante de que se cobrem as membranas das suas asas, obra tão rara, e estimável, que tem o Suplicante notícia, não haver outra em algum dos Gabinetes Reais da Europa: o que tudo se acha no Museu de Sua Majestade, onde foi entregue logo que aqui chegou. Menos lembrará a Vossa Excelência que os seus excessos neste trabalho o puseram muitas vezes em perigo de vida; já despencando em uma serra por baixo de uma besta muar; já afogado no mar por um tufão de ventos que emborcou a canoa em que o Suplicante navegava; já por moléstias perigosas, contraídas no mesmo trabalho, e particularmente uma quase cegueira de oito meses, apanhada na diligência da conversão dos Ararizes Índios Bravos, que infestam as vizinhanças do Rio de Janeiro, nos Matos do Paraíba, onde o Suplicante foi por Ordem do Excelentíssimo Vice-Rei, em o ano de 1787. Ultimamente, também não lembrará a Vossa Excelência o atraso nos empregos honrosos da sua Corporação para que o habilitaram os anos que tem de Hábito, a sua conduta se não virtuosa, honrada, as suas aplicações literárias, o seu aferro à vida claustral, se não andasse por fora à quinze anos por motivo do trabalho de que fora incumbido. O que tudo pode testificar o mesmo Excelentíssimo Vice-Rei, que lhe ofereceu a Sua Companhia e a Sua Casa em Lisboa, onde o Suplicante existe há quase cinco anos. Só representa a Vossa Excelência

Que chegou a esta Corte a vinte de setembro de 1790, e que tendo feito entrega de quase setenta caixões, resultado dos seus últimos trabalhos, tivera a indizível satisfação de ver que tudo fora bem aceito por Sua Majestade; pelo Ministro de Estado da Repartição que não o duvidou elogiar em uma Audiência Pública, em que teve a honra de lhe falar pela primeira vez; e ultimamente pelos Sábios da Faculdade, a quem se cometeu a sua inspeção, e exame.

Nesta situação lisonjeira estava o Suplicante, quando lhe apareceu, por parte da Academia Real das Ciências de Lisboa o seu Secretário o Padre José Corrêa, pedindo-lhe seu nome, os trabalhos do Suplicante para o serem impressos à custa da mesma. Que coisa mais feliz lhe poderia acontecer, do que, sem enfadar a Sua Majestade por algum requerimento, ver o seu trabalho impresso, único prêmio que se propunha. O sucesso mostrou o contrário: por enquanto

Convindo o Suplicante na petição e incorporado por consequência na Academia, como Sócio, passou a entregar ao Conde José Bernarde, então Cônsul de Veneza, nesta Cidade, cinco tomos do seu trabalho, nos quais se achariam perto de oitocentas, e talvez mais, plantas para serem abertas em Veneza, de baixo da inspeção do Abade Santini, a quem o sobredito Cônsul anteriormente tinha encarregado esta ação. O Deputado, e Doutor Domingos Vandelli entregou igualmente por Ordem da Academia, julgo que duzentos e vinte mil réis para princípio do pagamento.

É verdade que houve alguma diferença sobre o preço das chapas abertas, entre o Doutor Vandelli, e o Cônsul Bernarde; porque este dizia, que os sequins [sic] venezianos, reduzidos a dinheiro português, que o Abade Santini pedia por cada uma das chapas abertas, importavam em três mil e seis contos; e aquele, em três mil e duzentos réis: dúvida que se não pode decidir, por ter o Doutor Vandelli perdido o papel que continha os preços. Acresceu mais disto o pedir o Abade Santini quatrocentos réis mais por cada chapa quando viu o total do trabalho dos cinco tomos que lhe foram; com o que vinha a ficar importando cada chapa, e quatro mil réis, fora frete comissões etc.

Por estes dias, tendo se apresentado à Academia dois exemplares impressos, de duas diferentes chapas, que tinham ido para prova, fez ela o assento de que anualmente se abrissem duzentas. Assento que deu princípio à minha desordem, se eu a devo chamar assim; porque, vendo que para duas mil plantas, ou chapas, me irão preciosos dez anos, com existência precária nesta Corte e fora do meu Claustro, assentei a Sua Alteza, por meio de Vossa Excelência, mais para auxílio da Academia do que meu, pedindo-lhe por mercê, houvesse de assistir com dinheiro das chapas, que segundo o cálculo do Doutor Vandelli importavam dezesseis mil cruzados à proporção do tempo que elas se fossem gravando.

Vossa Excelência me mandou falar ao Excelentíssimo Marquês de Ponte de Lima, assegurando-me a sua mediação. Obedeci a Vossa Excelência, e fui tão feliz, que o resultado foi passar-se a nove de julho de 1793, uma provisão ao Real Erário, para se satisfazer toda a despesa necessária, não só das chapas, como também da impressão de

todo o trabalho, em cada um dos semestres, e desta provisão se mandou uma cópia à Academia, para que assim o tivesse entendido. Favor este tanto mais singular, quanto ampliava a graça devida.

Quem dissera Excelentíssimo Senhor, que este momento, para mim tão glorioso, seria a época fatal do meu trabalho! Porque não podendo sustentar a fraqueza do Padre José Corrêa, Secretário da Academia, um golpe tão grande de Beneficência Régia, se esforçou em fazê-la saldada, e o pior é que até agora o conseguiu, podendo mais a sua perversidade, do que a minha verdade, do que a Grandeza da Minha Soberana. Imediatamente passou, logo que recebeu a Ordem a casa do Cônsul Bernarde, e suspendeu a execução do trabalho pelo motivo, segundo ele dizia, de ignorar se a Academia tinha ou não dinheiro para o pagar; sendo que estava aceito a Sua Majestade todo o pagamento. Isto fez o Padre José Corrêa nesta Corte, em presença da Soberana, e dos Seus iluminados Ministros; a qual seria estranhada ainda nas partes mais remotas. A oito de setembro do mesmo ano fui ciente deste fato, e tendo-o participado aos Excelentíssimos Senhores Desta Casa, passei a Belas a valer-me da mediação do Excelentíssimo Conde de Pombeiro, para que, junto com ele falasse ao Excelentíssimo Marquês de Ponte de Lima: e assim o fizemos, que até então de nada sabia: certificou-nos da continuação do trabalho, e da sua proteção. Voltando porém eu daí há quinze dias à Sua presença, se dignou fazer-me ver a conta dada pelo Padre Corrêa, da qual a força era, que era muito volumoso, por constar de duas mil plantas, as quais importariam a Sua Majestade oitenta, e mais mil cruzados; porém que tendo muitas plantas comuns, diminuídas estas poderiam importar trinta mil cruzados. Por outra memória, que apresentei ao Ex. Marquês fiz ver, que todo o trabalho in globa [sic], importaria cinquenta mil cruzados; mas, que só necessitava da quarta parte deste dinheiro, por que as outras três partes, vinham a ser pagas pelo resultado da sua venda, ficando a metade do seu valor em lucro. Memória, que mandada a ele Padre Corrêa para responder, por toda a resposta pedia a demissão da observância da provisão Régia, que é o mesmo que dizer a Vossa Excelência, de não receber a indizível honra que ele expressava na sua memória recebera a Academia, quando Sua Majestade lhe tinha dirigido, pela primeira vez à Suas Reais Ordens.

Não obstante este conflito, mandou o Senhor Marquês, que se continuasse o trabalho. Sendo-me neste tempo chegadas as provas de setenta plantas abertas em Veneza, as fiz ver ao Senhor Marquês, que mostrou satisfazer-se.

Mas, tendo mudado o Cônsul Bernanrde para Veneza apresentou a conta do primeiro tomo que se achava estampado, do qual, abatidos os duzentos e vinte mil réis do primeiro dinheiro, se ficava em dívida do resto, que Sua Majestade deveria satisfazer em virtude da Sua Graça, e do que não duvidou o dito Excelentíssimo, mas, só sim, em conceder um ano, que pedia o procurador do Cônsul Bernarde, para entregar o trabalho aberto, e por abrir, vista a dificuldade da navegação pela Revolução de França. O Excelentíssimo Marquês não cedeu, em quanto ao tempo, e deu por suspensa a continuação do trabalho, que por este princípio ainda lá existe.

Recorri ao Excelentíssimo Martinho de Melo, antecessor de Vossa Excelência neste aperto, e por intervenção sua consegui mandar-me Sua Alteza dar doze mil e oitocentos em cada mês, para minha subsistência: que fazia excursões botânicas à custa de Sua Majestade; e que o trabalho se abrisse na fundição, para o que se passaram Ordens, mas à exceção da primeira, as duas últimas se não tem realizado. A subsistência que tenho recebido, empreguei no trabalho das plantas, das quais fiz ver a Vossa Excelência algumas e tenho abertas em cobre cento e setenta.

Esta é a minha figura, e estes os fatos da minha vida, que tenho a honra de expor a Vossa Excelência

Possa o amor que Vossa Excelência tem à Pátria, as Ciências Naturais, e aos que temos a glória de estarmos subordinados à Sua Repartição Ministerial, fazer que recebamos por meio de Vossa Excelência, do Régio Trono a influência que necessitamos para podermos ser úteis ao país, a que devemos o nascimento. Eu penso, que por meio dos dois Cônsules, o de Veneza aqui, e o português em Veneza, ou por algum dos Negociantes desta para aquela Praça, se poderia remir o meu trabalho, assegurando a qualquer deles a Régia paga. Vossa Excelência determinará o que for melhor, e mais decoroso. Por toda a mercê confessará sempre ser

De Vossa Excelência

O mais humilde cativo

Frei José Mariano Veloso

VELOSO, frei José Mariano da Conceição. *Requerimento de frei Mariano Veloso à rainha D. Maria I solicitando dar prosseguimento ao trabalho de impressão da Flora*

Fluminense. Lisboa, 1797. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 27, pasta 25.

Diz Frei José Mariano da Conceição Veloso, que tendo sido Vossa Majestade Servida aprovar, pelo Seu Real Decreto, dirigido ao Erário Régio em 1792, o trabalho da Flora Fluminense, feito pelo Suplicante em o Rio de Janeiro, com toda a perfeição de que ele foi capaz, e economia possível, igualmente foi Servida mandar que fosse impressa à custa da Sua Real Fazenda, por não privar dos Seus Vassalos da utilidade que lhes deveria resultar da lição desta obra; e para este fim de se dirigiu a Veneza, pela Academia das Ciências, o original das estampas que o Suplicante conservava em seu poder, em razão de se economizar a despesa do trabalho da abrição, e preço dos cobres: mas, vendo Vossa Majestade a demora, e outros motivos, foi Servida Ordenar, que se removesse aquele trabalho da sobredita cidade para esta, na Real Fundição, e por que são passados cinco anos da primeira determinação, e três da segunda, sem que até agora tenha aparecido o mencionado trabalho, e o Suplicante se acha nesta Corte há sete anos, fora do seu Convento, para onde deseja recolher-se logo que complete esta ação portanto.

Pede a Vossa Majestade, que, sem atenção ao trabalho principiado em Veneza, tal qual ele seja, haja de permitir ao Suplicante 1º Fazer tirar novas cópias do original que se conserva no Real Museu de Sua Majestade, onde o entregou na sua chegada; o qual se lhe deverá dar debaixo de um recibo; que o colherá logo que o faça entregue, para serem gravadas com algum abatimento da grandeza com que foram desenhadas. 2º Que se lhe concedam dois oficiais (além de um que já tem), ou aprendizes de desenho da Real Fundição, para que, debaixo da vista do Suplicante hajam estas segundas cópias, e principiar a sua gravação que se continuará a donde Vossa Majestade For Servida, com algum aumento, ao jornal que atualmente ganharem. 3º Que a despesa dos cobre e seu polimento, e tudo o mais que for necessário para esta edição haja de ser feita pela Junta da Fazenda dos Reais Arsenais; e que o Suplicante fique responsável a dar conta do progresso deste trabalho, todos os meses, ao Ministro e Secretário desta Repartição, para que tudo se faça conforme a Vontade de Sua Majestade; para o que incluso apresenta o Plano de Despesas.

Frei José Mariano da Conceição Veloso

Calculo do que pode importar 2.000 chapas, de que consta a obra Flora Fluminense de que é autor frei José Mariano da Conceição Veloso, segundo os preços ordinários de Lisboa

Tendo cada chapa meia libra pouco mais pouco menos, importará.....	R 150
Por bater.....	180
Por polir.....	400
Por abrir.....	<u>900</u>
Total da despesa de uma chapa gravada.....	1630

Supondo três gravadores, e que cada um grave 4 chapas por semana, serão 12 no fim da semana, e importarão..... 19560

Em um mês serão 48 chapas, e importarão..... 78240

Em três meses serão 144 chapas, e importarão..... 234720

Com estas se terá um tomo completo.

Em um ano, seguindo-se esta ordem, serão 4 tomos, e em dois anos e meio 10 tomos, com o que se completará a obra; e se terá feito a despesa, somente nas chapas 234720rs, que vem a ser perto de seis mil cruzados.

Mas, mandando-se vir o cobre polido de Inglaterra ficará pela metade do valor, do ordinário de Lisboa, e se economizarão em 12 chapas..... 4380rs

Em 144, que são precisas em os três meses..... 52560

Em um ano..... 210240

Em dois ano e meio..... 525720

Total de importe por este ano..... R1:821480

Isto mesmo acontecerá, dados os cobres pelo Arsenal, sendo polidas as chapas pela Fundição, em razão dos seus preços e jornais.

Sobre o feitio da abrição também dá em menos, porque fazendo-se 4 chapas por semana a 900rs, preço comum, vem a importar as 4 chapas..... 3600

Sendo trabalhadas as chapas por oficiais da Fundição que ganham a 400rs por dia, vem a sair o efeito de cada chapa aberta, a 600rs, e as 4 chapas..... 2400

Vem a economizar-se na semana, em cada oficial..... 1200rs

Porque são 3 oficiais, se economiza..... 3600rs

Em três meses..... 14400

Em um ano.....57℥600

Em dois anos e meio.....144℥000

Que junto à economia que há na compra, e preparativo dos cobres, que são 525℥720rs faz o total de 669℥720rs

Das chapas seria o importe total 1:677℥480

Mandando-se tirar em tórculo alheio, se costuma pagar o cento de estampas a 600rs; tendo cada livro 150 chapas, e tirando-se de cada uma 1000 exemplares, serão precisos 150 vezes 10 centos, que importaria a despesa de 1000 exemplares a quantia de réis 900℥000; que é um livro.

O total de toda a obra, por esta regra, importaria 9:000℥000rs.

Economia

Havendo um tórculo, em propriedade, fica a despesa por metade da do acima, que são 3:500℥000rs

{Não há necessidade de se tirarem mais jogos, do que os que forem precisos para a distribuição, ou venda. Nestes termos, bastará que se tirem 250 exemplares} Esta economia não entra na soma do cálculo geral.

Importará, portanto, o total do trabalho no fim de um ano pelos preços ordinários 2:347℥200 {não supondo economia alguma}

Importará o total da tiradura de estampas 9:000℥000 {não supondo economia alguma}

Resumo de economia Réis 11:347℥200rs

Trabalho no fim da obra Rs 2:627℥480

Tiradura de estampas 3:500℥000

5:622℥480

Diferença Réis 6:169℥720

Uma subscrição, a cadernos de vinte e cinco estampas alivia toda a despesa. Por este plano Sua Majestade só vem a desembolsar o valor de 12 arrobas e ½ de cobre polido; do papel, que não entrou no cálculo pela falta de seus preços no espaço de dois e meio. Esta cálculo é de probabilidade, que pode ter mais, e menos conforme o tempo.

Frei José Mariano da Conceição Veloso

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

A. Fontes manuscritas

1. Academia das Ciências de Lisboa (ACL)

FERREIRA, José Henriques. *Dissertação sobre a Cochonilha História do seu descobrimento na América Portuguesa*. Escrita por José Henriques Ferreira Médico pela Universidade de Coimbra, e Sócio da Academia de Ciências &.^a, 1772. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, Ms. 1030.

LOPES, João Batista da Silva. *Memória sobre a cochonilha*, 1837. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, Ms. 1878.

MENDES, Luiz Antonio de Oliveira. *Memória sobre o método, que se deve observar na extração da tinta do pau-brasil, em visível benefício das fábricas do Reino*, 1805. Academia das Ciências de Lisboa, Catálogo de Manuscritos Azul, Ms. 377, Fls. 103-112.

2. Arquivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM)

Aviso de Francisco, Bispo de Vizeu, a Antonio Xavier Annes da Costa. Lisboa, 21 de março de 1827. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Arquivo da Imprensa Nacional, INCM / AIN, lv. 381 – *Registro de Decretos, portarias, avisos e ordens, 1826-1833*, n° 5, fls. 8-9.

COSTA, Antônio Xavier Annes da. *Carta de Antônio Xavier Annes da Costa, Administrador Geral da Impressão Régia, para Francisco Bispo de Vizeu*. Lisboa, 21 de março de 1827. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Arquivo da Imprensa Nacional, INCM / AIN, cx. 7, 1827, *Correspondência e diversos, 1826-1827*.

3. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Documentos Avulsos Reino

- Sobre o algodão:

1790. INFORMAÇÃO sobre o algodão cultivado na região da Ilha de França, exportado para a Inglaterra, indicando preços e qualidade, mencionando que Timor também poderia produzir o mesmo algodão. Anexo: amostra de algodão. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 19.

1798, Julho, 26 - Outubro, 6. ESCRITOS (13) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, dando ordens para que copiasse ofícios ou que redigisse ofícios sobre, entre outros assuntos: as atividades do Abade [José] Correia [da Serra], vigilância no porto de Lisboa contra o contrabando; informações sobre o Jardim Botânico do Pará; ordens ao capitão Rodrigues da Cruz para que tratasse de civilizar os índios em sua fazenda junto ao Rio Paraíba do Sul no Brasil; entrega da terra salitrosa que chegara das Ilhas de Cabo Verde à nitreira e que os especialistas José Bonifácio de Andrada, Manuel Ferreira da Câmara e Cavalheiro [Carlos Antônio] Napião dissessem como extrair o salitre para ser entregue à fábrica de pólvora; encaminhamento de remessas do Rio de Janeiro para o Museu; problemas havidos nos Pinhais de Alcácer; respostas aos ofícios do governador de Pernambuco sobre vários assuntos de interesse daquela capitania; recomendações aos governadores de várias capitanias no Brasil para que não deixassem passar escravos para os domínios de Espanha na América; atividades dos naturalistas, inclusive em relação aos Pinhais de Leiria e o carvão de pedra; recomendação à mesa de inspeção de Pernambuco em relação ao algodão; despesas das mesas de inspeção de todo o Brasil; Juntas da fazenda de Minas Gerais e da Bahia; solicitação de melhores soldos para a tropa paga da Ilha de Santa Catarina. AHU CU Reino, Cx. 158-A, pasta 7.

[ant. 1801, Janeiro, 6, Lisboa]. ESCRITOS (10) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, solicitando verificasse se chegara a encomenda da Inglaterra para o [secretário de Estado do Reino e Mercês,

visconde de Balsemão, D.] Luís Pinto de Sousa Coutinho, destinada a Manuel Ferreira da Câmara; que lavrasse aviso para o [conselheiro da Junta da Fazenda da Marinha em Lisboa], Pedro de Mariz [de Sousa Sarmento] sobre a lançadeira volante necessária para a Fábrica da Cordoaria; que respondesse a Jerônimo Vieira de Abreu, elogiando-lhe os inventos, como máquina de descascar arroz, a de tirar caroço do algodão etc. e afirmando que logo levaria o seu conhecimento das capitanias do Brasil; para lavrar decreto sobre a Administração do Sal para mandar ao Pará e Maranhão; aviso ao inspetor do Arsenal sobre os botes de contrabando; que tirasse um extrato da carta de um professor da Bahia sobre os ordenados dos professores naquela capitania; que Muller informasse os motivos da demora na censura da obra de Baltazar da Silva Lisboa; que se respondesse ao governo de Pernambuco transmitindo elogio do príncipe regente [D. João] ao seu zelo e dedicação. AHU CU Reino, Cx. 158-A, pasta 17.

1800, Agosto, 6 – [1800], Tomar, Porto, Viana, Almada, Lisboa. OFÍCIOS (5) ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sendo o primeiro, de Timóteo Lécussan Verdiér, sobre protecção a fabrica de fio de algodão; o segundo, de Rainaldo [Vudinot], informando que nasceu sua neta e quer oferecer-lhe para ser afilhada; o terceiro, de João Victoria [...], informando a morte do tenente-general David Calder, encarregado do Governo das Armas desta província [do Minho] e que passa a assumir as funções deste; o quarto, sobre remessa de um bote à Intendência Geral da Polícia, para que este possa ser empregado para fornecer aos navios mercantes alguns viveres; e o quinto, de Francisco José dos Reis, solicitando que se passe portaria em nome de Hags Abdlelkrim Bentateli, para que qualquer embarcação de guerra portuguesa em que encontrar uma e mais embarcações carregadas de trigo com bandeira argelina, que venham debaixo da sobredita protecção não as incomode. Anexos: lembretes, ofícios, requerimentos. AHU CU Reino, Cx. 183, pasta 27.

1797, Outubro, 7 – Dezembro, 26, Lisboa. OFÍCIOS (7) ao [embaixador de Portugal em Londres, D. João de Almeida de Melo e Castro], o 1º, de B. Dumerce sobre sua nomeação para coronel de cavalaria; o 2º, do conde de Kerguenck pedindo que reenviasse uma carta ao bispo de Tréguier; o 3º, de D. Waldeck solicitando que reenviasse um pacote; o 4º, de [...] em resposta a uma carta do destinatário; o 5º,

do capitão tenente César de Viganière sobre suas tentativas de servir à marinha portuguesa; o 6º, de Charles Goddard agradecendo o ter reenviado suas cartas ao Lord Grenville; o 7º, da companhia Cotton Factory, Lewes, Sussex, sobre a possibilidade do estabelecimento de uma fábrica de algodão em Portugal. AHU CU Reino, Cx. 298, pasta 6.

- Sobre o anil:

1728, Junho, 12, Lisboa. CONSULTAS (3) do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o requerimento de José Miguel Aires, solicitando as mesmas mercês concedidas ao seu pai, Pedro Miguel no estabelecimento das fábricas de anil no Maranhão. Anexo: alvará (cópia), bilhete, carta. AHU CU Reino, Cx. 13, pasta 10.

1608, Março, 3 – 1619, Fevereiro, 20. CARTAS RÉGIAS (2) (cópias de capítulos) do rei [D. Filipe II] sobre a pretensão do escrivão dos armazéns e tercenas, Duarte Correia, que solicita, que por seu falecimento, seu ofício seja deixado a um de seus filhos; a segunda, sobre os direitos do anil que eram aplicados para as galés, serem postos em uma arca à parte, e sobre um dinheiro referente ao contratador Antônio Fernandes de [Elvas]. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 1.

[ant. 1615, Novembro, 22 – 1618, Janeiro, 25]. REQUERIMENTOS (2) ao rei [D. Filipe II] o primeiro da mulher de Miguel Cirne, Catarina de Góes, solicitando carta de confirmação do aforamento de umas casas, feito pelos oficiais do Armazém do Reino; o segundo, de Francisco Fernandes e Adão Ferreira, solicitando a entrega da terça parte dos 45 fardos de anil, denunciados pelos suplicantes, em poder de um clérigo que não pagou os direitos régios; e atualmente sob a guarda de Antônio Gomes de Abrantes. Anexo: instrumento de aforamento, auto. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 3.

1619, Janeiro, 26, Lisboa. PORTARIA ordenando ao Conselho da Fazenda que informe se a ordem régia para se separar, na Casa da Índia, o direito das galés do direito do anil, tem sido cumprida. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 4.

1710, Julho, 8. CARTA ao rei [D. João V] sobre o exame feito nas amostras do anil. Anexo: lista. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 9.

- 1773 – 1787. OFÍCIO (minuta) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice-rei do Estado do Brasil] marquês de Lavradio [D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas] sobre o aumento da cultura do anil e sua fabricação. Anexo: instruções, aviso, relação das entradas e saídas do anil. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 16.
1782. LIVRO da entrada e saída do anil que se purificou no real laboratório desde o ano de 1773. Anexo: lista. AHU CU Reino, Cx. 14, pasta 18.
- 1788, Fevereiro, 11, Tavira-1793, Dezembro, 22, Faro. OFÍCIOS (3) do [governador das Armas do Algarve ?] conde de Vale de Reis [D. Nuno José Fulgêncio] sobre o naufrágio de uma galeota dinamarquesa, carregada de azeite, lã, anil e couros, bem como a chegada em Faro da tripulação de um navio holandês que declarava que um navio de guerra os havia afundado próximo ao Cabo de São Vicente, e solicitava que fossem remetidos a Cádiz por conta da Fazenda Real portuguesa; o segundo, sobre a chegada em Albufeira, de um bote com 6 homens que diziam pertencer a um outro navio dinamarquês que naufragou, e as providências dadas para acolhê-los; o terceiro, sobre o naufrágio de um bergantim espanhol no sítio da Bordeira, o estado lastimoso dos naufragados que chegaram a Lagos, e a chegada de uma embarcação holandesa aquela praça que se perdeu do seu comboio por conta do mau tempo. Anexo: ofícios, passaporte, ofícios (cópias). Obs.: documento em francês. AHU CU Reino, Cx. 26, pasta 15.
- 1797, Junho, 16-[ca. 1800]. OFÍCIO de Domingos Vandeli ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] recomendando o negociante do Rio de Janeiro, capitão José Luís da Mota, que pede a graça de se isentar de todo e qualquer cargo público; MEMÓRIA sobre o anil. Obs.: documento em italiano. AHU CU Reino, Cx. 26, pasta 23.
- 1818, Setembro, 10, Lisboa. OFÍCIO do juiz do Crime do bairro do Limoeiro, servindo interinamente na visita do ouro, José de Vasconcelos Castelo Branco, ao [governador do Reino e secretário da Marinha e dos Negócios Estrangeiros e Guerra em Portugal], D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, comunicando a visita do ouro da galera “Retidão”, vinda do Rio de Janeiro com carga de açúcar, café, anil, algodão, couro, arroz e farinha. AHU CU Reino, Cx. 37-A, pasta 3.

[ant. 1612, Junho, 18 – post. 1614, Abril, 17]. REQUERIMENTOS (7) ao rei [D. Filipe II], o primeiro, do prior e mais religiosos do convento de Nossa Senhora da Vitória da vila da Batalha, cobrando a esmola que lhes era devida; o segundo, do vigário e beneficiados de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, solicitando o pagamento de esmolos; o terceiro, da abadessa e mais religiosas do mosteiro de Nossa Senhora dos Poderes de Santa Clara de Vialonga, solicitando que se ordenasse ao tesoureiro da Casa da Índia que lhes pagasse o devido; quarto, dos juizes da capela de Santo Estevão de Setúbal, solicitando o pagamento de determinada quantia; o quinto, da abadessa e religiosas da Ordem de Santa Clara de Évora; o sexto, da priora e mais religiosas do convento de Nossa Senhora do Rosário de Lisboa, solicitando que fosse ordenado aos oficiais da Casa da Índia que lhes entregassem os três fardos de anil que lhes tinham dado; e o sétimo, da priora e mais religiosas do convento de Nossa Senhora da Conceição de Lagos, solicitando o pagamento de uma esmola devida. Anexos: provisões. Obs.: o quinto requerimento não é dirigido ao rei. AHU CU Reino, Cx. 41, pasta 8.

1773, Maio, 25, Lisboa. OFÍCIO do [oficial da Junta do Comércio], Joaquim Inácio da Cruz Sobral, ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a averiguação que mandou fazer a respeito do consumo anual de anil em Vila Viçosa e a importância do seu cultivo. Anexo: lembrete; abaixo-assinado; ofício; extrato de contas; relações. AHU CU Reino, Cx. 47-A, pasta 5.

1784, Agosto, 3, [Covilhã]. OFÍCIO de Simão Pereira da Silva, ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro], sobre o anil que encomendou para as suas fábricas de lanifícios na vila da Covilhã e a qualidade do que recebeu do Real Laboratório do Jardim Botânico, proveniente do Rio de Janeiro e da Casa da Índia. Anexo: conhecimento; relações; requerimentos; relação (cópia); informação. AHU CU Reino, Cx. 47-A, pasta 13.

[ant. 1619, Maio, 16] – [ant. 1621, Setembro, 20]. REQUERIMENTOS (2) ao rei [D. Filipe II e D. Filipe III, respetivamente], o primeiro, do juiz da Índia e Mina, Manuel Nogueira, solicitando autorização régia para entregar os fardos de anil que são devidos ao ouvidor da Alfândega para pagamento das tomadias por este

realizadas; e o segundo, do guarda-mor do Consulado, Manuel de Bulhão, requerendo a nomeação interina de um juiz da Alfândega, ou da Índia e Mina, para que julgue algumas tomadias que estão em depósito naquele Consulado. Anexo: requerimento, papéis de serviço. AHU CU Reino, Cx. 48, pasta 3.

1805, Janeiro, 29, Oeiras. OFÍCIO do juiz de fora de Oeiras, Silvério José Nunes Collares, informando da chegada, junto da costa do forte de São Bruno, de um navio espanhol, apresado por ingleses, carregado de algodão, cacau, anil, entre outros produtos. AHU CU Reino, Cx. 179, pasta 34.

1773, Outubro, 18, Londres – Outubro, 26, Londres. OFÍCIOS (3) do [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar] João Felipe da Fonseca ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro; o primeiro, remetendo carta que deveria ser entregue ao [enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Inglaterra], Francisco de Melo e [Carvalho] e informando da queixa do lord Rochord contra o atrevimento de James Cristie que pretendeu em nome do dito lord, tomar judicialmente alguns moveis que estavam na casa do dito enviado em Londres; o segundo, remetendo tradução feita pelo secretario do [enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Inglaterra], Francisco de Melo e [Carvalho] sobre a cultura e fabrica do anil e solicitando que fosse feito o pagamento ao mesmo do dinheiro que lhe era devido pelos seus serviços; o terceiro, sobre a petição feita pelo alfaiate do [enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Inglaterra], Francisco de Melo e [Carvalho], no qual informava de que o enviado lhe estava devendo 405 libras esterlinas. AHU CU Reino, Cx. 200 A, pasta 15.

1813, Novembro-Dezembro, [Lisboa]. OFÍCIOS (10) do [juiz da Visita do Ouro], Pedro Duarte da Silva, ao [governador do Reino, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e dos Negócios Estrangeiros e Guerra em Portugal, D. Miguel Pereira Forjaz], dando conta das visitas realizadas no navio Vitória; sumacas São Romão e Príncipe Regente; bergantim Carmo e Boas Esperança; brigue Flor de Lisboa; escuna Feliz Vitória; navio Marquês de Angeja; navio Intrépido; navio Deligente; navio Flor da Amizade; charrua Princesa Real; galera Vênus de Lisboa; brigues Ativo e paquete da Bahia; navio Santa Catarina, vindos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Maranhão, Bahia, Bengala, com

carga de madeiras, açúcar, goma, couros, arroz, café, anil, cacau, algodão, tapioca, aguardente, quina, pimenta, chá. Anexo: mapas, relações. AHU CU Reino, Cx. 240, pasta 18.

- Sobre a cochonilha:

1780, Setembro, 8 – 1790, Junho, 9. OFÍCIOS (4) ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, o primeiro de Miguel de Oliveira [Guimarães] e Castro, sobre a restauração do real convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa; o segundo, do tesoureiro-mor do Erário Régio, João Henrique de Sousa, sobre a pretensão de Simão Pereira da Silva que, quer comprar mil setecentos e tantos arratéis de anil; o terceiro, de Antônio José Francisco Aguiar, sobre as ordens para averiguar o uso e virtudes do pó da casca de determinada planta; sobre o anil e a cochonilha [que se encontram na Casa da Índia, bem como o pau-brasil que veio da Bahia] o quarto, do intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, sobre as amostras de anil e cochonilha. Anexo: lembrete. AHU_CU_Reino, Cx. 14, pasta 17.

1734, Junho, 18-Julho, 17 [Lisboa]. OFÍCIOS (2 cópias) do [procurador da Coroa] Belchior do Rego e Andrade ao [vedor da Fazenda] marquês de Alegrete [Manuel Teles da Silva] remetendo documentos relativos à criação de uma companhia para o negócio dos diamantes do Brasil, com privilégio de explorar o tráfico negreiro para a América Portuguesa e a extração de cochonilha. Anexos: regimento (minuta); frontispício. AHU_CU_Reino, Cx. 22, pasta 3.

1798, Setembro, 6 – 1800, Novembro, 26, Queluz. AVISOS (minutas) (2) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, transmitindo ordens do príncipe regente [D. João], o 1º, ao contratador do estanco do sal do Brasil, Joaquim Pedro Quintela, para que mandasse imediatamente 2 grandes navios com sal para o Brasil, especialmente para o Rio de Janeiro, pois sua população se achava necessitada dele; ao intendente Manuel Ferreira da Câmara sobre a licença para ir tratar de seus negócios na Bahia, encarregando-o de percorrer os distritos daquela capitania à procura de metais e

observando as possibilidades de cultura de pimenta, canela, linho cânhamo e cochonilha. AHU CU Reino, Cx. 158, pasta 8.

1795, Outubro, 9, [Lisboa] – [1795] OFÍCIOS (2) e Portaria (1) o primeiro do guarda-mor, provedor da Saúde do porto de Belém, Francisco Joaquim Soares Brandão, informando o aprisionamento pela esquadra francesa da chalupa inglesa “Paquete de Gotinburgo” que vinha de Cádiz transportando algodão, lã, cochonilha, vinhos e mantimentos; o segundo, de Anacleto José Macedo Portugal, remetendo carta do guarda-mor da Saúde, da vila de Sines, e mandando ao mesmo guarda-mor que liberasse os refugiados ingleses, que não estivessem doentes, para seguir viagem; o terceiro, de José Rebelo Cabral, mandando remeter ao escrivão da Saúde do porto de Belém, Joaquim Rebelo Palhares, a ordem régia que mandava vir de Itália um mourisco chamado João Batista Longarini. Anexo: ofício e lembrete. AHU_CU_Reino, Cx. 208 A, pasta 10.

[ant. 1800] RELAÇÃO de materiais vindos de Londres pelos navios Cambeuvel e Duquesa de Manchester, incluindo sândalo da Índia, sarro, estanho, sabão e moinhos de ferro para moer cochonilha. AHU_CU_Reino, Cx. 214, pasta 36.*

1777, Março, 26 – 1787, Janeiro, 4, Lisboa. OFÍCIOS (7) do intendente geral dos contrabandos e descaminhos dos Reais Direitos e administrador geral da Alfândega, Diogo Inácio de Pina Manique ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], sendo o primeiro sobre um despacho do juiz da Índia e Mina, intimando-o a suspender a sua jurisdição; o segundo, como intendente geral da Polícia, sobre as luminárias do edifício da Fundação; o terceiro, apresentando o descobridor de uma ola (tipo de palmeira); o quarto, informando requerimento de [José Félix de Sousa, capitão de navios], que intentara fugir numa setiá napolitana; o quinto, sobre o despacho da cochonilha transportada a bordo da corveta São Rafael, comandada pelo mestre José Antônio Duarte Gomes; o sexto, solicitando os autos em que são réus João Buthlier, Francisco de Castro e outros; e o sétimo, informando requerimento de Miguel Balzarini, para reexportar para Cádiz uma caixa que equivocadamente entrou em Lisboa, oriunda de Rouen. Anexo: despacho (cópia), lembrete, requerimento, instrumento de promessa e obrigação (traslado). AHU_CU_Reino, Cx. 291, pasta 13.

[ant.1799, Novembro, 22]. OFÍCIO de Constantino José Gomes ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], sobre os exames feitos nas amostras de algodão, café, tamarindos e cana fístula, trazidos de Cabo Verde, comentando também sobre a cochonilha do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. AHU CU 035, Cx. 12, D. 1011. [microfilmado, Rolo 9].

Sobre as atividades do frei José Mariano da Conceição Veloso:

VELOSO, frei José Mariano da Conceição. *Requerimento de frei Mariano Veloso à rainha D. Maria I solicitando dar prosseguimento ao trabalho de impressão da Flora Fluminense*. Lisboa, post. 1792. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 27, pasta 25.

_____. *Ofício [ou Súplica] de frei José Mariano da Conceição Veloso ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, post. 1795. Arquivo Histórico Ultramarino, AHU CU Reino, Cx. 30, pasta 7. Antes da reforma do sistema de cotas do AHU o documento chegou a ser identificado como: *Súplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso, 1797*, Reino, maço 2705, manuscrito 2719. Cf. CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 17.

1800, Março, 20-1805, Abril, 18, Lisboa. OFÍCIOS (3) o primeiro, do capitão de fragata Manuel Jacinto Nogueira da Gama ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] confirmando a exação da conta dada em 28 de Fevereiro de 1800 pelo impressor João Procópio Correia da Silva, relativa aos trabalhos dirigidos por frei José Maria da Conceição Veloso [da Imprensa do Arco do Cego] o segundo, de Baltazar de Chermont ao visconde [de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior] propondo a impressão de uma obra dedicada ao príncipe regente [D. João] o terceiro, do [desembargador] Antônio Ribeiro dos Santos ao mesmo [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] com parecer favorável ao patrocínio da edição do Sumário Cronológico da História de Portugal de Baltazar de Chermont. Anexos: informação, mapas de despesas e lembretes. AHU CU Reino, Cx. 27, pasta 28.

1801, Abril, 28 [Lisboa]. OFÍCIO de frei José Mariano [da Conceição Veloso, da Imprensa do Arco do Cego] ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior] declarando ter necessidade de adquirir uma porção maior de antimônio e solicitando notícia de se ter feito a entrega de um conjunto de livros destinados ao Porto e a Coimbra. Anexos: relação e lembrete. AHU CU Reino, Cx. 27, pasta 30.

[1798, Maio, 16-[post. 1799]. LISTAS (4) a primeira, terceira e quarta, dos livros que foram impressos por ordem régia; a segunda, dos livros oriundos do Brasil que foram enviados no comboio marítimo, a saber: Memória sobre o método económico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil de João Manso Pereira; O Fazendeiro do Brasil de frei Mariano da Conceição Veloso; e Instrução sobre a combustão dos vegetais. Anexo: relação (minuta). AHU CU Reino, Cx. 30-A, pasta 13.

[ca. 1798]-1808, Maio, 3, Oeiras do Piauí. OFÍCIOS (4) o primeiro, de frei José Mariano [da Conceição Veloso] ao [oficial da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar] João Filipe da Fonseca, sobre os livros que se encontram prontos para serem impressos, como o das Anuidades de José Marco Dantas e o do Comércio Marítimo de José da Silva Lisboa, e os que faltam completar, como os Dicionários e Artes da Língua do Brasil e o Catecismo da mesma Língua; o segundo, o terceiro e o quarto ao [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho], o segundo, do corregedor da comarca de Leiria João José de Faria Mascarenhas e Melo, sobre os exemplares que recebeu acerca da Cultura das batatas, devendo ser introduzidas as sugestões naquela comarca; o terceiro, de José Joaquim Ribeiro, sobre a chegada de sete caixotes com quina de diferentes qualidades; e o quarto, do padre Joaquim José Pereira, remetendo a “Memória itinerária das produções inventadas no serviço do príncipe regente [D. João]” escrita na cidade de Oeiras [na capitania do Piauí] para ser apreciada e publicada. Anexos: lembrete, lista. Obs.: mau estado. AHU CU Reino, Cx. 30-A, pasta 15.

[post. 1800, Março, 4] – [post. 1801, Janeiro, 30] [Lisboa]. AVISOS, ESCRITOS e LEMBRETES (22) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e da Fazenda], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao [oficial-maior da

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Felipe da Fonseca, ordenando-lhe a redação de ofícios ou de avisos a várias autoridades no Reino e nas colônias, tratando, entre outros assuntos de: às reclamações vindas das Ilhas de São Tomé e Príncipe contra os franceses invasores; necessidade de mais carpinteiros, calafates etc. no Arsenal da Marinha; respostas a serem dadas ao governador do Maranhão sobre tabelas estatísticas, sobre remessas de tabaco, sobre linho próprio para papel a ser remetido ao padre frei José Veloso para exame; comércio na Bahia; exportação de trigo; combate ao contrabando; gêneros trazidos dos Açores; recepção de arroz e farinha de mandioca chegados do Maranhão; ordens ao Almirantado para serem repassadas aos navios destinados ao Brasil de como se comportarem com relação às embarcações inglesas e espanholas; cuidados com os corsários espanhóis; alerta sobre navios franceses e espanhóis que tinham sido avistados. Anexo: lembrete. AHU CU Reino, Cx. 153, pasta 1.

1800, Novembro, 1º - 29 [Lisboa]. ESCRITOS (41) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: ordens aos comandantes da fragatas Tritão e Andorinha para que se equipassem e saíssem para dar combate aos corsários argelinos; normas para o pagamento da fêria do Arsenal da Marinha pelo Real Erário; decreto sobre o grau de nobreza necessário aos candidatos a aspirante guarda marinha; pedido feito pelo encarregado dos negócios da Inglaterra em Portugal para que se consultasse o embaixador da Espanha sobre os ingleses que se achavam a bordo de corsários espanhóis; ordem para que o [intendente geral da Polícia da Corte e Reino, Diogo Inácio de Pina] e administrador geral da Alfândega, Manique, parasse de cobrar direitos tão altos sobre o arroz vindo do Brasil; portaria para que não se embargasse aos talhos a venda da carne vinda do norte da África, pois essa, por ser mais barata, era destinada às camadas mais pobres da população; vigilância sobre os espanhóis que chegavam diariamente a Elvas por causa do contágio; ordens para a fragata Cisne para ir a Ilha da Madeira e na volta vigiar o estreito [de Gibraltar] para impedir a saída dos argelinos; o ferro, estanho, folhas de Flandres e folhas de cobre a serem entregues ao construtor João de Sousa para a

construção dos pontões; promoções de oficiais na Marinha; proibição de dar comboio a navios espanhóis; ordem para se fazer cópia da Descrição Corográfica das Novas Minas de Cantagalo e que se mandasse outra cópia ao novo vice-rei do Brasil; recrutamento para a tropa de aprendizes de ofícios, caixeiros de lojas ou criados de servir; acolhimento na Trafaria de doentes da tropa inglesa que iriam desembarcar em Lisboa; novo governador da Ilha de São Miguel, tenente coronel de infantaria, Inácio Joaquim de Castro; intervenção do cônsul em Tânger, [Jorge José] Colaço na compra do trigo de Safi; assistência à agricultura, ao comércio e às manufaturas na Índia; objetos científicos a serem entregues ao padre frei José Veloso para sua expedição; novo regimento proposto pelo governador da Bahia para a conservação das matas. Anexo: relação, requerimento, ofício. AHU CU Reino, Cx. 156, pasta 16.

[ant. 1801, Janeiro, 6] [Lisboa]. ESCRITOS (115) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: pedidos de mercês e benefícios; questões fazendárias, administração civil e eclesiástica; administração da justiça; atividades da Intendência de Polícia de Lisboa; relações diplomáticas com a Espanha; combate ao contrabando; administração das manufaturas de seda; Pinhais Reais, extração, transporte e distribuição das madeiras; correspondência e entrega de material aos cientistas padre frei José Veloso, abade Correia, cavaleiro Napion, José Bonifácio de Andrada e Silva; Observatório Real, Sociedade Real Marítima; obtenção de salitre e enxofre para a fabricação da pólvora; funcionamento da nitreira; carreira de funcionários que não os da Marinha, sua admissão, promoção, ordenados, etc.; atividades cotidianas e cerimônias especiais na corte; socorro aos doentes do Ribatejo. Anexo: relação. Obs.: estes escritos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por não terem data mas terem sido redigidos durante sua gestão à frente da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, foram considerados como sendo anteriores à data da sua saída daquele órgão. AHU CU Reino, Cx. 156, pasta 19.

1794, Setembro, 25 – 1798, Setembro, 23, [Lisboa]. ESCRITOS (10), do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], sendo o 1º, de Martinho de Melo e

Castro e os demais do D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: providências a serem tomadas para o socorro aos inválidos vindos da batalha do Rousillon; ordens a um juiz que ia realizar devassas no Maranhão; petições vindas das Ilhas e da Bahia; sobre o pagamento dos fornos de ferro de Angola; venda dos livros do Brasil e dos a serem entregues ao padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso; vinda de Londres uma sonda encomendada por Manuel Ferreira da Câmara; ao provedor da Saúde sobre visita aos navios; ordens aos bispos de Pernambuco e de Elvas; ordens ao governador de Pernambuco e ao do Rio Grande do Norte; pedindo para ver as cartas dos vice-reis que tratavam de mandioca, pau-brasil e corte de madeiras ao longo do Rio Paraíba do Sul; para José Hipólito da Costa, nomeado para uma comissão para viajar aos Estados Unidos e México, onde iria estudar as plantações de tabaco, do cânhamo, da batata e outros vegetais e também observar as minas de metais, as obras hidráulicas e a navegação fluvial. AHU CU Reino, Cx. 158, pasta 6.

- 1798, Outubro, 1º – 1800, Outubro, 6, [Lisboa]. ESCRITOS (14) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: que se desse parte ao mordomo-mor [marquês de Ponte de Lima, D. Tomás Xavier de Lima Teles da Silva] da chegada dos navios da Índia; para que o intendente-geral da polícia da Corte e Reino, [Diogo Inácio de Pina Manique] efetuasse algumas prisões; sobre a chegada de material científico para o abade Correia [da Serra] e entrega de sementes ao Dr. Alexandre [Rodrigues Ferreira]; promoção de oficiais, entre eles, os do Pará; para que se avisasse a [intendente-geral da polícia da Corte e Reino] Diogo Inácio de Pina Manique sobre a entrega de caixas de açúcar ao administrador geral da Alfândega; sobre as tabelas para as produções das Ilhas, já que as do Brasil relativo ao milho, centeio, batatas das Ilhas e batata da Irlanda etc. não podem servir; envio dos objetos pedidos pelo governador da Índia; decretos e ofícios para o governador da Bahia, exame das terras da Bahia que tem ferro e cobre e remessa de tabaco dali para o Rio de Janeiro; serviços a serem feitos pela fragata Minerva; os últimos 4 avisos são

concernentes ao trabalho do botânico padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso, ao seu livro sobre a flora do Rio de Janeiro, às pesquisas a serem feitas nos Estados Unidos sobre o tabaco e o cânhamo. Anexo: informação. AHU CU Reino, Cx. 158, pasta 9.

1799, Novembro, 29 – 1800, Outubro, 15, [Lisboa]. ESCRITOS (16) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: ordenando a volta do marquês de Nisa, [D. Domingos Xavier de Lima] à Lisboa, visto que havia necessidade da presença da esquadra naval na cidade; sobre um folheto de Alexandre Antônio das Neves; uma série de respostas aos ofícios do governador de Angola; sobre a pessoa que faria a cópia dos livros do marquês de Alorna, [D. Pedro de Almeida] para ficarem na secretaria; sobre um mapa da baía de Angra para guardar um e outro remeter à Sociedade Real Marítima; aviso ao padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso para que cessasse seus trabalhos e deles fizesse um inventário; navios em quarentena; necessidade de comboiar o trigo vindo do Algarve por causa dos corsários; sobre as sementes de pinheiro que tinham vindo de Filadélfia; sementes de pimenta vindas do Maranhão a serem remetidas para Félix de Avelar Brotero; sobre a organização, com os negociantes que tratam com as praças do Brasil, das saídas do correios marítimos de acordo com os comboios; para que se avisasse a todos os governadores do Brasil sobre as possibilidades de agressões dos franceses aos navios e às costas do país; sobre as mudanças dos governadores ultramarinos do Brasil, Angola e Madeira; sobre as despesas de Hipólito José da Costa em Filadélfia; sobre cartas do bispo de Pernambuco [D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho] e nomeação para canonicatos vagos; sobre aves e peles remetidos ao Dr. Alexandre [Rodrigues Ferreira]; material enviado pelo governador do Ceará para o naturalista [João da Silva] Feijó, aludindo também a Cavalheiro [Carlos Antônio] Nacion, Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio [Andrada e Silva]; ampliação da cultura da pimenta na Índia e na Bahia. Anexo: lembretes, ofício. Obs.: documento em francês. AHU CU Reino, Cx. 158, pasta 10.

[ant. 1801, Janeiro, 6]. ESCRITOS (3) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial daquela secretaria, Caetano José Ribeiro, ordenando que redigisse ofícios, decretos ou avisos a vários destinatários sobre, entre outros assuntos: aviso sobre o decreto da patente do cadete José Maria de Sousa; sobre o pagamento do decreto para o padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso; sobre os pinheiros do Rio Grande [de São Pedro] e seu aproveitamento para a construção naval; sobre o embarque de músicos na fragata Tétis; sobre os vadios e perturbadores do sossego público do bairro de Arroios e sobre a proibição do embarque de morféticos. Anexo: lembrete, ofício. AHU CU Reino, Cx. 158, pasta 12.

1800, Janeiro, 8 – 29, [Lisboa]. ESCRITOS (10) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que expedisse avisos ou redigisse ofícios a vários destinatários sobre: a criação de um juiz de fora do cível, crime e órfãos na vila de São Salvador com jurisdição sobre todos os Campos de Goitacazes; pagamento ao padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso; remessa de águas da fuma da Ilha de São Miguel; sessão da Sociedade Real Marítima; carta régia ao vice-rei do Brasil nomeando Diogo de Toledo Lara Ordonhes como intendente do ouro na capitania do Rio de Janeiro; o procedimento do ouvidor de Pernambuco, Antônio Luís Pereira; cultivo do arroz; informações passadas ao marechal de campo comandante das tropas na Bahia sobre os serviços de Antônio Manuel de Almeida; um clérigo preto da Ilha do Príncipe que se foi ordenar em Beja; lavoura do açúcar em Campos dos Goitacazes, na capitania do Rio de Janeiro; solicitação de informações ao sr. Muller, tradutor oficial de línguas do Conselho do Almirantado a respeito de uma senhorita alemã Grund, que vivia em Hamburgo. AHU CU Reino, Cx. 158-A, pasta 13.

1800, Fevereiro, 4 - Março, 20, [Lisboa]. ESCRITOS (12) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial-maior daquela secretaria, João Felipe da Fonseca, ordenando que expedisse avisos ou redigisse ofícios a vários destinatários sobre: averiguação de qual navio português se dispunha a ir à Filadélfia; informações sobre a tripulação do navio espanhol aprisionado; os prêmios da Junta da Fazenda da Marinha à

Sociedade Real Marítima; a entrada dos comboios vindos do Pará e do Maranhão; preenchimento da vaga de juiz de fora de Campos dos Goitacazes; notícias da saúde de João Pedro de Mariz; solicitando do governador da Bahia informações sobre a Costa da Minas e sobre os estabelecimentos holandeses que lá havia; resposta ao governador do Pará; entrega dos caixotes com ramos de árvores ao padre [frei José Mariano da Conceição] Veloso; aviso ao governador de São Paulo recomendando sua atenção para a comunicação com a capitania de Mato Grosso; remessa de animais feita ao príncipe regente [D. João] pelo governador do Maranhão; divisão das sementes pelos vários pinhais e que se as passassem também ao Félix de Avelar Brotero; entendimentos com o padre frei José [Mariano da Conceição] Veloso para a continuidade do seu trabalho, inclusive pagamento de letras; devassa para esclarecer o fato de um navio que abalroou outros no porto de Lisboa; todos os governadores do Brasil e também o padre frei José [Mariano da Conceição] Veloso receberem cópia das boas idéias para recolher salitre que haviam sido enviadas pelo cabo João Manso, a quem o governador de São Paulo deveria logo nomear para algum regimento de Milícias; o problema da renovação da terra nos cemitérios e que talvez elas pudessem ser depositadas na Nitreira; cortes de madeiras na Bahia. AHU CU Reino, Cx. 158-A, pasta 14.

[ant. 1801, Janeiro, 6, Lisboa]. ESCRITOS (8) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao oficial daquela secretaria, Caetano José Ribeiro, solicitando a redação de ofícios ou avisos sobre: recado ao abade Correia; envio de dinheiro ao padre frei José [Mariano da Conceição] Veloso; circular ao vice-rei do Rio de Janeiro e demais governadores das capitanias do Brasil solicitando muito cuidado com mercadorias que lá chegasse, pois muitas estavam saindo sem despacho das alfândegas de Portugal, configurando assim prática de contrabando; resposta ao governador da Bahia sobre oficiais pardos que atuavam com pouco zelo no serviço público; o ofício do cônsul de Portugal em Tânger, [Jorge José] Colaço, que trazia uma carta em árabe que devia ser traduzida e que envolvia o assunto do gado a ser tirado do norte da África; prisão de marinheiros em terra sem a devida licença; a iluminação das naus, a ser feita com lanternas e não com tigelinhas; adiantamento de papel ao padre frei José [Mariano da Conceição] Veloso; dívida

da Junta de Comércio relativo ao pagamento de direitos da Alfândega de Goa por causa das sobrecargas da nau da Índia, quando de lá saiu; respostas aos governadores da Bahia e do Maranhão; ao conselheiro e secretário do Conselho Ultramarino, Francisco da Silva Corte Real, sobre as queixas pouco fundadas de uma senhora francesa, [Mme. D`Entremense], que alegava que seus papéis e seu passaporte, concedido pelo vice-rei do Brasil, estavam perdidos no Conselho Ultramarino. AHU CU Reino, Cx. 158-A, pasta 18.

1799, Setembro, 2 – 14, [Lisboa]. ESCRITOS, AVISOS (minutas) e LEMBRETES (33) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] ao [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre, entre vários assuntos da competência daquela secretaria, as partidas de embarcações para o Brasil, Ilha da Madeira e outros destinos; limites da jurisdição dos bispos; subsídio literário e escolas menores; ordens ao marquês de Nisa [D. Domingos Xavier de Lima] sobre o tratado de Trípoli e a restituição de cativos, retomada do comércio, emissão de cartas a lorde Nelson, chefe de divisão Campbell, lorde São Vicente, etc.; mudanças de comandos na Marinha; sugestão do vice-rei do Brasil sobre os decretos de confirmação; ofício ao ouvidor de Pernambuco sobre o governo de D. Tomas de Melo; obtenção de espécies para o jardim Botânico em Bissau, Cacheu, Cabo Verde, Gâmbia; envio de fardamento e artilharia para a Bahia e Rio de Janeiro; averiguação do preço do milho, carnes salgadas, cavalos, mulas, tamarindos, feijão branco, farinha de pau e aguardente em Cabo Verde e do preço que são vendidos no Arsenal; elaboração de uma tabela comparativa de preços para os anos de 1793 a 1799; expedição de sal para o Pará; denúncias de contrabando em embarcações; observações e descrições meteorológicas a serem feitas nos Açores e em Cabo Verde para a Sociedade Real Marítima; pagamento aos engenheiros que estavam no porto de São Martinho, entre eles, o astrônomo Ciera; a contribuição anual para a defesa e fortificações que não estava sendo paga pela Ilha da Madeira; nomeação, promoções e pagamentos de militares; ordens ao Inspetor da Cordoaria, Pedro de Mariz, sobre a expedição de morrão para a Fundação; ordens aos governadores da Bahia, Piauí, Espírito Santo para o envio de espécies vegetais e para que o abade [José] Correia da [Serra] mandasse obras de Botânica, principalmente as sobre o sistema de Lineu e outras, de

autores alemães e dinamarqueses; preço de gêneros que costumam vir da Inglaterra; papéis de Pernambuco; movimentação de navios; atividades do padre Veloso e do [naturalista] doutor Alexandre [Rodrigues Ferreira] no Jardim Botânico; navio vindo de Gibraltar; a fábrica de salitre. Obs.: do punho do secretário. AHU CU Reino, Cx. 177, pasta 4.

1799, Dezembro, 16 – 31, [Lisboa]. ESCRITOS, AVISOS (minutas) e LEMBRETES (17) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] ao [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre, entre vários assuntos da competência daquela secretaria, ofícios do governador do Pará sobre a diocese daquela capitania; necessidade de reclamações junto a corte de Londres por desobediência inglesa aos tratados a partir de informações em ofício do vice-rei [do Brasil]; representações do ouvidor da capitania do Espírito Santo a serem encaminhadas àquele vice-rei; substituição do governador de Rio Negro; nomeação do intendente da Marinha do Pará, José Maria de Medeiros, para chefe de divisão efetivo e, para substituí-lo naquele posto, o engenheiro José Joaquim Vitória; circular aos governadores do Brasil que acompanhem a entrega dos caixões enviados pelo padre Veloso; organização do acompanhamento aos comboios que iam para os Açores, assim como os do comércio de Angola; redação de circular a todos os governadores do Brasil para que se prevenissem contra possíveis ataques resultantes as hostilidades contra Portugal, por parte de França e Espanha; preparo de embarcação de comboio. Obs.: o padre Veloso citado acima provavelmente é o frei Mariano da Conceição Veloso e sobre a mesma matéria ver AHU CU Reino, Cx. 30-A, pasta 13; documentos do punho do secretário. AHU CU Reino, Cx. 177, pasta 11.

1798, Dezembro, 22 – [1798], [Lisboa] ESCRITOS (10 minutas) do [secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho], ao [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar], João Filipe da Fonseca, sobre a saída do próximo comboio marítimo com destino ao Maranhão, levando correspondência para os governos daquela capitania e da Bahia, a continuação dos esforços para realizar na totalidade os empréstimos solicitados ao Erário Régio; acusando o atraso na entrega de livros encomendados, o envio de linho para a Cordoaria, e que se faça cópia da carta régia expedida ao governo

da Bahia, as notícias que leu na Abertura da Sociedade Marítima; a pensão solicitada pela esposa do 1º tenente D. Alonso Antônio Munio de Broytrago, as visitas do ouro realizadas às embarcações recém-chegadas; o envio de correspondência para os governos de Cabo Verde, Bissau e Cachéu, a encomenda de carnes salgadas e outros produtos das Ilhas, o exame a realizar a extensão de terreno existente na Ilha Brava para uma possível produção de salitre, e o envio da resposta de Jacinto Fernandes Bandeira; o envio de duas cópias da tradução de uma obra inglesa sobre a construção de naus para cada capitania e cada governador, além de outra para a Intendência da Marinha, a mudança do valor da Apólice e dos prêmios de anuidade e lotaria do empréstimo feito à Junta da Fazenda; o envio de livros para o Brasil a pedido do Padre [Frei Mariano da Conceição] Veloso; examinar se já teria sido assindao o decreto de reforma do Visconde de Roquefeuil, e os pedidos feitos à Sr.^a Marquesa ou Viscondessa de Ponte de Lima, as obrigações dos cirurgiões que seguem a bordo das embarcações de guerra da Armada Real; enviar um aviso ao Conselho do Almirantado por conta de um outro ao Lord Saint Vincent; a entrega de dois presos ingleses a Intendência Geral da Polícia; expedindo-se aviso para que Junta da Fazenda da Marinha adiante parte do Montepio concedido à esposa do chefe de Divisão Sampson Mitchell, por conta dos soldos do marido, a recepção da correspondência do governo de Minas Gerais dirigida ao Conselho Ultramarino. AHU CU Reino, Cx. 417, pasta 10.

4. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT)

Ata da Mesa de Inspeção acerca da qualidade da produção e fabrico do açúcar, descrevendo as fases da produção para não perder a qualidade. Bahia, 10 de setembro de 1792. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Fundo Junta do Comércio, maço 10, caixa 38.

VELOSO, frei José Mariano. *Instruções de frei Mariano da Conceição Veloso a Hipólito da Costa*. Lisboa, 2 de setembro de 1798. Coleção Conde de Linhares, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), maço 18, documento 3. Descoberto e publicado por: SAFIER, Neil. “Instruções e Impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência Joanina”. In: GESTEIRA, Heloisa; KURY, Lorelai (Orgs.). *Ensaio de História*

das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro; EdUERJ/FAPERJ, 2012.

5. Biblioteca Nacional do Brasil (BNB)

ABREU, Jerônimo Vieira de. *Brevíssima instrução para o uso dos fabricantes de anil nas colônias de Sua Majestade Fidelíssima*. Por Jerônimo Vieira de Abreu, Inspetor das fábricas do mesmo Anil e da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro, 1785. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms. 05, 01, 05.

CASTRO, Martinho de Melo e. *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário do ultramar, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil*. Palácio de Queluz, 30 de julho de 1784. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04 04 006, nº 9. Publicado por: Ermelinda Moutinho Patata. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de Doutorado. – Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas – SP, 2006.

_____. Martinho de Melo e. *Ofício de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre as remessas de anil e cochonilha*. Salvaterra de Magos, 6 de março de 1786. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, ms. 04, 04, 008.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Pires da Silva Pontes Leme, governador da capitania do Espírito Santo, sobre uma remessa de livros*. Palácio de Queluz, 14 de março de 1799. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, I-09,24,59.

SOUSA, Luís de Vasconcelos e. *Ofício de Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos*. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04, 04, 005, nº 24.

_____. *Ofício de Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos*. Rio

de Janeiro, 1 de julho de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04, 04, 005, n° 29.

_____. *Ofício de Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1783. Biblioteca Nacional do Brasil. Seção de Manuscritos, manuscrito 04 04 005. n° 32.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *Relação dos livros, impressos na tipografia do Arco do Cego, que se remetem por conta e ordem de sua alteza real, o príncipe regente ao general da Bahia, em um caixote marcado com a letra C*. Lisboa, 23 de novembro de 1799. Biblioteca Nacional do Brasil, Seção de Manuscritos, I-31,30,008. Também disponível online, objeto digital mss1302512, no endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1302512/mss1302512.pdf. Última consulta: 16 de janeiro de 2018.

B. Fontes Imprensas

American Husbandry. Containing an account of the soil, climate, production and agriculture of the British Colonies in North America and the West Indies, with observations on the advantages and disadvantages of fettling in them, compared with Great Britain and Ireland. 2 v., v. 2. London: J. Bew, Pater-noster-Row, 1775.

ANDRADE, Antonio Carlos Ribeiro de (trad.). *Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza do comércio do açúcar*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1801.

ANTONIL, André João Antonil (pseudônimo de João Antônio Andreoni). *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. (1ª edição 1711). São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. *Extrato sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o método já então praticado na fatura deste sal essencial, tirado da obra Riqueza e Opulência do*

Brasil, para se combinar com os novos métodos, que agora se propõe debaixo dos auspícios de Sua Alteza Real o príncipe regente Nosso Senhor. Lisboa: Tipografia Calcográfica, e Literária do Arco do Cego, 1800.

BARROS, Domingos Borges de. “Vantagens da vida campestre; em resposta à carta, em que de Lisboa se despedia, devendo partir para Bahia, Paulo José de Mello, escritas de Paris aos 21 de Maio de 1806”. In: *O Patriota*, n. 5, p. 42, maio de 1813. Disponível no endereço eletrônico: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/opatriota/patriota_1813_1_n5.pdf. Data de acesso: 19 de fevereiro de 2017.

Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa, 17 de março de 1711. Publicado por: Andrée Mansuy Diniz Silva. “Introdução”. In: ANTONIL, André João (pseud.), 1650-1716. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy Diniz Silva. São Paulo: EDUSP, 2007.

BERTHOLLET, Claude Louis. *Memória sobre a cultura da urumbeba, e sobre a criação da cochonilha.* Por frei José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.

CÂMARA, Manuel Arruda da Câmara. *Carta de Manuel Arruda da Câmara para frei José Mariano da Conceição Veloso.* Recife, 24 de junho de 1799. Museu Paulista, ms. I.1 I-2-2-275. Publicado por: PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, Campinas, 2006, pp. 241-244.

COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África.* 1798. Publicado em: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Organização e introdução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias.* 1794. Publicado em: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias.* Coleção de obras clássicas do

pensamento econômico português, volume 3. Introdução e Direção de Jorge Miguel Pedreira. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

_____. *Memória sobre o preço do açúcar*. 1791. Publicado em: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 3. Introdução e Direção de Jorge Miguel Pedreira. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das Nações que as possuem, e especialmente da portuguesa*, 1789. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. 237-243.

_____. *Memória sobre o melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, 1797 ou 1798. Publicada em: COUTINHO, D. Rodrigo de Souza. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 7, tomo 2. Introdução e direção de André Mansuy-Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 47-66.

_____. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre introduzir maior facilidade, e melhor método na cultura, e preparo das produções do país, e outros objetos, que abaixo se declaram*. Palácio de Queluz, 3 de abril de 1798. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume 89, Correspondência do então Governador General de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça período 1797-1802. São Paulo, 1967, p. 51.

_____. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, para Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre remeter os livros e papéis que constam da relação ao diante regida*. Palácio de Queluz, 7 de fevereiro de 1799. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Volume 89,

Correspondência do então Governador General de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça período 1797-1802. São Paulo, 1967, pp. 131-132.

_____. *Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Hipólito José da Costa Pereira Furtado sobre sua viagem aos Estados Unidos da América*. 22 de setembro de 1798. Publicado por: Instituto Histórico de São Paulo. “Biografia de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça”. In: *Revista do Instituto Histórico de São Paulo*, São Paulo, pp. 254-256, 1912 [1913]

COULTURE, Jacques-François Dutrone de la. *Compêndio sobre a cana e sobre os meios de se lhe extrair o sal essencial, ao qual se ajuntam muitas memórias ao mesmo respeito*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego

D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Ensaio sobre os elementos de filosofia*. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

DAUBENTON, Louis Jean-Marie. *Botânica*. In: Jean le Rond D’Alembert (1717-1783); Denis Diderot (1713-1784). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Volume III Ciências da Natureza. Organização e tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza. – 1 Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 163-177.

_____. *História Natural*. In: Jean le Rond D’Alembert (1717-1783); Denis Diderot (1713-1784). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Volume III Ciências da Natureza. Organização e tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza. – 1 Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 218-230.

Decreto de 7 de Dezembro de 1801. Dando forma, e providências à Direção da Impressão Régia, criando uma nova Junta. Disponível no seguinte endereço eletrônico:

http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.phpid_parte=110&id_obra=73&pagina=1190. Última consulta em 20 de fevereiro de 2017.

DIDEROT, Denis. *Arte*. In: idem; Jean le Rond D’Alembert (1717-1783). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Volume II O Sistema dos conhecimentos. Organização: Pedro Paulo Pimenta, Maria das

Graças de Souza. Tradução: Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza, Luís Fernandes do Nascimento. – 1 Edição – São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 47-58.

EDWARDS, Bryan. *The history civil and comercial of the British Colonies in the West Indies*. 2 v., v. 2. Dublin: Luke White, 1793.

GOMES, José Caetano. *Memória sobre a cultura, e produtos da cana-de-açúcar*. Lisboa: Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

LINEU, Carlos. *Carta de Carlos Lineu a Domingos Vandelli*. 12 de fevereiro de 1765. Publicada em: VANDELLI, Domingos. *Florae lusitanae et brasiliensis specimen et Epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli Scriptae*. Conimbricæ: Ex Typographia Academico-Regia, M.DCCLXXXVIII, pp. 80-82.

LOUREIRO, João de Loureiro. “Memória sobre a transplantação das árvores úteis de países remotos”. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. 152-163.

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de (Org.). “Memórias do visconde de São Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro”. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 37, parte 2ª, pp. 5-69, 1874.

Memória sobre a cultura do tabaco, nos Estados Unidos da América, 18-- . Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28186.

MENDONÇA, Antônio Manoel de Melo Castro e. *Ofício nº 7 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios e Domínios Ultramarinos, sobre a venda de alguns tomos do Fazendeiro do Brasil*. São Paulo, 09 de janeiro de 1800. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Volume 29, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 1, 1797-1800. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, pp. 146-148.

- _____. Antônio Manoel de Melo e Castro e. *Ofício nº 15 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a falta de compradores para os livros de artes e ciências.* São Paulo, 18 de janeiro de 1801. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* Volume 30, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 2, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, p. 37.
- _____. Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça. *Ofício nº 19 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a recepção de livros de artes e ciências.* São Paulo, 18 de janeiro de 1801. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* Volume 30, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 2, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, pp. 39-42.
- _____. Antônio Manoel de Melo e Castro e. *Ofício nº 5 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior visconde de Anadia, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre o extravio de caixões de livros.* São Paulo, 06 de fevereiro de 1802. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo.* Volume 30, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 2, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, pp. 146-151.
- _____. Antônio Manoel de Melo e Castro e. *Ofício nº 49 de Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior visconde de Anadia, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre a remessa de livros para esta capitania.* São Paulo, 13 de outubro de 1802. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Publicação oficial de documentos interessantes*

para a história e costumes de São Paulo. Volume 30, Correspondência do capitão-general Antônio Manoel de Melo, Castro e Mendonça, parte 2, 1800-1802. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1899, pp. 227-231.

_____. Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça. *Carta de Manoel de Melo Castro e Mendonça, capitão-general da capitania de São Paulo, para o desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque Amaral, diretor geral da Impressão Régia e Fábrica de Cartas de jogar, sobre a venda de livros na capitania de São Paulo*. São Paulo, 22 de outubro de 1802. Publicado por: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*. Volume 93. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado, 1980, pp. 127-130.

MENDONÇA, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de. *Descrição da árvore açucareira, e de sua utilidade e cultura*. Lisboa: Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, 1800.

_____. *Diário da minha viagem à Filadélfia (1798-1797)*. Edição de Alcino José Cardoso Pedrosa. Lisboa: ISC. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

_____. “Memória sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 21 (1ª Edição 1858), 2ª Edição, pp. 326-328, 1930.

MÉNONVILLE, Nicolas Joseph Thiéry de. *Traité de la culture du nopal, et de l'éducation de la cochenille dans les Colonies Françaises de l'Amérique, précédé d'un voyage a Guaxaca*. 2. V. Cap- Français, Veuve Herbault, 1787.

Método de cultivar, e preparar o tabaco, comunicado à Junta de Agricultura, em Boston, e publicado por ela, Baltimore, 2 de agosto de 1786 (de Maryland) [Traduzida e publicada em Portugal s./d.]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28354 P.

MILLER, Philip. *The Gardeners Dictionary: containing the best and newest methods of cultivating and improving the kitchen, fruit, flower garden, and nursery*. 8ª edition. London: Printed for the Author. 1768.

MONCEAU, Henri-Louis Duhamel Du. *Art de raffiner le sucre*. Paris: Chez Saillant & Nyon; Desaint, 1764.

MORAIS, Ignácio Paulino de (trad.). *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 1. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica, e Literária do Arco do Cego, 1801.

_____. *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 2. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1802.

_____. *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 3. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1802.

_____. *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 4. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1802.

_____. *Compêndio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas à Sociedade de Bath*. Volume 5. Lisboa: Regia Oficina Tipográfica, 1803.

MOREIRA, Lourenço José dos Guimarães. *O espírito da economia política naturalizado em Portugal, e principalmente em Leiria, ou Projeto econômico para aumentar nesta cidade, por meio da riqueza popular, os rendimentos da Coroa e da sereníssima Casa do Infantado*, 1787. Publicado em: *Memórias Econômicas inéditas (1780-1808)*. Manuel Jacinto Nunes (prefácio); José Luís Cardoso (introdução e notas). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1987, pp. 405-406.

NAVARRO, José Gregório de Moraes. *Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas matas, etc.* Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.

PAIVA, M. J. H. “Sumario da história do descobrimento da cochinilha no Brasil, e das observações, que sobre ela fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei o marquês do Lavradio”. In: *O Patriota*. Terceira subscrição, pp. 3-13, janeiro-fevereiro de 1814.

PARKER, Richard. *Relação da cultura do tabaco*, 1788 [Tradução e publicação em Portugal 18--]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28144 P.

REBELO, Manuel Joaquim. *Economia Política*. 1795. Publicado em: REBELO, Manuel Joaquim. *Economia Política*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 4. Direção e Introdução de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

RIBEIRO, João Pedro. *Índice cronológico remissivo da legislação portuguesa posterior à publicação do código filipino com um apêndice desde o reinado do Senhor D. José I até o ano de 1805*. Parte 2. Lisboa: Oficina Tipográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1806. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/index.php?menu=consulta&id_partes=47&acao=ver&pagina=87. Última consulta: 01 de agosto de 2017.

SALDANHA, Martim Lopes Lobo de. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de animais e pássaros para a corte de Lisboa*. São Paulo, 7 de maio de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, pp. 379-380.

_____. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de pássaros e animais quadrúpedes*. São Paulo, 4 de julho de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, pp. 383-384.

_____. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de plantas para Lisboa*. São Paulo, 4 de julho de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, p. 385.

_____. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a coleção de plantas interessantes para a história natural de frei Conceição Veloso*. São Paulo, 12 de novembro de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, pp. 390-391.

_____. *Ofício de Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, para D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, sobre a remessa de caixas de vegetais*. São Paulo, 01 de dezembro de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903.

SERRA, Abade Correia da. *Discurso Preliminar*. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas*. Tomo I. Lisboa: Na Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. VII-XI.

SOUSA, D. Luís de Vasconcelos e. *Ofício de Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, para Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre a remessa de pássaros e animais para Lisboa*. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, pp. 369-370.

_____. *Ofício de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, para Martim Lopes Lobo de Saldanha, capitão-general da capitania de São Paulo, sobre objetos de interesse para a história natural*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1781. Publicado por: Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. *Publicação Oficial de*

Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. volume 43, Correspondência do Capitão General Martim Lopes Lobo de Saldanha 1774-1781. São Paulo; Tipografia Andrade & Melo, 1903, p. 371.

SMYTH. *Método de cultivar o tabaco na Virgínia, Extraído da viagem de Smyth aos Estados Unidos da América*, volume 2, pp. 127-139, Londres, 1788 [Tradução e publicação em Portugal 17--]. Biblioteca Nacional de Portugal, Fundo Geral de Monografias, S.A. 28368 P.

STAUTON, Sir George Leonard (1737-1801). *Método de preparar a cochonilha segundo Stauton (inglês)*. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1797. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, Impressos Reservados, RES. 6431 P.

TESSIER, Alexandre-Henri (1741-1837). “Canne a sucre”. In: Alexandre-Henri Tessier (1741-1837), André Thouin (1747-1824), Jean-François Reynier (....-....), Louis-Augustin-Guillaume Bosc (1759-1828). *Encyclopédie méthodique. Agriculture*. Tome second. Paris: Chez Panckoucke, 1791.

VALLEMONT, Abbé de. *Curiosités de la nature et de l'art par la vegetation, ou l'agriculture et le jardinage dans leur perfection*. Paris: Chez Claude Cellier, 1705.

VANDELLI, Domingos. *Florae lusitanae et brasiliensis specimen et Epistolae ab eruditissimis viris Carolo a Linné Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli Scriptae*. Conimbricæ: Ex Typographia Academico-Regia, M.DCCLXXXVIII.

_____. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. 164-175.

_____. *Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios*, 1794. Publicado em: Vandelli, Domingos. *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças. 1770-1804*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 8. Introdução e direção de José Vicente Serrão. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, pp. 21-24.

- _____. “Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas”. In: Academia das Ciências de Lisboa. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. 244-253.
- _____. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas”. In: Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, pp. 223-236.
- _____. *Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas*, 1770. In: VANDELLI, Domingos (editor). *Dicionário dos termos técnicos de história natural extraídos das obras de Lineu, com a sua explicação e estampas abertas em cobre, para facilitar a inteligência dos mesmos e Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos que se oferece à rainha D. Maria I Nossa Senhora*. Coimbra: Na Real Oficina da Universidade de Coimbra, 1788, pp. 293-301.
- VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. (Ed.). *O Fazendeiro do Brasil, criador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 1, Parte 1: Do Leite, Queijo, e Manteiga. Lisboa: Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador, melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assunto*. Tomo 1, parte 1: Da cultura das canas, e fatura do açúcar. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1798.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 1, parte 2: Da cultura das canas e fatura do açúcar. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 2, parte 1: Tinturaria: Cultura do Índigo, e extração de sua fécula. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1798.

- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 2, parte 2: Tinturaria: Cultura do Índigo, e extração de sua fécula. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 2, parte 3: Cultura do cateiro, e criação da cochonilha. Lisboa: Oficina de João Procópio Correia da Silva, 1800.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 3, parte 1: Bebidas Alimentosas [Café]. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1800.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 3, parte 2: Bebidas Alimentosas [Café]. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 3, parte 3: Bebidas Alimentosas [Cacau]. Lisboa: Impressão Régia, 1805.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 4, parte 1: Especiarias. Lisboa: Impressão Régia, 1805.
- _____. *O Fazendeiro do Brasil, cultivador [...]*. Tomo 5, parte 1: Filatura. Lisboa: Impressão Régia, 1806.
- VILAS-BOAS, Frei Manuel do Cenáluco. *Plano dos estudos para a congregação dos religiosos da ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1769, p. 6. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, cota: ENC 58.
- ZIMMERMANN, Eberhard August Wilhelm von. *Essai de comparaison entre la France et les États-Unis de l'Amerique septentrionale: par rapport à leur sol, à leur climat, à leurs productions [...] et à leur formation progressive*. Leipzig: Chez Reinicke et Hinrichs, 1797.

II. Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ANES, Gonzalo Alvarez. “Coyuntura económica y ilustración: lãs Sociedades de Amigos del País”. In: Idem. *El siglo de las Luces*. Madrid: Alianza Editorial, 2007, pp. 11-43.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

_____. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. In: *Revista USP*, São Paulo, 46: pp. 213-228, 2000.

_____. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)”. In: TENGARRINHA, José (Org.), *História de Portugal*. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões: 2001, pp. 245-264.

_____. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

AUGÊ-LARIBÉ, Michel. *La Révolution Agricole*. Paris: Éditions Albin Michel, 1955.

BAEZA, Rafael Sagredo (Ed.). *Orden republicano, arte y nación en América*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2010.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Editora MEDIAfashion, Coleção Folha Grandes Escritores Brasileiros, 2008 (1ª Edição 1915).

BECKER, Carl. *La ciudad de Dios del siglo XVIII*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1943.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BOSCHI, Caio César. *O Brasil-Colônia nos arquivos históricos de Portugal: Roteiro sumário*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2016, pp. 495-510.

- BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRIGOLA, João Carlos. *Coleção, gabinetes e museus no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003, pp. 101-108.
- _____. “O colecionismo científico em Portugal nos finais do Antigo Regime (1768-1808)”. In: GESTEIRA, Heloisa; KURY, Lorelai (Orgs.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp. 135-151.
- _____.; NUNES, Maria de Fátima. “José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) - um frade no Universo da Natureza”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (Org.), *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 51-76.
- BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *O “Diário da minha Viagem para Filadélfia”: Impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2007.
- CALAFATE, Pedro. “O conceito de filosofia: o recuo da metafísica”. In: CALAFATE, Pedro (Org.), *História do pensamento filosófico português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001. Volume III: As Luzes. pp. 125-138.
- CAMPOS, Rafael dias da Silva; FIORI, Marlon Marcel; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. “A calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do XIX”. In: *Confluenze: Revista di Studi Iberoamericani*, volume 6, nº 1, 2014, pp. 48-60.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742-1821)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2012.

- CARDOSO, José Luís. *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001 (B).
- _____. *História do pensamento econômico português – temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001 (A).
- _____. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII 1780-1808*. Lisboa: Estampa Editorial, 1989.
- _____. “From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vendelli in late eighteenth-century Portugal”. In: *Studies in history and philosophy of science*, 34, 2003, pp. 781-803.
- _____. “Natural law, natural history and the foundations of political economy”. In; DAVIES, John B.; MARCIANO, Alain; RUNDE, Jochen (Eds.). *The Elgar Companion to economics and philosophy*. Cheltenham-UK – Northampton-USA: 2006, pp. 3-23.
- CLAPS, Lúcia; PAPAVERO, Nelson. “Alguns dados históricos sobre as cochonilhas do carmim (hemíptera, homóptera, dactylopiidae). Notas sobre etimologia, seu cultivo no Brasil no século XVIII e na primeira metade do século XIX”. In: *Núcleo de apoio à pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa (NEHILP FFLCH-USP)*, volume 4, pp. 1-126, São Paulo, 2014.
- _____; CLUNY, Isabel; COSTA, Leonor Freire; MARTINS, Conceição Andrade; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; PEDREIRA, Jorge M. *O Tratado de Methuen (1703) diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte. 2003
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “Instructio Peregrinatoris. Algumas questões referentes aos manuais portugueses sobre métodos de observação filosófica e preparação de produtos naturais da segunda metade do século XVIII”. In: GESTEIRA, Heloisa; KURY, Lorelai (Orgs.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp.115-133.
- _____; CUNHA, Alexandre Mendes. “Discurso econômico e político no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)”. In: *Tempo UFF*, Niterói – RJ, 17 (31): 65-68, 2011.

- CARDOZO, Manoel. “Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua Época”. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. (Orgs.). *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*. Retratos do Brasil volume 79. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, pp. 86-122.
- CAROLINO, Luís Miguel. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a ciência e a construção do império luso-brasileiro: a arqueologia de um programa científico. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel e MARINHO, Pedro (Org.), *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz & Terra, 2014, pp. 191-228.
- CARVALHO, Rómulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, pp. 27-29.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Tradução: Álvaro Cabral. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- _____. *O que é um autor: revisão de uma genealogia*. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.
- _____. *Origines culturelles de la Revolution Française*. France: Points, 2000.
- _____. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução: George Schlesinger. São Paulo: UNESP, 2014.
- COVARRUBIOS, José Enrique. *En busca del hombre útil: Un estudio comparativo del utilitarismo neomercantilista en México y Europa, 1748-1833*. México, D. F.: Universidad Nacional Autónoma de México Ciudad Universitaria, 2005.
- CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.
- _____. “Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (Org.), *A Casa Literária do Arco do Cego*

(1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 15-49.

DAMASCENO, Darcy. “Frei José Mariano da Conceição Veloso: Naturalista e Editor”. In: Frei José Mariano da Conceição Veloso: *Flora Fluminense: Estudos Preliminares*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/ Centro de Memória e Documentação, 1999, pp. 19-33.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O Beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da enciclopédia, (1775-1800)*. Tradução: Laura Teixeira Motta e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVIS, Richard Beale. *The Abbé Corrêa in America, 1812-1820: The contributions of the diplomat and natural philosopher to the foundations of our national life*. Providence, Rhode Island: Gávea-Brown Publications, 1993.

DENNIS, Gilles. “A agronomia e a naturalização de vegetais estrangeiros (exóticos) na França do fim do século XVIII”. In: Ana Maria Alfonso-Goldfarb; Carlos A. Maia (Orgs.). *História da Ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995

DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710- c.1780)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *A interiorização da metrópole*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 39-126.

DILLMANN, Mauro. “Agora e na hora de vossa morte”. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. nº 110, Rio de Janeiro, novembro de 2014, pp. 80-83.

- DOMINGOS, Manuela Dom. “Mecenato Político e Economia da Edição nas Oficinas do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (Org.), *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 91-106.
- DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, volume 8 (suplemento), pp. 823-838, 2001.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1993.
- FARIA, Maria Isabel; PERIÇÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FARIA, Miguel Figueira de. “A Flora Fluminense de frei José Mariano da Conceição Veloso e a gênese da Casa Literária do Arco do Cego”. In: *Separata: Homenagem a Justino Mendes de Almeida*. Lisboa: ACD Editores, 2015, pp. 277-302.
- _____. “Da Facilitação e Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 107-137.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. “A fabricação da pólvora e trabalhos sobre o salitre: Portugal e Brasil de finais do século XVIII às primeiras décadas do século XIX”. In: GESTEIRA, Heloisa; KURY, Lorelai (Orgs.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp.153-165.
- _____. “A rota dos estudos sobre a cochonilha em Portugal e no Brasil no século XIX: Caminhos desencontrados”. In: *Química Nova*, Volume 30. Nº 4, pp. 1032-1037, 2007.
- FERREIRA, Breno Ferraz Leal. *Economia da natureza: a história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822)*. Tese de

Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2016.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. “João Manso Pereira, químico empírico do Brasil colonial”. In: *Química Nova*, Volume 16, nº 2, pp 155-160, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. “O império em apuros”. In: Júnia Furtado. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia. “Marcos para uma História das Ciências no Brasil”. In: Idem. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional 1875-1834*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Bosque de Minerva: artefatos científicos no colecionismo joanino”. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, pp.229-274.

GAMA, José de Saldanha da. “Biografia do botânico brasileiro José Mariano da Conceição Veloso”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 21, parte 2ª, pp. 138-305, 1868. Disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsM0lHOVZzOHNQLU0/view. Última consulta feita em 20 de fevereiro de 2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Luís de Vasconcelos e Sousa”. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, pp. 352-353.

HARDEN, Alessandra de Oliveira. “Brasileiro tradutor e/ou traidor: frei José Mariano da conceição Veloso”. In: *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, 1 (23): pp. 131-148, 2009.

HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia: 1680-1715*. Tradução de Maria de Fátima Oliva do Coutto. Revisão da tradução Carlos Deane. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015

- HELLIOTT, John H. *Espanha, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Coordinación de la versión española: Marta Balcells y Juan Carlos Bayo. Madrid: Taurus, 2010.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. “História Natural”. In: HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; VALE, Renata William Santos do (Org.), *Temas Luso-Brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010, pp. 105-108.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. “A educação e seus métodos”. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História geral da civilização brasileira*. Tomo 1 A época colonial, Volume 2 Administração, economia e sociedade. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993, pp. 76-77.
- _____. “Explorações científicas; Letras Artes e Ciências”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977. Tomo 2, Volume 2, pp. 161-174.
- _____. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOBIM, Leopoldo. *Reforma Agrária no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1983;
- KANTOR, Iris. “As academias brasílicas e a transmissão do conhecimento no Brasil colônia”. In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 63, pp. 99-114, 2007.
- _____. *Esquecidos & Renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC/Centro de Estudos Baianos, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castello Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L’Harmattan, 2001.

- _____. “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)”. In: *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, 11 (suplemento 1): 109-130, 2004.
- _____. “Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830)”. *Revue d’histoire des sciences*, 51 (1): 65-91, 1998.
- _____. “O naturalista Veloso”. In: *Revista de História da USP*, São Paulo, 172 (jan-jun): pp. 243-277, 2015.
- LAGOS, Manoel Ferreira. “Elogio histórico de Frei José Mariano da Conceição Veloso”. In: *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo 2º, pp. 611-612, 1840.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- LATOUR, Bruno. “Jolit: a história e a física misturadas”. In: SERRES, Michel (Org.). *Elementos para uma História das Ciências*. Lisboa: Terramar, 1996. Volume III, pp. 131-155.
- LEITE, Lorena. *Déspota, tirano e arbitrário: o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775-1782)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2013.
- LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. “Um Breve Itinerário Editorial: Do Arco do Cego à Impressão Régia”. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (Org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) – bicentenário: “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, pp. 77-90.
- LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC e Editora Universidade de Brasília, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

- MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, 1974
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARX, Karl. “A assim chamada acumulação primitiva”. In: *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. “A correspondência inédita do correspondente de Portugal em Paris, Dom Vicente de Sousa Coutinho”. In: *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 10: 144a-144c, 1988.
- MATTOS, Franklin de. “Árvore do Saber”. In: D’ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis (Org.). *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. São Paulo: UNESP, 2015. Volume I, pp. 27-41.
- MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro”. In: Idem. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Tradução: Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 157-208.
- _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEDEIROS, Andréia Medolago de. *Técnicas de produção de açúcar no Brasil colonial: as edições do livro cultura e opulência do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “‘Estrangeirados’: a questão do isolamento português nos séculos XVII e XVIII”. In: *Revista de História*, São Paulo, 123/124: 35-70, 1991.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Portugal, a Guerra de Sucessão de Espanha e Methuen: algumas considerações gerais”. In: Idem; CARDOSO, José Luís; CLUNY, Isabel; COSTA, Leonor Freire; MARTINS, ANDRADE, Conceição;

- PEDREIRA, Jorge M. *O Tratado de Methuen (1703) diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa: Livros Horizonte. 2003, pp. 99-152.
- MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2007.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil (1789-181)*. Coleção: Os Nossos problemas para a história de Portugal e Brasil. Livros Horizonte, Lisboa, 1970.
- _____. *Ideia de revolução no Brasil: 1789-1801*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- NEVES, Guilherme Pereira das. “Academias”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 13-15.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1995.
- _____. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- _____. SILVA, Rogério F. da. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772-1852)*. Lisboa: Ed. Lisboa, Coleção Thesis, 2001.
- OLARTE, Mauricio Nieto. *Orden natural y orden social: Ciencia y política en el semanario del nuevo Reyno de Granada*. Madrid: Servicios Integrales de Edición Távara, S.L., 2007.
- PÁDUA, José Augusto. *Sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- PARRISH, Susan Scott. *American curiosity: cultures of natural history in the colonial British Atlantic world*. United States of America: University of North Carolina Press, 2006.

- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, Campinas, 2006.
- PAVEIRO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins. Remessas de animais de Santa Catarina (1791) para a ‘Casa dos Pássaros’ no Rio de Janeiro e para o Museu da Ajuda (Portugal)”. In: *Arquivos de Zoologia*, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP), São Paulo, Volume 44 (4): pp. 185-209, 2013.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo: Algumas notas sobre o pensamento econômico português (1780-1820)”. In: CARDOSO, José Luís (Org.). *Contribuições para a história do pensamento econômico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 63-83.
- _____. “Introdução”. In: AZEREDO COUTINHO, José Joaquim de. *Ensaio Econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 3. Introdução e direção de Jorge Miguel Pedreira. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. XI-XXXI.
- _____. “A economia política do sistema colonial”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Volume III, pp. 419-460.
- PEREIRA, José Esteves. “O pensamento econômico português no século XVIII”. In: CALAFATE, Pedro (Org.). *História do pensamento filosófico português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2001. Volume III: As Luzes, pp. 87-112.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. “D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX”. In: *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, pp. 498-526, jul./dez. 2014.
- PERROT, Jean-Claude. *Une histoire intellectuelle de l'économie politique (XVIIe-XVIIIe siècle)*. Paris: Editions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1992.
- PESTRE, Dominique. “Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”. In: *Cadernos IG-UNICAMP*, Campinas, 6 (1): 3-56, 1996.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

POMBO, Nívia. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2013.

_____. *D. Rodrigo de Souza Coutinho: pensamentos e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2015

RAJ, Kapil. *Relocating modern Science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. London: Palgrave MacMillan, 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Rui (Coor.); Monteiro, Nuno Gonçalo; VASCONCELOS E SOUSA, Bernarndo. *História de Portugal*. Lisboa: Publito, 2015.

ROCHA, Mariana Lambert Passos. “Academia das Ciências de Lisboa”. In: HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; VALE, Renata William Santos do. (Org.). *Temas Luso-Brasileiros no Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010, pp. 18-25.

ROCHE, Daniel. *Diccionario histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

SAFIER, Neil. “Instruções e impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência joanina”. In: GESTEIRA, Heloisa; KURY, Lorelai (Orgs.). *Ensaio de História das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012, pp. 167-180.

SALDAÑA, Juan José. “Ciência e identidade cultural: História da Ciência na América Latina”. In: FIGUEIRÔA, Silvia (Org.). *Um olhar sobre o passado. História das Ciências na América Latina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, pp. 11-32.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Dissertação (Mestrado em Geociências) -

Programa de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. “Das memórias do Arco do Cego: Divulgação Científica na América portuguesa do século XVIII”. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, V. 12, N. 1, PP. 207-225, 2008.

SCHWARCS, Lilia Moritz; AZEVEDO, Paulo Cesar de; COSTA Angela Marques da. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHIEBINGER, Londa; SWAN, Claudia (Ed.). *Colonial Botany: Science, commerce, and politics in the early modern world*. United States of America: University of Pennsylvania Press, 2005.

SÉRGIO, Antônio. “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”. In: SÉRGIO, Antônio. *Ensaio*. Lisboa: Sá da Costa, 1977. Tomo II, pp. 25-61.

SERRA, José Correia da. “Discurso Preliminar”. *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1: pp. VII-XI, 1789.

SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002.

SERRÃO, José Vicente. “Introdução”. In: VANDELLI, Domingos. *Domingos Vandelli: aritmética política, economia e finanças. 1770-1804*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 8. Introdução e direção de José Vicente Serrão. Lisboa: Banco de Portugal, 1994, pp. XIII-XXXVI

SILVA, André Mansuy-Diniz. “Introdução”. In: COUTINHO, Dom Rodrigo de Souza. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Coleção de obras clássicas do pensamento econômico português, volume 7, Tomo 1. Introdução e direção de André Mansuy-Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. XI-LII.

_____. “Portugal e Brasil: Reorganização do Império, 1750-1808”. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina Colonial*. São Paulo; Brasília, DF: EDUSP; Fundação Alexandre Gusmão, 1997. Volume 1, pp. 477-518.

- _____. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1812*. Volume 2. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.
- _____. "Introdução". In: ANTONIL, André João (1650-1716). *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por Andrée Mansuy-Diniz Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, pp. 23-67.
- SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Programa de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editora Estampa, 1999
- _____. (Org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2008
- _____. "Um grande inventario da natureza: políticas da coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII". In: GESTEIRA, Heloisa Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, pp. 47-70.
- SIMÕES JUNIOR, Mário Francisco. *A Secretaria de Estado do Ultramar e Diogo de Mendonça Corte Real: Inflexões na administração central do Império Português (1750-1756)*. Tese de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2017.
- SOUZA, Laura de Mello e. "A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII". In: *O sol e a sombra: Política e educação na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TEIXEIRA, António Braz. "A filosofia jurídica". In: Pedro Calafate (dir.). *História do pensamento filosófico português*. Volume III, As Luzes. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, p. 64.

- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VANZOLINI, Paulo E. “As primeira expedições zoológicas no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 6, p. 159, junho/ julho/ agosto 1990.
- VARELA, Alex Gonçalves. *Atividades científicas na “Bela e Bárbara” capitania de São Paulo (17~}96-1823)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. “Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: análise das memórias científicas de José Bonifácio de Andrade e Silva (1780-1819). São Paulo: Annablume, 2006.
- VILAGRA, Bruno Ricardo Souza. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento econômico português na crise do império luso-brasileiro*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, 2017.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e leitura”. In: Fernando A. Novais (coord.); Laura de Mello e Souza (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 332.
- _____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos dos livros na América Portuguesa*. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- WEGNER, Robert. “Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial”. In: *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. Rio de Janeiro, 11 (suplemento 1): 131-140, 2004.